



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MARIA CECILIA COSTA JUNQUEIRA

O PRIMEIRO E ÚNICO CONDE DA BARCA
UM ILUMINADO NA CORTE DE DOM JOÃO

Rio de Janeiro

2018

MARIA CECILIA COSTA JUNQUEIRA

O PRIMEIRO E ÚNICO CONDE DA BARCA
UM ILUMINADO NA CORTE DE DOM JOÃO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia.

Orientador: Professor doutor Mércio Pereira Gomes

Rio de Janeiro
2018

CIP - Catalogação na Publicação

J95p Junqueira, Maria Cecília Costa
O primeiro e único Conde da Barca Um iluminado na
corte de Dom João / Maria Cecília Costa
Junqueira. -- Rio de Janeiro, 2018.
318 f.

Orientador: Mércio Pereira Gomes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-
Graduação em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, 2018.

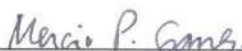
1. Imprensa brasileira. 2. Livraria Arajuense..
3. Química, botânica e mineralogia. 4. Reino Unido
de Portugal, Algarve e Brasil. 5. Missão francesa.
I. Gomes, Mércio Pereira, orient. II. Título.

MARIA CECÍLIA COSTA JUNQUEIRA

CONDE DA BARCA, UM ILUMINADO NA CORTE DE D. JOÃO

Tese submetida ao corpo docente do Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 20 de agosto de 2018



Prof. Dr. Mécio Pereira Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. José Carlos de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Carlos Benevenuto Guisard Koehler
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dra. Silvia Moreira Goulart
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Godofredo de Oliveira Neto
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Michele

A Edgard

A Fernando Mascarenhas,

Marquês da Fronteira e

Alorna (in memoriam)



Fig. 1 - Gravura de Gregório Francisco de Queiroz (1768-1745), feita em 1804, segundo a obra do pintor Domenico Pelegrini.

AGRADECIMENTOS

A meu tio Mário Barata (1921-2007), historiador, jornalista e crítico de arte, que em 2008, durante reunião da comissão dos festejos do bicentenário da Imprensa Régia e do centenário da Associação Brasileira de Imprensa, lembrou que devíamos muito ao Conde da Barca, por ter trazido o prelo ao Brasil na nau Medusa. Na opinião de Mário Barata, deveríamos, aliás, festejar a criação da Imprensa Régia a partir de novembro 1807. Ele escreveu um artigo a respeito no Jornal da ABI. Prestei atenção à sua intervenção, tendo ficado com ela na cabeça. Tornou-se a ideia seminal de minha tese, como diria Umberto Eco.

À historiadora Luciana Muniz, que trabalha na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional e compartilha comigo a admiração pelo Conde da Barca. Luciana foi quem me deu “o caminho das pedras” para encontrar os documentos referentes a Antônio de Araújo de Azevedo na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Em sua seção, por outro lado, encontram-se os maravilhosos tomos de *Le Grand Théâtre de L'Univers*.

Vera Lúcia de Almeida e Sylvia Saraiva de Franca foram as bibliotecárias que, com extrema solicitude, me auxiliaram a trabalhar no Real Gabinete Português de Leitura, mesmo durante as obras desta casa centenária de pesquisa e leitura.

Sou grata a meu professor José Carlos de Oliveira por ter me emprestado vários livros sobre o período joanino e ter me incentivado a sair de casa, quando eu me encontrava deprimida após a morte de meu marido, o poeta Ivan Junqueira.

Agradeço a meu professor e orientador, o antropólogo Mércio Pereira Gomes, por ter tido a paciência de ler e corrigir cuidadosamente as trezentas páginas de meu texto.

Não poderia deixar de citar aqui o escritor Edgard Telles Ribeiro, que me levou até a porta do Real Gabinete Português de Leitura, obrigando-me a entrar e dar início à pesquisa. Quanto a Michele Sursock, amiga querida, fez com que eu nunca desistisse da tese, não aceitando meus momentos de desânimo.

Meu filho Octávio Costa Junqueira ajudou-me a solucionar pequeninas questões técnicas de suma importância. Maria Lucilia Ruy felizmente formatou o texto final, após eu ter me rendido à minha incapacidade para tal tarefa. Sou alérgica a normas e formatações.

Quanto ao Marquês da Fronteira, a quem também dedico este trabalho, é uma longa história. Descendente da Marquesa de Alorna, Fernando Mascarenhas vale uma tese.

*Il n'est desir plus naturel que le desir de
connoissance.*

*Ce n'est rien que foiblesse particulire qui
nous faict contenter de ce que d'autres ou que
nous-mesmes avons trouvé em cette chasse de
coignoissance; un plus habile ne s'en
contenterá pas. Il n'y a point de fin en nos
inquisitions; nostre fin est en l'autre monde.*

Michel de Montaigne ¹

¹ Michel de Montaigne. **Essais**. Paris: Bibliotheque de La Pleiade. Texto reimprimido em 25 de julho de 1939. Capítulo XIII. Sobre a experiência. (“Não há desejo mais natural que o desejo de conhecimento. É apenas a fraqueza particular que nos leva a nos contentar com o que outros ou o que nós mesmos descobrimos nesta caça de conhecimento. Um mais hábil não se contentaria. Não há fim em nossas investigações. Nosso fim está em outro mundo”). Tradução livre da autora.).

RESUMO

Alguns personagens históricos ficam escondidos numa espécie de penumbra de desconhecimento e desinformação, como é o caso de Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, ministro de D. João de 1804 a 1807 e de 1814 a 1817. É certo que historiadores e alguns pesquisadores acadêmicos sabem de quem se trata e o respeitam, em Portugal e no Brasil, tanto que cada vez mais artigos e teses têm sido elaborados sobre ele. Mas também é fato que a maioria dos brasileiros o desconhece, ligando-o no máximo

à famosa missão de artistas franceses que veio para o Rio de Janeiro em 1816. Tal déficit de conhecimento exige mudança, pois muito deve o Brasil às iniciativas do conde da Barca que visavam a desenvolver o país. Não havia imprensa, acima de tudo, e não se podia ter livros e jornais. Barca, com uma simples ação – trazer um prelo para o Brasil – mudou este quadro sócio-político e cultural. Antes e depois da vinda da família real para essas plagas, Barca defendeu o Brasil dos interesses predatórios ingleses, lutando contra o embaixador inglês Strangford e o Tratado de Comércio de 1810; contribuiu para que D. João não partisse em 1814; criou uma sociedade de auxílio à indústria; ativou a pesquisa e o desenvolvimento da química, da botânica, da mineralogia e da siderurgia; importou mudas de plantas e chineses para plantar chá, e amoreiras e instalou em sua própria casa, no Passeio Público, um alambique e uma fábrica de porcelanas. Politicamente, ajudou a elevar o Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve, por ocasião do Congresso de Viena, inspirado por uma proposta do ministro francês de Relações Exteriores da França, o ex-bispo Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord. O conde da Barca era um homem de vasto saber e de execução. Talvez não tenha tido mais influência no Brasil porque já chegou ao Rio fraco, delirando fisicamente, adoentado, devido às muitas aventuras que vivenciou ao longo de sua trajetória de ministro e diplomata português na Europa, tumultuada pelo embate entre a França e a Inglaterra. Esta tese é uma homenagem a este ser extraordinário que acreditava nos ideais dos iluministas e nos legou uma biblioteca com acervo precioso, que até hoje se encontra na Fundação Biblioteca Nacional. Segundo jornais da época, ele morreu de uma “febre nervosa”.

PALAVRAS-CHAVE: Conde da Barca. Antônio de Araújo de Azevedo. Imprensa brasileira. Livraria Arajuense. Química. Mineralogia. Cultivo de chá no Brasil. Congresso de Viena. Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil. Missão Francesa.

ABSTRACT

Some historical characters are hidden in a kind of penumbra of ignorance and disinformation, as is the case of Antônio de Araújo de Azevedo, the count of Barca, minister of D. João from 1804 to 1807 and from 1814 to 1817. Historians and academic researchers certainly know who he is and have him in great respect both in Portugal and in Brazil, as is evident by the increasing number of articles and theses that have been written about this wise diplomat and politician. But it is also a fact that the majority of Brazilians do not know this important historical figure, linking him only to his initiative to bringing the famous French Mission of artists to Rio de Janeiro in 1816. This is unfortunate, because Brazil owes quite a lot to his projects that aimed to develop the country. Above all there was no press and it was prohibited to anyone print out books and papers. Barca, with a simple action – to bring a press to Brazil – changed that picture. Before and after the coming of the royal family to these plagues, he defended Brazil from English predatory interests; contended against the English ambassador Strangford and the Trade Treaty of 1810; he helped prevent D. João from leaving the country in 1814; created a society of aid to the industry; developed chemistry, botany, mineralogy, and the iron industry; imported here plants and, Chinese labour to grow tea and, mulberry trees and installed in his own house, in the Passeio Público area, a distillery and a porcelain factory. He was an important voice in the royal decision to elevate Brazil to the status of United Kingdom of Portugal and Algarve, on the occasion of the Congress of Vienna, inspired by a proposal of the French minister of Foreign Affairs, former bishop Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord. Barca was a man of knowledge and execution. He probably would have done more to Brazil had he not arrived in Rio in poor health, due to the many adventures he had experienced during his career as a Portuguese minister and diplomat in Europe, which was tumultuous by the clash between France and England. This thesis is a tribute to this extraordinary historical figure who believed in the ideals of the Enlightenment and left us a library with a precious collection, which until today is in our National Library Foundation. According to the newspapers of the time, he died a sexagenarian of a "nervous fever".

KEYWORDS: Count of Barca. Antônio de Araújo de Azevedo. Brazilian Press. Arajense Library. Chemistry. Mineralogy. Chinese Tea Production in Brazil. Congress of Vienna. United Kingdom of Portugal, Algarve and Brazil. French Mission.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - UM LIVRO SUBVERSIVO	32
CAPÍTULO 2 –AS REVOLUÇÕES	44
a) A oficina do mundo	44
b) França: liberdade, igualdade, fraternidade, ...	55
c) A Reforma Pombalina	64
CAPÍTULO 3 –TRAJETÓRIA POLÍTICA E DIPLOMÁTICA	95
a) Inglaterra, França e Haia	105
b) Prisão no Templo	114
c) Alemanha, Rússia, Portugal	131
d) Superministro	143
CAPÍTULO 4 – NO BRASIL. FORA DO PODER	157
a) O Rio de Janeiro	157
b) Comida, roupas, arquitetura	163
c) A Casa no Passeio Público	170
d) Ocupando-se no ócio	182
e) Fazenda Ponte do Gentio	186
CAPÍTULO 5 – A VOLTA AO PODER	199
a) Congresso de Viena. Elevação do Brasil a Reino Unido	199
b) A Missão Francesa e a morte do conde	205
c) A Escola: bem que veio para ficar	224
d) O Laboratório	229
CAPÍTULO 6 – A LIVRARIA	236
a) O tesouro do bibliômano	236
b) A Coleção Arajuense	241

c) Le Grand Théâtre de L'Univers	266
d) Em Portugal: a correspondência.....	272
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 307
 BIBLIOGRAFIA	 312

Lista de Ilustrações

Fig.1 - Conde da Barca. Gravura de Gregório Francisco de Queiroz (1768-1745), feita em 1804, segundo a obra do pintor Domenico Pelegrini.	5
Fig.2 - Diderot e D'Alembert. Homenagem do editor Charles Panckoucke aos autores da Encyclopedie. Sem data. Retrato desenhado e gravado por Augustin de Saint-Aubin (1736-1807). Coleção de retratos da Bibliothèque Centrale.	17
Fig.3 - Anúncio de leilão dos móveis do Conde da Barca publicado no Diário do Rio de Janeiro, em 1821.	20
Fig.4 - Anúncio publicado no Diário do Rio de Janeiro de 1821. Edição 1100002.	21
Fig.5 - Capa do Primeiro Volume da Encyclopedie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une Société de Gens de Lettres , obra editada em Paris, em 1751.	32
Fig.6 - O naturalista Erasmus Darwin, avô de Charles Darwin. Quadro pintado por Joseph Wright of Derby em 1792.	47
Fig.7 - Balzac, admirador de Napoleão. Pintura de Louis-Auguste Bisson baseada num daguerreótipo de 1842.	60
Fig.8 - O marquês de Pombal. Pintura atribuída a Joana do Salitre, 1770. Museu de Lisboa.	65
Fig.9 - A marquesa de Alorna, que assinava seus poemas como Alcipe. Pintura de 1780 feita por Franz Joseph Pitschmann.	77
Fig.10 - Imagem de Ponte de Lima, norte de Portugal. Ponte medieval sobre o rio Lima. Foto de Osvaldo Gago. Wikipedia.	95
Fig.11 - O duque de Lafões. Gravura em talho doce de Chevillet, gravador de Sua Majestade. 1781.	101
Fig.12 - Alegoria à Fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa. Gravura de Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818).	101
Fig.13-Vista Geral de Londres no século XVIII. 1724. Gravura de Joseph Smith.	106
Fig.14 - Mapa de Londres. 1780. Georg Balthasar.	106
Fig.15 - Londres. Jardim Botânico em Kew. Foto de Daniel Case. Wikipedia.	107
Fig.16 - Anne Louise Germaine de Necker, baronesa de Staël-Holstein ou simplesmente Madame de Staël. Pintura de Marie Éléonore Godefroid (1778-1849).	109
Fig.17 - Torre do Templo. Vista da Torre Larga. Quadro anônimo. Escola Francesa. 1795. Fotografado no Musée Carnavalet.	127
Fig.18 - Carl Ludwig Willdenow. Imagem de Laurens Geulp. Berlin, 1808.	134

Fig.19 - Jean Andoche Junot. Duque de Abrantes. Pintura de Henri-Félix-Emmanuel Philippoteaux.	148
Fig.20 - Rio Zêzere, que nasce na Serra da Estrela. Paisagem na Ponte Filipina.	150
Fig.21 - Fuga da família real em 1807. Quadro de Nicolas Louis Albert Delerive. ..	152
Fig.22 - Quadro de Jean-Baptiste Debret. Vista do Largo do Paço. 1830.	157
Fig.23 - Lagoa do Boqueirão. Óleo sobre tela de Leandro Joaquim. Final do século XVIII.	171
Fig.24 - Planta do Passeio Público. Glaziou. 1870.	171
Fig.25 - Réplica do prelo do Conde da Barca. Máquina de impressão tipográfica, de madeira e bronze, produzida em 2008 para as comemorações dos 200 anos da Imprensa Nacional. Fonte: Museu da Imprensa Nacional	173
Fig.26 - Gravura mostrando as diversas etapas do processo de impressão, incluída na Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, publicada em Paris de 1751 a 1772.	174
Fig.27 - Casa do Conde da Barca no Passeio Público (à direita). Apropriada pelo governo de D. João VI em 1817, seria Secretaria da Justiça e sede do Pedagogium. Pegou fogo em 1937.....	177
Fig.28 - Possível planta da casa do Conde da Barca no Passeio Público. O original encontra-se na Biblioteca Nacional.	177
Fig.29 - Laboratório químico-prático da época de Lavoisier. Prancha incluída na Enciclopédia de Diderot e D'Alembert. Século XIX.	179
Fig.30 - Encomendas relativas ao laboratório químico do Antônio de Araújo de Azevedo. Documentos digitalizados pelo Arquivo Distrital de Braga. 1809 a 1811. Contas de gesso, notícias de argila, recibos, encomendas de vidros para Lisboa.	181
Fig.31 - Barão Guilherme von Eschwege. Século XIX. Autor desconhecido. Palácio da Pena em Sintra.	189
Fig.32 - D. João VI. 1820. Pintado por Simplício de Sá.	195
Fig.33 - Carta do Príncipe D. João que concede a Antônio de Araújo de Azevedo o título de Conde da Barca. 20 de dezembro de 1815. Fonte: Arquivo Distrital de Braga.	204
Fig.34 - Joaquim Lebreton (1760-1819). Gravura em talho doce desenhada por François Gerard e gravada por Charles-Victor Normand. 1840.	205
Fig.35 - Anúncio publicado no Diário do Rio de Janeiro. 1824. Edição 0700019.....	212
Fig.36 - Coroação de D. Pedro I, imperador do Brasil. Aquarela de Jean-Baptiste Debret. Fonte: DEBRET. Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil. Tomo III,1828..	219
Fig.37 - Floresta virgem: as bordas do Paraíba. Litogravura de Jean-Baptiste Debret. Autor secundário: Charles Etienne Motta. 1834.	221

Fig.38 - Entrada da baía e da cidade do Rio de Janeiro a partir do terraço do convento de Santo Antônio. Nicolas Taunay. 1816.	228
Fig.39 - Baía de Guanabara vista da Ilha das Cobras. Felix Taunay. 1828.	229
Fig.40 - Bailarinas e Fauno. Eliseu Visconti. Óleo sobre tela. 1914.	229
Fig.41 - Reprodução do alambique descrito por Gaspar Mendes em artigo no jornal..	233
Fig.42 - Quadro publicado no Relatório do Ministério da Guerra de 1889.	234
Fig.43 - Anúncio publicado na Imprensa do Diário, rua dos Barbonos, 78, em maio de 1822.	235
Fig.44 - Ex-libris do Conde da Barca. Gravura em metal. F. Bartalozzi. 1815.....	241
Fig.45 - Capa da Theorica Verdadeira das Marés conforme à Filosofia do incomparável cavalheiro Isaac Newton . Primeiro texto de Newton a ser traduzido para o português, por Jacob de Castro Sarmiento.	242
Fig.46 - Catálogo dos Livros da Biblioteca do Conde da Barca em 1818. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.	243
Fig.47 - Le Nouveau Testament en latin et en français . Traduit par Sacy. Édition ornée de figures gravées sur les dessins de Moreau Le Jeune. Chez Saugrin, à Paris, 1793.	248
Fig.48 - Uma das imagens da edição em quatro volumes da Bíblia traduzida por Sacy à venda por 900 euros “chez Saugrin”, em Paris.	249
Fig.49 - Tractatus Theologico Politicus atribuído a Benedictus de Spinoza. Apud Henricum Künhaht. 1670. De início este livro foi editado anonimamente.	250
Fig.50 - Folha de rosto do catálogo de livros de Antônio de Araújo de Azevedo (Bibliotheca Araujiana) que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa.	254
Fig.51 - Theophrastus, Enquiry into Plants . English translation by Sir Arthur Hort. 1916. London, William Heinemann; New York, G.P. Putnam’s Sons. Livro de Teofrasto, o pai da botânica.	258
Fig.52 - Imagem de amoreiras e bicho da seda, um fracassado projeto do Conde da Barca. Fonte: http://ruralpecuaria.com.br/ ; http://www.esalq.usp.br/cprural	259
Fig.53 - Historia Naturalis Brasiliae , de Guilherme Piso e George Marcgravi. Editada em Amsterdã pela Elsevier em 1648. Obra dedicada ao Conde Maurício de Nassau.	262
Fig.54 - Uma das pedras apresentadas pelo Museu Nacional na exposição em homenagem a Werner, em dezembro de 2017 no auditório da Roquette Pinto.	264
Fig.55 - Quadro de Maurício de Nassau. 1637. Pintado provavelmente por Michiel van Mierevelt (1567-1641).	271
Fig.56 - Prancha “Olinda de Pernambuco”, que se encontra no tomo 124, página 29, da coleção Le Grand Théâtre de L’Univers. Gravura de Nicolau Ennes Visscher.	272

Fig.57 - Documento sobre o processo do inventário e avaliação da livraria de Antônio de Araújo de Azevedo digitalizado pelo Arquivo Distrital de Braga. Correspondência do Conde da Barca. Listagem sobre Morgado e Administrador de Propriedades.	276
Fig.58 - Outras páginas do documento sobre o processo do inventário e avaliação da livraria de Antônio de Araújo de Azevedo.	277
Fig.59 - Carta de Nierdt a Antônio de Araújo de Azevedo. 4 de março de 1803. Correspondência do Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga.	279
Fig.60 - Carta criptografada de Antônio de Araújo de Azevedo a Luís de Sousa, enviada em 30 de setembro de 1796. Correspondência do Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga.	280
Fig.61 - Carta criptografada de Luís Pinto de Sousa a Araújo, datada de 26 de agosto de 1796. Correspondência do Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga.	282
Fig.62 - D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho. 6º marquês de Marialva. Gravura de Charles Simon Pradier. 1819.	283
Fig.63- Primeira página da carta de 16 de fevereiro de 1817 enviada de Viena pelo marquês de Marialva ao Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga.	286
Fig.64 - Carta de Palmela pedindo a Araújo proteção para o naturalista alemão Sellow, que trabalhava sob orientação de Humboldt e Banks. Arquivo Distrital de Braga.	288
Fig.65 - Mapa dos diamantes datado de 22 de maio de 1816. Arquivo Distrital de Braga.	292
Fig.66 - Bilhete de Lord Strangford para Araújo escrito em 13 de fevereiro de 1814. Arquivo Distrital de Braga.	295
Fig.67 - Carta de um cão escrita ao general Junot em abril de 1807 ou 1808. Arquivo Distrital de Braga.	298
Fig.68 - Nota inacabada sobre as pensões da condessa de Oeynhausen, futura marquesa de Alorna. Novembro de 1814. O Arquivo Distrital de Braga.	300
Fig.69 - Carta de 25 de dezembro de 1815, em que a baronesa de Beaumont menciona a palavra paixão. Arquivo Distrital de Braga.	305
Fig.70 - Parte do catálogo de livros portugueses do Conde da Barca. Correspondência. Arquivo Distrital de Braga.	306



Fig. 2 - Diderot e D'Alembert. Homenagem do editor Charles Panckoucke aos autores da **Encyclopedie**. Sem data. Retrato desenhado e gravado por Augustin de Saint-Aubin (1736-1807). Coleção de retratos da Bibliothèque Centrale.

*O comendador Araújo agradou-me muito.
A sua índole tem algo de delicado e natural
e ao mesmo tempo porta-se com discrição e
dignidade, qualidades essas que é raro
encontrarem-se juntas. Ele é muito
instruído e culto.*

Goethe, em carta para Christian Voigt.²

INTRODUÇÃO

Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, foi um homem excepcional, que aliava a sabedoria dos livros à arte da diplomacia e aos interesses políticos e econômicos. Conhecido quase que exclusivamente por historiadores e no meio acadêmico, costumam dizer que era do “partido pró-francês” no grande embate entre França e Inglaterra, o que na realidade representa uma visão reducionista deste ser humano culto e sábio, cuja formação foi iluminista, assim como aconteceu com outros homens letrados da virada do século XVIII para XIX. Ele trouxe benfeitorias para o Portugal, quando ministro de D. João, e para o Brasil, quando aqui residiu de 1808 até morrer em 1817.

Em seu país, lutou pela paz, e aqui, pelo desenvolvimento econômico a fim de aproximar a nação da época que deu início à modernidade. Muitas de suas contribuições perduram até hoje. E é isso que este trabalho pretende demonstrar, levando em conta que apenas um homem não pode mudar o curso da história, com raríssimas exceções, como foi o caso de Napoleão. Barca não salvou Portugal da decadência e não pode impedir que o Brasil carregasse seus problemas de ignorância e dos interesses espúrios

² Essa carta foi escrita ao Ministro de Estado de Weimar, Christian Voigt, logo depois de Goethe ter recebido a visita do diplomata português em seu gabinete de trabalho, no dia 27 de setembro de 1799, conforme registrou em seu diário. Ver Albin Eduard Beau. **Estudos**. Goethe e a Cultura Portuguesa. Volume II. Universidade de Coimbra, 1964.

da elite até os tempos atuais. Vale lembrar aqui que o país só ganharia sua primeira universidade – um sonho de Araújo - no governo de Getúlio Vargas.

Foi há pouco mais de 200 anos que Barca faleceu no Rio, no dia 21 de junho de 1817, aos 63 anos, na chácara que arrendara no Bairro do Bom Retiro, próxima à atual área das ruas Satamini e Matoso (Tijuca). Presenciou a sua morte o músico alemão Segismundo Neukomm, discípulo de Haydn e amigo do ministro francês de Relações Exteriores do Diretório, de Napoleão e da Restauração, Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord. O corpo foi sepultado na Igreja de São Francisco de Paula, no centro do Rio. Solteiro, sem filhos, o enterro foi acompanhado apenas por dois diplomatas: o coronel e cônsul geral francês Jean Baptiste Maler e o encarregado de Negócios Americanos John James Appleton.

Apesar de todo o poder que deteve durante o governo de D. João VI, Barca morreu com dívidas, porque não pagara integralmente a casa que comprara no Passeio Público. Seu inventário seria extremamente complicado. Foram muitos os anúncios de leilões de seus haveres feitos na imprensa carioca quatro anos após sua morte, como este, de 1821, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*:

Arrematações

No dia Segunda feira 29 do corrente, se hão de arrematar em Praça pública de Juízo da correição do Cível da Corte, os móveis que forão do Excellentíssimo Conde da Barca, os quais são os seguintes: caixas de ouro para rapé, algumas cravadas de brilhantes, além de outras de várias qualidades, crachás também guarnecidos de brilhantes, peças de prata de serviço de meza e de caza, aparelhos de louça fina de bom gosto, collecção de vidros de meza, muitos ditos próprios para operações Químicas, trastes de cobre pertencentes às mesas operações, e ao serviço de cozinha, collecção de pinturas preciosas, a óleo e a fumo, ornatos de ricas sedas para sallas, e outras differentes alfaias, trastes de ferro, e outros de madeira, guarnecidos de bronze dourado, como mezas, cadeiras e aparadores, 17 escravos moços, sendo dois oficiais de ferreiros, hum bolieiro, outro cozinheiro, e os mais de serviço de caza, chácara e cavalherice, todos da Nação Mina, ou Moçambique, huma porção de peles curtidas, huma dita de madeira, um piano forte e muita outra mobília, que será patente; cujos bens forão penhorados em virtude da execução que fez o Ilustríssimo Conselheiro Antônio Fernando Pereira Pinto de Araújo de Azevedo, por seu procurador Maximiano Alves de Araújo, Herdeiro de Testamenteiro do referido Excellentíssimo Conde, o Ilustríssimo Conselheiro João Antônio de Araújo de Azevedo [...]³

³ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, s/d, 1821, p. 198.

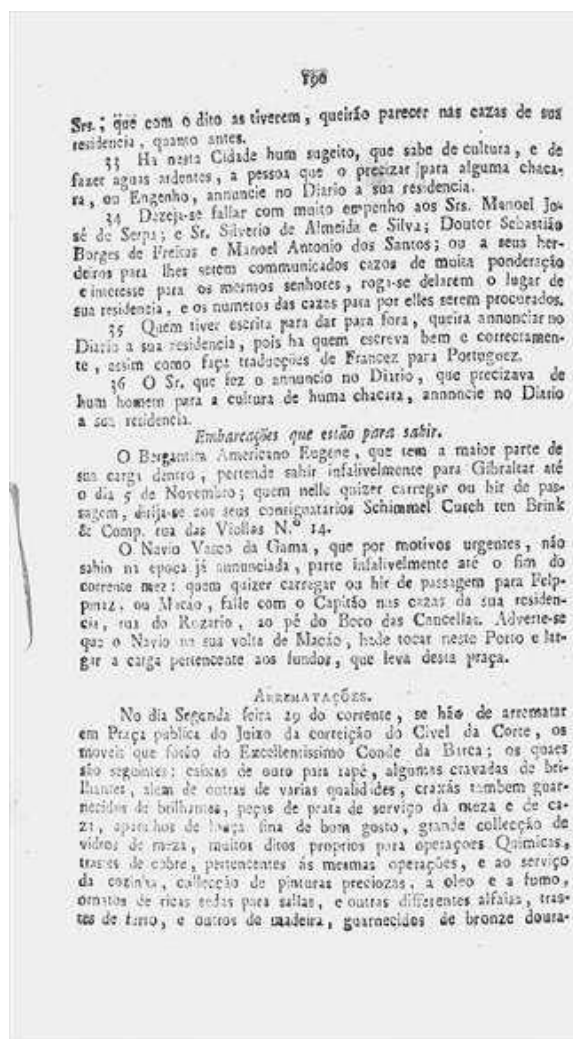


Fig 3. Anúncio de leilão dos móveis do Conde da Barca publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1821. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ou este, também publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1821:

Segunda feira, 5 do corrente, se hão de arrematar em Praça Pública do Juízo da correição do Civil da Corte todos os Móveis que pertencerão ao falecido Exmo Conde da Barca, já anunciados nos Diários n.ºs 24 e 25 do passado outubro, e que forão penhorados em virtude da execução que ao Ilustríssimo Concelheiro João Antônio de Araújo e Azevedo, em qualidade de herdeiro e testamenteiro do referido Excellentíssimo Conde, fez o Ilustríssimo Conselheiro Antônio Fernando Pereira Pinto de Araújo e Azevedo, por seu bastante procurador Maximiano Alves de Araújo; declarando-se agora que na arrematação não só será comprehendida a Livraria, mas porém todos os outros bens, ou moveis, de que senão tem feito expressa menção, attenta a multiplicidade delles; assim como, que as Praças deverão continuar nas cazas, que forão da residência do mesmo

Excellentissimo Conde, defronte do Paeio, todas as tardes das segundas, e sextas feiras até que seja ultimado o objeto delas.⁴

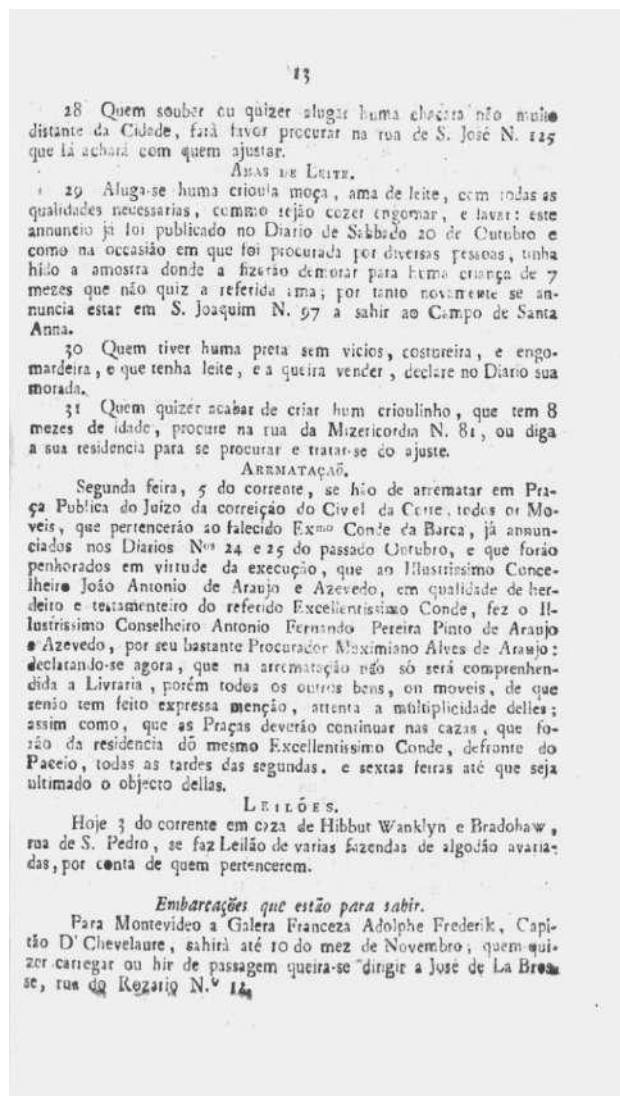


Fig.4 - Anúncio de leilão dos móveis do Conde da Barca publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1821. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Responsável pela realização de muitas benfeitorias em nossa terra, este ministro, político e diplomata português, simpatizante do Iluminismo e favorável a uma monarquia constitucionalista, interessava-se por prelos, botânica, química, farmacêutica, mineralogia, fiação têxtil, seda, fabricação de porcelanas, ferro, serralheria, mineração,

⁴DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, s/d, 1821, p. 13. Edição 110002.

viagens, história, geografia, poesia, teatro, entre outros assuntos. Hoje, dando um pulo no tempo, poderíamos dizer que era um adepto da interdisciplinaridade e do multiculturalismo, com sua curiosidade abarcando todos os países conhecidos de sua época e campos do saber.

De maneiras afáveis, culto, poliglota e grande colecionador de livros – após sua morte sua livraria de mais de 6 mil títulos ficaria no Brasil, tendo sido integrada à Real Biblioteca por ordem de D. João – ele é, porém, pouco conhecido pela maioria dos brasileiros. Geralmente costuma ser citado apenas por ter tido a iniciativa de convocar e contratar em 1816 a famosa missão de artistas e artífices franceses liderada pelo professor de arte Joachim Lebreton, da qual fariam parte o pintor Jean-Baptiste Debret e o arquiteto Grandjean de Montigny. Dela resultaria a criação de nossa Escola de Belas Artes.

Nem mesmo costuma ser lembrado pelo fato de ter colaborado para a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, o que acabaria por nos levar à Independência, ao dotar o país e seus habitantes do mesmo status de cidadania que os reinóis e habitantes da antiga metrópole. Fala-se muito, porém, que era o líder da “facção” ou do “partido pró-francês” durante os 20 anos de acirrados conflitos europeus protagonizados pela França e pela Inglaterra, tendo como rivais os líderes do “partido pró-inglês”, isto é, os irmãos anglófilos Rodrigo Sousa Coutinho, conde de Linhares, e Domingos de Sousa Coutinho, conde de Funchal.

Efetivamente D. Rodrigo e D. Domingos, como se verá adiante em detalhes, tornaram-se desde cedo inimigos figadais de Antônio de Araújo de Azevedo, e infernizaram sua existência e carreira política com futricas, entre as quais diziam que era um “afrancesado”. Conseguiram até mesmo que fosse enviado para um posto em São Petersburgo, o que ele chegou a considerar na ocasião uma espécie de exílio ou castigo imerecido. Mas a história nunca é tão simples ou dicotômica. Assim como não são simples as personalidades humanas. A vida de Antônio de Araújo foi cheia de peripécias, como uma prisão na Torre do Templo em Paris, em 1797, enquanto tentava fechar, a pedido de D. João, um acordo de paz com a França, a mesma torre na qual ficaram durante o período do Terror revolucionário Maria Antonieta e Luís XVI antes de serem guilhotinados. Para sair de lá Araújo escreveu de seu próprio punho uma defesa que se encontra na Fundação Biblioteca Nacional. O acordo com a França, após uma negociação complicada com Charles-François Delacroix e Talleyrand, foi fechado

com 17 artigos públicos e cinco artigos secretos, mas a Inglaterra e os irmãos Sousa Coutinho impediram que fosse assinado, o que irritou os negociadores franceses. Daí a prisão temporária.

Foi depois do insucesso desta empreitada que os irmãos Sousa Coutinho fizeram com que Araújo fosse enviado para a Rússia. Mas a vida costuma ter altos e baixos e ele voltaria da Rússia para Lisboa para ser guindado novamente ao poder por seu regente, enquanto D. Rodrigo, por sua vez, deixaria de ser ministro tornando-se mero conselheiro do Reino. Se de 1804 a 1807, quando era uma espécie de primeiro-ministro todo poderoso de D. João, Araújo tentou de todas as maneiras evitar a invasão francesa no território lusitano, temendo a ruína de sua pátria e não sendo a favor da vinda para a colônia proposta por D. Rodrigo em 1803, mais tarde, já instalado no Brasil elevado à Reino Unido de Portugal e Algarves, extremamente afeiçoado a nosso país, não seria, em 1814, a favor da volta do regente para a velha metrópole.

Pelo visto, já se encontrava aclimatado ao país do Novo Mundo, onde, segundo o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, tinha negócios pessoais, como casas, gado e terrenos, tanto que teria solicitado ao barão de Santo Amaro, José Egydio Álvares de Almeida, que comprassem em sociedade uma grande fazenda no Rio Grande, por 63 mil cruzados para ali estabelecer uma fábrica de couros⁵. Além disso, tentava desenvolver sua nova pátria cultural e economicamente, tendo para este fim chegado a criar em sua casa, um sobrado que ficava no Passeio Público, uma Sociedade de Encorajamento à Indústria e à Mecânica. Nesta mesma casa, montara um laboratório químico, no qual fabricava medicamentos; um alambique, para produzir cachaça, e um pequeno jardim botânico, onde plantara as mais de 4 mil mudas que trouxera consigo no Navio Medusa, além da biblioteca, é claro, que amava tanto que costumava chamar de “esposa e bonita rapariga”.⁶

⁵ RIBEIRO, Marcus Venício. (Org.) O Bibliotecário do Rei. Trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. **Cadernos da Biblioteca Nacional** 4. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 41.

⁶ Carta de Araújo a José Egydio Álvares de Almeida, secretário do Regente Dom João: “Agradeço a V. Senhoria o seu cuidado com minha livraria; se escapou de algum banho de água salgada, terei o gosto de ver ainda esta minha esposa que é bonita rapariga. V. Senhoria sabe dar valor ao cuidado que ela me tem causado, pois haverá muitas pessoas que o tomem em ridículo, o que pouco me importa”. Coleção Negócios de Portugal. ANRJ. Caixa 641/271. Carta de 17 de março de 1806. Também citado por Eurico MALAFAIA. **Antônio de Araújo de Azevedo. Conde da Barca, diplomata e estadista. 1787-1817**. Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, 2004.

No terceiro tomo da trilogia *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, o cronista Luiz Edmundo diz que de todos os ministros de D. João o conde da Barca foi “o melhor, e, pelo menos, aquele que pelo nosso país mais fez. E fez por nós tanto, que até um dia o acusaram de ter provado mais amor à nossa terra que a terra em que nasceu”. Talvez seja por isso que Araújo, mesmo tendo sido diplomata português em Haia, na França e na Rússia, e tendo mantido correspondência com várias pessoas célebres de seu tempo – aquele tempo turbulento da Revolução Industrial, Revolução Francesa, Independência dos EUA e das guerras de Napoleão -, tenha ficado desde sua morte meio que sumido até mesmo da historiografia portuguesa. Depois do elogio que lhe foi feito por Sebastião Trigoso na Academia de Ciências de Lisboa em 24 de junho de 1819 (tinha sido membro desta academia) e do resumo de sua vida, muito favorável, feito no Brasil por José Zephyrino de Menezes Brum, no ensaio intitulado *O conde da Barca, seus escritos e sua livraria*, publicado nos *Anaes da Biblioteca Nacional* em 1877, a primeira pessoa a se debruçar mais detidamente sobre a trajetória do ministro e embaixador foi o português Artur da Cunha Araújo.

Ao entrar em contato com documentos da família do conde da Barca, Artur de Araújo captou a importância do nobre diplomata. Ou, como ele mesmo afirmou, “quando folheamos na biblioteca do saudoso colega Dr. Manuel de Oliveira uma valiosa coleção de manuscritos cedidos por parentes do conde da Barca àquele ilustre médico e bibliófilo é que pudemos apreciar a alta consideração e a estima que votavam a Antônio de Araújo nomes como Filinto Elísio (poeta árcade), Correia da Serra (botânico), D. Leonor de Almeida (poetisa árcade) e tantos outros”. A partir daí, ele resolveu então escrever o livro *Perfil do conde da Barca*, editado com recursos próprios em 1840, tendo o seguinte objetivo: “A intenção é bem modesta: lembrar a seus conterrâneos onde contamos velhos laços de amizade e de família, e porventura a algum estudioso, a figura quase esquecida de um limiano que foi, sem favor, um dos mais ilustres homens de seu tempo”, afirma no prólogo, escrito em Vila do Conde em dezembro de 1939.⁷

“Limiano” porque Antônio de Araújo de Azevedo nascera no vilarejo chamado Ponte de Lima, próximo de Ponte da Barca, em 24 de maio de 1754. Trata-se de uma das vilas mais antigas de Portugal, situada bem ao norte do país, no Distrito de Viana do

⁷ ARAÚJO, Artur da Cunha. *Perfil do conde da Barca*. Porto: Edição do Autor, 1939-1940. “Valha como preâmbulo”, p. 8-9.

Castelo. Recebeu o foral de D.Teresa de Leão, Condessa de Portugal, mãe de Afonso Henrique, em 4 de março de 1125. Os pais de Antônio de Araújo de Azevedo, Antônio Pereira Pinto de Araújo de Azevedo Fagundes, senhor do morgado de Sá e da Casa de Lage, e D. Marquesa Francisca de Araújo de Azevedo, senhora da Quinta da Prova, tiveram dez filhos. Herdeiro das terras e do morgadio, Antônio, o mais velho, veio ao mundo, portanto, um ano antes do Terremoto de Lisboa e no mesmo ano de nascimento de Talleyrand (no futuro, os dois influentes diplomatas contemporâneos se aproximariam). Em sua infância e adolescência governava Portugal o déspota esclarecido Sebastião José de Carvalho e Melo, o célebre marquês de Pombal. Poderoso secretário de Estado do rei D. José I, o marquês adotou várias medidas de caráter iluminista que ajudaram a desenvolver a economia portuguesa, mas, por outro lado, prendia e matava as pessoas que por ventura lhe faziam oposição política ou que não lhe agradavam, tendo abarrotado as prisões.

Sobre a trajetória do fidalgo de Ponte de Lima, há também o *Ensaio de Biografia do conde da Barca*, editado no final dos anos 1850, de autoria do coronel José Baptista Barreiros (1893-1965), antigo professor do Instituto de Estudos Militares, que traz informações inusitadas – é o único texto biográfico, por exemplo, que menciona um caso amoroso, transcrevendo trechos das cartas enviadas pela baronesa de Beaumont. Um livro que tentou ser definitivo, sem dúvida alguma, foi o do historiador e membro do Instituto de História e Geografia de Portugal, Eurico Malafaia, intitulado *Antônio de Araújo de Azevedo, Diplomata e Estadista – 1787 a 1817*. Longa e minuciosa homenagem ao conde nos 250 anos de seu nascimento, a obra de Malafaia foi editada em 2004 pelo Arquivo Distrital de Braga e pela Universidade do Minho.

Já mais recentemente, em 2007, foi feita uma dissertação de mestrado pelo historiador e arquivista Abel Rodrigues, denominada *Entre o público e o privado: a gênese do arquivo do conde da Barca (1754-1817)*,⁸ dentro da cadeira de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Além de detalhar os aspectos arquivísticos, Abel aborda amplamente a vida de Barca, fazendo uma análise crítica de ensaios e livros de

⁸ RODRIGUES, Abel Leandro Freitas. **Entre o público e o privado: a gênese do arquivo do Conde da Barca (1754-1817)**. 2007. 341fls. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2007. Disponível em: <[http:// up-pt.academia.edu/AbelRodrigues](http://up-pt.academia.edu/AbelRodrigues)>. Acesso em: 22 maio 2018.

pesquisadores e historiadores que narraram anteriormente a existência do nobre português iluminista. Com isso, seu trabalho se torna essencial para quem estuda o conde da Barca, principalmente dentro da ótica portuguesa.

É claro que nos livros comemorativos ou de conterrâneos de Ponte de Lima praticamente não há críticas ao homem que tanto fez por Portugal e pelo Brasil. Com raras exceções, geralmente só encontramos louvações a seu respeito: fiel ao rei, fiel aos amigos, culto, educado, generoso, diplomata sagaz, ministro diligente. O biógrafo J.Z. Menezes Brum (1825-1893), que foi chefe da seção das estampas da Biblioteca Nacional, nos *Annaes da Biblioteca Nacional* de 1876/1877, após admitir que a obra literária de Araújo era pequena – algumas traduções de poemas e peças de teatro - só lhe faz elogios:

O conde da Barca não foi um gênio inventivo; se, como poeta, não rivalizou com os de primeira plana, e se suas obras literárias não foram numerosas, era, contudo, dotado do mais elevado bom senso, tinha o talento muito especial de bem saber fazer as cousas, e, sobretudo, de tornar-se um dos homens mais utilitários de sua época: sua casa, sua bolsa, seus bons serviços pessoais, seus conhecimentos, seus gabinetes científicos, e enfim, sua livraria, estiveram sempre à disposição de quem deles precisava...ainda hoje esta última serve na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro aos doutos e aos ignorantes, aos nacionais e aos estrangeiros que a consultam, de modo que bem se pode aplicar ao Conde da Barca o conceito da epigrafe gravada na estátua que os Moguntinos levantaram ao seu Gutemberg: ‘Non sibi, sed populis omnibus id sapiunt’ (não é para si mesmo, mas para o povo, a todos os que são sábios).⁹

E J. Z. Menezes Brum acrescenta ainda:

Os bons serviços que o conde da Barca prestou à causa da civilização em geral dão-lhe o direito a uma menção honrosa na História; mas os prestados ao progresso e civilização do Brasil em particular fazem sua memória grata aos brasileiros e nos impõem o dever de inscrever seu nome imorredouro entre os dos homens e benfeitores da terra de Santa Cruz.¹⁰

⁹ BRUM, José Zephyrino de Menezes. **Do Conde da Barca, de seus escriptos e livraria**. *Annaes da Biblioteca Nacional*, Volume II, 1876/1877. Rio de Janeiro: Leusinger & Filhos, 1877. p. 19.

¹⁰ *Ibid.* p. 20.

Nem tudo são flores, porém. No livro *D.João VI, um príncipe entre dois continentes*, de autoria dos portugueses Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, editado no Brasil pela Companhia das Letras em 2008, a visão sobre o conde da Barca chega a ser negativa. Pedreira, mestre em economia e doutor em sociologia, e Costa, pesquisador do Instituto de Sociologia Histórica na Universidade Nova de Lisboa, escreveram o livro em função dos 200 anos da vinda de D. João para o Brasil. Eles não citam o nome do conde da Barca no que diz respeito ao Congresso de Viena e à elevação do Brasil a Reino (os únicos nomes mencionados são os de Talleyrand e do Duque de Palmela), assim como não atribuem a vinda da missão francesa a uma proposta de Antônio de Araújo de Azevedo, o omitindo. Mas detalham bastante o papel intrincado que o diplomata exerceu durante os últimos dias em que detinha o cargo de primeiro-ministro em Portugal, quando foi considerado um traidor, por não ter conseguido evitar a invasão do general Junot. Teria chegado a ser vaiado e apedrejado na noite de 28 de novembro de 1807, a da terrível tempestade em que cerca de 15 mil pessoas¹¹ deixaram o Tejo às pressas em 16 navios, acompanhados pela Marinha Mercante portuguesa e pela esquadra inglesa chefiada pelo almirante Sidney Smith.

Em sua excelente tese, Abel Rodrigues explica que a desavença entre Rodrigo de Sousa Coutinho e Antônio de Araújo de Azevedo começou por ocasião da não assinatura do tratado entre Portugal e França em 1797. Depois seria alimentada pela imprensa brasileira e portuguesa publicada em Londres após 1808, como foi o caso do *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, entre outros jornais ou impressos:

A partir de 1808 assiste-se à partida para Inglaterra de um conjunto de individualidades portuguesas que, a coberto da liberdade de imprensa vigente naquele país, vão procurar obter uma opinião pública mais visível através do lançamento de vários periódicos, que assumiram feições liberais ou proto-liberais, tendentes a alargar os horizontes políticos da sociedade portuguesa. Os periódicos portugueses da primeira vaga de emigração liberal tornavam-se, pois, em espaços de intervenção onde a história se discute e reinterpreta. A discussão pública que promoveram em torno do ‘Portugal Velho’ e das suas decadentes estruturas políticas e sociais é também um debate em torno dos protagonistas políticos e de um vasto leque de actores

¹¹ Segundo o escritor e museólogo Carlos Eduardo Barata, os viajantes perfaziam apenas cinco mil. Já o professor doutor de Arquitetura e Urbanismo da UFF, Nireu Cavalcanti, chegou a uma contagem de cerca de 500 pessoas. Nireu defendeu esse ponto de vista no ensaio “A reordenação da nova sede da Corte”, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 436, jul./set., 2007, ps. 149-199. De acordo com ele, o número fantasioso de 15 mil pessoas foi criado pelo oficial Thomas O’Neil, pertencente à marinha inglesa, que o registrou em suas memórias, publicadas no século XIX.

sociais. É neste contexto que surgem, entre outros, o *Correio Brasileiro* ou *Armazém Literário* (1808-1822), o *Investigador Português em Inglaterra* (1812-1818), *O Portuquez* ou o *Mercúrio Político, Comercial e Literário* (1814-1821) e *O Campeão Português* ou o *Amigo do Rei e do Povo* (1819-1821).¹²

No caso do *Correio Brasiliense*, que recebia apoio de Domingos de Sousa Coutinho, logo no primeiro ano de publicação o ataque foi frontal. O *Correio* acusa Antônio de Araújo de Azevedo de ter ocultado de D. João VI a entrada de Junot em Portugal, havendo, portanto, cometido crime de traição à pátria. A acusação não tinha o mínimo fundamento. Pouco antes de deixarem Lisboa, D. João e Araújo haviam trocado mensagem sobre a possibilidade de um encontro com Junot para demovê-lo da ideia de invadir Portugal. O encontro foi realizado, mas não teve bom resultado. Em 1810, Hipólito da Costa se retrataria, tendo firmado que fora pressionado por Domingos. Em 1812, ano da morte de Rodrigo de Sousa Coutinho, são publicadas no *Investigador Português*, subscritas por Manuel Pereira de Faria, as *12 observações justificativas do Exmo Senhor Antônio de Araújo de Azevedo*. As acusações e defesas sofreriam um interregno de cinco anos, mas voltariam após a morte de Barca, tornando-se virulentas em 1820 e fazendo com que a opinião pública em Londres tivesse a certeza de que havia uma cisão no governo português. Ou, como diz Abel:

Em primeiro lugar, importa referir que, doze anos depois do seu início, a imprensa periódica portuguesa em Londres difundiu junto da opinião pública a certeza da existência de dois grupos distintos na Corte que personificavam diferentes soluções na política do Reino. O desfecho da intriga palaciana era já conhecido, e sentido, por todos. Perante um reino acéfalo, o regime político vigente estava irremediavelmente desacreditado. Em segundo lugar, o debate em torno do ministério liderado por Antônio de Araújo resvala para a acusação pessoal, iniciando assim uma longa tendência que analisa as duas primeiras décadas de Oitocentos, quase exclusivamente.¹³

Ainda sobre a ambiguidade com que era tratado Antônio de Araújo de Azevedo, podemos considerar que uma das visões mais objetivas a seu respeito foi a de Oliveira Lima, em seu clássico livro de 1908, “Dom João VI no Brasil”. Entre D. Rodrigo e Araújo, Lima praticamente não toma partido, apontando pontos fracos e pontos fortes.

¹² RODRIGUES, A., op.cit., p. 49.

¹³ Ibid., p. 57.

Para ele, eram três os melhores ministros de D. João: Barca, Linhares e o duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein. Barca era o mais culto, mas os outros também tinham características bem vantajosas. Ao descrever D. Rodrigo no capítulo IV de seu livro, capítulo este denominado “O primeiro ministério e as primeiras providências”, o diplomata e historiador afirma o seguinte:

Passava D. Rodrigo, com razão, pelo principal corifeu do partido inglês, formando com Barca e Palmela, cada um no seu campo, a trindade dos mais distintos homens de estado portugueses do primeiro quartel do século XIX. Não era absolutamente um hipócrita intrigante como Balsemão (*Luiz Pinto de Sousa Coutinho*), nem um ambicioso trêfego como Seabra (*José de Seabra da Silva*), nem um nulo enfatuado como Ponte de Lima. Era sobretudo um homem de trabalho e essencialmente um homem de bem, dotado de bastante ilustração e de muito patriotismo, com grandes ideias para tudo, posto que um tanto confusas e com fraca relação ao meio em que se movia ou antes aos meios de que podia lançar mão, precipitado talvez, colérico, mesmo violento por pronto a ouvir lisonjas e seguir sugestões, mas sabendo abordar inteligentemente todos os assuntos de administração para os tratar em memórias ou de viva voz com forma fluente e conhecimento de causa (...). Destarte, procurava constantemente acertar no intuito de elevar a nação.¹⁴

Oliveira Lima prossegue:

Dom Rodrigo não só trabalhava como fazia os outros trabalharem, obrigando a todos que o cercavam a esforçarem-se em prol da regeneração pública, e para isto repelindo os ociosos e corrompidos. Sem as qualidades exteriores da sedução de Barca ou de Palmela, era menos superficial e muito mais inteiriço do que o primeiro, muito menos cético e mais audaz do que o segundo. A superficialidade em questão deve todavia entender-se de opiniões, não de conhecimentos, pois que a variada instrução do Conde da Barca era notória, ao passo que da de D. Rodrigo houve quem dissesse com malícia que consistia em saber a primeira linha de todos os artigos da Enciclopédia. O amável Antônio de Araújo nem prejuízos políticos possuía, sendo por índole e por educação um liberal, quando ao contrário D. Rodrigo, se ostentava intelectualmente um certo liberalismo – mesmo porque para ser reformador tem-se que ser inovador - praticamente se revelava de tão autoritário um absolutista puro.¹⁵

A seguir, o historiador descreve sucintamente os ministros que ladearam D. João no Brasil até chegar ao magistrado e político português Thomaz Antônio Vilanova, que concentrou poderes de 1818 a 1821:

¹⁴ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 123.

¹⁵ *Ibid.*, p. 124.

Nos anos de 1818 a 1821, Thomaz Antônio reuniu assim sob a sua direção o reino, o erário, os negócios estrangeiros e a guerra, tendo mesmo chegado um momento, nos começos de 1818, em que com também acumular a marinha o desembargador concentrou em si todo o mecanismo governativo, tornando-se o ministro universal de um rei absoluto. Era preciso que este rei tivesse algum valor para que, preponderando no seu conselho ora um ministro enérgico e inovador como Linhares, ora um indiferente libertino como Galvêas, ora um diletante intelectual e político de horizontes largos como Barca, ora um espírito acanhado e rotineiro como Aguiar, ora um homem de lei apegado às praxes forenses e de curta visão diplomática como Thomaz Antônio, o progresso se mantivesse numa escala apreciável, denunciando uma ação mais ou menos constante, mais ou menos vigorosa, porém una e direta sobre a marcha que tomavam os acontecimentos.¹⁶

Todos colaboraram, portanto, para ajudar D.João VI a mudar o Brasil naqueles idos iniciais no século XIX. Mas esta tese não pretende fornecer um quadro totalizante como o que nos foi fornecido por Oliveira Lima, porque seu objeto de estudo é apenas o “diletante intelectual e político de horizontes largos” chamado Antônio de Araújo de Azevedo, que seria homenageado por seu regente com o título de conde da Barca em dezembro de 1815, ou seja, praticamente um ano e meio antes de sua morte. Por sua visão progressista, o Brasil lhe deve muito e está mais do que na hora de resgatar a sua memória no Brasil. Sua vida, seus feitos, sua argúcia diplomática e a tentativa de tirar nosso país do atraso industrial e educacional no qual se encontrava, tentativa que, no entanto, não pode ser concretizada a contento, seja devido à ação de opositores, seja por seu próprio falecimento em 1817. Barca não queria criar apenas uma Escola de Ciências, Artes e Ofícios. O que ele queria era uma Universidade para o Brasil, como a de Coimbra. Infelizmente seu plano não foi bem acolhido junto a alguns de seus amigos e conselheiros mais influentes, como foi o caso de Ambrósio Joaquim dos Reis, secretário da embaixada portuguesa em Londres...

Enfim, Barca era um daqueles visionários ilustrados que apostavam na originalidade de nosso país. O primeiro deles, talvez, no caso de um luso-brasileiro. Sem querer tomar partido, não podemos tirar também a importância de D. Rodrigo entre os anos de 1808 e 1812. Diz José Jobson de Andrade Arruda em seu livro *Uma colônia entre dois impérios – a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*:

¹⁶ OLIVEIRA LIMA, op.cit., p.152.

Ir ao Brasil significava, sobretudo nas palavras de D. João, poupar o sangue dos seus povos e dar nascimento a um novo Império. Tanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho, identificado com o partido inglês, quanto D. Antônio de Araújo de Azevedo, ao partido francês, não divergiam nas questões mais relevantes quando se tratava da preservação da soberania da casa de Bragança, que ambos, em momentos diferentes, atrelaram à preservação do Império, e muito especialmente, à defesa do Brasil.¹⁷

Já entre os primeiros brasileiros com imensa fé em nosso país tropical, podemos apontar José Bonifácio de Andrada e Silva, que não por acaso era amigo de longa data de Antônio de Araújo de Azevedo, com quem compartilhava o amor pela botânica, pela mineralogia e pelas letras. Mas não apressemos a história. Começaremos a narrar do princípio com um livro que abalou a Europa.

¹⁷ ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma Colônia entre dois Impérios**. A Abertura dos Portos Brasileiros. 1800-1808. Bauru: EDUSC, 2008. p. 38-39.

CAPÍTULO 1 – UM LIVRO SUBVERSIVO

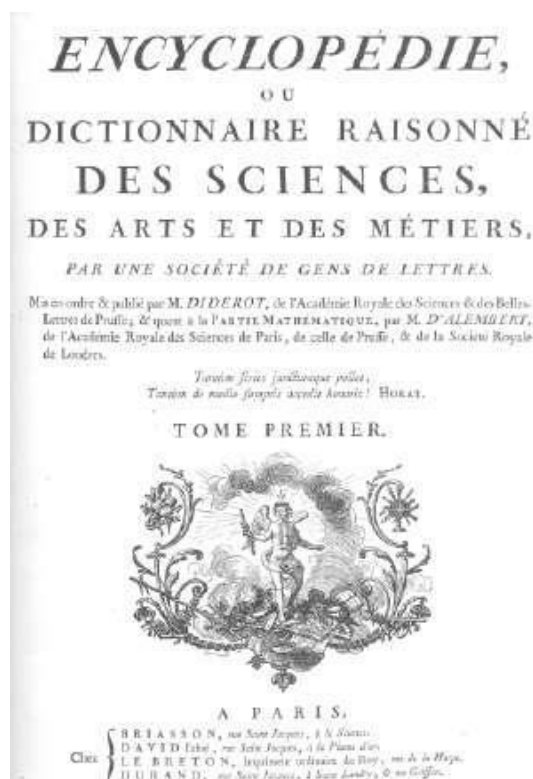


Fig.5 - Capa do Primeiro Volume da **Encyclopédie** ou **Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, par une Société de Gens de Lettres, obra editada em Paris em 1751.

A palavra **Enciclopédia** tem raízes no grego enkyklopaideia, termo provavelmente posto em circulação pelos Humanistas no início da Época Moderna. Literalmente quer dizer o “círculo da educação”, correspondendo ao conjunto organizado do saber a ser ensinado a todo homem de bem. Em 1620, o termo aparece na obra do teólogo calvinista alemão Johann Heinrich Alsted, intitulada *Encyclopaedia VIII Tomis Distincta*. Alsted, preceptor de Comenio, é considerado o maior enciclopedista do Renascimento. No século anterior, em *Pantagruel*, Rabelais também havia usado o termo ao tratar da educação de Panurgo. Mas é efetivamente no dicionário editado pela primeira vez em Londres, no ano de 1728, por Efraim Chambers, intitulado *Cyclopaedia, or a Universal Dictionary of Arts e Sciences*, que a expressão aparece claramente em seu uso moderno, informam os professores José Aluysio Reis de Andrade e José Castilho Marques Neto na introdução da edição

comemorativa dos 200 anos da *Encyclopédia* francesa feita pela UNESP em 1989, com a colaboração de professores da UNICAMP e USP.¹⁸

Em 1745, o livreiro e tipógrafo André François Le Breton quis editar a *Cyclopaedia* de Chambers na França e comprou os direitos de tradução da obra, que já se encontrava na quinta edição. Escolheu para realizar a tarefa o filósofo e escritor Denis Diderot e o matemático e cientista Jean Le Rond D'Alembert. Ao lançar o seu *Prospectus* em 1750, Diderot revelou que havia se afastado da obra de Chambers, propondo um projeto bem mais ambicioso, que visava a “traçar um quadro geral dos esforços da mente humana, em todos os gêneros, em todos os tempos”. Segundo ele, “o objetivo de uma enciclopédia é o de reunir os conhecimentos dispersos sobre a superfície da Terra, expor o seu sistema geral aos homens com os quais vivemos, para que nossos descendentes, tornando-se mais instruídos, tornem-se ao mesmo tempo mais virtuosos e felizes”. Havia se comprometido com o projeto, anunciou, cerca de 160 colaboradores.

Em julho de 1751 apareceria o primeiro volume da obra ícone do Iluminismo, ou seja, a *Encyclopédia*, de Diderot e D'Alembert, um “dicionário raciocinado das ciências, artes e dos ofícios”, que pretendia abarcar todos os gêneros do saber humano (este título, que em francês se escrevia *L'Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciences, Des Arts et Des Métiers*, contem três mudanças em relação ao de Chambers, ao acrescentar as palavras “raciocinado” e “ofícios” e eliminar “universal”). Até 1780, foram publicados 17 volumes in folio de texto, 11 com pranchas e ilustrações, cinco de suplementos e dois de índice geral. O número de verbetes, escritos por filósofos, pensadores, cientistas e escritores, atingia 71 mil. D'Alembert escreveu o *Discurso Preliminar*, espécie de manifesto filosófico que deixava claro que o conhecimento vinha dos sentimentos e sentidos. O corpo e a mente trabalhariam em conjunto com a Razão, a Memória e a Imaginação.

Censurada na Sorbonne, estigmatizada no Parlamento e em alguns meios literários, a extensa obra seria considerada de imediato perigosa pelos membros do Ancien Régime e entraria no índice em 5 de março de 1759, juntamente com o anticlerical *De L'Esprit*, do filósofo francês Claude-Adrien Helvetius, amigo de

¹⁸ DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios por uma sociedade de Letrados**. Discurso preliminar e outros textos. São Paulo: Editora UNESP, 1989. p. 11-12.

D'Alembert. Em 3 de setembro do mesmo ano, o papa Clemente XII ordenou a todos os católicos que possuíam a *Enciclopédia* que deveriam queimá-la com o auxílio de um padre, sob pena de excomunhão, o que era considerado condenação máxima para uma obra.

Eis o que afirma o escritor Robert Darnton na página 17 de seu livro *O Iluminismo como Negócio – História da Publicação da Enciclopédia -1755-1800*, publicado pela Companhia das Letras em 1996:

[...] é importante salientar um fato fundamental que se tornou evidente para as autoridades francesas tão logo o primeiro volume da primeira edição chegou às mãos dos assinantes: a obra era perigosa. Não se tratava meramente de uma coleção, em ordem alfabética, de informações a respeito de tudo; a obra registava o conhecimento segundo os princípios filosóficos expostos por D'Alembert no Discurso Preliminar. Embora reconhecesse formalmente a autoridade da Igreja, D'Alembert deixava claro que o conhecimento vinha dos sentidos, e não de Roma ou da Revelação. O grande agente ordenador era a Razão, que combinava as informações dos sentidos, trabalhando com as faculdades irmãs, Memória e Imaginação. Assim tudo o que o homem conhecia derivava do mundo que o cercava e do funcionamento da própria mente.¹⁹

E Darnton continua:

A *Enciclopédia* defendia o argumento graficamente, com a gravura de uma árvore do conhecimento mostrando como todas as artes e ciências originavam-se das três faculdades mentais. A filosofia compunha o tronco da árvore, enquanto a teologia compunha um tronco remoto, vizinho à necromancia. Diderot e D'Alembert haviam destronado a antiga rainha das ciências, reorganizando o universo cognitivo e realocando o homem, deixando a divindade do lado de fora.²⁰

De nada adiantou, porém, a perseguição do clero e da decadente monarquia, posta em xeque devido às críticas ao caráter divino – alguns volumes chegaram a ficar “presos” na Bastilha em 1770. Somente na França, em várias cidades, foram feitas seis edições de volumes in folio, e também in quarto e in octavo, com os prelos de todos os editores tendo produzido 24 mil cópias da *Enciclopédia* até 1789. Ou seja, o subversivo livro se tornou um best-seller, tendo em seguida se espalhado por toda a Europa, atingindo os leitores que pretendiam tomar conhecimento das ideias expostas em

¹⁹ DARNTON, Robert. **O Iluminismo como Negócio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17.

²⁰ Ibid., p. 18.

verbetes por Diderot, D'Alembert, Voltaire, Rousseau, Turgot, e mais de uma centena de outros colaboradores esclarecidos. Ler a *Enciclopédia* permitia não apenas um novo tipo de sabedoria ou visão de mundo, mas também uma nova postura prática diante da vida. A promessa dos seus editores, como estava no *Prospectus* de Diderot, é que, como um raio de luz, ela construiria um homem melhor, moral e eticamente. E também mais feliz, com uma cultura dinâmica, direcionada à atividade e aos empreendimentos humanos.

Com todo o seu cientificismo e amor pela razão, a *Enciclopédia*, no entanto, não exclui a fé nem Deus. Critica, isso sim, a Escolástica, a Teologia, os Teólogos e o Tribunal da Inquisição. Em resumo, todos os que queriam manter o homem na ignorância, preso a dogmas, impedindo que filosofasse ou raciocinasse livremente. Afirma D'Alembert no fac-símile do *Discurso Preliminar*, editado pela UNESP em 1989:

Outros teólogos mais sinceros, mas também perigosos, juntavam-se a estes primeiros por outros motivos. Embora a religião seja unicamente destinada a regulamentar nossos costumes e nossa fé, julgavam-na feita para instruir-nos também sobre o sistema do mundo, isto é, sobre estas matérias que o Todo Poderoso abandonou expressamente a nossas discussões. Não pensavam que Os Livros Sagrados e as Obras dos Padres, feitos para mostrar ao povo como aos filósofos o que se deve praticar e crer, não deviam, sobre as questões indiferentes, falar outra linguagem senão a do povo.²¹

E ele comenta ainda:

Um tribunal que se tornou poderoso no Sul da Europa, nas Índias, no Novo Mundo, mas em que a Fé não obriga a acreditar nem a Caridade aprovar, e cujo nome a França ainda não pôde se acostumar a pronunciar sem terror, condenou um célebre Astrônomo por ter defendido o movimento na Terra e o declarou herético (...) Era assim que o abuso de autoridade espiritual unida à temporal forçava a razão ao silêncio e pouco faltou para que se proibisse o gênero humano de pensar.²²

²¹ DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios por uma sociedade de Letrados**. Discurso preliminar e outros textos. São Paulo: Editora UNESP, 1989. p. 67.

²² Ibid., p.67.

A fim de se livrar deste cerco, a Filosofia se refugiou nas obras de alguns grandes homens que, “sem terem a perigosa ambição de arrancar a venda dos olhos de seus contemporâneos, preparavam de longe, na sombra e no silêncio, a luz que devia iluminar o mundo pouco a pouco, gradual e insensivelmente”. D’Alembert cita primeiramente Francis Bacon (1561-1626), “o imortal chanceler da Inglaterra, cujas Obras tão justamente estimadas e mais estimadas, contudo, do que conhecidas, merecem ainda mais nossa leitura do que nossos elogios”. Segundo ele, “considerando as ideias sãs e extensas desse grande homem, o grande número de assuntos a que seu espírito se entregou, a ousadia de seu estilo que reúne em toda parte as mais sublimes imagens à mais rigorosa precisão, estaríamos tentados a considerá-lo como o maior, o mais universal e mais eloquente dos filósofos”.

Seus escritos deveriam ser comparados aos de Hipócrates, merecendo a mesma atenção:

E não seriam nem menos admirados nem menos lidos se a cultura do espírito fosse tão cara ao gênero humano quanto à conservação da saúde”. No entanto, somente as Obras dos Chefes de qualquer seita podem ter um certo esplendor; Bacon não pertenceu a esse número e a forma de sua Filosofia opunha-se a isso. Era ela por demais sábia para espantar alguém; a Escolástica, que dominava a sua época, não podia ser derrubada senão por opiniões ousadas e novas e não parece que um Filósofo que se contente em dizer aos homens *eis o pouco que aprendestes, eis o que vos resta procurar* seja destinado a fazer muito sucesso entre seus contemporâneos. Ousáramos mesmo censurar um pouco o Chanceler Bacon por ter sido talvez um pouco tímido, senão soubéssemos com que discrição e, por assim dizer, com que superstição deve-se julgar um gênio tão sublime.²³

Com algumas modificações, foi de Bacon, o autor de *Da Dignidade e do Progresso dos Conhecimentos Humanos*, do *Novo Órgão das Ciências* e cunhador da frase “Saber é Poder”, que os Enciclopedistas tomaram emprestado a Árvore do Conhecimento que usaram em sua obra. O autor do *Discurso Preliminar* da Enciclopédia explica:

Declararemos aqui que devemos, sobretudo, ao chanceler Bacon a Árvore enciclopédica de que já falamos com muitas minúcias e que será encontrada no final deste Discurso. Nós o tínhamos confessado em vários trechos do Prospecto, voltamos novamente a fazê-lo e não perderemos nenhuma ocasião

²³DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean Le Rond, op. cit., p. 67.

para repeti-lo. Contudo, não julgamos dever seguir ponto por ponto o grande homem que reconhecemos aqui como nosso mestre. Se não colocamos, como ele, a razão após a imaginação, é porque seguimos, no Sistema enciclopédico, preferencialmente a ordem metafísica das operações de Espírito à ordem histórica de seus progressos desde a renascença das Letras; ordem que o chanceler da Inglaterra tinha talvez em vista, até certo ponto, quando fazia, como o diz, o censo e a enumeração dos conhecimentos humanos.²⁴

E acrescenta:

Aliás, sendo o plano de Bacon diferente do nosso, e tendo as Ciências feito desde então grande progresso, não se deve surpreender termos tomado, algumas vezes, um caminho diferente (...) Encontrar-se-á logo após nossa Árvore Enciclopédica a do Filósofo inglês; é a maneira mais curta e mais fácil de fazer com que se distinga o que nos pertence daquilo que tomamos a ele.²⁵

Depois de Francis Bacon, Jean Le Rond D'Alembert deu destaque a René Descartes (1596-1650), seu Método, sua Dióptrica, “a maior e mais bela aplicação já feita da Geometria à Física”, que tentava explicar a gravitação dos corpos pela força centrífuga do Turbilhão. “Essa explicação da gravitação é uma das mais belas e das mais engenhosas hipóteses que a Filosofia já imaginou. Por isso, para abandoná-la foi preciso que os Físicos tivessem sido levados, como contra a vontade, pela teoria das forças centrais e por experiências feitas muito tempo depois. Reconheçamos, portanto, que Descartes, forçado a criar uma Física, não pode criá-la melhor; foi preciso, por assim dizer, passar pelos turbilhões para chegar ao verdadeiro sistema do mundo, e que, se se enganou sobre as leis do movimento, pelo menos foi o primeiro a adivinhar que devia havê-las”, observou.

E após Descartes – “um chefe de conjurados que teve a coragem de ser o primeiro a elevar-se contra um poder despótico e arbitrário e que, ao preparar uma revolução brilhante, lançou os alicerces de um governo mais justo e mais feliz” – D'Alembert destacou entre os cientistas e pensadores que deram grandes contribuições ao conhecimento humano Isaac Newton (1643-1727), John Locke (1632-1704), Isaac Barrow (1630-1677), Galileu Galilei (1564-1642), William Harvey (1578-1657), Christiann Huygens (1629-1695), Blaise Pascal (1623-1662), Nicolas Malebranche

²⁴DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, JEAN, Le Rond, op. cit., p. 69.

²⁵Ibid., p. 69.

(1638-1715), Robert Boyle (1627-1691) e Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), fazendo uma observação final que, crê, “não deverá surpreender os filósofos”:

Não foi em vida que os grandes homens de que acabamos de falar transformaram a face das Ciências. Já vimos por que Bacon não foi chefe de seita; duas razões se acrescentam àquela que apresentamos. Esse grande Filósofo escreveu várias de suas Obras num retiro ao qual seus inimigos o haviam forçado e o mal que haviam feito ao homem de Estado não pôde deixar de prejudicar o autor. Aliás, unicamente ocupado em ser útil, talvez tenha abarcado demasiadas matérias para que seus contemporâneos tivessem de deixar-se esclarecer ao mesmo tempo sobre tão grande número de objetos. Não se permite aos grandes gênios tanto: deseja-se realmente aprender alguma coisa deles sobre um assunto limitado, mas não se quer estar obrigado a reformar todas as próprias ideias de acordo com as deles.²⁶

A observação é interessante, porque a *Enciclopédia*, sendo obra de vários estudiosos e sábios, objetivava exatamente isso, revolucionar todas as ideias de sua época. Os verbetes tinham três segmentos capitais, as Ciências, as Artes Liberais e as Artes Mecânicas. Sobre as Ciências já se havia escrito muito e sempre se escreveria. No caso das Artes Liberais havia tratados: “a República das Letras estava inundada”. Teria sido melhor, observa D’Alembert, escrever menos e melhor. Por isso os escritores selecionados para serem os colaboradores da grande obra foram geralmente os reconhecidos como os melhores, os que escreviam de maneira mais clara e apontavam suas fontes. De qualquer forma, ele enumera os prosadores e poetas, ou seja, os Letrados, que mais recentemente haviam dado grande contribuição às Letras, citando Balzac, que “hoje por demais desprezado, deu à nossa Prosa nobreza e ritmo”, Corneille, Racine, Despréaux, Molière, La Fontaine e Bossuet. Quanto aos pintores, cita Poussin, Le Sueur, Le Brun, Lulli e Quinault, destacando que “As Belas-Artes estão de tal forma unidas às Belas-Letras que o mesmo gosto que cultiva umas leva também a aperfeiçoar as outras”.

Já no que se refere às Artes Mecânicas, os enciclopedistas enfrentaram grandes dificuldades, porque na porta de entrada para os tempos modernos praticamente não havia livros a respeito. Foi necessário procurar os operários, conversar com eles,

²⁶ D’ALEMBERT. Discurso Preliminar. In: DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean Le Rond, op.cit., p. 75.

conhecer as máquinas com as quais trabalhavam, e desenhá-las. Eis o que sobre o tema afirma D'Alembert na página 97 de seu *Discurso Preliminar*:

Eis o que tínhamos de expor ao público sobre as Ciências e sobre as Belas-Artes. A parte das Artes Mecânicas não exigia nem menores detalhes nem menores cuidados. Escreveu-se demais sobre as Ciências; não se escreveu suficientemente bem sobre a maioria das Artes Liberais, quase nada se escreveu sobre as Artes Mecânicas, pois o que é o pouco que se encontra nos Autores em comparação com a extensão e a fecundidade do assunto? Entre os que dela trataram, um não era suficientemente instruído sobre o que tinha a dizer e cumpriu menos seu objetivo do que mostrou a necessidade de uma Obra melhor. Um outro apenas aflorou a matéria, tratando-a antes como Gramático e como Letrado do que como Artista. Um terceiro é, na verdade, mais rico e mais operário; mas é, ao mesmo tempo, tão breve que as operações dos Artistas e a descrição de suas máquinas, esta única matéria capaz de fornecer Obras consideráveis, ocupam apenas uma minúscula parte da sua. Chambers quase nada acrescentou ao que traduziu de nossos Autores. Tudo, portanto, nos determinava a recorrer aos operários.²⁷

Este encontro gerou constatações espantosas:

Dirigimo-nos aos mais hábeis de Paris e do Reino; tivemos o trabalho de ir até suas oficinas, de interrogá-los, de escrever o que ditavam, de desenvolver seus pensamentos, de extrair deles os termos próprios de suas profissões, de estabelecer seus índices (...) Há artistas que são ao mesmo tempo Letrados e poderíamos aqui citá-los, mas seu número seria muito pequeno. A maioria dos que exercem as Artes Mecânicas somente as abraçaram por necessidade e somente operam por instinto. Entre mil, mal encontramos uns doze em condições de se expressarem com clareza sobre os instrumentos que usam e sobre as obras que fazem. Vimos operários que trabalham há quarenta anos sem nada conhecerem de suas máquinas.²⁸

Alguns ofícios eram tão singulares que, ao menos que se trabalhasse pessoalmente com as próprias mãos, vendo a obra se formar diante dos próprios olhos, seria possível falar dela com exatidão. Os enciclopedistas envolvidos com o projeto perceberam que não tinham palavras para descrever o trabalho destes artistas mecânicos, que se entendiam conversando entre si muito mais pela repetição das conjunturas do que pelo uso dos próprios termos. Daí nasceu a necessidade de se fazer Figuras:

Enviaram-se Desenhistas às oficinas. Tomou-se o esboço das máquinas e das ferramentas. Nada foi omitido do que podia mostrá-las distintamente aos

²⁷ D'ALEMBERT, Discurso Preliminar. In DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond, op.cit., p. 97.

²⁸ Ibid., p. 97.

olhos. No caso de uma máquina merecer detalhes pela importância de seu uso e pelo grande número de suas partes, passou-se de simples ao complexo. Começou-se por reunir, numa primeira figura, tantos elementos quanto se pudessem perceber na confusão. Numa segunda figura veem-se os mesmos elementos com alguns outros. Foi assim que se formou sucessivamente a máquina mais complicada, sem nenhuma dificuldade nem para o espírito nem para os olhos. É preciso algumas vezes remontar do conhecimento da obra ao da máquina e outras vezes descer do conhecimento da máquina ao da obra.²⁹

Ao todo foram desenhadas 600 figuras, espalhadas entre os verbetes de Ciências, Artes Liberais e Artes Mecânicas:

Os dois volumes que formarão (*na realidade os volumes de ilustração no final da edição chegaram a 11*) não serão a parte menos interessante desta Obra, pelo cuidado que teremos de colocar no verso de uma Prancha a explicação daquela que lhe estará defronte, com remissões aos textos do Dicionário referentes a cada figura. Um leitor abre um volume de Prancha, percebe uma máquina que aguça sua curiosidade: é, se quisermos, uma máquina de fabricar pólvora, papel, seda, açúcar, etc, e lerá defronte figura 50,51, ou 60, etc; máquina de fabricar pólvora, engenho de açúcar, máquina de fabricar papel, fiação de seda. Encontrará em seguida uma explicação sucinta dessas máquinas com remissões aos verbetes PÓLVORA, PAPEL, AÇÚCAR, SEDA, etc...³⁰

Os 17 mil verbetes escritos pelos cerca de 160 colaboradores iam desde os assuntos mais espirituais e teóricos aos mais práticos e artesanais. Da página 101 a 109 do *Discurso Preliminar*, D'Alembert deu o crédito aos principais. O verbete de História Natural, por exemplo, foi escrito pelo senhor Daubenton, doutor em Medicina da Academia Real de Ciências, conservador e demonstrador do Gabinete de História Natural. A Teologia ficou a cargo do Abade Mallet, doutor em Teologia da Faculdade de Paris. A Gramática foi descrita pelo senhor Du Marsaus. Metafísica, Lógica e Moral constituíram um verbete desenvolvido pelo Abade Yvon, “metafísico profundo e de extrema clareza”. O verbete sobre Jurisprudência coube ao senhor Toussaint, advogado do Parlamento e membro da Academia Real de Ciências.

E assim se segue: a Aritmética e a Geometria elementar foram revistas pelo abade de La Chapelle; os verbetes sobre Fortificação, Tática e Arte Militar foram feitos pelo senhor Le Blond, professor de Matemática dos Pajens da Grande Cavalaria do rei; o Talhe das Pedras ficou a cargo do senhor Goussier; a Jardinagem e a Hidráulica

²⁹ DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond, op. cit., p. 99.

³⁰ Ibid., p. 99.

ficaram a cargo do senhor Antoine-Joseph Dezallier D'Argenville, conselheiro do rei, autor de uma obra intitulada *Théorie e Pratique de Jardinage* e de um *Traité d'Hydraulique*. A Náutica ficou a cargo de Jacques-Nicolas Bellin, cartógrafo, hidrógrafo e engenheiro da Marinha francesa, membro da Real Sociedade de Londres. Ele escreveu mais de 900 artigos para a *Encyclopédie*. A Relojoaria e a descrição dos instrumentos astronômicos ficaram a cargo do senhor J.B. Le Roy.

Anatomia e Fisiologia foram escritas pelo senhor Tarin, doutor em Medicina. A Medicina, a Matéria Médica e a Farmácia, couberam ao senhor De Vandenesse, doutor Regente da Faculdade de Medicina de Paris. A Química ficou a cargo de Paul Jacques Malouin; a Arquitetura coube ao senhor Jacques François Blondel; a Pintura, a Escultura e a Gravura foram escritas pelo senhor Paul Landois. O filósofo e escritor Jean-Jacques Rousseau, de Genebra, autor de um livro intitulado *Dissertation sur la Musique Moderne*, escreveu sobre Música. O senhor Cahusac, da Academia de Belas Letras de Mautaban, “autor de *Zeneide*, *Fêtes de L'Amour*, e de *L'Hymen* e de várias outras obras que tiveram muito sucesso no teatro lírico”, escreveu para os enciclopedistas os verbetes sobre Balé, Dança, Ópera e Decoração.

O senhor Le Monnier, das Academias Reais de Ciências de Paris e de Berlim, da Sociedade Real de Londres e médico ordinário de Sua Majestade em Saint-Germain-em Laye, escreveu os verbetes sobre Imã e Agulha Magnética. O próprio D'Alembert reviu todos os verbetes de Matemática e Física, enquanto que a Diderot coube a parte mais árdua da pesquisa: a descrição das Artes Mecânicas. Aquela descrição que contou com a participação de operários e amadores. Ou seja, ofícios que Diderot “se deu ao trabalho de ver e sobre os quais mandou construir modelos para estudá-los mais à vontade”.

Ainda segundo o *Discurso Preliminar* (página 105), Diderot “entregou-se a esse trabalho com um interesse que honra as Letras e com um zelo digno da gratidão de todos aqueles que as amam ou as cultivam e, particularmente, das pessoas que concorreram para o trabalho da *Encyclopédie*. Ver-se-á, por este volume, como é considerável o número de verbetes que esta Obra lhe deve. Entre eles, há alguns muito extensos, como Aço, Agulha, Ardósia, Anatomia, Animal, Agricultura, etc”. Houve pessoas, por outro lado, que sem terem escrito verbetes completos, deram contribuições importantes. O senhor Conde D'Herouville de Claye, tenente geral dos Exércitos do Rei, enviou aos enciclopedistas suas memórias sobre Mineralogia. Também o senhor Venelle, versado em Física e Química, forneceu importantes informações sobre

Mineralogia. O senhor Dupin, arrematante de impostos, obteve sobre as Salinas todos os esclarecimentos necessários. Os senhores De Prades e Yvon forneceram memórias relativas à História da Filosofia e Religião.

O senhor Le Romain, engenheiro chefe da Ilha da Grenade, forneceu conhecimentos necessários sobre os Açúcares e as máquinas que pode observar em suas viagens. O senhor Goussier, já citado no Talho das Pedras, forneceu a Diderot explicações sobre Violaria e fabrico do Órgão, “máquina imensa que pormenorizou partindo das memórias do senhor Thomas, seu associado neste trabalho”. No que diz respeito à Imprensa e à Livraria, os próprios editores da Enciclopédia deram espontaneamente todas as informações necessárias. Mas a fundição de caracteres tipográficos ficou a cargo do senhor Fournier.

E os verbetes, é claro, não pararam por aí, havendo quem auxiliasse os enciclopedistas a respeito de Vidrarias, Cervejaria, Tintura, Tecelagem, Fabricação de Tecidos Ricos, Tear para Veludo, Brocados, Trabalho da Seda, Douração de Lingotes, Fabricação da Gaze, Tear para meias, Malharia, Serralheria, Ferraria, Fundição de Canhões, Fabricação do Fio Metálico. O princípio básico era o de que todo o conhecimento humano deveria estar dentro da Grande Obra, não havendo separação entre o conceitual e o técnico, teoria e prática.

E o que tudo isso tem a ver com Antônio de Araújo de Azevedo, o pequeno fidalgo criado no Norte de Portugal? Como aconteceu com vários homens de sua época, a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert o impregnou, assim como seu ideário. Detinha duas edições. A que foi publicada por Diderot na França encontra-se até hoje em nossa Biblioteca Nacional, estando incluída no catálogo da Coleção Arajuense. Já em Portugal, no catálogo da Biblioteca de Lisboa pertencente a Araújo, há ainda outra edição, feita em Neufchâtel. Sem falar que também era dono de uma *Enciclopédia Metódica*, mais concisa, lançada em 1782 pelo livreiro Panckouke, e até mesmo da versão original inglesa de Chambers. Entre os enciclopedistas, Araújo era dono de obras de Rousseau, Voltaire, Montesquieu, D’Alembert, além de possuir também o excomungado *L’Esprit* de Helvetius.

Terá a Obra organizada por Diderot e D’Alembert tornado Araújo um homem melhor, como os enciclopedistas prometiam? Mais cultivado, culto e educado, com certeza. Não só a *Enciclopédia*, mas todos os livros que leu e colecionou, por ser um bibliófilo criterioso, que não poupava recursos para adquirir as obras raras que tanto

ambicionava. E não havia setor ou nicho do conhecimento que deixasse de interessá-lo, já que Araújo não compartimentava em caixinhas o conhecimento humano, seguindo o princípio iluminista de valorizar todos os saberes, princípio este que de certa forma voltou a estar em voga em nossos dias.

CAPÍTULO 2 – AS REVOLUÇÕES

a) A oficina do mundo

Na segunda metade do século XVIII, reinava um clima de rivalidade entre a França e a Inglaterra. Enquanto a França, com seus 28 milhões de habitantes ou 20% da população europeia continuava essencialmente agrícola e praticamente feudal, a Inglaterra, com apenas 7,7 milhões de habitantes, melhorara sua produção agrícola, tendo passado da fase da pequena produção local de subsistência, e se desenvolvia industrialmente, com a utilização do carvão e o uso da máquina a vapor. Já tendo indústria têxtil, metalurgia e crédito bancário para fomentar o comércio, os ingleses, mesmo com as perdas que sofreram com a Independência dos EUA, ameaçavam a economia francesa.

Objetivando evitar o acirramento da competição, as duas nações assinaram em setembro de 1786 o Tratado Eden-Rayneval. O representante inglês foi William Eden D'Auckland e o francês, Mathias Joseph Berard de Rayneval. Por um breve período, o acordo pôs fim à guerra econômica entre os dois países, ao estabelecer um sistema mútuo de redução progressiva de tarifas alfandegárias. Mas apesar de bem-intencionado seria prejudicial à França, já que na prática favoreceu mais os produtos manufaturados ingleses do que os vinhos franceses. O resultado seriam falências e desemprego entre os franceses. Antes, em 1783, a Inglaterra já havia assinado outro tratado, em Paris, no qual reconhecia a liberdade de suas ex-colônias, aceitando a formação dos Estados Unidos da América, e firmara acordos em separado com a França, Espanha e Países Baixos.

Foi nessa Europa dividida entre essas duas forças políticas que o fidalgo Antônio de Araújo de Azevedo, futuro leitor da *Enciclopédia*, passaria a infância e a adolescência em Ponte de Lima, tendo testemunhado também os feitos e as arbitrariedades do “déspota esclarecido” Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, até 1777, quando morreu D. José I e assumiu o trono português Dona Maria I, que após a morte do marido e dois filhos, ao ficar doente, seria chamada de *A Louca*. No início de seu reinado, no entanto, ainda lúcida e muito carola, fora conhecida como *A Piedosa*, por ter aberto as prisões, libertando 800 prisioneiros que se encontravam em

conventos e cárceres há 19 anos, e ter permitido que voltassem para o país muitos dos exilados, entre eles seu primo João de Bragança, o segundo duque de Lafões.

Em seu livro *The Age of Improvement 1783-1867* (A Era do Progresso ou Melhoramento), o historiador inglês Asa Briggs descreve algumas características da Inglaterra da Revolução Industrial e da virada do século XVIII para o XIX, uma Inglaterra que passaria a ser chamada de oficina do mundo e “onde o sol nunca se punha”, devido à sua dimensão imperial (suas possessões iriam da Europa até a Ásia). Vamos tentar resumi-las aqui. A ordem social, antes rigidamente dividida em *ranks* ou estamentos, foi modificada lentamente, com as oligarquias dividindo o poder com as nascentes classes média e trabalhadora. A palavra classe, segundo Briggs, foi cunhada exatamente durante a Revolução Industrial inglesa.

Tudo aconteceu através de um processo e não de uma ruptura social, política e econômica. A expressão Revolução Industrial, segundo Asa Briggs, foi cunhada pelos franceses. Quanto às mudanças no campo, foram provocadas por uma Revolução Agrícola, causada pelos *Enclosure* ou *Inclosure Acts* (o fim dos pastos comuns e a imposição de cercas) e pelo uso de máquinas agrícolas, que aumentaram a produtividade. Ainda sobre o termo Revolução Industrial, vale a pena acrescentar a observação feita por Eric J. Hobsbawm em seu livro *A Era das Revoluções*: “o próprio nome de Revolução Industrial reflete seu impacto relativamente tardio sobre a Europa. A coisa existia na Inglaterra antes do termo. Os socialistas ingleses e franceses só o inventaram por volta da década de 1820, provavelmente por analogia com a revolução política na França”.

Eram muitas as vantagens inglesas para chegar ao estágio de desenvolvimento que chegou. O equilíbrio adquirido com séculos de Carta Magna e a liberdade vigente no país encorajavam a indústria e o comércio. No campo, a terra pertencia a famílias e não a indivíduos. As fazendas eram em pequena escala. Nas cidades, os negócios, em sua maioria, também eram familiares.

Mesmo quando a pirâmide social era rígida, dividida entre degraus de subordinação e autoridade, havia uma preocupação com os pobres, que tinham que ser colocados sob a proteção dos ricos (*patronage*). Ou seja, o rico tinha que dar o pão para milhares de industriais trabalhadores e muitas paróquias ofereciam subsídios, a partir das famosas *Poor Laws*, existentes desde o tempo da rainha Elizabeth I. Essa pirâmide social foi muito bem descrita por Jane Austen em seus romances. As heroínas sempre

pobres, após muitas aventuras, se casavam com os nobres ricos devido à força do amor. As pessoas eram medidas em libras. Os grandes proprietários com títulos armoriais e brasões tinham mansões rurais e casas em Londres (isso acontece com os protagonistas em *Razão e Sensibilidade*, *Orgulho e Preconceito* e *Mansfield Park*). Havia ainda uma pequena nobreza, os cavaleiros (*yeoman*) ou guardas do rei, os mercadores magnatas, que retiravam sua riqueza de todas as partes do mundo, e também os mercadores locais, membros do comércio doméstico, com fortunas crescentes.

Abaixo dos príncipes do comércio e dos remediados vinham os artesãos, homens com ofícios especializados, superiores e inferiores. E as pessoas do campo. Adam Smith não fala apenas da mão invisível do liberalismo, mas também de uma mão invisível que reduz a tensão entre ricos e pobres. Os ricos satisfaziam os seus desejos vãos, mas dividiam com os pobres o produto de seus ganhos através da filantropia privada.

Após 1750, novas instituições foram criadas para os doentes, os velhos, os prisioneiros, as crianças pobres. Afirmo o escritor, musicólogo e magistrado britânico John Hawkins (1719-1789): “Vivemos numa era em que a Humanidade é moda”. Humanidade, no sentido de sentimento humanitário, e também de mobilidade. Era possível se tornar um cavaleiro adquirindo fortuna. “*Trade in England makes gentleman*”. Na política muitos homens abriram as portas do poder pagando homenagem aos de sangue e à aristocracia, entre eles o avô do primeiro-ministro William Pitt.

O comércio deu nova força à toda a nação, alterando hábitos e costumes. Segundo o doutor Samuel Johnson, “ouro e prata destroem a subordinação feudal”. O historiador Asa Briggs diz ainda que o tamanho da população, o estado da pobreza e a provisão de educação mudaram a estrutura da sociedade. Em 1796 foi criada uma sociedade filantrópica para ajudar os pobres. Sir Frederick Morton Eden escreveu três volumes de pesquisa sobre as condições dos pobres, com o seguinte título: *The State of the Poor, or a History of the Labouring Classes in England from the Conquest to the Present Period*. E Alexis de Tocqueville, em seu livro *Ensaio sobre a pobreza*, critica a caridade pública inglesa como um direito legal, já que se corria o risco de pessoas saudáveis também serem subvencionadas pelo Estado (*o que parece a discussão sobre bolsa família aqui no Brasil*) Apesar de que o resultado final das leis que protegiam os pobres era um país com menos indigentes.

Uma grande questão surgiu: deveriam os pobres ser educados ou não? De início, ensinar a ler e a escrever era considerado um grande perigo social. Asa Briggs nos conta que escolas paroquiais foram atacadas por colocarem em risco as leis de subordinação. Com isso, não houve, é claro, um corte súbito com o passado. Uma revolta da noite para o dia, uma transformação universal. A Inglaterra permaneceu sendo uma comunidade predominantemente agrária e comercial. Muitas de suas empresas industriais nasceram de uma rede mercantil que existia antes da energia a vapor, as unidades eram pequenas.

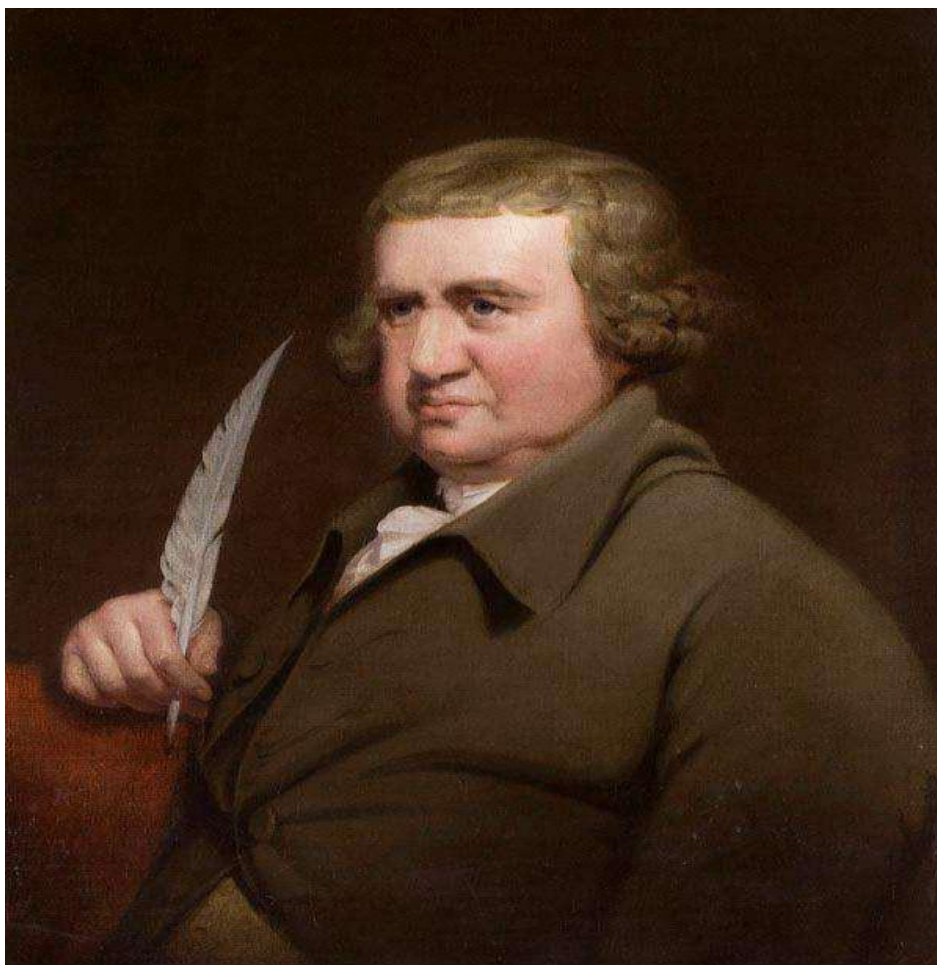


Fig.6 - O naturalista Erasmus Darwin, avô de Charles Darwin. Quadro pintado por Joseph Wright of Derby em 1792.

Erasmus Darwin, avô de Charles Darwin, que era naturalista, simpatizante da Revolução Francesa e abolicionista, escreveu o poema *Botanic Garden* (1789/1791), que na realidade eram dois poemas, um deles denominado *The Economic of Vegetation* e o outro *Loves of the Plants*. No primeiro, ele celebrava a inovação tecnológica, a

descoberta científica e oferecia teorias sobre questões como a história do cosmos. No segundo, o mais popular, revia e ilustrava a classificação de plantas do botânico, zoólogo, médico e taxonomista sueco Carolus Linnaeus (Carlos Lineu).

Para o poeta Wordsworth, as portas da natureza haviam sido abertas com fábricas, oficinas, minas e forjas.³¹ Esta foi a grande conquista técnica do século XVIII, apesar de que foram as mudanças no pensamento do século XVII que possibilitaram a reviravolta, como havia profetizado Francis Bacon. A crença na capacidade humana permitiu a união da arte (técnica) e indústria, e apelou para a imaginação de poetas e a razão de economistas. Uma vez abertas as portas da Natureza, elas não podiam ser fechadas. Descobertas levavam a novas descobertas. A história dos anos de 1784 a 1867, observa Briggs em seu livro, é a história de uma contínua revolução industrial e somente os homens dos meados do século XIX puderam ver todo o processo em perspectiva, mas a revolução ainda não tinha acabado.

As mudanças no final do século XVIII foram sociais e intelectuais, além de técnicas e econômicas. Houve grande aumento de população no período, expansão do comércio, surgimento de novos grupos sociais, como os capitães da indústria e os operários, criação de novas pressões políticas e novas instituições sociais, assim como novas maneiras de pensar e agir e, sobretudo, uma nova visão da sociedade. Enfim, a visão total da ordem social foi transformada pelo carvão, pelo ferro, algodão e vapor, crescimento e progresso. Homens, máquinas, matérias, energia. Madeira de construção, vigas. Desenvolvimento industrial em larga escala.

Três avanços técnicos foram de extrema importância: a mecanização da indústria têxtil, uma nova tecnologia de fabricação de ferro e extração de carvão e a introdução do vapor, mudanças que haviam sido fruto de uma longa história de experimentos e de inovação³². O primeiro grande produtor de algodão foi Sir Richard Arkwright (1732-1792), tendo se destacado pela invenção de uma máquina de fiar através da qual a fibra de algodão se transformava em fio, a *spinning-frame*. Posteriormente, iniciou o processo fabril ao instalar uma fábrica de grandes dimensões (1711) acionando a sua máquina, agora denominada como *water-frame*, através da força-motriz de uma corrente de água que movia as pás de uma roda. Este processo permitiu a fabricação massiva de

³¹ BRIGGS, Asa. **The Age of Improvement 1783-1867**. EUA: Longman Paperback, 1979. p. 18-19.

³² Ibid., p. 21.

algodão e foi uma das precursoras da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. A patente de Arkwright durou até 1781. Em 1785 todos podiam ter empresas de tecelagem, com o vapor sendo aplicado na máquina de fiar rolos (*rollens*).

Em 1785 o reverendo Edmund Cartwright, nascido em Nottinghamshire, criou o primeiro tear mecânico movido a vapor, revolucionando a fabricação de tecidos e aumentando sua produção. Estudou em Wakefield e, após se graduar na Oxford University (1779), foi nomeado reitor da igreja de Goadby, em Marwood, Leicestershire (1779). Quando conheceu, em 1784, Sir Richard Arkwright, em Derbyshire, e suas instalações de produção, começou a pensar numa maneira de desenvolver um equipamento que beneficiasse a produção de tecidos. No ano seguinte, patenteou seu primeiro modelo de tear que instalou em uma fábrica de sua propriedade, aberta em Doncaster. Tornou-se cônego em Lincoln (1786), onde passou a explorar mais intensamente seu lado inventivo. Patenteou uma máquina de desfiar lã (1789) e uma máquina de fabricar cordas (1792). Como não era um homem de negócios, quebrou (1793) e foi forçado a fechar sua fábrica, mas continuou usando sua criatividade e ainda se destacou com a invenção de um motor a álcool (1797). Apesar de tantos inventos continuou sem fazer fortuna, mas o governo britânico premiou-o, em consideração às suas invenções, com £10.000, em 1809. Com este dinheiro comprou uma fazenda em Kent e passou o resto da vida aperfeiçoando máquinas agrícolas. Suas máquinas a vapor foram essenciais para que a Revolução Industrial fosse possível, pois foi a riqueza do algodão que criou a base financeira para que a Inglaterra fosse capaz de explorar seus tesouros de ferro e carvão.

Outro empreendedor importante foi Henry Cort, ao criar um processo combinado de *puddling* and *rolling* de ferro, ou seja, laminação e ferro liquefeito em fornalha ou forno de fundição antes de se transformar em barras, o que tornou possível a produção em larga escala de ferro forjado com o combustível de carvão (*coal fuel*). Em 1788 foram produzidas na Inglaterra e em Gales 60.000 toneladas de ferro gusa contra 25.000 seis anos atrás. Oito anos depois, somavam 125 mil toneladas. O aço (*steel*) começou a ser produzido 1740. Em 1787 havia apenas 20 cadinhos de aço na Inglaterra, um segredo que não era conhecido no Continente. O Palácio de Cristal de 1851,

construído com ferro e vidro, foi a coroação da Idade do Ferro da Revolução Industrial.³³

A Inglaterra tinha embaixo de sua superfície a maior reserva de carvão da Europa Ocidental fora a do Ruhr. A concentração de carvão e a produção de ferro criou vastas áreas de *black country* (país negro), com o mais eficiente combustível e força barata através de incentivos econômicos. Nos primeiros anos do século XVIII, a região produtora de carvão do Norte longínquo foi aberta, com ligações com o mercado ativo de Londres. O carvão era necessário para o aquecimento, antes de ser energia, *power*. Nas minas foram necessários dispositivos de bombeamento, trilhos e vagões. Essas dificuldades técnicas foram sendo solucionadas ao longo do século, e a produção britânica de carvão subiu de 3 milhões de toneladas em 1700 para 10 milhões em 1800.

O terceiro avanço foi a energia a vapor (*steam power*), inventada pelo gênio britânico e sustentada pelo capital britânico. Aumentou o conforto humano não só na Inglaterra, mas em várias partes do mundo civilizado. Foi bem melhor para as indústrias do que a água intermitente e insuficiente, tendo libertado as empresas das quedas de água. Em 1755, James Watt e Matthew Boulton patentearam a energia a vapor (moinhos a vapor).³⁴ Em 1782, eles vendiam energia,, o que faria Boulton dizer em 1800: “O que o mundo inteiro quer? Energia (power)”. De 1775 a 1800 Boulton e Watt puseram a funcionar 496 motores. Em 1783, houve uma nova patente para John Wilkinson. Arkwright também usava o vapor na fiação.³⁵

Surgem várias sociedades para o desenvolvimento da criatividade, habilidade, conhecimento técnico, industrial e comercial. Entre elas, a Sociedade para o Estímulo das Artes, Manufaturas e Comércio, fundada em 1754, o Comitê de Manchester para Proteção e Encorajamento do Comércio, 1774, e a Sociedade Lunar, da qual participavam Erasmus Darwin, Boulton e Watt. Os inventores precisavam atrair homens de negócios que vinham de vários *ranks* da sociedade e eram capazes de descobrir as oportunidades do mercado. Um desses homens foi James Wedgwood, oleiro ou ceramista (*pottery*). Avô de Charles Darwin pelo lado materno, Wedgwood presenteou Catarina da Rússia com um conjunto de porcelana pintada, que tinha como modelo a chinesa. Sua linha de porcelana mais popular era a Queensware. Ficou milionário. Sua

³³ BRIGGS, A., op.cit., p. 23.

³⁴ Ibid., p. 25-26

³⁵ Ibid., p. 26.

riqueza permitiria anos depois que seu neto se dedicasse à pesquisa, já que a mulher de Darwin, sua prima Emma, também era uma Wedgwood.

De acordo com Asa Briggs, eis as qualidades que eram exigidas de um empresário: promoção de vendas, habilidade para manter e aumentar o capital, habilidade para escolher um lugar para a empresa, cuidado no planejamento, sucesso em selecionar e lidar com os trabalhadores, saber manter livros contábeis, ser capaz de competir, garantir monopólios. Gerir trabalhadores era uma nova arte, pois o sistema anterior de trabalhadores individuais (que trabalhavam em casa ou oficinas individuais), garantia a independência, mesmo que fossem explorados pelos comerciantes e intermediários. Tendo assegurado um lugar e uma fábrica, o novo dono do estabelecimento ou gerente da grande oficina tinha que disciplinar, domar a força de trabalho. Paciência era uma qualidade melhor do que dureza, apesar de não haver boa receita para boas relações industriais e em muitos lugares as relações serem ruins desde o princípio.

A Revolução Industrial foi a era dos canais ou da canal-mania, com o pico ocorrendo em 1790. Foram construídos 53 novos canais e baixados vários atos de navegação, com o Parlamento tendo autorizado 5 milhões de libras em obras. Esses canais diminuíram o custo do transporte de carvão e pedra. Os dividendos oferecidos foram elevados. O Oxford Canal rendeu 30% ao ano em 30 anos. Foi também um tempo de abertura de estradas e de farta concessão de crédito. Os *quakers* faziam empréstimos mútuos, quando necessários, criando uma rede de auto-ajuda que permitiu uma suave transição do comércio para a indústria, através da transferência direta de capital. As empresas aplicavam o lucro em capital fixo, mas precisavam de capital circulante para pagar matéria prima, salários, e manter suas fábricas em ordem. Com isso aparece a necessidade de crédito de curto prazo e bancos surgem em todo país.

Esses bancos eram intermediários financeiros que faziam transferências de fundos de Londres para as províncias. Em 1784 havia cem bancos. Em dez anos o número triplicou. Custodiavam depósitos. Faziam o papel de supridores de dinheiro e emprestadores a curto prazo. As corretoras intermediárias eram ligadas ao Banco da Inglaterra, onde os bancos descontavam seus títulos e buscavam ouro em último recurso. O capital de longo prazo era local.

Máquinas, crédito, transporte e matérias primas estavam a serviço do homem. A população crescia e havia aumento do consumo. O progresso técnico exigia mais

trabalho, criando uma demanda maior por mãos. O trabalhador casava mais cedo e gerava mais crianças, com a demanda pelo trabalho infantil encorajando famílias maiores. Em 1801, a Inglaterra e Gales tinham 9 milhões de habitantes. E houve um aumento de mais 3 milhões e meio de habitantes, por ano, até 1850. A exploração do trabalho feminino e infantil foi chocante, mas aos poucos foram surgindo leis para regular o mercado de trabalho, como mostrou Karl Marx em *O Capital*.

Houve declínio na taxa de mortalidade atribuído ao aumento no número de hospitais, mas os hospitais ainda eram lugares muitos perigosos. O que realmente causou a queda na mortalidade foi a melhora geral no meio ambiente. A melhoria na construção das casas, através da troca de madeira por tijolos. A urbanização das vilas e cidades. A substituição do algodão lavável por roupas mais pesadas. O uso da cerâmica. Uso do sabão e da água mais pura para a higiene e, também, limpeza. As mudanças técnicas na agricultura também ajudaram, com a melhora no transporte, a estocagem e as facilidades de mercado reduzindo a fome.

Durante algum tempo houve quem acreditasse na teoria de Malthus de que a população crescia geometricamente e a comida aritmeticamente. Logo, fatalmente haveria uma crise alimentar, que faria com que a população decrescesse ao nível da subsistência.³⁶ Mas, ao contrário, pela metade do século XIX, Malthus já era considerado irrelevante. A população da Inglaterra atingiu 22 milhões em 1871. E mesmo assim não houve fome, porque o país não era dependente de seu próprio alimento. Abastecia-se fora, importando, já que ocorrera uma grande melhoria no transporte internacional. Além de que internamente produzia mais por área de terra. Ou seja, o aumento da população não contava diante dos avanços tecnológicos e industriais.

É importante assinalar que, apesar dos avanços técnicos, industriais, e na produção, em 1780 a Inglaterra ainda era majoritariamente agrícola. As pessoas eram empregadas na terra e os vilarejos eram mais importantes para o núcleo familiar do que as cidades. Mesmo as indústrias ficavam no campo e a população dependia das colheitas. Boas colheitas aumentavam a atividade econômica e melhoravam o humor da sociedade. Estimulavam o crédito, davam ímpeto à indústria. Mantinham a população urbana contente. Más colheitas obrigavam a aumentar a importação de alimentos. Restringiam o crédito e a produção industrial.

³⁶BRIGGS, A., op.cit., p. 34.

As duas revoluções inglesas, a Industrial e a Agrícola, foram similares em invenção e empreendimento. Assim como ocorreu no caso da indústria, alterações graduais foram modificando a agricultura inglesa do século XVII ao XVIII. Em 1851, o setor agrícola empregava um de cada trabalhador na idade de 20 anos. Os Enclosure Act para pequenas áreas foram sendo baixados desde o século XII, mas se tornaram mais comuns com a Revolução Industrial. Em 1801, houve uma consolidação desses atos (*The Inclosure Consolidation Act*). E em 1845 novamente um *Enclosure Act* foi aprovado, determinando que as terras podiam ser cercadas sem prévia aprovação do Parlamento. Com as terras cercadas, os proprietários, querendo retorno maior, cobravam um aluguel mais alto das pessoas que trabalhavam em seus terrenos. E também exigiam maior eficiência nas técnicas produtivas. Isso fez com que muitos camponeses deixassem o campo e fossem trabalhar em fábricas localizadas nas cidades. Mas não foi essa apenas a causa da migração do trabalhador para as cidades. Os salários eram mais altos e as oportunidades econômicas mais variadas.

As cidades tinham problemas: falta de eficiência administrativa, preocupações com economias privadas, desconfiança quanto às ações coletivas, inadequado desenvolvimento da engenharia civil. Centros de descontentamento e perigo, no século XIX as cidades permaneciam sendo escuros borões na paisagem inglesa. Entre 1785 /1800 e 1811 foi aprovado o *Improvement Act*, que resultou em pavimentação, iluminação de ruas, resolução de obstruções e obstáculos. Criação de policiamento, mercados, suprimento de água. Não havia, no entanto, larga escala nestas mudanças. Concentravam-se no centro dos distritos residenciais.

Os portos tiveram uma idade de ouro, sobretudo Liverpool e Bristol. Melhoria das docas e navegação dos rios Mersey e Weaver. Nessas cidades havia uma sociedade mais variada do que a economia local de estaleiros, construção naval, navegação. E também foi aplicado um novo *Improvement Act*, com melhoria de ruas, construção de novas e pavimentação. Bristol livrou-se de estorvos e obstáculos. Uma cidade considerada muito bela era Newcastle upon Tyne, símbolo de orgulho cívico. Só perdia em beleza para Bath e também tinha sua Sociedade Filosófica e Literária, que fora fundada em 1793. Mais povoada do que. Newcastle, Portsmouth foi drenada e pavimentada na virada do século, enquanto Southampton, residência de famílias respeitáveis e lugar de águas, tinha vários prédios elegantes. Balneários chiques eram Bath, construída em 1760, que virou moda em 1810, Brighton e Windermere, no

coração do Lake District. O Príncipe de Gales visitou Brighton pela primeira vez em 1783 e quatro anos depois construiu lá uma residência, o Marine Pavilion, desenhado por Henry Holland. George III preferiu Weymouth, no Canal da Mancha. Já Oxford, cidade universitária, era conhecida por ter as mais belas e largas ruas.

Londres³⁷, no entanto, tinha todo o atrativo da grande metrópole. Sua população correspondia a um décimo de toda a Inglaterra. E crescia sem parar, assim como as ruas e as praças. Em torno da grande Londres, havia pequenas comunidades, com todos os contrastes do país e do século. Elegância e miséria, planejamento e caos. Lá ficavam a sede do governo e o Parlamento, e usufruía-se da vida social: bailes, clubes, jogo, moda, prazer. Havia casas elegantes em *West End*, decoradas pelos irmãos Adam. Os móveis em sua maioria seguiam o estilo de Thomas Chippendale e os retratos eram pintados por Joshua Reynolds, o primeiro presidente da Academia Real, fundada em 1768. E também por seu rival George Romney, por Thomas Gainsborough, que viveu 14 anos em Bath, e por Johann Zoffany.

Para os homens de negócios, Londres era The City, o centro financeiro. Com seu centro institucional, que era o Banco da Inglaterra, seus nervos nos negócios de seguros, docas e armazéns. Para artesãos e lojistas, era o lugar das oportunidades. Para os pobres, era o cenário da *Ópera do Mendigo*, ou seja, *Beggar's Opera* (1724), do poeta e dramaturgo John Gay (1685-1732), ou de um romance de Charles Dickens (1812-1870). O *East End*, especialmente nas margens do Tâmesa, consistia de velhas casas, ruas estreitas e escuras, mal pavimentadas. O contraste entre os dois bairros, *West End* e *East End*, era surpreendente. No primeiro, as casas eram novas e elegantes. Os bairros soberbos. As ruas largas.

Em 1800 a Grã-Bretanha deve ter produzido perto de 10 milhões de toneladas de carvão, ou cerca de 90% da produção mundial. A França produziu apenas 1 milhão. Esta imensa indústria era grande o bastante para estimular a invenção básica que iria transformar a indústria de bens de capital: a FERROVIA. Pois as minas não só necessitavam de máquinas de vapor como de meios de transporte para trazer grandes quantidades de carvão do fundo das minas até a superfície e da superfície para os pontos de embarque.

³⁷ BRIGGS, A., op.cit., p. 48-49.

A linha entre o campo de carvão de Durham e o litoral (Stockton-Darlington, 1825) foi a primeira das modernas ferrovias a ser inaugurada. Tecnicamente, a ferrovia é filha das minas. Na Inglaterra, elas surgiram entre 1825 e 1830. Nos EUA, em 1827, e na França, em 1828. Na Bélgica e na Alemanha em 1835 e, na Rússia, em 1837. De certa forma, em si, a ferrovia é o mundo moderno. Como o carro, o avião e o cabo telegráfico inauguraram uma nova revolução científica. Na metade da década de 1840, observa o historiador Eric J. Hobsbawm, “o capital encontrou as ferrovias, que não podiam ter sido construídas tão rapidamente e em tão grande escala sem essa torrente de capital. Era uma conjuntura feliz, pois de imediato as ferrovias resolveram virtualmente todos os problemas do crescimento econômico”.³⁸

b) França: liberdade, igualdade, fraternidade

Eric J. Hobsbawm localiza sua *Era de Revoluções* entre 1789 e 1848, dois marcos franceses: a queda da Bastilha e a revolução de 1848, da qual nasceria a Segunda República e o Segundo Império, encabeçado por Napoleão III, sobrinho de Napoleão. Antes de 1780 a França, assim como a Inglaterra, também apresentava avanços industriais. Depois de 1780 abriu-se um abismo, uma lacuna que existiria até meados do século XIX. A França vivenciou a turbulenta revolução de 1789, com todas as suas mudanças sociais e políticas. Na Inglaterra havia uma revolução industrial em progresso. As duas revoluções atravessaram fronteiras. As ideias francesas e as técnicas inglesas ajudaram a moldar o mundo moderno a partir do século XIX.

Diz Hobsbawm:

“Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente pela influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e as fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793”.

³⁸ HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979. p. 64.

Enquanto a Inglaterra durante a Revolução Industrial vivia a estabilidade de suas Leis e dos fundamentos da Revolução Gloriosa, a monarquia constitucional com Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns e um rei duradouro³⁹, a França, de 1789 a 1848, viveu o furacão das revoluções.

Mesmo a Revolução Francesa, que vai de 1789 a 1799, há quem diga que não foi uma só, por incluir a Assembleia dos Estados Gerais (nobreza, clero, terceiro estado), Assembleia Geral Nacional (terceiro estado votando por cabeça, não como classe ou grupo), Queda da Bastilha, Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Assembleia Constituinte, votação da Constituição (1791), República Girondina (moderados), República Jacobina, a morte do rei em 1793, Convenção ou Terror (1793 a 1794, com 40 mil pessoas condenadas à morte pelo Comitê de Salvação Pública), Reação Girondina, nova Constituição e Diretório (1795-1799).

Ainda de acordo com Hobsbawn, a Revolução Francesa foi diferente de todas as revoltas e agitações políticas que a precederam, abalando o Antigo Regime, e que a sucederiam. Tratou-se de um movimento social de massa, incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável. Ela é a revolução do seu tempo e teve peculiaridades específicas. Durante todo o século XVIII a França foi a maior rival econômica da Grã-Bretanha. Seu comércio externo se multiplicou quatro vezes de 1720 a 1780; seu sistema colonial foi em certas áreas (como nas Índias Ocidentais) mais dinâmico do que o britânico. Mesmo assim não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista.

Já enfrentando problemas econômicos sérios, que o fisiocrata Turgot tentaria solucionar sem sucesso, o país apoiaria a Revolução Americana e, apesar de ter derrotado a Inglaterra, o custo dessa vitória seria a bancarrota total. Além disso, a revolução eclodiu também pela chamada reação feudal. Entre os 23 milhões de franceses, 400 mil pessoas formavam a nobreza de primeira linha, que gozava de consideráveis privilégios, inclusive de isenção de impostos e de tributos federais. Politicamente, no entanto, estava enfraquecida, já que a monarquia absoluta criara uma classe média governamental. Como a inflação reduzira o valor das rendas fixas, como

³⁹ George III, que foi rei da Grã-Bretanha e Irlanda de 25 de outubro de 1760 até 1801 e, depois, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, até a sua morte, em 23 de janeiro 1820.

aluguéis, durante todo o século XVIII, na França, os nobres, explica Hobsbawn, “invadiram os postos oficiais que a monarquia absoluta preferia preencher com homens da classe média, politicamente inofensivos e tecnicamente competentes”,⁴⁰.

Consequentemente, a nobreza não só exasperava os sentimentos da classe média por sua bem-sucedida competição pelos postos oficiais, como corroía o próprio Estado através da crescente tendência de assumir a administração central e provinciana. Os cavaleiros provincianos, por outro lado, extorquiam dinheiro do campesinato. A situação desta classe, que compreendia 80% de todos os franceses, estava longe de ser brilhante, mesmo para os que possuíam alguma terra. Sofriam, sobretudo em tempos de má colheita, com a fome geral tendo sido intensificada pelo aumento da população. Durante os 20 anos que precederam a Revolução, a situação do campesinato tinha piorado.

Enfim, o quadro no campo era explosivo. E mais explosivo ficou com a deterioração das finanças do governo. A estrutura fiscal e administrativa do reino era obsoleta e a tentativa de remediar a situação por meio de reformas, feita entre 1774 de 1776, fracassou. Com a participação na Revolução Americana, os gastos passaram a exceder a renda em 20%, e isso não tinha nada a ver com as extravagâncias de Versalhes e de Maria Antonieta, que representavam 6% dos gastos totais do Tesouro francês em 1788. “A guerra, a marinha e a diplomacia constituíam um quarto, e metade era consumida pelo serviço da dívida existente. A guerra e a dívida – e a guerra americana e sua dívida – partiram a espinha da monarquia”, afirma Hobsbawn em seu livro já clássico.⁴¹

O resto da história já passa a ser bem conhecido. A aristocracia tenta recapturar o poder, clamando pela convocação dos Estados Gerais, velha assembleia feudal do reino desativada desde 1614. Não poderia prever a ação revolucionária do terceiro estado, dominado pela classe média, e desprezou a profunda crise em meio à qual havia lançado suas exigências políticas. Impregnada por ideais liberais, da maçonaria e dos filósofos iluministas, essa classe média ou burguesia lutaria para transformar a reunião dos Estados Gerais numa assembleia de deputados que votaria individualmente, ao

⁴⁰ HOBSEBAWN, op.cit., p. 75.

⁴¹ Ibid., p. 76.

contrário do corpo feudal tradicional que deliberava por ordens ou categoria, situação em que a aristocracia e o clero sempre derrotavam o terceiro estado.

Desta vez, com mais de 600 representantes, entre eles os que haviam sido indicados indiretamente pelos trabalhadores pobres e camponeses analfabetos, o Terceiro Estado sairia vitorioso, tendo proposto, em Assembleia Nacional, a reforma da Constituição. Iniciava-se a Revolução, que resultaria na Queda da Bastilha e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789.

De início, havia entre alguns nobres e políticos, como Mirabeau, a esperança de que a figura do monarca fosse preservada com a instituição de uma monarquia constitucional. Mas após a Noite de Varennes, a de tentativa de fuga do rei, e sua morte na guilhotina, veio a República e o Terror. Mesmo assim não é a memória do sangue que se espalhou por toda a Europa, e sim da legenda libertária de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, até hoje em vigor (foi citada por Emmanuel Macron ao se tornar presidente da França em 2017). É por isso que Hobsbawm afirma que entre todas as revoluções contemporâneas, a Francesa “foi a única ecumênica, ou seja, seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram”⁴².

Após o Diretório, viria Napoleão como primeiro-cônsul (Golpe de 18 do Brumário, novembro de 1799), imperador (em 1804, com 35 anos) e conquistador da Europa, tendo sido derrotado em Leipzig em 1813 pela Sexta Coligação, após uma campanha desastrosa na Rússia em 1812 e uma guerra equivocada na Península Ibérica. Com isso, teve que abdicar em 1814 e se viu obrigado a se exilar na ilha de Elba. Sua volta duraria somente cem dias, ocorrendo nova derrota, a definitiva, em Waterloo, e o novo exílio em Santa Helena, até a morte em 1821.

A queda de Napoleão seria seguida pela restauração dos Bourbons (Luís XVIII e Carlos X), pelo governo do liberal rei Luís Filipe de Orleans (1830 a 1848), o “rei burguês” ou “rei das barricadas” (que reformou a Constituição dos Bourbons), pela revolução de 48 e pela Segunda República. Eleito presidente, Luís Napoleão Bonaparte, filho de Hortênsia Beauharnais e Luís I da Holanda, irmão de Napoleão, daria um golpe em 1851 e se manteria no governo como Napoleão III até 1870.

Todas essas mudanças políticas não podiam fazer bem à economia de um país que se encontrava em guerra constante com seus inimigos, e obviamente não o fizeram.

⁴² HOBSBAWN, op.cit., p. 73.

A moeda durante a Revolução eram os inflacionários *assignats*. Os negócios não podiam progredir. Nem no campo nem na cidade. Com isso, a França ia demorar a chegar perto da Inglaterra, que sempre fora seu principal concorrente na Europa. Sejam os *sans-culottes*, que haviam participado da Revolução Francesa em Paris, os pequenos camponeses, os burgueses, os pequenos negociantes, os lojistas, todos se transformariam em pessoas cautelosas quanto às suas finanças. O que não quer dizer que não sonhassem em ficar milionários de um dia para o outro.

Afirma Hobsbawn:

Na França, estabeleceram essa cidadela inexpugnável de pequenos e médios proprietários camponeses, pequenos artesãos, e lojistas, economicamente retrógrados, mais apaixonadamente devotados à Revolução e à República, que tem dominado a vida do país desde então. A transformação capitalista da agricultura e de pequena empresa, a condição essencial para um rápido desenvolvimento econômico, foi reduzido a um **rastejo**, e com ela a velocidade da urbanização, a expansão do mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora, e, conseqüentemente, o ulterior avanço da revolução proletária. Tanto os grandes negócios quanto os movimentos trabalhistas foram longamente condenados a permanecer fenômenos minoritários na França, ilhas cercadas por um oceano de donas de mercearias, vendedores de milho, pequenos proprietários camponeses, e donos de cafés.⁴³

Ele ainda resume tudo o que aconteceu em uma só frase: “o resultado da Revolução Francesa foi que a Era de Balzac substituiu a Era de Madame Du Barry” (página 72). Em outras palavras, a era do grande escritor da *Comédia Humana* substituiu a de Du Barry, verdadeira representante do Ancien Régime. Tendo nascido em 1743, Jeanne Bécu, a poderosa amante de Luís XV, morreu guilhotinada em 1793.

Honoré de Balzac nasceu em 1799, ano do Golpe do Brumário de Napoleão, e morreu em 1850. Dizia que faria com a pena o que Napoleão, seu grande ídolo, fez com a espada. Escreveu 88 novelas, com mais de 2 mil personagens, e tinha um mundo na cabeça, a sociedade francesa de seu tempo, que foi sobretudo o da Restauração e o de Luís Felipe, o rei constitucional e liberal, do qual Balzac não gostava, porque era adepto da monarquia absoluta. Além da aristocracia “restaurada” ou aquela que sobreviveu com títulos que haviam sido concedidos por Napoleão, os tipos criados pelo grande romancista francês são em sua maioria criados, caixeiros viajantes, lojistas, vendedores,

⁴³HOBSBAWN, op.cit., p. 88.

perfumistas (Cesar Biroteau), funcionários, pequenos ou grandes comerciantes (como o pai Goriot, fabricante de massas, ou o pai de Eugênia Grandet, dono de terras e vinhedos), jornalistas, editores, gráficos, atrizes, artistas. Em seus livros, ele não descreve grandes manufaturas funcionando. O proletariado não se encontra presente, fora o caso do aguadeiro que auxiliou Desplein a se tornar médico, dos sacrificados tipógrafos de David Séchard, e dos Tonsard, dos protagonistas aproveitadores de *Os Camponeses*, livro político, muito apreciado por Marx. que mostra a luta de classes no campo. Balzac chega a usar a palavra “operário” para o camponês esperto, malicioso, que roubava lenha do patrão e o enganava, usando o seu pasto, assim como emprega “capitalista” para o nobre dono de uma propriedade agrícola ou latifundiário. Mas não se trata de um operário de fábrica, e o capitalista em questão tirava sua renda da terra, não da exploração da mais valia de seus empregados.

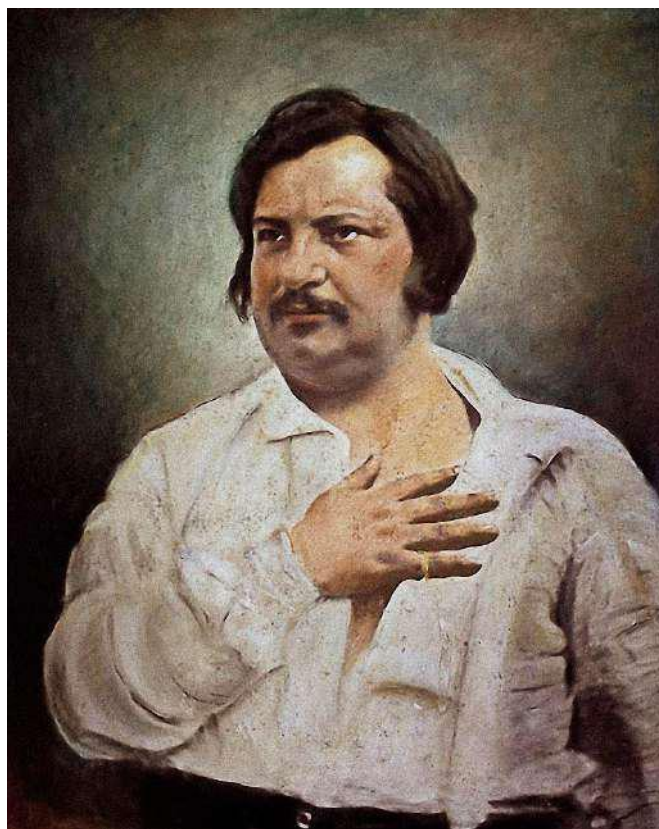


Fig.7 - Balzac, admirador de Napoleão. Pintura de Louis-Auguste Bisson baseada num daguerreótipo de 1842.

Agora, é enorme na *Comédia Humana* uma malta de especuladores, banqueiros, usurários, avaros, arrivistas, políticos e funcionários mal intencionados, todos

querendo subir o mais rápido possível na vida, não importando os meios. Já que os principais personagens de sua *Comédia Humana* são a cobiça por dinheiro, Paris e Vautrin (sanglier, javali), o homem mau que se deu bem como ladrão, informante e chefe de polícia desde a Revolução de 1789 até a revolta de 1832 (Luís Filipe), quando perdeu o emprego e se tornou detetive. Na vida real, chamava-se Vidocq e tornou-se amigo de Balzac. Em *O Pai Goriot*, obra-prima do romance moderno, Vautrin explica ao jovem Eugène de Rastignac, quando os dois se encontraram na pensão Vauquer, como sobreviver em Paris:

Uma fortuna rápida é o problema que se propõem resolver agora mesmo cinquenta mil rapazes que se acham na mesma situação que você. Você é uma unidade desse número. Avalie os esforços que terá de fazer e a ferocidade do combate. Como não há cinquenta mil bons lugares, vocês terão de devorar-se uns aos outros, como aranhas num frasco. Sabe como é que a gente faz carreira aqui? Pelo brilho da inteligência ou pela habilidade da corrupção. É preciso penetrar nessa massa humana como um projétil de canhão ou insinuar-se no meio dela como uma peste. A honestidade não serve para nada. Todos se curvam ao poder do gênio; odeiam-no, tratam de caluniá-lo, porque ele recebe sem partilhar; mas curvam-se, se ele persiste. Numa palavra, adoram-no de joelhos quando não puderam enterrá-lo na lama.⁴⁴

O bandido, que tinha vários disfarces e vários nomes, diz ainda:

A corrupção representa uma força, porque o talento é raro. Assim como a corrupção é a alma da mediocridade que abunda, você sentirá sua picada por toda parte. Verá mulheres cujos maridos só têm seis mil francos de vencimentos gastarem mais de dez mil em vestidos. Verá empregado de mil e duzentos francos comprarem terras. Verá mulheres prostituírem-se para passear na carruagem do filho de um par da França... Desafio-o a dar dois passos na França sem encontrar trapaças infernais. Aposto minha cabeça contra este pé de salada como você irá encontrar um vespeiro na casa da primeira mulher que lhe agradar, mesmo que seja rica bela e jovem. Todas elas vivem procurando iludir as leis, em guerra com os maridos propósito de tudo. Eu não acabaria mais de falar se fosse preciso explicar-lhe os negócios indecorosos que se fazem por amantes, vestidos, pelos filhos, pelo lar ou pela vaidade, raramente pela virtude, pode estar certo. Assim, o homem honesto é o inimigo comum...⁴⁵

⁴⁴ BALZAC, Honoré de. **Pai Goriot**. Obras Escolhidas. Volume III. Porto Alegre: Editora Globo, 3ª edição, 1958. p. 94- 95.

⁴⁵ Ibid., p.95.

Se a França se atrasou na industrialização, ela não deixava de ter manufaturas têxteis, pois sempre foi um país que deu valor excessivo à moda, requinte, estética, arte, panos luxuosos. Nem é preciso pensar em Maria Antonieta. Basta se lembrar de Versalhes e dos costumes de etiqueta impostos por Luís XIV e por seu irmão Duque de Orleans, o Delfim. Além disso, tinha vários cientistas de renome. Balzac menciona em seu famoso prefácio ou *Avant-Propos* o debate entre os naturalistas Georges Cuvier e Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, revelando que o acompanhou e que preferia a tese de Saint-Hilaire, a quem dedicou *O Pai Goriot*. Enquanto para Cuvier as espécie animais não haviam mudado desde a criação, Saint-Hilaire acreditava na mutação das espécies, antecipando a tese evolucionista de Charles Darwin, o neto de Erasmus Darwin e James Wedgwood. Ele integrou a comissão científica de Napoleão ao Egito (1798), onde coletou grande número de espécimes, e fundou o Instituto do Cairo. De volta a Paris, foi eleito membro da Academia de Ciências, que mais tarde passou a presidir.

Podemos citar ainda, apenas como exemplo, dois amigos da Academia de Ciências. Um deles é Antoine François de Fourcroy (Paris, 15 de junho de 1755/Paris, 16 de dezembro de 1809), químico e político francês que foi responsável pela criação do Museu Nacional de História Natural e pela reorganização do ensino superior, assim como de liceus e colégios. No âmbito da química, descobriu o fosfato de magnésio, desenvolveu estudos sobre a gelatina e albumina e melhorou o processo de separação do estanho e do cobre. O outro cientista francês, considerado o “Pai da Química”, é Antoine Laurent de Lavoisier, que nasceu em Paris em 1743. Recebeu uma boa educação no colégio Mazarin e aos 22 anos ganhou a medalha de ouro da Academia de Ciências por um projeto de iluminação para as ruas de Paris. Aos 25 anos, foi eleito membro da Academia Real de Ciências da França. Com esta idade tomou uma decisão que lhe seria fatal: associou-se a Ferme Générale, uma sociedade privada que tinha o direito de cobrar impostos em nome da Coroa francesa. Aos 26 anos, conheceu Marie Anne Pierrette Paulze (1758-1836), filha de um dos sócios majoritários da Ferme Générale, e casou-se em 1771. Marie Anne auxiliaria o marido em suas pesquisas.

As principais descobertas de Lavoisier foram a do oxigênio e a da relação entre respiração e reação de combustão. Depois de incontáveis experiências, ele conseguiu demonstrar que o novo gás descoberto era necessário para que ocorresse a combustão, ou seja, sem o oxigênio não haveria a queima. O químico apontou ainda que esse gás era parte do ar atmosférico. Tais descobertas causaram uma revolução na época, já que

desbancaram a teoria do flogístico, que dizia que toda substância inflamável continha esse fluido misterioso, perdido no momento da combustão.

Ao longo de sua vida, propôs a Lei de Conservação da Massa ou Lei de Lavoisier, a qual mostrava que, nas reações de combustão, as massas de todas as substâncias envolvidas permaneciam inalteradas. A massa que ele havia pesado no início, antes da reação, era a mesma do final desde que a reação fosse feita em um recipiente fechado. Com isso, ele chegou à sua famosa lei que diz que, em uma reação química, a massa dos reagentes é igual à massa dos produtos. Hoje essa lei é mais conhecida pelo seguinte enunciado: "na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma." Em 1789, publicou a obra *Tratado Elementar de Química*, que fornecia uma nomenclatura moderna para 33 elementos, o que foi muito importante porque antes a alquimia usava uma linguagem obscura para referir-se aos elementos.

O fim do grande cientista, no entanto, foi trágico. Com a Revolução Francesa, o povo considerou os membros da Ferme Générale rentistas inimigos. Preso em 1793, Lavoisier foi guilhotinado em 1794, aos 51 anos, em plena Place de la Révolution em Paris, atual Place de la Concorde. A frase que o célebre matemático francês Joseph-Louis Lagrange disse quando soube de sua morte resume bem esse acontecido e suas consequências: "Só um minuto para cortarem aquela cabeça, e talvez cem anos não nos deem outra igual.". Há quem tenha considerado Fourcroy, que na época pertencia à Convenção, uma espécie de traidor, achando que poderia ter usado sua influência política para salvar o amigo. Mas é uma tese que nunca foi comprovada.

Ainda sobre este período da virada do século XVIII para o XIX, um bom resumo foi feito por Arno Wehling, historiador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas páginas iniciais do Capítulo I de seu livro *Estudo, História, Memória: Varnhagem e a construção da Identidade nacional*:

Enquanto predominou o historismo, ou o que denominamos de historicismo romântico e erudito, no decorrer da primeira metade do século XIX, o problema básico da Europa ocidental, em termos estruturais, foi o desmonte mais ou menos revolucionário da sociedade estamental, com toda a sua legião de significados: industrialismo, liberalismo, expansão da burguesia e do proletariado, redimensionamento das esferas do público e do privado, reestruturação do Estado. [...] As transformações econômicas e sociais deste período, largamente estudado pela historiografia da revolução industrial e pela historiografia social, entre outras abordagens, com amplo leque de opções teórico-metodológicas e/ou ideológicas, giram em torno da passagem da sociedade agrária para a industrial, do pré-capitalismo para o capitalismo, da sociedade tradicional para a newtoniana, do feudalismo para o capitalismo. Qualquer destas polarizações, cuja nomenclatura deriva de

diferentes perspectivas epistemológicas, aponta para o trânsito de uma economia restrita, de mercado limitado, tecnologicamente rudimentar, de precária atividade financeira, de mão de obra pouca ou não especializada, tradicionalista, corporativa e predominantemente analfabeta, para uma economia que seria a antítese desta.[...] O ritmo deste processo, suas gradações, variações regionais, o seu ‘atraso’ ou ‘adiantamento’ em relação ao protótipo inglês, e questões semelhantes, forneceram subsídios para a rica problemática historiográfica construída desde o século XIX por sucessivas gerações de historiadores, sobretudo na França, Inglaterra e Alemanha.⁴⁶

E Arno Wehling complementa:

[...] as relações de poder, condicionadas pelo que Labrousse denominou de ‘a passagem do estado de ordens para o estado de classes’, envolveram aspectos novos e inusitados para aqueles que os viveram, como a questão do equilíbrio entre as diferentes funções do Estado, da relação centro-periferia e da representação censitária ou universal. [...] Finalmente, e como corolário de toda a transição, a extinção gradual da ‘comunidade’ de sentido medieval e sua substituição pela sociedade com a nucleação definitiva da família e a substituição dos vínculos próximos – familiares, pessoais, corporativos, paroquiais, pela macro-solidariedades, cristalizadas pela ideologia: nacionalismos, partidos políticos, revolução. Hegel foi, sem dúvida, quem melhor diagnosticou a nova era na Filosofia da História e na Filosofia do Direito.⁴⁷

c) Reforma pombalina

Vivendo neste mundo de profundas transformações ocasionadas por revoluções e descobertas científicas – os inventos não pararam com as guerras, muito pelo contrário, parece que foram alimentados por elas - Antônio de Araújo de Azevedo, como já foi dito, passou a adolescência e início da maturidade nos tempos do marquês de Pombal, já que nasceu em 1754 e Pombal (1699-1782) se tornou ministro de D. José I de 1755 a 1777, ano em que o rei morreu. Logo, é fato que o rapazinho de Ponte de Lima tomou conhecimento das práticas cruéis adotadas pelo ditador, mas também teve condições de tomar conhecimento das medidas ilustradas de desenvolvimento, que não poderiam ser criticadas, mesmo vindo de quem vinham.

⁴⁶ WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória:** Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. p. 21-22.

⁴⁷ Ibid., p. 24 -25.



Fig.8 - O marquês de Pombal. Pintura atribuída a Joana do Salitre, 1770. Museu de Lisboa.

Foram e são muitas as biografias e os ensaios sobre a polêmica figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, entre eles *Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo*, do historiador britânico Kenneth Maxwell, o *Perfil do marquês de Pombal*, do escritor português Camilo Castelo Branco, e *O marquês de Pombal, a lição do passado e a lição do presente*, do diplomata brasileiro Teixeira Soares. Como historiadores modernos, Maxwell e Teixeira Soares tentam manter certa objetividade em sua análise, enquanto Camilo critica o ministro de D. José I causticamente, pois tinha ojeriza ao déspota.

Dom Luís Cunha, um dos diplomatas e pensadores políticos mais eminentes em Portugal no século XVIII, recomendava Pombal por seu “temperamento paciente e especulativo”. Enquanto que um dos colaboradores mais próximos de Pombal na área da reforma educacional e eclesiástica, Antônio Ribeiro dos Santos, segundo conta Maxwell, “resumiu o paradoxo do autoritarismo e do iluminismo de Pombal do seguinte modo: ‘Pombal quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la. Quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo’. Este

paradoxo será o tema da obra de Maxwell, publicada no Brasil pela editora Paz e Terra em 1996: iluminismo e melhorias versus arbitrariedade e obscurantismo.

O livro de Castelo Branco é um libelo contra o marquês, publicado em 1882, por ocasião da comemoração em Lisboa do centenário de Pombal. Camilo odiava Sebastião José e sabia que haveria durante os festejos vários defensores do cruel déspota, o que o exasperava. Seu livro com quinze capítulos foi escrito em tempo recorde, como o próprio autor afirma em carta ao amigo Joaquim de Araújo: “A tarefa de escrever o *Perfil do marquês de Pombal* em 20 dias deixou-me o cérebro em lama. Vou ver se os ares de Braga e a ausência de livros me restauram”. Já o livro de Teixeira Soares, editado pela Alba Ltda. em 1961, de certa forma desculpa Pombal por seus erros, por mais atozes que tenham sido.

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em Lisboa em 1699. A família era de pequenos fidalgos que serviram como soldados, sacerdotes, e funcionários públicos nos confins de Portugal ou no extenso império português ultramarino. Seu pai, Manuel de Carvalho e Ataíde (1668-1720), serviu na Marinha e no Exército e foi indicado em 1708 para a posição de oficial de cavalaria na Corte. Seu tio, o sacerdote Paulo de Carvalho e Ataíde, havia recebido em herança propriedades em Lisboa, onde Pombal nasceu, e uma área em Oeiras, pequena cidade à margem do Tejo perto de Lisboa. Este tio foi professor em Coimbra e arcebispo do patriarcado em Lisboa. Pombal herdou a casa em Lisboa e a propriedade em Oeiras, onde construiria uma casa de campo luxuosa, com jardim e vastas extensões de terra com vinhas, amoreiras e aquedutos. Somente em 1759 – quando Antônio de Araújo de Azevedo tinha quatro anos - ele seria nomeado pelo rei conde de Oeiras e, em 1769, com 71 anos, receberia o título de marquês de Pombal.

Era o mais velho de doze filhos, quatro dos quais morreram jovens. José Joaquim foi morto em guerras na Índia durante o serviço militar. As irmãs se tornaram religiosas. O irmão Diogo de Carvalho viveu na Itália, onde ensinou filosofia. Já dois de seus irmãos, Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), seriam seus colaboradores. Paulo de Carvalho, sacerdote, foi elevado a cardeal pelo papa Clemente XIV e tornou-se inquisidor-geral e presidente do Conselho Municipal de Lisboa. Mendonça Furtado serviu como governador e capitão-geral nas províncias brasileiras do Grão-Pará e Maranhão (área que na época cobria quase toda a Amazônia). Mais tarde, em Lisboa, como ministro para os Domínios Ultramarinos, trabalhou estreitamente ligado ao irmão. A família,

segundo Maxwell, era unida. Solteiros até morrerem, Paulo de Carvalho e Francisco Xavier reforçaram com seus recursos as finanças e o patrimônio de Sebastião de Carvalho.

A primeira esposa de Pombal foi Dona Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça de Almada, uma viúva que era sobrinha do conde de Arcos e com a qual ele fugiu para se casar, já que os Noronha não concordaram com o enlace. Dona Teresa morreu e Pombal se casou pela segunda vez com Maria Leonor Ernestina Daun, com quem teve cinco filhos. Sobrinha do marechal Heinrich Richard Graf von Daun, figura eminente na guerra austríaca de sucessão e na Guerra dos Sete anos, Maria Leonor Ernestina aproximou o marido da imperatriz Maria Teresa e de Maria Ana d'Áustria, esposa de D.João V (1707-1750). Quando o rei fica enfermo e Ana d'Áustria se tornou a regente de Portugal, ela convocou Pombal para voltar de Viena e se tornar ministro. Cargo que continuaria a ocupar quando assumiu D. José I, concentrando todo o poder em suas mãos, sobretudo após o terremoto de 1755, já que o monarca preferia a ópera e a caça ao governo e ficara assustadíssimo com o terrível desastre natural, que cobrira e abatera Lisboa com água, fogo, tremores de terra, vendaval e o caos dos roubos e assassinatos. Pombal prometeu ao rei na ocasião que cuidaria de tudo ciosamente e cuidou, tendo realizado milhares de prisões, posto em ordem a administração e restaurado Lisboa com uma vontade férrea.

Antes de ser ministro em Portugal, ele teve uma experiência diplomática que seria muito importante para as decisões econômicas que tomaria ao ser o braço direito de D. José I. Em 1738, Dom João V reorganizou seu governo criando um sistema simplificado com três secretários de estado: o Secretário de Estado do Reino, Diogo de Mendonça Corte Real, sucedido após sua morte pelo Cardeal Pedro da Mota; o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Antônio Guedes Pereira, e o de Relações Exteriores e da Guerra, cargo para o qual nomeou Marco Antônio de Azevedo Coutinho, que havia sido embaixador na França e na Inglaterra. Também tinham muito poder junto ao rei Alexandre de Gusmão, padre João Baptista Carbone, frei Gaspar da Encarnação e o cardeal D. Nuno da Cunha. Pombal e Azevedo Coutinho eram primos. Este decidiu enviar o primo para Londres como o novo embaixador.

Sebastião de Carvalho representaria o rei de Portugal em Londres de 1739 a 1745, período em que a Grã-Bretanha estava com sonhos expansionistas e imperiais, tendo atacado possessões espanholas no Caribe (Guerra da Orelha de Jenkins) e em

Cartagena das Índias. Pombal ficou convencido de que em algum momento os ingleses iriam atacar a América portuguesa, devido “à inveja de nosso Brasil, tão forte nos corações britânicos”.⁴⁸

Com esta preocupação na cabeça, frequentando o círculo da Royal Society (Real Sociedade de Londres para o Melhoramento do Conhecimento Natural, instituição criada em 1660 e destinada à promoção do conhecimento científico), resolveu investigar as causas, as técnicas e os mecanismos que geravam o poder britânico comercial e naval. Acumulou livros em sua biblioteca (a maioria em francês, já que não dominava o inglês), como clássicos do mercantilismo; relatórios sobre colônias, comércio, mineração, manufatura de tecidos de lã; tratados especializados em açúcar, tabaco, pesca; decretos parlamentares sobre comissão por tonelagem e por libra; frota mercante e navegação; fraudes em alfândegas; registro de taxas, regulamentos da Marinha britânica e, acima de tudo, uma grande concentração de trabalhos sobre as companhias britânicas de comércio.

Em 1742, ele escreveu que “todas as nações da Europa se engrandecem hoje pela imitação recíproca, cada uma vigiando cuidadosamente as ações das outras”.⁴⁹ Considerava esta vigilância, segundo explicou ao Cardeal da Mota, sua obrigação mais interessante em Londres. Com base em ampla leitura, ele elaborou um relatório crítico sobre as vantagens injustas que os britânicos usufruíam em Lisboa e no Porto, vantagens essas que não faziam com que os comerciantes portugueses tivessem privilégios recíprocos na Grã-Bretanha. Incomodava-o não só a “transferência perniciosa de ouro” para pagar bens manufaturados, mas também a remessa de lucros comerciais e de juros ganhos em taxas de fretes e seguros originadas não só do comércio recíproco, como também de uma grande parte do comércio colonial português.

Com isso, passou a considerar que seria essencial para o Estado português atrair estrangeiros que pudessem dar assistência aos portugueses, a fim de que adquirissem as habilidades comerciais que lhes faltavam. E também achava que os portugueses deveriam ser estimulados a investir em companhias comerciais envolvidas no comércio

⁴⁸ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996. p. 4.

⁴⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e sua época**, Lisboa-Porto: Anuario do Brasil, 1922. p. 40, apud MAXWELL, op. cit., p. 7.

colonial, onde o Estado garantiria privilégios exclusivos e a assistência do Tesouro Real⁵⁰. Chegou a propor a Lisboa, juntamente com John Cleland, alto funcionário da companhia comercial inglesa, a ideia de estabelecer uma Companhia das Índias Orientais portuguesa, baseada no modelo inglês. O projeto, no entanto, foi rejeitado, tendo sido recriado posteriormente pelo círculo de Alexandre de Gusmão.

Em seguida, Pombal foi enviado para Viena, o que considerou uma tentativa de arruinar sua reputação. Mas, pelo contrário, a passagem por Viena, a partir de 1745, seria muito importante em sua carreira. Lá, ficaria amigo íntimo de Manuel Teles da Silva, emigrado português de linhagem aristocrática que galgou altos postos no Estado austríaco. Feito duque Silva-Tarouca pelo imperador Carlos VI em 1732, Manuel Teles da Silva, que ocuparia o posto de presidente do Conselho dos Países Baixos e da Itália, seria um confidente da imperatriz Maria Teresa e foi um dos principais padrinhos do casamento de Pombal com a condessa de Daun.

Segundo Kenneth Maxwell, a passagem por Viena, assim como a amizade com Silva-Tarouca, exerceria impacto mais tarde nas reformas que Pombal faria em Lisboa.⁵¹ Essa influência poderia ser vista até no âmbito doméstico, pois o palácio de Pombal em Oeiras teria um teto construído pelo arquiteto húngaro Carlos Mardel, o mesmo que o auxiliaria na reconstrução de Lisboa. Silva-Tarouca havia sido o superintendente da reforma arquitetônica do palácio de verão dos Habsburgos em Schönbrunn. E Pombal reformaria sua mansão em 1750 copiando a propriedade rural do duque em Morávia.

Em Viena, Pombal receberia em sua casa Maria Teresa e o reformista católico Gerhard van Swieten, médico particular da imperatriz. As medidas de Maria Teresa de reforma do sistema de censura e da Universidade de Viena, com o objetivo de quebrar o monopólio dos jesuítas, foram feitas com o apoio de Van Swieten. Manteve contato também com o médico cristão-novo Antônio Nunes Ribeiro Sanches, descendente de judeus portugueses. Foi em fins de julho de 1750 que o rei Dom João V morreu e Pombal ascendeu ao cargo de ministro de D. José I. Já em setembro o duque Silva-Tarouca lhe escreveu afirmando que “não somos escravos de costumes e padrões estrangeiros. Conservamos inalteradamente os nomes, as práticas externas e as

⁵⁰ Citação de Sebastião José de Carvalho e Melo, **Escritos Econômicos**, analisado por Calazans Falcon em **A época pombalina**, apud MAXWELL, op.cit., p. 7.

⁵¹ MAXWELL, op.cit, p. 9

instituições nacionais, mas menos ainda somos escravos de preocupações e hábitos antigos. Se há puerilidade nas modas, há insensatez em obstinar-se nos velhos caminhos”⁵². Após ter lembrado as conversas íntimas que haviam travado em Viena, recomendou: “Quando disposições grandes e novas são necessárias, devem ser apresentadas por nomes antigos em roupagem antiga”. Em outras palavras, usando subterfúgios, disfarçando o reformismo.

Com sua passagem por Londres e Viena, Pombal tomou posse, portanto, de seu novo cargo de ministro com muita experiência diplomática, um conjunto de ideias bem formuladas e um círculo de amigos influentes e eminentes nas ciências, principalmente entre os cristãos-novos que haviam sido obrigados a deixar Portugal por causa da Inquisição. Portugal também fora influenciado pelas conquistas intelectuais de Descartes, Newton e Locke. Os trabalhos mais importantes desta escola intelectual foram os de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), dr. Jacob de Castro Sarmiento (1692-1762) e dr. Antônio Nunes Ribeiro Sanches 1699-1783).

Proença viajou pela Europa, conheceu Christian Wolff na Saxônia e W. Gravesande na Holanda, tendo estudado com eles as ideias de Leibniz e Newton. Como Pombal, ele foi associado à Academia Real de História Portuguesa e mais tarde serviu como governador interino da capitania de Minas Gerais e do distrito de mineração em Cuiabá. Ele foi também guardião do Arquivo Nacional e bibliotecário na Biblioteca Real, sendo o autor de *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734), obra influenciada por Locke, Fénelon e Rollin. Neste trabalho, ele recomendava que os professores dessem aulas de latim, mas que insistissem também em geografia, história, matemática e direito.

Ribeiro Sanches, que foi colaborador dos enciclopedistas, desenvolveu planos para a reforma do ensino médico em Portugal. Teve que deixar sua pátria em 1726 para fugir da Inquisição e após trabalhar na Inglaterra, na Holanda e na Rússia, estabilizou-se na França, onde viveria até sua morte em 1783. São famosas suas *Cartas sobre a educação da mocidade*, editadas em Paris em 1759. Já Castro Sarmiento manteve relação com a Academia Real de História de Lisboa e com a Royal Society de Londres e sonhou com a criação de um jardim botânico na Universidade de Coimbra. Ele foi o introdutor de Newton em Portugal, tendo traduzido a obra do cientista inglês sobre as

⁵² MAXWELL, op.cit., p. 9.

marés com o título de *Teórica verdadeira das marés conforme a filosofia do incomparável cavalheiro Isaac Newton* (Londres, 1737). E também deu início à uma tradução do *Novum Organon* de Francis Bacon.

Acima de todas, a maior influência no processo de renovação pedagógica portuguesa, acentua Kenneth Maxwell, foi exercida por Luís Antônio Verney (1713-1792), com seu *O verdadeiro método de estudar*. Publicado pela primeira vez em Nápoles em 1746, tratava-se de um manual eclético de lógica, método de gramática, livro sobre ortografia e tratado de metafísica. Nascido em Lisboa de pai francês e mãe portuguesa, Verney passou a maior parte da vida adulta em Roma, onde conheceu o enciclopedista Ludovico Antônio Muratori (1672-1750). Membro da Arcádia Romana, serviria durante algum tempo como secretário do enviado português ao Vaticano, Francisco de Almeida e Mendonça, primo de Pombal. Para Verney, a gramática deveria ser ensinada em português, e não em latim. Adepto de métodos experimentais, ele se opunha a um sistema de debate baseado na autoridade.

Esses educadores e pensadores entraram em choque com a Companhia de Jesus, que tinha o monopólio do ensino superior em Portugal. Do ponto de vista dos adeptos do Iluminismo ou filósofos da Idade da Razão, os jesuítas eram defensores de uma escolástica morta e estéril. Eles tinham o direito exclusivo de ensinar latim e filosofia no Colégio de Artes, a escola preparatória obrigatória para as faculdades de teologia, leis canônicas, leis civis e medicina da Universidade de Coimbra, e também dominavam a Universidade de Évora. Sem falar que praticamente controlavam todos os colégios no Brasil e no que restava do Império português na Ásia.

Os padres oratorianos ou da Congregação do Oratório, que chegou a Portugal após 1640, também eram críticos acerbos dos métodos educacionais dos jesuítas. Verney era um oratoriano. Seu método de ensino produziu uma polêmica furiosa entre oratorianos e jesuítas. Os jesuítas os consideravam perigosos jansenistas, sobretudo no que diz respeito às suas posições sobre o papado e a Igreja católica. Só que Verney e os demais oratorianos não estavam sozinhos. Um pequeno grupo de embaixadores ultramarinos e ministros do governo português debatiam as novas ideias sobre governo, economia e diplomacia, entre os quais se destacava dom Luís da Cunha (1662-1749). Embaixador português na Inglaterra, na Holanda, na Espanha e na França, representante de seu país no Congresso de Paz de Utrecht e em Cambray, ele foi o responsável por uma análise abrangente das fraquezas de Portugal e dos meios para remediá-las.

Em suas instruções ao tio de Pombal, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, e em seu testamento político (1748), dom Luís da Cunha revelou as preocupações que tinha com a relação de Portugal com a Espanha, a dependência e exploração econômica pela Grã-Bretanha e a fraqueza auto-imposta ao país pela falta de população e de espírito de iniciativa. Ele atribuía o atraso mental e econômico ao número excessivo de religiosos, à atividade da Inquisição e à expulsão e perseguição dos judeus. Era a favor da criação de companhias comerciais monopolistas seguindo os modelos britânico e holandês e chegou a prever a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, com o rei sendo transformado em imperador do Ocidente e nomeando um vice-rei para governar Lisboa. Este Império se estenderia desde o rio da Prata e do Paraguai até o norte do estuário do Amazonas. Eis o que afirmou a Marco Antônio de Azevedo Coutinho em uma de suas instruções de 1738: “É mais seguro e conveniente estar onde há abundância de tudo do que onde é preciso esperar pelo que se quer” (Academia de Ciências de Lisboa, *Instruções Inéditas de dom Luís da Cunha a Marco Antônio de Azevedo Coutinho*, ed. Pedro de Azevedo, com prefácio de Antônio Baião, Coimbra, 1929, pp. 139, 211, 214, 215).

Apesar dos debates intelectuais, o país que Pombal iria governar durante três décadas, acentua Kenneth Maxwell, em meados do século XVIII, tinha uma imagem de atraso e carolice em toda a Europa. Voltaire debocha da seguinte forma de D. João V: “Quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira”.⁵³ O rei tinha tido realmente vários casos com religiosas, além de outras mulheres, e costumava reconhecer os filhos que tinha fora do casamento. Com o ouro brasileiro, construiu o suntuoso mosteiro/palácio em Mafra, que tem uma esplendorosa biblioteca. Com uma população de 3 milhões de pessoas, Portugal tinha duzentas mil pessoas no clero e o número de conventos e mosteiros chegavam a 538 por volta de 1780. Um fato lamentável eram as pessoas mortas em fogueira, que durou até 1761.

A partir de 1750, no entanto, sob a gestão de Pombal, as coisas começam a mudar. Apesar de todo o despotismo de Sebastião de Carvalho, seu governo é visto em Portugal, diz Maxwell, como a própria “corporificação do Iluminismo”. Um Iluminismo português, cheio de limitações, mas mesmo assim Iluminismo, que objetivava

⁵³ MAXWELL, op.cit., p. 17.

desenvolver o país e revitalizar o Estado. Foram várias as reformas: reforma na atividade legislativa; reforma do ensino público, reconstrução e mudança no currículo da Universidade de Coimbra; redução do poder da Inquisição, abolição da escravatura em Portugal e modernização do Exército. Foi criado um Tesouro real com sistema de contabilidade centralizado e poderes fiscais uniformes, tendo sido nomeado um administrador que seria o primeiro-ministro do rei. Nas colônias, em especial no Brasil, houve uma reforma completa da estrutura administrativa, com a criação de companhias comerciais por ações (a do Grão-Pará e Maranhão e a do Recife e Paraíba); criminalização da discriminação contra os índios na América Portuguesa, contra os asiáticos na Índia, estímulo à miscigenação, o fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

Mas acima tudo Pombal destacou-se pela reconstrução de Lisboa, considerada modelo de planejamento urbano do Iluminismo. Encabeçados pelo octogenário engenheiro-chefe, o general Manuel de Maia (1672-1768), pelo já citado coronel Carlos Mardel (1695-1793) e pelo capitão Eugênio dos Santos (1711-1760), engenheiros militares e topógrafos, utilizando plantas e adotando várias medidas práticas relativas a operações sanitárias e nivelamento, criaram uma metrópole belíssima que até hoje é um exemplo de cidade planejada do século XVIII. A ideia de fazer uma grande praça do comércio em frente ao Tejo foi de Eugênio dos Santos. A nova Lisboa deveria ser um centro comercial e administrativo, com Pombal objetivando a independência econômica e um Estado modernizado.

Seu governo também se caracterizou pela perseguição sistemática aos jesuítas, através de uma campanha que repercutiu em toda a Europa, culminando com expulsão da Companhia de Jesus do Brasil e encarceramento de todos os jesuítas em Portugal. De acordo com Pombal, as missões jesuítas prejudicavam os interesses dos portugueses e da elite luso-brasileira. Decidiu também enfrentar os britânicos, como já havia planejado em seu período como embaixador na Corte de Saint-James, recorrendo a medidas que estimulassem o comércio português, as manufaturas e o setor produtor de vinho do Porto. Ou seja, tudo que pudesse fazer faria para reduzir a dependência do país em relação à Grã-Bretanha vigente desde o Tratado de Methuen ou tratado de Panos e Vinhos, assinado por Portugal e pela Inglaterra em 27 de dezembro de 1703. O representante inglês foi John Methuen, daí o nome do tratado, e o português foi Manuel Teles da Silva, 1º marquês de Alegrete.

As mudanças renovadoras, no entanto, começaram com muita repressão e derramamento de sangue. Em 1756 Pombal criou a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Seu objetivo principal era proteger os proprietários dos vinhedos do Alto Douro da expansão do cultivo de vinhas por produtores menores. A companhia estabeleceu uma zona de produção restrita e nome exclusivo (*nom d'appellation*) quase um século antes dos franceses. A demarcação do Alto Douro foi a medida mais importante que resultou do estabelecimento da companhia⁵⁴. A área restrita para exportação, que incluía a propriedade de Pombal em Oeiras, produziu 25 mil barris em 1758, com o vinho tendo sido comercializado entre 25 e 36 mil réis. Toda a oposição foi implacavelmente reprimida. A reação maior ocorreu no Porto. Os fabricantes de pipas, cuja corporação detinha o direito exclusivo de produção, temiam que a companhia viesse a requisitar os seus serviços. Havia sido concedido à companhia um monopólio para abastecer as tavernas com a qualidade do vinho a varejo sendo controlada por inspetores. Além do mais, a companhia reduziu o número de tavernas de cerca de mil para 95.

Em 23 de fevereiro de 1757, cerca de mil rebeldes sitiaram a casa de Bernardo Duarte de Figueiredo, juiz administrador do Douro, forçando-o a conceder a liberdade de comprar e vender vinho, como ocorria antes da existência da companhia. Assaltaram também a casa do rico proprietário de vinha Belleza de Andrade, saqueando os arquivos da companhia. Pombal reagiu com ferocidade, exigindo uma investigação oficial. De abril a outubro de 1757, o tribunal do Porto julgou 478 pessoas. A corte condenou 357 homens e 50 mulheres e crianças. Alguns escaparam e foram enforcados em efígie, mas em 14 de outubro de 1757 treze homens e uma mulher foram enforcados. Seus membros foram esquartejados, trespassados por lanças e expostos por 15 dias. Dez mulheres e 49 homens foram exilados para a África e as Índias Portuguesas, e os que ficaram na cidade do Porto foram açoitados e mandados para as galés ou prisão. A cidade do Porto foi declarada em estado de sítio, com dois mil homens a vigiando, além da tropa de dois mil e quatrocentos soldados já existente. O primo de Pombal, João de Almada e Melo, foi enviado para comandar a guarda e depois se tornou governador do Porto sobrevivendo no cargo à própria queda do marquês, em 1777.

⁵⁴MAXWELL, op.cit., p. 63.

Bem mais conhecidas do que as barbaridades realizadas por Pombal contra os taverneiros amotinados do Porto, porém, foram as atrocidades que cometeu contra os Aveiros, Távoras e Alornas. Desta vez o derramamento foi de sangue azul, e a nobreza europeia ficou consternada. Para a velha aristocracia portuguesa, Pombal era um novo rico. O pai havia até forjado documentos falsificando sua genealogia. Sem ser um purista, muito pelo contrário, Pombal acelerou em seu tempo a renovação da aristocracia, tendo concedido 23 novos títulos e extinto outros 23. A crise maior ocorreu com a tentativa de regicídio em setembro de 1758, que resultou numa monstruosa execução pública em Belém. O rei D. José I regressava ao palácio – na realidade para tendas muito luxuosas, já que o palácio havia sido destruído por ocasião do terremoto – após ter se encontrado com sua amante, Teresa, a esposa do marquês Luís Bernardo de Távora, quando atiraram em sua carruagem. Seriamente ferido, sua esposa, Mariana Vitoria de Bourbon, princesa espanhola, com a qual tinha quatro filhas, teve que assumir temporariamente a regência. No início de dezembro, o rei indicou uma comissão para averiguações. Foram presos membros da família Távora, o duque de Aveiro, o duque de Atouquia, os Alorna e o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação. As residências dos jesuítas foram postas em guarda e posteriormente seria preso também Gabriel Malagrida, jesuíta confessor da marquesa Leonor de Távora, mãe da jovem Teresa, que juntamente com seu marido, o conde de Alvor, antigo vice-rei da Índia, constituía uma das famílias mais poderosas do reino.

A 4 de janeiro foi nomeada a Suprema Junta da Inconfidência, com a responsabilidade de julgar os conspiradores. Entre os nove jurados, além do próprio Pombal, estava João Pacheco de Vasconcelos, que presidira o julgamento dos insurrectos do Porto. No dia 12 de janeiro os prisioneiros foram sentenciados. Os crimes pelos quais foram condenados foram os de lesa-majestade, alta traição e rebelião contra o rei e o Estado. Havia a suspeita de que todos haviam conspirado para colocar o duque de Aveiro, José Mascarenhas, no trono. A sentença ordenou a execução inclusive de mulheres e crianças, o que não aconteceu devido à intervenção da rainha Mariana e de Maria Francisca, herdeira do trono, futura Maria I, mãe de D. João VI. A marquesa de Távora, porém, não foi poupada. Ela e outros acusados que haviam sido sentenciados à morte foram torturados e executados publicamente em 13 de janeiro de 1759, num descampado próximo à Torre de Belém no qual Leonor de Távora seria decapitada.

O duque de Aveiro, diz Kenneth Maxwell, “foi condenado a ser despedaçado vivo: teria os braços e as pernas esmagados, seria exposto em uma roda pra todos o verem e queimado vivo, e suas cinzas jogadas no mar”. O marquês de Távora velho teve a mesma sorte. As pernas e os braços de outros membros da família também seriam quebrados na roda, mas antes eles seriam estrangulados, diferentemente do marquês e do duque, cujos membros seriam quebrados com eles vivos. O palácio do duque de Aveiro, em Belém, foi demolido e o terreno salgado, simbolicamente, para que nunca mais nada ali crescesse. No local, que passou a ser chamado de Beco do Chão Salgado, existe atualmente um marco alusivo ao acontecimento mandado erigir por D. José. As armas da família Távora foram picadas e o nome Távora proibido de ser citado.

Denunciado à Inquisição, à frente da qual estava Paulo de Vasconcelos, irmão de Pombal, o jesuíta Gabriel Malagrida, que havia atribuído o terremoto de 1755 à ira divina, foi enforcado e queimado a 21 de setembro de 1761. Em 10 de janeiro de 1758, oito meses antes do atentado ao rei D. José I, conflitos entre a cúpula da Igreja Católica e a Companhia de Jesus levaram o papa Bento XIV a solicitar “a reforma” da Ordem.⁵⁵

Em Portugal, a Companhia havia sido declarada ilegal por meio de um alvará real de 3 de setembro de 1759, que afirmava que os jesuítas estavam em rebelião contra a Coroa. Este alvará reforçava o decreto real de 21 de julho, também de 1759, que ordenava a prisão e expulsão dos jesuítas do Brasil. De março a abril de 1760, 119 jesuítas foram expulsos do Rio de Janeiro, 117 da Bahia e 119 do Recife. No mesmo ano o navio da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, Nossa Senhora de Arrábida, conduziu ao exílio o último jesuíta do Maranhão. Os membros da Companhia foram proibidos de se comunicarem com os portugueses, verbalmente ou por escrito, e todas as propriedades da instituição foram confiscadas, com os jesuítas tendo sido expulsos de todo o império português. A Ordem também seria expulsa da França pelo rei Luís XV em 1763 e da Espanha, em 1767, pelo rei Carlos II.

A família Alorna, parente dos Távoras, e as filhas do duque de Aveiro foram condenadas à prisão perpétua em mosteiros e conventos. Aqui vale ser citada Leonor de Almeida, marquesa de Alorna, que seria muito conhecida em Portugal e na Europa como a poetisa árcade Alcipe. Ou seja, a tragédia que horrorizara os europeus, que

⁵⁵ CAVALCANTI, Nireu. **Histórias de Conflitos no Rio de Janeiro Colonial. Da Carta de Caminha ao Contrabando de Camisinha. (1500- 1807)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 127.

consideravam Portugal o país do atraso, gerou uma grande artista. Encerrada no Convento de Chelas, juntamente com a mãe e a irmã, Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre (1750-1839) era filha do segundo marquês de Alorna e quinto conde de Assumar, João de Almeida Portugal, casado com dona Leonor de Lorena e Távora, que por sua vez era filha do marquês e da marquesa de Távora, aqueles que haviam sido mortos barbaramente por ordem de Pombal no dia 13 de janeiro. Foram os laços de parentesco dos Alornas com os Távoras que os levaram à prisão.



Fig.9 - A marquesa de Alorna, que assinava seus poemas como Alcipe.
Pintura de 1780 feita por Franz Joseph Pitschmann.

Dizem que o marquês de Alorna, encarcerado na Torre da Belém, escrevia com o próprio sangue cartas para a filha, recomendando que estudasse e lesse muito, o que ela fez disciplinadamente, tendo começado a responder as cartas do pai quando estava por volta dos 11 anos, devido a uma enfermidade da mãe. Durante seu infortúnio, que duraria 18 anos (ficou presa até os 27 anos), Leonor aprenderia línguas, leria Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Pierre Bayle e a *Enciclopédia* de D'Alembert e Diderot, entre outros livros, e adquiriria vasta instrução científica. Organista e enfermeira, começou a desenhar e a escrever poesias que figurariam em suas obras completas como as *Poesias de Chelas*. Mesmo estando aprisionada no convento, ela receberia a visita de vários poetas que queriam ouvi-la declamar os versos pelas grades, entre eles Francisco Manuel de Nascimento, conhecido entre os árcades como

Filinto Elísio. Foram durante estes encontros que ela passou a ser chamada de Alcipe e a irmã de Daphne.

Com a ascensão ao trono de D. Maria I, a família Alorna seria liberta e em 15 de fevereiro de 1779 Leonor de Almeida, futura marquesa de Alorna e condessa de Assumar, se casaria com Karl von Oyenhausen-Gravenburg (1739-1793), conde de Oyenhausen-Groewenbourg na Áustria e do Sacro Império Romano, que viajara em 1762 para Portugal com seu primo, o conde de Lippe, contratado por Pombal para organizar e comandar o exército português. D. Maria foi a madrinha do enlace e D. Pedro III o padrinho. Ela teria seis filhos com o conde e uma vida muito tumultuada, com passagens por Viena, viuvez – quando assumiria o cargo de dama de honra da rainha Carlota Joaquina - e exílio na Inglaterra. Seus poemas são lidos e estudados até hoje. Foi uma das poucas mulheres a manter correspondência com Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, pedindo ajuda para os filhos ou para si mesma. Em 2011, foram editadas em Portugal dois livros a respeito de sua vida: um romance de Maria Teresa Horta, *As Luzes de Leonor*, com mais de mil páginas, e um romance histórico de 688 páginas, *Marquesa de Alorna*, de autoria de Maria João Lopo de Carvalho.

Voltando a Pombal, ao quebrar literalmente as pernas da velha monarquia e concentrar todo o poder em suas mãos, ele seguiria com suas medidas renovadoras, que objetivavam a regeneração econômica de Portugal, através da exploração racional das colônias e do desafio ao poder econômico britânico. “O ataque ao privilégio dos nobres com relação aos impostos, a qualificação de comerciantes para cargos públicos, a permissão correspondente para homens públicos se envolverem em assuntos comerciais e o uso da nobilitação como incentivo para investimentos nas companhias privilegiadas, tudo isso se tornou parte de uma política mais ampla”, afirma Kenneth Maxwell, em seu livro já amplamente aqui citado, acrescentando que em 1761 seria criado o Colégio dos Nobres, com dinheiro das propriedades confiscadas dos Aveiros e dos jesuítas. Entre os primeiros estudantes estariam o segundo filho de Pombal e dois filhos de José Francisco da Cruz, colaborador do ministro que se nobilitara pelo próprio mérito, enriquecendo-se graças a investimentos feitos na Companhia do Grão-Pará e Maranhão, cujos estatutos ele havia ajudado Sebastião José de Carvalho e Melo a formular. O primeiro título de Pombal, o de conde de Oeiras, foi obtido em 6 de junho de 1759, por serviços prestados

ao Reino ao promover o julgamento dos supostos envolvidos na tentativa de assassinato de D. José I.

Foi ampla, aliás, a reforma educacional realizada por Pombal, com o objetivo de criar um novo corpo de funcionários ilustrados para a burocracia estatal e a hierarquia da Igreja reformada. O núcleo desta reforma foi a renovação da Universidade de Coimbra, em 1772, com modernização das faculdades de teologia e lei canônica, atualização das faculdades de direito e medicina, inclusive permitindo a dissecação de cadáveres nas aulas de anatomia. Criaram-se também novas faculdades, a de matemática e a de filosofia, que incorporaria lógica, metafísica ética e ciências naturais. As plantas da nova universidade foram concebidas pelo arquiteto militar inglês William Elsdon, e incluíam uma série de laboratórios, uma editora e um jardim. Entre os laboratórios estava um de física, muito bem equipado. Inicialmente o equipamento fora comprado para o Colégio dos Nobres, mas depois foi transferido para Coimbra.

Com problemas no balanço de pagamentos desde que quase secou a remessa de ouro do Brasil, Portugal ficou praticamente sem condições de importar artigos de luxo. Com o Estado português concedendo privilégios de monopólio, isenção de impostos e proteção para o fornecimento de matérias primas, surgiram, porém, manufaturas de chapéus, porcelanas, tapeçaria, joalheria decorativa, fitas e botões. E também de tecidos de algodão, já que o Tratado de Meuthen citava especificamente o tecido de lã inglês, mas não o de algodão. Joaquim Inácio da Cruz, amigo de Pombal, utilizou fundos da Real Fábrica de Seda para incentivar suas fábricas de meias de seda e de caixas de papel, assim como suas oficinas têxteis de algodão em Tomar. Dos 52 decretos reais promulgados para a criação de novas oficinas, 27 foram expedidos para estrangeiros, sendo que um terço era composto por franceses, entre os quais se encontrava Jácome (ou Jacques) Ratton, primeiro homem de negócios a desenvolver o comércio de reexportação de algodão brasileiro com a França.

Homem extremamente ativo e criativo, Ratton se tornaria anos mais tarde muito amigo do conde da Barca. Seus negócios nos tempos de Pombal iam de chapéus de seda, papel, fábrica de louças, chitas, tecidos de algodão. No caso dos chapéus de seda, ele teve duas fábricas que ajudaram a acabar com o contrabando do produto em

Portugal.⁵⁶ Também pensou em fabricar armas para arsenais e para fazer obras grossas e finas de ferro, aço e cobre, necessárias à vida e que eram importadas do estrangeiro, mas o projeto gorou, “talvez porque nelle entrava o Mosteiro de Alcobaça como um dos principais accionistas, visto que o estabelecimento era de grande proveito aos coutos do dito mosteiro, tanto em consumo de gêneros como em augmento da população.”⁵⁷ Já o inglês William Stephens foi contratado pessoalmente por Pombal para montar uma fábrica de vidro.

Se as atividades industriais e os empreendimentos empresariais foram estimulados em Portugal, criando oportunidade para o surgimento de manufaturas de algodão, seda, cerâmicas e porcelanas, também o foram nas colônias. O Brasil foi muito beneficiado com a criação das companhias comerciais do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba. Diz Kenneth Maxwell:

No Pará e no Maranhão o capital mobilizado pela coroa em associação a investidores privados forneceu o crédito essencial para a importação de mão de obra escrava e de mercadorias europeias. Igualmente significativa foi a introdução de novos produtos para exportação. Na altura de 1760 a exportação de algodão havia começado em São Luís, por exemplo, enquanto em 1767 se iniciava a exportação de arroz. A produção de algodão logo excedeu a demanda metropolitana e proporcionou valiosas reexportações para Roterdam, Hamburgo, Genova, Ruão, Marselha e Londres. Os produtos exportados de Belém, em especial o cacau, também aumentaram em volume e valor.⁵⁸

E um dado curioso foi que “o governo português encorajou o processamento e manufaturação na colônia. No Maranhão, por exemplo, estabeleceram-se máquinas de beneficiamento de arroz e importaram-se técnicos especializados da Europa. No Pará, a companhia chegou a ponto de montar uma fiação de algodão destinada à produção de roupas para as forças militares locais”.⁵⁹

Já em Pernambuco, “a companhia utilizou seu capital e crédito para dar assistência aos proprietários de engenhos de açúcar da região. Mercadorias e escravos

⁵⁶ RATTON, Jacome. **Recordações sobre ocorrências de seu tempo**. De maio de 1747 a setembro de 1810. Segunda edição revista cuidadosamente por J. M. Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. Prefácio, p. xiv-xv. Disponível em:

<<https://archive.org/details/recordaesdejacom00ratt/>>. Acesso em: 2 maio 2018.

⁵⁷ Ibid., p. 104.

⁵⁸ MAXWELL, op.cit., p.96

⁵⁹ MAXWELL, op.cit., p. 97.

foram adiantados aos fazendeiros e produtores de açúcar a uma taxa de juros de 3%. O investimento direto da companhia reabilitou muitos engenhos de açúcar antigos e estabeleceu novos. O conselho administrativo da companhia estimou em 1780 que aos 207 engenhos existentes na época em que a companhia se estabeleceu, incluídos os arruinados ou desativados, ela adicionou 123, o que resultou em 390 engenhos funcionando e produzindo açúcar para a exportação.”⁶⁰

No capítulo XVIII- “Pombal, Leis para o Brasil”, de seu livro *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil – 1500-1810*⁶¹, Rodolfo Garcia menciona que entre as primeiras medidas adotadas pelo ministro de Dom José I estavam as que se referiam às minas. Proibiu a exportação de metais preciosos, pensando que assim reestabeleceria o equilíbrio comercial e impediria a emigração de moeda boa. Só que a medida não deu certo. Observa o historiador:

O primeiro negócio que o rei lhe entregou, alheio à sua secretaria, foi o das minas do Brasil; daí a grande série de medidas administrativas tomadas pelo poderoso ministro no sentido de acautelar os interesses da coroa. Um dos primeiros atos a este respeito foi – considerando a dependência que Portugal se achava da Inglaterra pela quantidade de ouro que lhe pagava anualmente em troca das mercadorias importadas – proibir a exportação de metais preciosos (...) Homem de seu tempo, Carvalho não se podia furtar às doutrinas correntes, erradas, sem dúvida, que supunham que a fortuna de uma nação devia consistir em seu meio circulante. Todos sabemos que os metais preciosos e a própria moeda são mercadorias como outras quaisquer e sujeitas às mesmas leis econômicas. Prendê-los, seria prender a mercadoria, que só na liberdade comercial de distribuição e de circulação encontra um processo natural de valorizar-se e reproduzir. O Brasil, que era a fonte primacial dos metais preciosos, sofreu profundamente com tal régimen; a Inglaterra, principal alvejada com a medida antieconômica, mandou imediatamente uma embaixada de protesto, que o ministro recebeu, defendendo a medida impugnada.⁶²

E Rodolfo Garcia segue com a explicação:

Mas a compressão devia produzir os necessários efeitos, e o contrabando surgiu: consequência imediata – grandes prejuízos para o Brasil, para a fazenda real, para o prestígio da lei. O dinheiro emigrava, não obstante o decreto, o equilíbrio comercial não se deu, e Carvalho teve que transigir. A

⁶⁰ MAXWELL, K. op.cit., p. 97-98.

⁶¹ GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil. 1500-1810.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio/MEC, 2ª edição, 1975.

⁶² GARCIA, R., op.cit., p. 148.

proibição foi substituída por um imposto que pouco a pouco deixou de ser cobrado, e o problema ficou sem solução.⁶³

A Inglaterra fica triunfante e o Brasil manteve o problema em sua balança comercial. Outras medidas vieram contra o contrabando do ouro, como a proibição de correr em pó (*proibida a circulação de ouro em pó*), a redução a barras para ser quintado, isto é, para o pagamento da quinta parte à fazenda real. Mas todas se mostraram inúteis diante dos defraudadores, o que fez com que Pombal baixasse um decreto em 30 de julho de 1766 que exerceria rígido controle sobre a atividade dos ourives, considerados a causa principal do extravio do ouro em Minas Gerais. O decreto dizia que, multiplicados em cidades e possessões do Brasil, esses ourives reduziam as folhetas de ouro a barras falsas ou a imagens que enviavam para o reino, fraudando os quintos reais. Por isso, Pombal determinou que fossem presos e sentassem praça nos regimentos pagos da capitania todos os oficiais e aprendizes do ofício de ouro e prata, solteiros ou pardos forros. Mandou ainda que fossem destruídas todas as lojas deste ofício e seus instrumentos e utensílios, sendo que os mestres dessas oficinas deveriam assinar um documento dizendo que nunca mais exercitariam o ofício sem permissão do governo, caso contrário seriam penalizados como falsificadores de moedas. Poderiam, no entanto, se transferir para o reino ou serem empregados nas casas de moeda e fundição da Bahia, Rio de Janeiro, Minas e outras capitanias.⁶⁴

Rodolfo Garcia não tem uma visão integralmente negativa de Pombal. Para ele, assim como para Kenneth Maxwell, trata-se de um personagem histórico paradoxal. Eis uma de suas avaliações sobre o polêmico marquês:

Em relação à economia política, como se compreendia no século XVIII, o ministro de D. José I a compreendeu no sentido menos revolucionário do que aquele por que a entendiam os enciclopedistas; antes como um meio mais de servir à monarquia absoluta. É fora de dúvida, porém, que procurou sinceramente dotar a pátria até então mercantil e politicamente enfeudada à Inglaterra, de um bem-estar relativo, pelo aumento do comércio e pela animação da indústria, suficientes para prejudicarem a interesseira tutora de Portugal. Dando a seu pensamento o invólucro de uma forte manifestação, como era de seu temperamento, e procurando sacudir do seu torpor secular a vida de trabalho portuguesa, Carvalho foi um protecionista ferrenho,

⁶³ GARCIA, R., op.cit., p. 148.

⁶⁴ Ibid., p. 149.

favoreando no mais alto grau o sistema de monopólios por conta do Estado ou de companhias privilegiadas [...] ⁶⁵

No caso dos índios, apesar da boa vontade do ministro português, as medidas resultaram em desastre. Diz Garcia:

É fato que na catequese os jesuítas não puderam ser substituídos e o ideal humanitário, que levou Pombal a decretar para os gentios, em 1755 e 1758, a igualdade civil, resultou em desastre, porque os índios não podiam compreender o alcance social de uma tal medida, e livres da escravidão, abandonaram os centros civilizados e voltaram para a vida animal das florestas, onde cada dia foram rareando os seus bandos. Faltavam-lhes simultaneamente a sugestiva organização teocrática da Companhia e o exemplo das populações civis, que lhes podia ser útil para a adaptação ao meio. Entretanto, não se pode negar a boa intenção que presidia aos atos do ministro em relação aos índios brasileiros, como desejava vê-los em pé de igualdade com os habitantes portugueses da colônia. ⁶⁶

O alvará de 4 de abril de 1755, tornado público em 1757, que ficou conhecido como o Diretório dos Índios, ou até Diretório de Pombal, por outro lado, criou um conjunto de quase cem artigos com o intuito de dar autonomia às aldeias indígenas, ou melhor, a retirada do poder jesuítico sobre suas aldeias indígenas. Entre esses artigos destacava-se o que estimulava o casamento entre brancos e negros com os índios já aldeados, determinando que os vassalos naturais da Europa e América que o contraíssem não ficassem por isso com infâmia alguma, “antes muito hábeis para os cargos onde residirem, não menos que seus filhos e descendentes, os quais até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade, sem dependência de dispensa alguma, ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar-se-lhes o nome de caboclos, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos”. ⁶⁷

Uma boa medida, mas que foi feita com limitações, foi a comunicação entre a capitania do Pará e a de Mato Grosso, para chegar às minas. Provisão de 14 de novembro de 1752 baixada por Pombal a permitiu, mas somente pelos rios Madeira e Guaporé, “sem que nunca pudesse tornar na sua margem direita, subindo por eles acima, por serem domínios da Espanha, estabelecendo um registro na primeira cachoeira do rio Madeira, onde se cobrassem os direitos de entrada de todas as cargas, gêneros e

⁶⁵ GARCIA, R., op. cit., p. 149.

⁶⁶ Ibid., p. 150.

⁶⁷ GARCIA, R., op.cit., 150.

fazendas, sob pena de dez anos de degredo para Angola e perda de todas as cargas e escravos aos tentassem fazer caminho por outra parte, fora dos sobreditos rios e registros”.⁶⁸

Sempre preocupado com educação, como os jesuítas haviam sido expulsos e eram até então os principais educadores do Brasil, foi estimulado o aumento do número de escolas pelo alvará de 11 de novembro de 1773. Já o decreto de 14 de junho de 1775 declarou que os professores régios gozavam de privilégios e homenagens em razão da nobreza de seu ofício. No Rio de Janeiro foram criados os estudos pelos frades franciscanos, cujos estatutos foram aprovados pelo alvará de 11 de junho de 1776. Houve ainda um alvará de 1751 que mandou fundar no Maranhão um recolhimento para a instrução de religiosas não professoras. Nele esteve o célebre jesuíta Gabriel Malagrida, depois inimigo e vítima de Pombal.

Malagrida, que nasceu na Itália em 1689, foi um missionário da Companhia de Jesus ativo no Brasil. A partir de 1727, catequisou índios no Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro. De 1741 a 1745 andou pelo sertão de Pernambuco e da Paraíba, tomando iniciativas de fundação de conventos e seminários. Na capela do Colégio Santa Teresa, das Irmãs Doroteias no Maranhão, fundada por ele, existem até hoje objetos pessoais, que podem ser vistos mediante autorização das irmãs. Entre esses objetos encontram-se uma santa e um humilde banco de madeira onde ele dormia à época. De 1746 a 1749 retornou ao Maranhão e Pará onde continuou a sua ação de pregador de missões populares, até que concebeu a ideia de ir a Portugal solicitar a aprovação do Rei, para funcionarem legalmente as suas fundações e conseguir recursos. Chegou a Lisboa em 1750, tendo assistido os últimos momentos de vida de Dom João V. Regressou para o Maranhão em 1751, onde ficou até 1754. Depois voltou para Portugal, onde ocorreria sua desgraça após o atentado ao rei D. José I. Condenado ao garrote e à fogueira, morreria num auto de fé realizado no Rossio em 1761, última morte na fogueira, aliás, ocorrida em Portugal. Como disse Voltaire, em *Cândido ou o Otimismo*, “ao excesso de absurdo juntou-se o excesso de horror”. No Brasil, Malagrida seria adotado pela umbanda como Caboclo das Sete Encruzilhadas. Dizem, aliás, que é o responsável pela

⁶⁸ GARCIA, R., op.cit., p. 151.

umbanda no Brasil, tendo se utilizado em 1908 da mediunidade de Zélio Fernandino de Moraes.⁶⁹

Para o escritor Camilo Castelo Branco, o marquês de Pombal foi um torturador, que fez Portugal viver em regime de terror por mais de vinte anos, e por isso nada do que fez de bom mereceria ser louvado. Nem mesmo a boa administração, que dizem ter resultado num volume de 40 a 70 milhões de cruzados nos cofres do estado ao final de seu governo, ou seja, em 1777, quando morreu o rei D. José I. Pois, segundo Camilo, tudo foi resultado de uma grande ladroeira. Pombal, observa, tinha artes financeiras originalmente rendosas:

Não farei grande caso das ordinárias e triviais, nos governos absolutos, como estas: o confisco dos bens da Companhia de Jesus muito rendosos, principalmente na América; a venda dos mosteiros dos cônegos regantes e outras ordens reduzidas; a anexação à coroa das propriedades da América e África, capitanias concedidas aos descobridores, povoadores e cultivadores por D.Manuel e D.João III; a enorme capitação sobre os escravos do Brasil; as grossas rendas do patriarcado convertidas em pertenças do erário régio; o gravíssimo imposto que onerou a nação em 1762, ano em que, a pretexto da guerra com a Espanha, se lançou uma grande contribuição [...] ⁷⁰

Além disso, o Brasil foi “um caudal inexaurível”:

Havia dízimos, quintos, capitações, derramas arbitrárias dos vice-reis. Havia as frotas abarrotadas de ouro. As que vieram do Rio e da Baía em 1764 trouxeram para os cofres do estado 15 milhões e médio de cruzados, 220 arrobas de ouro em pó e folhetas, 427 arrobas de ouro em barra, 48 arrobas de ouro lavrado, 8871 marcos de prata, 42.803 peças de 6:400, 3036 oitavas e 5 quilates de diamantes, etc. ⁷¹

Mas esta espoliação, diz Camilo, não era nada extraordinária, já ocorrera nos governos de D.João V e Pedro II. O pior foi a briga com Felisberto Caldeira Brant e seus irmãos Joaquim, Sebastião e Conrado, que haviam sido contratados pelo vice-rei Gomes Freire de Andrade para explorar diamantes em Minas Gerais, “pagando a

⁶⁹ Sobre Malagrida, ver <<http://www.arqnet.pt/dicionario/malagrida.html>> e também <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Malagrida>. Acesso em: 30 de mar. 2018.

⁷⁰ CASTELO BRANCO, Camilo. **O Perfil do Marquês de Pombal**. Lisboa: Folhas & Letras, 2003. p.

177.

⁷¹ CASTELO BRANCO, C., op.cit., p. 178.

capitação de 220\$000 reis por 600 escravos, mais 10\$000 réis por cabeça de espórtula e 350\$000 cruzados anuais para coroa, afora os terrenos da exploração régia, reserva que o rei e mais os seus escravos privativos lavravam”⁷².

Os Caldeiras Brant ficaram riquíssimos. Felisberto chegou até a permitir o contrabando, aceitando dividir um pouco de sua riqueza com os garimpeiros. A renda das minas permitiu arcar com as despesas do contrato, saldar as dívidas com a Coroa e distribuir dividendos. No entanto, em 1752, os cofres da intendência do Vale do Tijuco foram roubados, tendo sido levada grande quantidade de ouro e diamantes da família. Camilo Castelo Branco diz que o roubo de brilhantes perfazia 200 mil cruzados. Felisberto e os irmãos “pediram ao governo português que lhes esperasse o pagamento dos atrasos à Coroa e que cooperasse para que as suas letras sacadas sobre Lisboa (no valor de 700 mil cruzados) fossem honradas”.⁷³

Já sabendo da situação dos contratadores, o marquês de Pombal, mesmo antes de receber a petição deles, mandou prendê-los e confiscar os bens, se não entregassem de pronto 900 mil cruzados. Como não podiam responder a esta intimação inesperada, Felisberto e Joaquim foram presos, enviados para o Rio de Janeiro e depois para Lisboa. Inicialmente achava-se que teriam morrido na prisão de Limoeiros, caso do próprio Camilo Castelo Branco, que admitia esta versão: “Entraram nos Limoeiros esbulhados dos últimos ceitis, e lá morreram sem processo, sem sentença, e tão misteriosamente que nunca no Brasil se soube em que ano acabaram Joaquim e Felisberto Brant.”⁷⁴ Mas a informação que se encontra na Wikipédia portuguesa foi a de que, durante o terremoto, quando várias pessoas aproveitaram o cataclismo para fugir da prisão em Lisboa, Felisberto se apresentou ao marquês de Pombal, que o libertou, mas continuou com a liquidação de seus bens. Gravemente enfermo, após ter ficado preso ao longo de cinco anos, Felisberto se retiraria para Caldas da Rainha, onde faleceria.

Como contratador nas minas, seria substituído por João Fernandes de Oliveira, personagem que chegou a ser mitológico em Vila Rica, por ter sido o amante de Chica da Silva. Seu destino não seria tão trágico como o de Caldeira Brant. Nascido em Mariana, no ano de 1722, doutor em leis pela Universidade de Coimbra em 1750, cavaleiro professo da ordem de Cristo em 1752, pelas relações de amizade que mantinha

⁷² CASTELO BRANCO, C., op.cit., p. 178.

⁷³ Ibid., p. 178.

⁷⁴ Ibid., p. 179.

com Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado fiscal das minas e por isso voltou para a terra natal entre 1756 a 1758. Ele era filho de João Fernandes de Oliveira, primeiro contratador de diamantes no distrito diamantino, natural da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira, termo de Barcelos, e de sua mulher Maria de São José, natural da Vila de Taboaté, na capitania de Santos.

Conta Camilo:

Por ordem do Conde de Oeiras, em 21 de novembro de 1761 foram excluídos os contratadores que se achavam no gozo da exploração de diamantes, tendo sido substituídos por contrato do governo com João Fernandes de Oliveira pai e seu filho desembargador. Como o pai morreu em 1763, o desembargador passou a auferir todos os lucros e ônus do contrato até o ano de 1771. Foi tão bem sucedido na exploração de suas primeiras lavras, que ficou riquíssimo.⁷⁵

Sobre João Fernandes, Camilo Castelo Branco transcreve ainda o relato feito pelo Visconde de Santos de Baena no *Diário Civilizador* número 139:

Em Tujuco (Tijuco), então arraial e hoje a rua principal da cidade de Diamantina, mandou construir um palácio, vivenda mais que principesca, contendo sobretudo um grande lago, para o qual mandou fazer um navio. Do mesmo modo uma suntuosa igreja, muitas outras propriedades urbanas, e as rústicas compunham-se de 16 grandes fazendas, tendo a extensão, cada uma delas, entre 45 a 24 léguas quadradas. Em Lisboa possuía o maior quarteirão de casas que ainda hoje existem em mãos de seus herdeiros ou sucessores, na rua do Ouro, muitas propriedades urbanas, quintas, vinte e quatro casas, etc...Nesta brilhante situação, dominou soberanamente toda a província de Minas Gerais, onde, além de respeitado, era temido.⁷⁶

E o Visconde segue sua narrativa:

Foi nessa circunstância que o já então Marquês de Pombal julgou ser prudência política chamar a Lisboa o contratador dos diamantes e seu particular amigo (...) para a realização de tal propósito, ordenou secretamente ao Conde de Valadares, governador daquela capitania, que fosse ao Tujuco e fizesse conduzir, por bem ou por mal, o contratador a Lisboa. O Conde de Valadares abusou da recepção e hospedagem principesca com que foi recebido e tratado pelo desembargador Oliveira, aceitando o valor de quinhentos mil cruzados em folhetas de belíssimo ouro, empregando para isso meios muito pouco dignos. É verdade que por semelhantes modos haviam todos os mais governadores praticado o mesmo, locupletando-se”. “O Marquês de Pombal sabia que a fortuna do desembargador era imensa e em grande parte devida às infracções de algumas das condições impostas no

⁷⁵ CASTELO BRANCO, C., op.cit., p. 179.

⁷⁶ Ibid., p.179.

contrato; a vista disso tratou de por sua vez fintar o contratador, impondo-lhe, logo que o teve seguro em Lisboa, a indemnização de onze milhões de cruzados.⁷⁷

João Fernandes pagou os onze milhões de cruzados para não morrer na cadeia do Limoeiro como outros tantos. Mas, sabendo da corrupção do Conde de Valadares, Pombal também passou a achacá-lo, tendo-lhe pedido 90 mil cruzados de empréstimo, que nunca foram pagos.

Outra história contada por Camilo Castelo Branco é a do vice-rei das Índias, o primeiro conde da Ega, Manuel de Saldanha e Albuquerque. A este respeito, o escritor, autor de “Amor de Perdição”, cita inclusive as *Memórias dos Tempos Passados e do Presente para Lição dos Vindouros*, escrita por Antônio Luís de Sousa Henriques Seco, cujo trecho está em itálico no texto abaixo:

Entrou preso em 10 de dezembro de 1766 em Lisboa, foi remetido entre ferros ao castelo de S. Felipe de Setúbal; depois sentenciado à morte e comutado em prisão perpétua. *Foi tratado com tanto rigor que dos ombros lhe tiraram o capote, do dedo o anel, e da algibeira o relógio e dinheiro que continha. Igualmente lhe sequestraram as grandes riquezas que trazia e todos os bens* Ficou cego na cadeia e ao recuperar a liberdade passou a viver da esmola dos parentes.⁷⁸

E foi assim, observa Camilo, que o marquês, “humaníssimo reformador”, encerrou sua administração com 75 milhões na arca do tesouro. Sem falar na exploração dos escravos na lavra de minas por conta do rei, que também arrecadou muitos milhões para os cofres do Erário. Os regimentos impostos aos escravos eram bárbaros. O escritor português destaca uma afirmação do historiador inglês Robert Southey, em seu livro *História do Brasil, volume VI*:

Trazem esses regimentos impressos o cunho do caráter peculiar do Pombal: foram feitos mais no espírito da legislação asiática que europeia. Um único fim se propunha o ministro, e a esse fim sacrificava tudo sem escrúpulo nem hesitação, e até sem consideração. Saltava por cima das leis estabelecidas, violava os direitos dos indivíduos, acarretava inevitável ruína sobre muitos dos habitantes e grandes inconvenientes sobre todos, privando a população inteira de toda a segurança, tanto das pessoas como da propriedade. E com

⁷⁷ CASTELO BRANCO, C., op.cit., p.180.

⁷⁸ ibid, p. 181.

uma curiosa incongruência que se encontra sempre em toda legislação tirânica (...) conferia ampla liberdade aos membros da administração.⁷⁹

Cada senhor de escravo pagava uma capitação de 3\$500 reis por cada preto que importava da África, e se havia descuido ou fraude no pagamento, as cabeças dos senhores não estavam mais seguras que as dos negros; eram todos iguais perante a lei do azorrague e do esparto. De novembro de 1763 a dezembro de 1770, haviam entrado no porto do Rio dezesseis embarcações vindas de Mina, Cacheu e Bissau sem pagar o “direito de escravos”, que deveriam entrar para os cofres do Rio, ou Ilhas de São Tomé e Príncipe. O marquês mandou fazer uma devassa. O contrabando fora grande. Muitos fazendeiros e industriais ficaram na miséria por causa da taxa de 3\$500 por cabeça de escravo entrado no país.

Tudo isso faz Camilo Castelo Branco exclamar, aproveitando para criticar outro marquês, o de Angeja, ministro de D. Maria I:

(...) o que vai aí de lágrimas e de sangue nesses 75 milhões – nessa rica torrente de ouro. Os bens dos fidalgos, dos jesuítas, dos mineiros, dos vice-reis, dos escravistas, do povo atormentado com impostos – os 75 milhões, ao fim do terceiro ano do reinado de D. Maria I, tinham encontrado outro Marquês, o de Angeja, que os esbanjou pelo rápido processo com que haviam sido extorquidos. Esse segundo Marquês dissipador foi talvez impulsionado por um sentimento moral e católico. Como aqueles 75 milhões tinham sido um latrocínio mal dissimulado, não quis o pio Angeja que o país possuísse aquele ouro maldito nos cofres da fazenda pública; e, atirando-o às rebatinhas salvou a sua consciência e a consciência nacional.⁸⁰

É certo que Camilo Castelo Branco, no caso, está debochando do marquês de Angeja e de sua cobiça. Mas nem sempre brinca. É muito seriamente que descreve em seu livro a última façanha do cruel Pombal, enquanto D. José I estertorava em fevereiro de 1777. Na praia da Trafaria, onde viviam cinco mil pessoas – pescadores, mulheres e crianças – havia uma centena de refugiados acolhidos pelos bondosos homens do mar. Eram homens que haviam se recusado a serem recrutados para enfrentar uma possível guerra com a Espanha. O almirante de Castela havia surgido no Tejo com doze naus

⁷⁹ SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**, volume VI, p. 240, apud CASTELO BRANCO, C., op. cit., p.182.

⁸⁰ CASTELO BRANCO, C., op.cit., p. 183.

alterosas que mais pareciam os galeões de Felipe II. Já a marinha portuguesa era composta de doze naus de linhas e algumas fragatas.

Com 78 anos e o coração cada vez mais empedrado, Pombal resolveu queimar todo o povo da Trafaria num imenso incêndio. Narra Camilo:

Na véspera do século XIX, só ao Marquês de Pombal podia acudir o alvitre de abrasar uns rapazes que fugiam à desgraçada vida militar em Portugal. Chamou Diogo Inácio de Pina Manique, intendente da Polícia, deu-lhe uma ordem lacônica, e pôs à sua disposição 300 soldados e algumas dúzias de archotes (...) O fogo cruzou em línguas rubras que a ventania serpejava dumas casas para o colmo das outras. Despertaram aquelas cinco mil vidas na sufocação da fumarada e no estalejar das madeiras. Os desgraçados corriam nus por entre as chamas. Alguns levavam sobraçados os seus doentes, os seus velhos e as crianças. Desses, morreram bastantes que não puderam romper o assédio do fogo, além do qual estava o assédio da tropa. Muitos salvaram-se porque os soldados, compadecidos, transgredindo as ordem de Manique, abriram clareiras por onde escapassem. E os que se escapuliram levaram consigo a nudez e a fome, porque todos os seus haveres fumegavam nas cinzas do pavoroso incêndio.⁸¹

Por todos esses atos que beiram a insensatez é que há sérias dúvidas sobre se Pombal realmente tenha sido um grande estadista. Um reformista ilustrado. Quando D. Maria I assumiu o governo e Pombal foi exonerado do cargo, com 120 mil cruzados de renda vitalícia e a comenda de São Tiago de Lanhoso, foram liberadas das prisões 800 pessoas que lá tinham ficado por 18 a 20 anos. Desde a morte dos Távoras, a rainha o odiava. Em 1799, instaurou-se um processo para que respondesse por seus atos: patíbulos, forcas, incêndios, prisões e degredo. Afirmava sempre que cumprira as ordens de El Rei. Este processo esteve longamente suspenso, até que D. Maria I pediu a junta de desembargadores encarregada de analisá-lo que chegasse de imediato a um veredito. Eram oito os juízes. A maioria havia sido elevada à função pelo próprio Pombal. Eles pediram mais tempo para analisar os delitos, uma nova devassa. Por fim Pombal assumiu suas culpas e solicitou perdão à soberana, que lho concedeu, exigindo somente que ficasse fora da corte à distância de vinte léguas e que pagasse suas dívidas com a coroa e seus credores privados.

Eis um trecho do decreto da rainha, emitido em Queluz em 16 de agosto de 1781:

⁸¹ CASTELO BRANCO, C., op.cit., p. 186.

O que sendo tudo examinado por uma junta de ministros a que me pareceu encarregar este negócio, foi vencido que o dito Marquês de Pombal era réu, e merecedor de exemplares castigos; ao que porém não mandei proceder atendendo às graves moléstias e decrepidez em que se acha, lembrando-me mais da clemência do que da justiça, e também porque o mesmo Marquês me pediu perdão, detestando o temerário excesso que cometera. Pelo que sou servida perdoar-lhe as penas corporais, que deviam ser impostas, ordenando-lhe se conserve fora da corte na distância de vinte léguas enquanto por mim não for determinado o contrário, deixando porém ilesos e salvos todos os direitos e justas pretensões que possa ter a minha coroa, e faziam igualmente os que deviam ter alguns dos meus vassalos para que em juízos competentes possam conseguir e serem indenizados das perdas, danos, e interesses em que o dito Marquês os tiver prejudicado; porque a minha real intenção é só perdoar-lhe a pena afluiva da satisfação da justiça e não a satisfatória das partes e do meu patrimônio real (...)⁸²

Combalido e desgostoso, Pombal retirou-se para a Vila de Pombal, onde possuía um solar de campo de propriedade do tio-avô. Lá morreu aos 83 anos, segundo Camilo Castelo Branco, “de gangrena corporal e moral”. Após cem anos, “a família ainda lhe manda rezar missas pelo eterno descanso da sua alma. No caso provável de lhe não serem precisas, seria bom e proveitoso que esta devota família de Pombal mandasse condicionalmente aplicar as referidas missas supérfluas por alma daqueles que seu avô mandou matar sem confissão”.⁸³

Teixeira Soares tem uma visão diversa da de Camilo. Segundo ele, a crueldade fazia parte do tempo de Pombal:

Muitos historiadores espantam-se ainda hoje da fereza com que foram supliciados Aveiro, Távoras e outros. Era o espírito da legislação criminal do tempo, em particular, tratando-se de regicídio. Na Inglaterra no século XVII não menos de 233 espécies de crime eram passíveis de pena de morte. Na Alemanha, os moedeiros falsos, também no século XVII, eram queimados em azeite fervente. A justiça fazia empenho que a pena fosse aplicada devagar: primeiro queimavam-lhes as pernas; depois, a medida que fossem mergulhados no tonel, o azeite fervente ia consumindo os desgraçados.⁸⁴

Soares continua seu argumento:

⁸² CASTELO BRANCO, C., op.cit., p. 198-199.

⁸³ Ibid., p. 199.

⁸⁴ SOARES, Álvaro Teixeira. **O Marquês de Pombal (A Lição do Passado e a Lição do Presente)**. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1961. p. 207.

Na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII, as feiticeiras eram queimadas vivas. Na Polônia os inimigos da Coroa eram esquartejados. Esses historiadores que tanto exaltaram o sublime sacrifício dos fidalgos esqueceram-se que no reinado frívolo de João V numerosos foram os portugueses de sangue israelita, cristãos-novos queimados vivos em autos-de-fé. O sentimento humanitário serve para uma coisa, mas não serve para outra.⁸⁵

Apesar desta ressalva, Teixeira Soares não nega que o sofrimento de todos os envolvidos no regicídio foi atroz, lembrando o que se passou com o marquês de Alorna, que deixou um depoimento a respeito:

O Forte da Junqueira, com seus 19 cárceres, suas ‘casas escuras’, seu cemitério subterrâneo, imortalizou a selvageria absolutista de D. José I. Cemitério de vivos onde os carcereiros se requintavam em torpezas e castigos monstruosos. O Marquês de Alorna, que iria ser embaixador em Paris com 25 anos de idade (*na realidade, 34 anos, trata-se do segundo Marquês de Alorna, o pai de Alcipe*), por decreto de Pombal, entrou nessa comuna de desgraçados sem processo algum, cumprindo 19 anos de reclusão estreita e feroz. No seu ‘*As prisões de Junqueira durante o ministério do Marquês de Pombal*’ (Lisboa, 1837) relatou o martírio que lá passou às mãos do desembargador analfabeto chefe do presídio, ‘homem escolhido por Sebastião José para carcereiro daqueles presos que a sua iniquidade tem destinado para serem atormentados e mortos ocultamente’, segundo o escrito do fidalgo. Trata-se de um documento que impressiona por sua sinceridade, valendo como depoimento singular a respeito dos crimes cometidos durante o processo de Aveiro e Távoras em nome de uma justiça miserável.⁸⁶

Além de ter tido seus próprios erros e fracassos, muito da reforma pombalina se perdeu, acentua Teixeira Soares, quando começou o governo de D. Maria I, o da Viradeira. Mas não se pode tirar completamente o mérito do déspota:

A um Portugal antigo procurou Pombal apresentar por contraste um Portugal novo, afirmação de trabalho, governo e ordem. Ideal que, na realidade, nada tinha de novo, porque representa a aspiração de qualquer grande estadista, tanto no passado como no presente, volvido para a obra de engrandecimento de sua pátria. Lutando contra o relógio da História, o primeiro ministro pretendeu realizar muito através de pouco tempo numa ânsia de cometimentos destrambelhados uns – e audazes outros. Combatido e desajudado, trabalhou como Sísifo numa demonstração de energia a fazer sozinho o que deveria ser obra coletiva de um povo.⁸⁷

⁸⁵ SOARES, A.T., op.cit., p. 209.

⁸⁶ Ibid., p. 210.

⁸⁷ Ibid., op. cit., p. 266-267.

E novamente Teixeira destaca, como que desculpando o horror praticado por Pombal:

O haver recorrido a processos despóticos ou brutais não era novidade para o tempo; Pedro o Grande, através de trinta anos de despotismo maciço e bárbaro (1695-1725), transformara a insignificante Moscóvia num vasto império dotado de uma propulsão nacionalista avassaladora. O despotismo paternal de D. João V, sem freios ou contrafreios, preparara com seus dispêndios absurdos e sua desorganização crônica o terreno favorável ao aparecimento de Pombal, o déspota.⁸⁸

Bem, questão de opinião. A de Camilo Castelo Branco era bem clara. Déspota era déspota e ponto final, não havendo meios termos. O que pensou a respeito de Pombal o jovem minhoto Antônio de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, que estava com 28 anos quando o tirano morreu? A única coisa que podemos saber é que se aliaria a nobres e intelectuais iluministas que haviam se exilado nos tempos do ministro totalitário, quando voltaram para Portugal no reinado de D. Maria. Mas seria amigo, por outro lado, do filho do marquês de Pombal que também veio para o Brasil em 1808. Não só amigo, mas seu inventariante. No tocante à Viradeira, vale acentuar que não foi uma mudança radical com relação ao governo pombalino, porque D. Maria I, além de reabilitar ministros que haviam sido afastados, manteve outros que haviam servido ao ministro tirânico. Ou seja, houve mudança e também continuidade.

Martinho de Melo e Castro foi mantido como ministro da Marinha e Ultramar. O Cardeal da Cunha continuou sendo o ministro assistente ao do Despacho. Aires de Sá e Melo foi mantido como secretário do Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra, lugar que já ocupava, mas que na prática era exercido por Pombal. O ministro do Reino, 3º marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque, passou a pasta dos Negócios do Reino para o visconde de Vila Nova Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima, futuro marquês de Ponte de Lima.

Já o marquês de Angeja seria nomeado presidente do Erário Régio. E decidiu suspender as obras de reconstrução de Lisboa. O povo não gostou muito de sua administração: “Mal por mal, antes Pombal”. Já Pina Manique, o corregedor que haveria de perseguir a marquesa de Alorna, foi mantido na Polícia. O marquês de

⁸⁸ SOARES, A.T., op.cit., p. 267.

Angeja era considerado uma nulidade. O de Ponte de Lima – Visconde de Vila Nova de Cerveira – outra. O governo ficou assim constituído por mais de uma década.

CAPÍTULO 3 – TRAJETÓRIA POLÍTICA E DIPLOMÁTICA DO CONDE DA BARCA



Fig.10 - Imagem de Ponte de Lima, norte de Portugal.
Ponte medieval sobre o rio Lima. Foto de Osvaldo Gago.

Século das Luzes; França em guerra, disputa política e econômica com a Inglaterra; Em Portugal, governo autoritário de Pombal, monarquia absoluta de D. Maria I e D. João; Espanha dominada por Manoel de Godoy, o amante de Maria Luiza, mãe de Carlota Joaquina. Retomando o fio da meada da vida do conde da Barca, foi dentro deste cenário ou pano de fundo que Antônio de Araújo de Azevedo atuou como uma espécie de protagonista da história portuguesa, por alguns momentos quase que com poderes de um Talleyrand ou de um William Pitt. Sabedoria e sagacidade não lhe faltavam, tendo revelado amor pelos livros e apaixonada queda para os estudos desde muito cedo.

De acordo com todos os relatos biográficos, a partir do elogio feito em 1819 por Sebastião Trigo na Academia de Ciências de Lisboa, com 11 anos, ou seja, em 1765, o fidalgo nascido em Ponte de Lima foi estudar no Porto, na casa do tio materno, o brigadeiro Antônio Luís Pereira Pinto. Teve lições de grego e latim com o professor Thomas Delany. Com facilidade para línguas, também teria se iniciado em inglês, francês, italiano, além de adquirir a formação educacional básica.

No final da adolescência, entrou para Universidade de Coimbra para estudar Filosofia, mas não terminaria o curso. Curiosamente não se encontra uma explicação razoável para esta opção. Só podemos supor que abandonara a famosa universidade que

fora reinaugurada por Pombal em 1772, contando com várias faculdades, um ótimo currículo, um laboratório de física, um observatório, uma editora e um jardim botânico, não por escolha, mas devido a algum problema familiar.

Na volta ao Porto, estudaria matemática, história, literatura e ciências naturais como autodidata. Gostava tanto de ler e de estudar que o tio, temendo por sua saúde, chegava a brigar quando atravessava as madrugadas lendo:

Aplicações tão variadas deviam necessariamente absorver todo o tempo de um mancebo que, vendo diante de si o imenso e inesgotável tesouro dos conhecimentos humanos, ardia em a nobre missão de adquirir todos; por isso não era possível bastarem-lhe as horas do dia, nem ainda as de uma parte da noite; muitas vezes, no meio dela, quando toda a família estava sepultada no sono, ele se levantava mansamente, acendia o lume. E cobrindo-o depois com as sombras de um capote, entregava-se à leitura, até que a manhã o vinha dispensar daquelas precauções. Eram elas necessárias, porque seu tio, que dormia num quarto vizinho, temendo pela sua saúde, o repreendia amorosamente quando vinha no conhecimento de semelhantes excessos, que continuaram por muitos anos.⁸⁹

Em 24 de dezembro de 1779, criou-se em Lisboa a Academia Real das Ciências. O presidente perpétuo era o viajado e culto duque de Lafões⁹⁰, João Carlos de Bragança, que durante o governo do marquês de Pombal se afastara de Portugal. No exílio, viajara muito – pela Inglaterra, Áustria, Prússia, Suíça, Itália, França, Suécia, Egito e Turquia, Polônia e Escandinávia – sempre interessado nos progressos científicos e industriais, letras, artes e de modo geral nos costumes das populações. Membro da Real Sociedade de Londres, participou da Guerra dos Sete Anos entre Áustria e Prússia e ficou muito amigo de José II, imperador Romano-Germânico e arquiduque da Áustria. Ao voltar a seu país, recuperaria o título de nobreza no governo de sua prima em terceiro grau, D. Maria I. Foi escolhido para primeiro secretário da nova instituição o abade José

⁸⁹ TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. Elogio histórico do Conde da Barca proferido na Assembleia Pública de 24 de junho de 1819. **História das Memórias da Real Academia de Ciências de Lisboa**. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Typografia da Real Academia, 1823. p. XVII

⁹⁰ Nota da Autora: O título de duque de Lafões foi criado por decreto de 17 de fevereiro de 1718 e confirmado por carta de 5 de setembro do D. João V de Portugal, em favor de seu primo D. Pedro Henrique de Bragança, filho do infante D. Miguel de Bragança, um filho ilegítimo de seu pai D. Pedro II com a francesa Ana Armanda de Vergé. Não tendo gerado descendência legítima, o título passou para o irmão, o general D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, o mais famoso duque daquele título. Entretanto, a mãe de ambos, Luísa Casimira de Sousa Nassau e Ligne foi a primeira a usar o título de duquesa de Lafões.

Francisco Correia da Serra, naturalista de renome internacional que também se opusera a Pombal e fora exilado. Lafões o chamava de “elefante científico e literário”.

Em Portugal, já existiam academias desde a fundação da Academia dos Generosos, em 1649, apontando para a necessidade de se criar no espaço nacional uma produção científica autônoma. Em 1720 fora criada a Academia Real de História, cujo critério de aceitação de seus membros e também o modo de ação ainda seguiam os princípios e estrutura do Antigo Regime. Amante da ciência, à qual atribuía valor social importante para o progresso das nações, o duque de Lafões, com o auxílio do abade, botânico e geólogo Correia da Serra, ao fundar a Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, objetivava tirar Portugal do atraso no qual se encontrava, contribuindo para integrar o país ao quadro intelectual europeu. Nos longos períodos que viveram fora de Portugal, eles haviam se comunicado com eruditos de vários países. Viajar e saber línguas, aliás, eram considerados importantes requisitos para se entrar para uma academia que fomentava a circulação de ideias, num momento em que a Europa se encontrava em ebulição.

Com 24 anos, ou seja, em 1778, Araújo volta para Ponte de Lima, entrando na vida adulta. O pai fizera o testamento e, como primogênito, ele era o único herdeiro das propriedades e bens da Casa de Sá. Em 1779, com a proteção do arcebispo de Braga, dom Gaspar de Bragança, cria com alguns outros empreendedores em Ponte de Lima a Sociedade Econômica dos Amigos do Bem Público, que visava a promover a indústria, o comércio e a agricultura na região minhota. O primeiro secretário foi Nicolau Barreto de Magalhães. E o presidente o próprio Araújo. Os estatutos foram aprovados por alvará em 6 de março de 1780. O jovem morgado não estivera entre os fundadores, ou seja, não participara da reunião realizada no palácio do visconde de Vila Nova de Cerveira na tarde de 8 de maio de 1779, mas seria escolhido para presidir a associação por suas características.

Pois, como afirma Abel Rodrigues, o objetivo da academia era tirar a economia rural de seu quietismo, inação, e torpor dos povos da sua superintendência comarcã. E para isso, segundo ficou delineado nos estatutos, era necessário eleger-se “um presidente bem preparado e com capacidade para captar a atenção dos poderes existentes na Corte de forma a obter o necessário aval régio para o início das atividades”.

E Abel Rodrigues diz ainda em sua dissertação de mestrado:

O cargo de presidente era o emprego mais importante, pois cabia-lhe propor todos os negócios (...), distribuir, e encarregar aos Sócios as comissões. Por isso deveria ser [...] Pessoa tal, que tenha os necessários conhecimentos, e instrução dos meios, com que se adiantam as Artes, e a que maior uso tem na Europa, para que possa entender os Escritos Econômicos, que se acham nelas; ouvir os Estrangeiros que se apresentarem com alguns inventos ou máquinas, e entreter uma correspondência com as Sociedades, que se estabelecerem no País, ou com as de fora dele; e finalmente com os homens doutos e instruídos sobre os objetos que cultiva a Sociedade. [...] Por outro lado, deve possuir um conjunto de qualidades humanas como ser pessoa de condição afável, acessível e laboriosa, e que tenha afeição a todos os objetos sobre que versa a Sociedade, livre de orgulho e de preocupações vulgares.⁹¹

Nesse sentido, conclui Abel Rodrigues, a nomeação da Araújo para a presidência da Sociedade de Amigos do Bem Público foi “um atestado à sua formação intelectual e humana e, também, um reconhecimento do papel desempenhado como ator social, na medida em que as suas relações pessoais possibilitariam a abertura de um importante canal de comunicação para a Corte destinado a promover a Sociedade aos olhos do poder régio.”⁹²

Havia a ideia de renovar a antiga utilização do rio Lima como via comercial, conforme ocorrera em tempos remotos, desenvolver a cultura de seda e sua fiação e criar escolas públicas de fiar e tecer esguiões (tecido fino de linho ou algodão) e cambrais. Esta iniciativa, que seguia o modelo de várias sociedades de estímulo comercial e industrial que haviam sido criadas na Inglaterra, fez com que Araújo se aproximasse do abade e do duque. Este último passaria a ser o seu protetor na vida pública.

Diz Arthur de Araújo, em seu *Perfil do Conde da Barca*:

O jovem trabalhava com afã pelo desenvolvimento da sociedade, apesar de os sócios não ajudarem muito com os recursos. Chamou do exterior mestres de fiação e tecelagem de renda, linho, esguiões, cambraias, talagarças, holandas finas, em fins de 1779, ano da fundação da sociedade. A mestra de fiação era dinamarquesa. Veio ajustada pela anuidade de 24 mil réis, além de despesa de transporte. Ao cabo de um ano despediu-se e foi substituída por uma portuguesa de nome Quitéria Rosa, que formou discípulos que seriam solicitados em Braga, Porto, Guimarães e Barroso. O mestre tecelão ganhava 80 mil réis anuais e despesa de transporte. As escolas funcionaram com regularidade por quatro anos. Mas em 1783 os sócios se tinham furtado de

⁹¹ RODRIGUES, A., op. cit., p. 100.

⁹² Ibid., p. 101.

pagar as prestações e em 1784 o mestre fugiu para Londres. Ao fim de 7 anos a sociedade estaria morta, mas inspirada nela surgiria a Academia Rural do país.⁹³

Sobre o melhoramento da barra junto à foz do rio Lima, entre o Douro e o Minho, para melhorar a navegabilidade, o duque de Lafões achou que o projeto era utópico e caro em demasia. O desenvolvimento da cultura de amoreiras brancas e do bicho da seda gerou uma troca de correspondência entre o jovem morgado e Correia da Serra, com Antônio de Araújo procurando orientação junto ao douto botânico.

Araújo enviou um resumo sobre as atividades da Sociedade a Lafões, que lhe enviou uma carta em 24 de fevereiro de 1781 elogiando a iniciativa:

Senhor Antônio de Araújo mais sócios da Sociedade Econômica de Ponte de Lima. Logo que recebi a carta desta ilustre sociedade, recomendei ao abade Correia de Lima secretário da Academia de Ciências que em meu nome agradecesse tanta mercê, enquanto eu tratava de satisfazer ao que a Sociedade me pedia, pondo na presença da rainha, minha senhora, os seus excelentes patrióticos desejos; S.M, a quem tive a honra de falar domingo passado, me ouviu benignamente e se mostrou satisfeita do passo que tinha dado a Sociedade desejando que à sua imitação se estabelecessem outras no reino, o que bem cedo teremos o gosto de ver, graças as contínuas diligências da Academia e ao exemplo que nos deu a respeitável corporação de Ponte de Lima.⁹⁴

Segundo historiadores portugueses, os criadores da Academia Real das Ciências de Lisboa eram maçons e provavelmente levaram Araújo para ser iniciado em alguma loja maçônica portuguesa. De acordo com A. H. de Oliveira Marques, autor de *História da Maçonaria Portuguesa*, a própria Sociedade dos Amigos do Bem Público tinha um caráter paramaçônico, tanto que seu emblema continha uma simbologia declaradamente maçônica: três colunas, esquadro e compasso.

A Maçonaria nos moldes atuais, chamada de “Maçonaria Especulativa”, surgiu em Londres a partir de junho de 1717 e espalhar-se-ia pela Europa. Tinha como ingredientes fundamentais o pensamento iluminista, o rompimento com a Igreja Católica e a reconstrução física de Londres, já que a cidade tinha ficado totalmente destruída após o grande incêndio de 1666. Em Portugal, de acordo com análise feita por

⁹³ ARAÚJO, A., op. cit.

⁹⁴ ARAÚJO, A., op.cit, p. 14-15.

Fernanda Santos e José Eduardo Franco⁹⁵ no ensaio “*A Insustentável Leveza das Fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a Questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal*”, durante a segunda metade do século XVIII a Maçonaria tinha lojas de importância relativa pelo menos em cinco centros urbanos: Lisboa, Porto, Coimbra, Valença do Minho e Funchal. “Pouco influente, vagamente identificado com a ideologia iluminista, não foi um movimento de massas até a Invasão Francesa, mas foi suficientemente ativo para inquietar os poderes da Inquisição, da Intendência da Polícia e da Real Mesa Censória. Nele se filiaram aristocratas, militares, clérigos e muitos grupos pertencentes a estratos mais ou menos abastados do terceiro estado. Além de padres, havia leigos católicos, pessoas de outras confissões religiosas e os que não tinham religião”, afirmam os dois pesquisadores.⁹⁶

Sob o ponto de vista político, após a Revolução Francesa, acrescentam Fernanda Santos e José Eduardo Franco, “muitos não esconderiam a sua simpatia pelos ideais de Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa, grande parte deles preparando as vias do Liberalismo. Todos seguiam com interesse as peripécias da Revolução e a maior parte, se não a totalidade dos maçons portugueses, eram jacobinos...”⁹⁷

Em seu livro *A História de Portugal – O Despotismo Iluminado*, o historiador Joaquim Veríssimo Serrão faz a seguinte observação:

O papel da Maçonaria foi relevante desde 1762, quando os oficiais do Conde de Lippe conquistaram adeptos em várias franjas do tecido social na nobreza, no Exército, na diplomacia, na mercancia e na cultura. A nossa participação na Guerra do Rossilhão criou mais prosélitos, uns por acreditarem na via revolucionária francesa, outros mais fiéis ao modelo inglês de liberalismo político. Os ideais de fraternidade humana eram acolhidos como aurora redentora de um novo tempo na história, na luta a empreender contra o despotismo régio e a autoridade secular da Igreja. No próprio ministério que antecedeu a partida da corte para o Brasil estava um alto dignitário da Maçonaria, Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca.⁹⁸

95 SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo. A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal. **Revista de Estudos Históricos de La Masoneria Latinoamericana e Caribenã**. v. 2, n. 2. Dezembro de 2010-Abril 2011. Universidade da Costa Rica. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/3695/369537359004.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

96 SANTOS, F.; FRANCO, J.E., op. cit., p. 57.

97 Ibid, p. 57.

98 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal - O Despotismo Iluminado (1750-1807)**. Volume VI. Lisboa: Editora Verbo, 1982. p. 434.

Logo, tudo indica que, sob a influência do duque de Lafões e do botânico Correia da Serra, Araújo tenha se filiado à Maçonaria ainda em Ponte de Lima, abraçando ao mesmo tempo a ideologia iluminista, ou seja, questionando o Direito Divino dos reis, o poder da Igreja e cultuando, como já foi dito, os enciclopedistas, entre eles Diderot, D'Alembert, Montesquieu, Voltaire e Rousseau, que uniam razão e sentimento, pragmatismo e subjetividade.

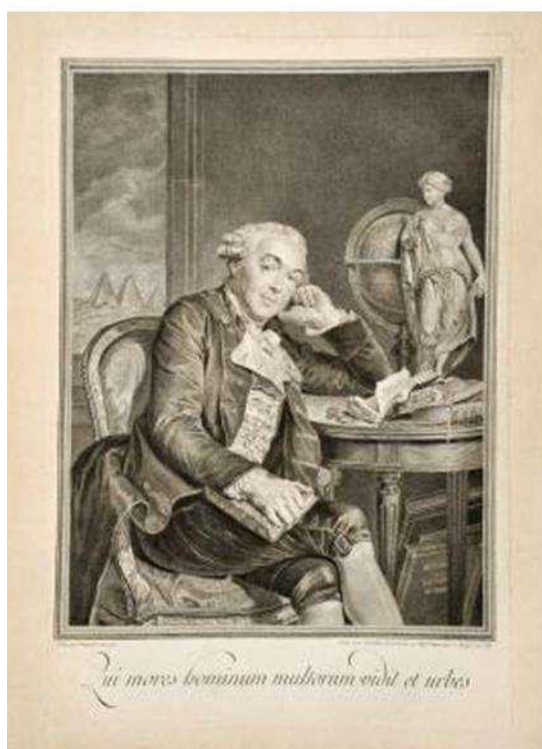


Fig.11 - O duque de Lafões. Gravura em talho doce de Chevillet, gravador de Sua Majestade. 1781.



Fig.12 - Alegoria à Fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa. Gravura de Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818).

Em 1780, Araújo entrou para a Academia Real das Ciências de Lisboa. Em carta escrita em 24 de fevereiro de 1781, João Carlos de Bragança elogia a iniciativa de criação da Sociedade em Ponte de Lima. Mesmo tendo durado pouco, a Sociedade fora

bem sucedida ao incentivar o surgimento de uma indústria têxtil na região minhota e melhorar as técnicas agrícolas locais.⁹⁹

Em 1786, interessado em viajar, abrir os horizontes, Antônio Araújo de Azevedo parte para a capital, onde tinha familiares, entre eles uma prima bem influente: dona Mariana Joaquina Apolônia de Vilhena Coutinho. Segundo informa Abel Rodrigues, dona Mariana era açafta da rainha Maria Francisca e pertencia a família dos Vilhenas Coutinhos da Casa dos Campos de Touros em Bragas, muito tradicional na Corte. Ela se casara com Miguel de Arriaga, desembargador da Casa de Suplicação e Secretário das Imediatas Resoluções de Sua Majestade nos seus Exércitos. Conhecida na Corte por sua beleza, Mariana também granjeara fama entre os nobres pelo distinto tratamento que recebia de D. Maria I. Sua ligação com o primo Araújo é comprovada, diz ainda Abel Rodrigues, pela vasta epistolografia que mantiveram mesmo após a partida da Corte para o Brasil. Ela o ajudou, é claro, em sua ascensão em Lisboa, assim como os trabalhos já prestados na Sociedade de Ponte de Lima e a nomeação para a Academia de Ciências.

Além disso, o rapaz, considerado “um filósofo sábio e profundo, com grandes cabedais na língua e na literatura estrangeira” (*Elogio* de Sebastião Trigoso), tinha caráter amável, fisionomia agradável, se expressava com facilidade e conquistava amizades com facilidade. Aproveitou a estada em Lisboa para, estreitar os laços com João Carlos de Bragança. Foi reconhecido por sua grande cultura e a permanente preocupação em aumentá-la. Tudo o atraía, o clássico e o novo. Achando que o talento do jovem fidalgo deveria ser utilizado em prol do bem da nação, o duque de Lafões lembrou a sua régia parenta, D. Maria I, o nome de Antônio de Araújo para o exercício de um cargo diplomático de relevo. Possivelmente pesaram também para esta indicação os laços maçônicos entre o primo da Rainha e o fidalgo ávido por conhecimento.

Resultado: quando o horizonte europeu já começava a se toldar de nuvens negras, aos 33 anos de idade, mesmo não tendo diplomas universitários e títulos de nobreza muito significativos, como conde ou marquês, o morgado da Casa de Sá, Antônio de Araújo de Azevedo, é escolhido para ser o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário português na Corte de Haia, substituindo João de Almeida Melo e Castro, futuro conde de Galvêas, que ali exercia o cargo desde 1781. A nomeação foi

⁹⁹ Nota da Autora: A indústria têxtil que se desenvolveu na região minhota existe até hoje.

feita em 1787, mas só assumiria a função após dois anos, iniciando uma fatigante vida pública que o afastaria de sua terra, fora algumas poucas estadas em Portugal, por quase trinta anos (de 1789 a 1817, quando morre no Brasil). Em carta enviada em 6 de setembro de 1787,¹⁰⁰ o arcebispo de Braga, Gaspar de Bragança, parabeniza o amigo por ter sido nomeado por sua sobrinha D. Maria I enviado extraordinário na Corte de Haia, manifestando a certeza de que o indicado colocaria em prática o que havia lido nos livros e “sabendo as qualidades das terras e dos habitantes delas fará progredir as relações entre ambos os reinos e prosperar o útil Comércio de que algum dia fomos Mestres, e agora nem chegamos a ser discípulos”.

Sobre este ano de 1787, vale acrescentar aqui que foi um ano de algumas desordens em Lisboa, sobretudo no Exército, que era na ocasião chefiado exatamente pelo duque de Lafões. Um homem, observa Eurico Malafaia em seu livro sobre o conde da Barca, “mais da ciência e da corte do que propriamente feito para ocupar o cargo de general que lhe fora confiado”. Tentativas de estabelecimento da ordem de parte do intendente Pina Manique não encontraram eco nem mesmo junto ao duque, ao visconde de Vila Nova de Cerveira e ao marquês de Angeja. Reverenciado por seus ataques aos pedreiros livres, Pina Manique acusou a presença em Lisboa de Cagliostro ou Giuseppe Balsamo, mas não o pode prender, porque este disse ser amigo de Lafões e dos maçônicos.

Mas retomando a Antônio de Araújo de Azevedo e sua indicação para diplomata. Vemos que o biógrafo Artur de Araújo, no preâmbulo de seu *Perfil do conde da Barca*, observa que a nomeação tinha um quê de revolucionária, porque rompia com o monopólio da família Sousa Coutinho, existente há muitos anos na política e diplomacia portuguesas:

Em Portugal, em fins de século XVIII, se resumiam aos Sousas, casta privilegiada que durante longos anos açambarcou os lugares de mais destaque na política do país. Luiz Pinto de Sousa Coutinho (visconde de Balsemão), D. Vicente de Sousa, Rodrigo de Sousa, Domingos de Sousa, Principal de

¹⁰⁰ Esta carta, enviada pelo arcebispo Gaspar de Bragança a Araújo se encontra no Arquivo Distrital de Braga. Correspondência digitalizada. Código de referência PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/005038. Carta 005038. Data: 6 de setembro de 1787. Disponível em: <<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=s1416019&ht=ant%C3%B4nio%20de%20ara%C3%BAjo%20gaspar%20de%20bragan%C3%A7a/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

Sousa, e outros dispunham ao bel-prazer nesta época decisiva para o absolutismo do alvoroçado espírito de sua alteza e Príncipe Regente.¹⁰¹

E segue em sua análise o biógrafo minhoto:

Pelo figurino inglês se vestiam nossos estadistas e o que a velha Albion dizia e aconselhava era evangelho. Os vários Sousas levaram Portugal as mais equívocas situações, à mercê dos ventos, na posição crítica a que a velha Albion nos forçava, querendo-nos bem com Deus e o Diabo. Da Córsega, os nossos estadistas suavam as estopinhas, quando a França nos declarava guerra e a Inglaterra nos exigia o cumprimento estrito dos contratos. O ministro dos Estrangeiros de então, Luiz Pinto, indagava ao embaixador em Paris, Vicente de Sousa, como iam as coisas. Não alcançando o alcance da Ideia Nova, Vicente escrevia longos e maçudos ofícios.

[...] Não respondendo à carta em que Luiz XVI comunicava ao nosso governo o seu acatamento à constituição, mandando navios para Portsmouth a juntar-se a esquadra inglesa, fornecendo tropas aos espanhóis para combater a França e não recebendo o encarregado de negócios que este país aqui mandara em missão diplomática, o famigerado Luiz Pinto de Sousa pretendia ao cabo de tantas tropelias a situação cômoda de neutralidade para Portugal. [...] Surge em campo para desafiar esta série de inépcias e carrapatos a figura insinuante e moça de Antônio de Araújo de Azevedo, gentil-homem em que o olho perspicaz e arguto do Duque de Lafões adivinhara qualidades excepcionais de diplomata, conseguida sua nomeação para ministro plenipotenciário em Haia. Nato e criado na Ribeira-Lima, aos seus minguados estudos iniciados no Porto, juntaria por vontade de saber como autodidata, uma invejável bagagem científica e literária que não deixaria de avolumar durante a sua longa carreira de estadista.¹⁰²

Araújo teve que se preparar para assumir o papel de diplomata, dedicando-se ao estudo de obras de diplomacia, história, economia e à leitura de autores jurídicos, como Grotius, Cornelius van Binkershoek, Jean Barbeyrac e Samuel Pufendorf. A Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros costumava dar aos diplomatas inexperientes no último quartel do século XVIII uma “Instrução familiar”, indicando regras de conduta e os livros nos quais deveriam se inspirar.

E é claro que, como ministro plenipotenciário da Corte portuguesa em Haia, Araújo também teve que se especializar nas relações diplomáticas entre Portugal e Holanda. Desde 1705, estava em vigor um Tratado de Comércio entre esses dois países. O conteúdo do acordo era idêntico ao de Methuen (Tratado de Panos e Vinhos) que foi assinado entre Portugal e a Inglaterra em 17 de dezembro 1703. Os Países Baixos

¹⁰¹ ARAÚJO, A., op. cit., p. 5.

¹⁰² Ibid., p. 7.

obtinham facilidades para a colocação de seus tecidos em Portugal e Portugal adquiria um tratamento vantajoso para a exportação de seus vinhos.

Antes da partida, informa Abel Rodrigues¹⁰³, seria nomeado para o conselho de Sua Majestade e receberia o Hábito de Cristo, a primeira distinção honorífica entre muitas, que, além de lhe oferecer um rendimento, o dotaria do título de *Chevalier*. Em âmbito privado, o morgado deixaria suas terras aos cuidados de seus irmãos, com destaque para Antônio Fernando de Araújo de Azevedo. O fato de ficar ausente (e o ficaria por muitos anos) não significou, portanto, que tivesse se descuidado da gestão de suas propriedades. Em abril de 1800, em carta enviada ao amigo Francisco José Maria de Brito, ele afirmaria:

Da província tive boas notícias e meu irmão (Antônio Fernando) tem feito maravilhas nas minhas fazendas, o que estimo muito e lhe mando algumas máquinas de agricultura que mandei fazer na Saxônia. Segundo o que ele me diz e que tenho sabido por outras mais se tem melhorado bastante as minhas fazendas, e na verdade ele tem trabalhado muito e com proveito sensível...¹⁰⁴

Dois meses antes dissera:

Estimaria que meu irmão fizesse em Ponte de Lima um viveiro de árvores silvestres que ele poderia fazer vir do Gerez, mas outras se poderiam alcançar nesta cidade se he que nela se tem dezeitado do detestável costume de não quererem comunicar as plantas raras, em lugar de as fazerem lugares (...) Diga-me se se poderão alcançar algumas plantas, como tulipeiros se he que já ahi são vulgares, e outras. Daqui poderei mandar algumas sementes que me fornecerá o célebre Burgsdorf...¹⁰⁵

a) Inglaterra, França e Haia

Em 2 de junho de 1789, o diplomata partiu de Lisboa para Haia, tendo como primeira escala a Inglaterra, onde ficaria alguns meses. Ao chegar a Bristol, enviou um primeiro ofício ao ministro de Relações Exteriores e da Guerra português, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, o Visconde de Balsemão, com o qual se corresponderia ao longo de

¹⁰³ RODRIGUES, A., op.cit., p. 108-109.

¹⁰⁴ Ibid., p. 109.

¹⁰⁵ Ibid., p. 109.

dez anos, durante suas estadias em Haia e na Rússia. Neste ofício, enviado em 30 de junho, anuncia que pretende passar por Oxford e Londres. Em Exeter, foi recebido por sir William Webb, respeitável negociante inglês, do qual ficara amigo quando este residira no Porto. Além de hospedá-lo, sir William o acompanharia em visitas aos principais estabelecimentos industriais ingleses nos distritos circunvizinhos e também em outras cidades. Seguindo um plano metódico, Araújo colhia notas que foram conservadas em um diário (*journal*). Elas serviriam de modelo para outras notas que faria em seu caderno de viagem pelo país já tão adiantado, método que também empregaria posteriormente para registrar o que veria nas demais nações europeias que visitaria ao longo de sua carreira diplomática.

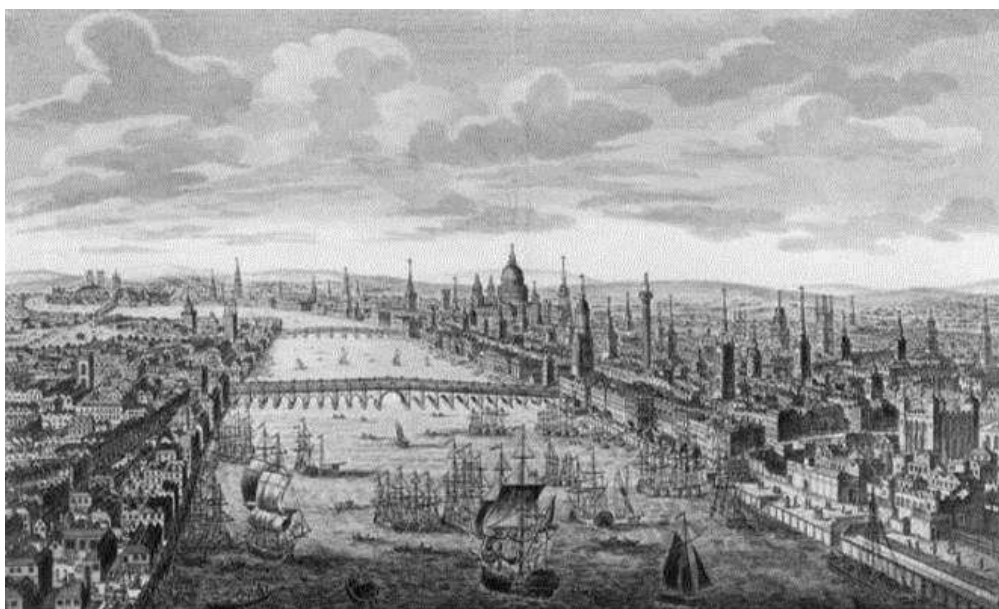


Fig.13 - Vista Geral de Londres no século XVIII. 1724. Gravura de Joseph Smith



Fig.14 - Mapa de Londres. 1780. Georg Balthasar.

A saúde era sempre ruim. No ofício escrito em Londres em 13 de outubro - transcrito por Artur de Araújo – ele reclama de uma forte constipação, que pode ter pegado em Manchester devido aos fogos em fábricas ou por ter entrado em minas de carvão. “Logo que a minha saúde mo permita passarei d’aqui diretamente para Olanda, pois as desordens políticas de França apresentam uma cara tão horrorosa que deixo de aproveitar-me da licença que S.M me tinha concedido para passar por aquele reino...”¹⁰⁶

Em Londres, conheceu Joseph Banks (maçom), presidente da Sociedade Real de Ciências de Londres, criador do Jardim Botânico de Kew. Naturalista e botânico, Banks participara da primeira viagem do capitão James Cook, no HMS Endeavour, para a América e a Oceania, tendo visitado o Brasil, o Taiti, a Nova Zelândia e a Austrália. Nesta expedição, que durou de 1768 a 1771, na passagem pelo Brasil ele descreveu uma planta de jardim muito bonita a qual deu o nome de *bougainvillea*, em homenagem ao companheiro francês de Cook, Louis-Antoine de Bougainville. Presidente da Real Sociedade britânica por 41 anos, foi Banks quem aconselhou o rei Jorge III a ampliar o Jardim Botânico Real, enviando botânicos e naturalistas pelo mundo afora para coletar mudas. Existente até hoje, o Royal Botanic Gardens de Kew, considerado um dos maiores jardins botânicos do mundo, tem 30 mil espécimes diferentes de plantas e um herbário de sete milhões de espécimes preservados.



Fig.15 - Londres. Jardim Botânico em Kew. Foto de Daniel Case.Fonte: Wikipedia. Disponível em: <<https://travel.syggic.com/pt/poi/jardins-kew-poi:480>>. Acesso em: 28 maio 2017.

A amizade com Banks abriria portas para Araújo na Corte inglesa entre políticos, sábios e cientistas locais e estrangeiros. Ele o apresentaria com valiosos

¹⁰⁶ Mesmo com essas dúvidas, Araújo irá à França. ARAÚJO, A., op. cit., p. 23.

manuscritos de história portuguesa, entre eles a obra do jesuíta Pedro Paez Jaramillo (Pero Pais), missionário e apóstolo que foi o primeiro europeu a chegar à fonte do Rio Nilo (Nilo Azul) em 1618, antes do escocês James Bruce de Kinnaird (1730-1794), e que escreveu uma História da Etiópia com 1.300 páginas. Araújo conheceu Lorde North (primeiro- ministro da Grã- Bretanha entre 1770 e 1782, ou seja, durante a Independência dos Estados Unidos), visitou o parlamento britânico, no qual discursavam os rivais Charles James Fox (Whig) e William Pitt, o jovem (Tory), e foi recebido pelo rei Jorge III e pela rainha Carlota, que tinha interesse por botânica e apoiava financeiramente o Jardim de Kew.

Ao conhecer o poeta Thomas Gray, secretário da Sociedade Real, o ministro plenipotenciário português entusiasmou-se por seus versos e pensou em traduzi-los. Também era secretário da Sociedade Real, na ocasião, Joseph Planta, de origem suíça, principal bibliotecário do British Museum. Tendo estudado filologia em Utrecht (Países Baixos) e em Göttingen (Alemanha), Planta produziu para a biblioteca do museu um catálogo dos livros colecionados pelo bibliófilo sir Robert Bruce Cotton (1571-1631), entre os quais se encontrava uma das únicas edições do poema anglo-saxão medieval *Beowulf*.

Após cerca de quatro meses na Inglaterra, era mais do que hora de partir. Pensou em ir direto para a Haia, mas depois resolveu fazer uma parada na França. Foi em outubro de 1789 que Antônio de Araújo de Azevedo chegou a Paris, sendo recebido pelo embaixador Vicente de Sousa Coutinho, representante de Portugal na França desde 1763. Visitava a cidade poucos meses após a queda da Bastilha, ocorrida em julho. Ou seja, num momento histórico crucial. Aproveitou para assistir às discussões da Assembleia Constituinte da França revolucionária, das quais participava o grande “orador do povo” Honoré Gabriel Riqueti, Conde de Mirabeau. Deputado pelo Terceiro Estado, presidente da Assembleia de 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 1791 e conselheiro do Rei Luís XVI, Mirabeau era defensor da monarquia constitucional, dentro do modelo britânico. Enquanto viveu, os representantes políticos mais moderados da Assembleia Constituinte ainda acreditaram que seria possível salvar a pele do Rei, mas, como morreu em abril de 1791, Luís XVI ficou sem sua proteção. Araújo sem dúvida deve ter lido os 17 artigos e o preâmbulo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de inspiração iluminista, cuja versão final foi votada em 2 de outubro. E entrou em contato com inúmeras pessoas de relevo, como Necker,

Montmorin e Bailly que, assim como Mirabeu, ainda acreditavam numa possível sobrevivência do soberano.



Fig.16 - Anne Louise Germaine de Necker, baronesa de Staël-Holstein ou simplesmente Madame de Staël. Pintura de Marie Éléonore Godefroid (1778-1849).

Economista e político suíço, Jacques Necker foi por três vezes ministro de Economia de Louis XVI: 1776, 1788 e 1789. A pior experiência foi a terceira, em 1789, quando rapidamente se opôs a Mirabeau e à Assembleia Constituinte, por defender medidas ortodoxas e ser contra a emissão dos *assignats* (papel moeda da Revolução) para financiar o déficit público. Demitiu-se do cargo de ministro das Finanças em 3 de setembro de 1790. Sua filha, Anne-Louise Germaine Necker, casada com o barão de

Staël-Holstein, foi a conhecida escritora e feminista Madame de Staël¹⁰⁷. Manteve relações amorosas com Talleyrand, com o filósofo, escritor e político de origem suíça Benjamin Constant e com o embaixador português Pedro de Sousa Holstein, conde e duque de Palmela.

Armand Marc Aurelle, conde de Montmorin Saint-Herém, embaixador, político, tio de Luís XVI, negociou a entrada em guerra dos espanhóis ao lado da França e apoiou os insurgentes americanos contra a Inglaterra. Em 1779 assinou um tratado de aliança com a Espanha em Aranjuez. Foi ministro de Relações Exteriores do sobrinho e secretário de Estado da Marinha em 1787. Demitiu-se quando afastaram Necker, seu amigo, do governo, mas com a reconvocação de Necker e a queda da Bastilha voltou a ser ministro em 14 de julho de 1789. Saiu do Ministério em 1791 e ficou conspirando a favor do Rei juntamente com Mirabeau. Em 1792, seria morto pela enfurecida multidão francesa no tumulto que foi denominado de “Massacres de Setembro”.

No meio político francês, Araújo também fez amizade nesta sua primeira estada em Paris com Jean Sylvain Bailly, o prefeito de Paris e presidente do Terceiro Estado que viria a ser guilhotinado em 12 de novembro de 1793. Astrônomo, membro da Academia Francesa, autor de uma dissertação sobre as desigualdades na luz dos satélites de Júpiter, Bailly calculou a órbita do cometa Halley. Foi em sua casa que o diplomata português conheceu várias pessoas do meio científico e cultural, como Fourcroy, Lavoisier, Lalande e Marmontel.

Antoine François, conde de Fourcroy, como já foi dito, foi um químico que teve importante papel na organização do ensino secundário e superior francês entre 1755 e 1809. Descobriu o fosfato de magnésio, desenvolveu estudos sobre a gelatina e albumina e também melhorou o processo de separação do estanho e do cobre. Figura polêmica, sobreviveria à Revolução, tendo sido diretor geral de instrução de Napoleão. Há quem considere que, por ciúme, não impediu a morte em 1794 de Antoine Laurent de Lavoisier. O autor do célebre *Elementos de Química*, acusado de especulação por ter se associado em 1768 à Ferme Générale, uma organização de financistas que possuía

¹⁰⁷ Nota da Autora: Anne Louise Germaine Necker (1766-1817), filha do banqueiro suíço e ministro de Luís XVI, Necker, incorporou as ideias iluministas de seu tempo. Ensaísta e romancista, casou-se, em 1786, com o embaixador sueco em Paris, o barão Erik de Staël-Holstein. Foi, porém, um casamento de conveniência, que terminaria em 1797, numa separação formal. A união gerou três filhos: Auguste, que publicaria as obras completas da mãe, Albert e Albertina. A relação mais duradoura de Germaine foi com o escritor e político Benjamin Constant. Estendeu-se por 14 anos.

um convênio com o rei para recolher impostos sobre grande número de produtos comerciais, foi guilhotinado aos 51 anos, após julgamento sumário¹⁰⁸.

O astrônomo Joseph Gerome Lalande, autor de um *Tratado sobre a Astronomia* e de uma *Bibliografia Astronômica*, fez um notável trabalho sobre a órbita de Vênus, tendo se consagrado através do estudo dos planetas do sistema solar. Além de publicar uma edição corrigida das tabelas de Edmond Halley, em 1759 Lalande escreveu uma história sobre o cometa, observável naquele ano. Também estudou hidrologia, tendo escrito sobre os canais de navegação, sobretudo sobre o Canal de Languedoc. Já Jean François Marmontel era um completo homem de letras. Enciclopedista, historiador, contista, romancista, poeta, dramaturgo e filósofo, próximo de Voltaire e inimigo de Rousseau (entre outras coisas, por sua disputa com David Hume), teve muita notoriedade na França em sua época, sobretudo por causa de suas óperas-cômicas e de seus poemas. Com veia satírica – era amigo de madame Pompadour, a amante do rei Luis XV que apoiava os homens de letras – Marmontel foi editor do jornal *Mercure de France*. Suas obras completas chegavam a 17 volumes.

José Bonifácio de Andrade e Silva, nosso futuro Patriarca da Independência, também se encontrava em Paris em 1790, estudando na Escola Real de Minas química, botânica e mineralogia com Fourcroy, Lavoisier, Chaptal (notável químico, médico e industrial francês), entre outros. É fácil imaginar que Araújo e José Bonifácio, que partilhavam de interesses comuns, como botânica e mineralogia, e se corresponderiam ao longo da vida, tenham se encontrado pelas ruas de Paris nos arriscados tempos pós-queda da Bastilha. Nunca se satisfazendo no que diz respeito à absorção de

¹⁰⁸ O barão Cuvier, no elogio fúnebre de Fourcroy, na Academia de Ciências de Paris, o defenderia da acusação. Ver Washington Irving, *Biography of Fourcroy*, **The Analectic Magazine**, Vol. II, Pensilvânia, 1816: “During the unfortunate and disgraceful period, several of the most eminent characters of France were destroyed, among others Lavoisier, and Fourcroy has been accused of contributing to the death of this illustrious philosopher, his former rival and master in chemistry...but Cuvier acquits Fourcroy entirely of the charge and declares that it was urged against him merely out of envy at his subsequent elevation. ‘If in the rigorous researches which we have made’, says Cuvier in his Eloge of Furcroy, ‘we have found the smallest proof of an atrocity so horrible, no human power could induce us to sully our mouths with his elege, or to have pronounced it within the walls of this temple...’ (‘‘Durante o período infeliz e vergonhoso, vários dos personagens mais eminentes da França foram destruídos, entre outros Lavoisier, e Fourcroy foi acusado de contribuir para a morte deste ilustre filósofo, seu antigo rival e mestre em química... mas Cuvier absolve Fourcroy inteiramente da acusação e declara que foi incitada contra ele apenas por inveja de sua elevação subsequente. ‘Se nas pesquisas rigorosas que nós fizemos’, diz Cuvier em seu Elogio de Furcroy, ‘tivéssemos encontrado a menor prova de uma atrocidade tão horrível, nenhum poder humano poderia nos ter induzido a sujar nossas bocas com seu elogio, ou tê-lo pronunciado dentro das paredes deste templo...’’”).

conhecimento, o diplomata português, mesmo na França revolucionária, frequentou aulas ministradas por Jacques Charles, tendo assistindo às experiências feitas pelo ilustre físico, químico e inventor, especializado em trabalhos sobre dilatação de gases e interessado em balões.

Finalmente em 6 de agosto de 1790 Antônio de Araújo de Azevedo chegou em Haia, tendo entregado suas credenciais de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de sua Majestade Fidelíssima, rainha de Portugal, ao governo dos Países Baixos. A Holanda estava passando por uma encarniçada luta entre os Patriotas¹⁰⁹, grupo de revolucionários que se inspiravam na filosofia das Luzes e na Independência dos EUA, e o Stadhouder, William V, Príncipe de Orange. Com parte da Bélgica tendo sido invadida pela França, foram para lá vários imigrantes belgas e franceses. O generoso ministro português acolheu os exilados, assim como recebeu em sua casa o padre Francisco Manuel do Nascimento, que vivera muito pobremente em Paris. Trata-se do já mencionado poeta neoclássico Filinto Elísio, maçom, que participava em Portugal de um grupo de árcades entre os quais se encontravam Bocage e a marquesa de Alorna, que assinava seus poemas como o nome de Alcipe.

Os primeiros anos em Haia, apesar da casa na qual morava ser considerada modesta pelo diplomata, foram relativamente felizes. Tinha um criado e o secretário da embaixada, Francisco José Maria de Brito, se transformaria num amigo para a vida inteira. Trabalhou muito em negócios diplomáticos, “pisando em ovos”, ou seja, procurando ser cauteloso com as vertentes políticas em choque, e também teve tempo para se dedicar aos prazeres literários.

Em 1792, escreveu a José Bonifácio, informando que estava traduzindo as Odes de Horácio, trabalho ao qual se dedicaria em suas horas livres numa casa de campo. Filinto Elísio debochava da tradução: “Esse Horácio em latim/ E esse outro

¹⁰⁹ Nota da Autora: Os Patriotas (De Patriotten) foi um grupo político que surgiu nas Províncias Unidas por volta de 1780 e exerceu papel predominante na chamada Revolução Batava. Tinham como líder Joan van der Capellen tot den Pol. Queriam reestabelecer os antigos direitos reconhecidos pela União de Utrecht de 1579 e se opunham a William V da Casa de Orange, que acreditavam querer transformar as Províncias Unidas numa monarquia. Em sua maior parte comerciantes e homens de negócios, eles deploravam o declínio da Companhia das Índias Orientais e sonhavam com um retomo à Época de Ouro neerlandesa. Formaram milícias e grupos paramilitares, duramente combatidos pela armada prussiana comandada por Charles Guillaume Ferdinand, duque de Brunswick. Em 1789, dois líderes radicais se refugiaram nos Estados Unidos a convite de George Washington. Em 1795, os patriotas que haviam ficado no Norte da França voltaram e com a ajuda da armada francesa expulsaram o Príncipe de Orange e fundaram a República Batava.

traduzido/cada um seja o seu nome (quanto a mim)/ Por dívida oferecidos/ A Vênus o latino/ e o lusitano ofereçam-no...a Vulcano!”. Mas, mesmo assim, Araújo ainda traduziria Gray e Dryden. Começou a formar sua famosa biblioteca. Como muitos nobres e altos funcionários do velho regime francês e de outros países, devido às guerras, estavam se desfazendo de seus livros, os tempos eram bons para as compras de obras raras em leilões. Enriqueceu o acervo com obras de história, arte e literatura antiga e moderna, de política e de física, coleções de Academias, os melhores jornais que se publicavam na França, Alemanha e Inglaterra, uma grande quantidade de obras de viagens (a literatura de viagens estava muito em moda na ocasião), mapas e gravuras. E mais livros ele iria comprando ao longo de sua vida de diplomata e ministro.

Enquanto isso, a Revolução Francesa se radicalizava. Em agosto de 1792, acontece a catástrofe: após o ataque ao Palácio das Tulherias, Luís XVI e seus familiares são levados para a prisão do Templo. Em 2 de janeiro de 1793 o Rei seria executado. Em abril, a saúde de Antônio de Araújo enfraquece novamente. Tem febre. Em carta escrita ao ministro Luís Pinto de Sousa, Araújo lamenta a morte de Luís XVI, dizendo que poderia ter sido evitada. Lamenta também o fato de a França ter entrado em guerra com a Inglaterra, e critica a Inglaterra:

Não se pode duvidar que o Ministério Britânico podia pacificar a Europa e muito provavelmente evitar a morte de El-Rei Cristianíssimo. O seu intento foi aumentar a ruína da França por meio da guerra; Mylord Auckland me disse em conversação confidencial: ‘Vos deveis saber que não é útil que os franceses não resistam aos aliados’. Um esquecimento semelhante de dissimulação política não é raro no caráter dos ingleses a quem representa que aquilo que não é útil para a Inglaterra não é útil para o Universo.¹¹⁰

Em 23 de agosto do mesmo ano compadece-se de Maria Antonieta, que havia sido transferida para a Conciergerie. Dois meses depois ela também seria guilhotinada. Araújo, que simpatizara com a Independência dos EUA e com os ideais do início da Revolução Francesa, se torna um antirrevolucionário. Apesar de liberal, ainda acreditava na monarquia, achando que o poder, no caso da França, poderia ter sido dividido entre o rei e o Parlamento, como imaginara Mirabeau.

¹¹⁰ ARAÚJO, A., op.cit., p. 28

A Convenção Nacional – com jacobinos, girondinos e sans-culottes – durou de setembro de 1792 a outubro de 1795. A fase do Grande Terror, liderada por Danton, Marat, Saint-Just e Robespierre, se estenderia de 6 de abril de 1793 a 10 de julho de 1794. Em 30 dias o Tribunal Revolucionário pronunciou 251 condenações a morte. De 11 de junho a 27 de julho de 1794, 47 dias, foram pronunciadas 1376. Essa dolorosa imagem da Revolução Francesa deixaria em nosso diplomata marcas expressivas.

Como sua primeira estada em Haia foi de 1790 a 1796, ele ainda veria a ocupação da Bélgica austríaca e da Renânia pelas tropas francesas em 1794. Daria salvo-condutos aos emigrados e tudo faria para tentar manter as relações comerciais entre Holanda e Portugal. Luís Pinto teve notícias, na ocasião, de que a França, que não reconhecia a neutralidade de Portugal, projetava atacar o Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1795, aconteceria a criação da República Batava, com a fuga de William V ou Guilherme de Orange para a Inglaterra e a vitória dos Patriotas, apoiados pelo exército revolucionário francês. Os neerlandeses, portanto, derrubaram o rei do trono sem ter que lhe cortar a cabeça.

b) Prisão no Templo

Devido às mortes de Luís XVI e de Maria Antonieta, de 7 de março de 1793 a 22 de julho de 1795 ocorreu o que seria denominado pelos países que se aliaram contra a França de “Campanha do Rossilhão”. Também chamada de “Guerra dos Pireneus” ou “Guerra da Convenção”, trata-se de uma campanha militar em que Portugal participou ao lado da Espanha e do Reino Unido contra a França, que na altura, atravessava a fase da Convenção. O duque de Lafões foi contra a participação de Portugal nesta guerra, e D. Maria I, num acesso de lucidez, disse que havia se iniciado “um longo calvário”, prevendo as dificuldades que o país iria enfrentar. Mesmo assim, o príncipe regente D. João enviou uma divisão reforçada, denominada “Exército Auxiliar à Coroa de Espanha”, composta por 5.400 homens sob o comando do tenente-general britânico John Forbes. A vitória foi dos franceses. Em 22 de julho de 1795 foi assinado o Tratado de Basileia, na cidade suíça de Basileia, entre representantes da Espanha e da França. Naquele Tratado, também chamado de Paz de Basileia, não houve lugar para a participação de representantes portugueses, com a posição de Portugal não

tendo sido considerada. Em consequência, a França manteve-se *de jure* em estado de guerra contra Portugal até as Invasões Napoleônicas.

Conta Artur de Araújo:

Em 6 de julho de 1796, a República Francesa se declarou em guerra contra Portugal, tendo atacado navios portugueses e anunciado o propósito de invadir o país. Exigiu, por outro lado, que a Holanda também entrasse em guerra com o governo português. Luís Pinto de Sousa, visconde de Balsemão, ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra português, era parcial com relação à Inglaterra, dúplice a respeito da Espanha e hostil à França revolucionária. Em Haia, recolhido em sua casa, Araújo espera por instruções. E as ordens que recebe de Sua Majestade e de seu ministro, em setembro de 1796, são as de que deveria ir para Paris para negociar um acordo de paz com a França, que não era mais a do Terror e da Junta de Segurança Pública, mas sim a do Diretório, Conselho dos Anciãos e Conselho dos Quinhentos. Diante da urgência da tarefa, despede-se do presidente da Assembleia Batava e vai para a França, onde iriam ser postos à prova seus merecimentos, sua coragem, sua abnegação e o patriotismo.¹¹¹

Iniciaria as negociações com o ministro de Relações Exteriores francês, Charles Delacroix, em 12 de outubro de 1796. Em junho, recebera várias instruções de Luís Pinto de Sousa a respeito do Tratado de Paz. Segundo carta patente datada de Queluz, 10 de junho, a negociação deveria ter um resultado bem diverso daquela que fora intermediada por Madri junto a Paris, considerada inaceitável. Se tivesse vigorado, representaria um rompimento total com a Inglaterra, acabando com a neutralidade de Portugal; fecharia os portos portugueses à Inglaterra; abriria o Amazonas para a livre negociação, sem falar que o embaixador da França em Madri, monsieur de Pérignon, para a assinatura do documento, exigira em seu ofício de 26 de abril uma soma de dez milhões de cruzados.

Daí a necessidade de Araújo de Azevedo ir a Paris para convencer o Diretório a fazer um Tratado de Paz, buscando ou não um acordo em comum com sua majestade católica, o Rei da Espanha. Segundo Luiz Pinto de Sousa, o cônsul americano sr. Church poderia ajudar na nova negociação, mas Araújo descobriria posteriormente que se tratava de um espião da França que trabalhava a serviço de Carnot, membro do Diretório. Entre outras coisas, eis o que afirmou em carta enviada a Portugal sobre o

¹¹¹ ARAÚJO, A., op.cit., p. 36.

caráter de Church, homem que disse ser um democrata exaltado, com opiniões revolucionárias:

Este homem abusou totalmente da confiança de Vossa Excelência e, quando não seja autor, como me persuade, é pelo menos agente de intrigas perigosas contra os interesses e tranquilidade de Portugal. Falava aqui publicamente contra o ministro de sua Majestade e com o interesse do próprio lucro prometeu a possibilidade de se alcançarem somas mais avultadas de nossa Corte e condições de paz mais vantajosas para a França, quando se ameaçasse Portugal com a guerra de Espanha. Essas promessas foram tais que algumas pessoas adjuntas ao Governo duvidam já de sua execução, depois que principiei a tratar desta negociação. Ajustou-se com um banqueiro para pagarem pela sua mão as ditas somas, tratando com outras pessoas intermediárias, que não gozam de boa reputação. Vendo que não podia concluir o seu intento, e sabendo que o Príncipe Nosso Senhor me mandava a esta capital para negociar a Paz, partiu daqui precipitadamente dizendo que o chamava a Lisboa a conclusão da sociedade mercantil com a casa de Gildmeister e companhia.¹¹²

Por fim o primeiro tratado foi assinado com as seguintes cláusulas:

- Cessão de terras do cabo do Norte Calmena até o Oiapoque, não estando Sua Majestade Fidelíssima, Rainha de Portugal, disposta a ceder mais coisa alguma, porque, tendo todos os demais rios que fazem a Sul do dito Calmena comunicação por canal com o Amazonas, seria abrir a porta para o contrabando e facilitar a fuga de escravos em todo o território do Pará.
- Renuncia Sua Majestade à compensação dos navios apresados. A França deve fazer o mesmo.
- Sua Majestade admite abrir seus portos para navios franceses de guerra e comércio.
- Portugal concederá à França as mesmas vantagens concedidas às nações favorecidas no comércio. Troca de lanifícios por vinhos, por exemplo.
- Levanta a restrição a ouro e outros haveres franceses, se forem admitidos o azeite de peixe debaixo dos mesmos direitos pagos à América do Norte.
- Aceita tratado de comércio recíproco e pagamento de 2 milhões de cruzados.¹¹³

Araújo teria sempre que avisar Luís Pinto de Sousa do andamento das negociações, assim como manter informado Diogo de Carvalho e Sampaio, embaixador de Portugal em Madri. Além disso, manteria comunicação direta com o Regente e com

¹¹²CORRESPONDÊNCIAS... op. cit.

¹¹³Ibid.

o duque de Lafões. As negociações não se encaminharam bem. De novembro de 1795 a maio de 1797, os cinco membros do Diretório, eleitos pelo Conselho de Anciãos e Conselho dos Quinhentos, eram os seguintes: Paul Barras, presidente; Louis-Marie de La Revellière-Lépeaux; Jean-François Reubell; Étienne François Letourner e Lazare Carnot. Eles insistiram na cessão da margem setentrional do Rio Amazonas e numa indenização de 12 milhões de libras. Se Portugal refutasse, seria uma prova de parcialidade em relação aos inimigos da França. Sem acordo, Araújo teria que deixar o país em dez dias.

Luís Pinto de Sousa, com sua subserviência à Inglaterra, o tempo todo atrapalhava o trabalho de Araújo. Apesar de lhe dar plenos poderes como negociador, também procurava agradar a Manoel de Godoy, o político, militar e diplomata espanhol amante de Maria Luísa de Parma, mulher do rei espanhol Carlos IV (pai de Carlota Joaquina). Os franceses se aproveitaram das posições indiferentes ou dúplices dos ingleses e espanhóis e exorbitaram nas exigências. É assinado um acordo secreto entre Espanha – Godoy – e o embaixador da França em Madri, que visava à invasão de Portugal. E na França é expedido um ultimatum em 26 de abril de 1797 exigindo que Araújo deixasse Paris em 24 horas.

O diplomata português volta então para Haia, recolhendo-se em sua quinta de Borbeck, mas retornaria a Paris em 3 de agosto de 1797. No documento *“Correspondências referentes à Paz entre Portugal e França”*, de autoria de Araújo e que se encontra na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, há uma carta copiada por Francisco José de Oliveira, oficial da Secretaria de Estado, que foi levada à real presença, ou seja, ao príncipe D.João, em 29 de junho de 1797, pelo ministro e conselheiro José de Seabra da Silva. Nela estão novas instruções para a retomada das negociações com a França, provavelmente de Luís Pinto de Sousa Coutinho, o então secretário de Estado de D. Maria I. Aceitava-se a intermediação da Inglaterra, sob as seguintes condições:

procurar que com efeito ressuscite a mesma negociação para que efetivamente se conclua com o auxílio da Grã-Bretanha se o seu Embaixador se prestar, como nos propõem, a fazer sacrifícios em benefício nosso, fazendo-nos esperar que a nossa pacificação será com os seus oferecimentos mais suave do que nós teríamos sem eles.¹¹⁴

¹¹⁴ Ver CORRESPONDÊNCIAS... op.cit.

Pode ser que a Grã-Bretanha, propondo-se encarregar-se de nossa causa, entre os sacrifícios que há de se fazer, separe algum a nosso favor, oferecendo por exemplo, alguma das colônias d'África ou d'América, conquistada pelas armas britânicas, em compensação da desistência que a França haja de fazer da a **pertenção** do Amazonas.

Este, ou qualquer outro auxílio que nos preste a GB, há de ser muito considerado e ponderado por Vossa Senhoria (...) A Grã-Bretanha não entra como medianeira nem Portugal como subalterno ou adicto a Grã-Bretanha. Mas só está intercedendo e cedendo em benefício de Portugal, aliado auxiliar e implicado como tal em uma guerra com a França, contra as suas intenções, por causas e sucessos que de justiça obrigam a Grã-Bretanha a dar a Portugal este auxílio¹¹⁵.

Uma segunda instrução se referia especificamente ao Amazonas. Tratava-se de assunto delicado, questão inegociável, fosse ao Sul fosse ao Norte, pois a desistência do Norte do grande rio e a abertura da navegação poderiam gerar problemas com a Espanha e incentivar o contrabando. Antônio de Araújo de Azevedo, em compensação, poderia “oferecer as duas Ilhas de Timor e de Solor (Indonésia), cobiçadas há mais de um século pela Holanda e pela Grã-Bretanha pela importância de suas produções, principalmente do sândalo. Poderia acrescentar ainda a cessão da Ilha de Príncipe, próxima a Costa de Mina, onde a França tem riquíssimo comércio de ouro e marfim, além de escravos muito robustos. Sempre discutir os pontos com a prudência e energia que lhe são próprias. Se a França ainda resistir no Norte do Amazonas, Vossa Senhoria dirá que está além de seus poderes e terá que expedir um expresso para sua Corte”.¹¹⁶

Fechar os portos às embarcações inglesas era uma medida que não poderia ser adotada, pois não respeitava o princípio de igualdade. Ou Portugal manteria a neutralidade, ou daria o mesmo tratamento para todas as nações. Quanto à questão de um artigo que envolvesse panos em troca de vinhos portugueses, o governo português já havia entendido que o assunto havia deixado de ser debatido por Antônio de Araújo de Azevedo.

Em 16 de julho, Delacroix havia sido substituído por Charles-Maurice Talleyrand à frente do Ministério de Relações Exteriores francês, apesar de continuar com poderes para ser o negociador do Tratado de Paz entre França e Portugal. E no Diretório ocorrera uma pequena mudança: François Barthélemy entrara no lugar de Le

¹¹⁵CORRESPONDÊNCIAS... op.cit.

¹¹⁶Ibid.

Tourneur. Foi Barthélemy quem, a pedido de Talleyrand, dera a Araújo o passaporte para retornar à França. O diplomata português diz a seu chefe, Luís Pinto de Sousa, que a nomeação de Talleyrand, conhecido por gostar muito do “vil metal”, aumentava as esperanças de que um acordo pudesse ser feito. Na página 138 do livro escrito pelo biógrafo Eurico Malafaia¹¹⁷, temos a seguinte observação: “Talleyrand e as circunstâncias já referidas me dão esperanças de remover os efeitos deste incidente”. E o diplomata Araújo acrescentara ainda: “foi um acontecimento decisivo para o êxito da missão”.¹¹⁸

Napoleão já estava em campanha na Itália e no Reno. Talleyrand (que depois se aliaria ao Corso quando este voltasse vitorioso da campanha da Itália) queria a Inglaterra de fora da negociação com Portugal, já que a Grã-Bretanha tinha proposto em dezembro de 1796 a evacuação da Itália e de todos os estados conquistados do imperador austríaco, prometendo em compensação restituir à França suas colônias, o que parecia não lhe interessar. Portugal, por outro lado, mesmo querendo manter sempre sua neutralidade, também não estava interessado numa intermediação inglesa direta. Como já foi dito, não queria a Inglaterra como “medianeira”, mas só como aliado auxiliar. Foram várias as reuniões não oficiais de Araújo com Talleyrand, até chegarem a um tratado que viria a ser assinado em 10 de agosto e que incluía a Espanha e a Holanda, mas não a Inglaterra, pois o ministro inglês lord Malmsbury já havia deixado Paris.

Eis algumas observações de Antônio de Araújo de Azevedo em ofícios enviados a Luís de Sousa, transcritos nas “*Correspondências referentes à Paz entre Portugal e França*”:

Tendo chegado a Paris em 3 de agosto e assinando-se o tratado a 10 do mesmo mês, torna-se claro que tudo ficara regulado na primeira negociação e que houveram de ser eventualmente introduzidos ajustamentos obviamente à custa de Portugal” (ou seja, o primeiro tratado fora bem satisfatório para a França, o que se queria era mais sacrifícios de parte de Portugal).
[...]

¹¹⁷ O historiador Eurico Brandão de Ataíde Malafaia, membro do Instituto Histórico e Geográfico Português, escreveu em 2004, ano das comemorações do nascimento do conde da Barca, o livro *Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, diplomata e estadista: 1787-1817*, editado conjuntamente pela Universidade do Minho, o Arquivo Distrital e a Câmara Municipal de Ponte de Lima. Muito completa, a pesquisa de Malafaia tem como ponto alto o Tratado de Paz entre França e Portugal e a prisão no Templo. Ela foi feita com base em documentos que se encontram em arquivos portugueses e brasileiros, sobretudo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹¹⁸ MALAFAIA, E., op.cit.

Paris, 5 de agosto. Antes de ontem cheguei a esta capital guardando o maior incógnito. Tive já duas conferências particulares com Mr. Talleyrand e representando-lhe que eu devia negociar com o ministro da Inglaterra, ele assegurou-me que não havia congresso e que para adiantar a negociação inglesa, que estava para ocorrer por a Inglaterra recusar as bases propostas pela França, ele convidara os aliados da França para responderem sobre o que lhes toca. Já se recebeu a resposta da Espanha e mr. Cabanús partiu para a Holanda, mas suponho que passará por Selle para ali a dar. A resposta da Holanda ainda não chegou, se bem que se ache aqui um dos seus plenipotenciários.

[...]

Ainda não tive audiência formal do novo ministro, porque sendo Delacroix encarregado pelo Diretório para tratar comigo a negociação, trato de aplainar com Talleyrand as dificuldades. Declarei-lhe que renovaria por escrito a ordem que tenho de negociar em congresso, conjuntamente com a Inglaterra, e de lhe pedir um passaporte advertindo-o, além disso, que do resultado da primeira conferência daria parte a Lorde Malmsbury. As minhas suspeitas de terem sido abertos os ofícios de V.S. na casa do Embaixador da Espanha aumentam...

¹¹⁹

Fato é, comenta Malafaia, que Portugal só queria negociar com a França tendo certeza de que a Inglaterra de uma forma ou de outra estaria participando do acordo, ou seja, não ficaria de fora totalmente. Já Talleyrand achava que França, Espanha e Holanda bastavam. Houve outros pontos de debate, em torno do Amazonas, por exemplo, sempre muito cobiçado. Talleyrand e Delacroix queriam que Portugal concedesse pelo menos a navegação do Rio Branco. Araújo não cedeu: “Repeli tudo e creio que este assunto será estipulado como o Príncipe Nosso Senhor deseja” (D. João).

Talleyrand aproveitou-se da ausência da delegação inglesa em Paris - ou seja, de Malmsbury, representante do primeiro ministro inglês William Pitt - para concluir a negociação sem ela, embora algumas instruções inglesas tivessem sido seguidas.

Araújo escreve para seus superiores:

Tendo-se concluído a paz sem a mediação de alguns de nossos aliados, que ambos desejavam a continuação de nossa guerra, segue-se o livrarmo-nos da terrível complicação da duplicata intervenção das duas potências em si inimigas, e a Espanha não se pode queixar de nossa condescendência para com a Inglaterra, nem esta de seguirmos a mediação da Corte de Madri. Ao mesmo tempo a França lisonjeia-se de que tratássemos diretamente, eu não deixei de fazer valer esta resolução. Dela resultou o tratado de igual a igual, e assim se manifesta em todo o teor do tratado.

¹²⁰

¹¹⁹ MALAFAIA, op.cit.

¹²⁰ CORRESPONDÊNCIAS... op.cit.

O Tratado de Paz e Amizade¹²¹ assinado em 10 de agosto entre Sua Majestade Fidelíssima, Rainha de Portugal, representada pelo Cavaleiro d'Araújo, e a República Francesa, representada pelo cidadão Charles Delacroix, tinha 17 artigos oficiais e um acordo financeiro com artigos secretos. Eis os 17 artigos:

Artigo 1 – Haverá paz, amizade e boa inteligência entre Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha de Portugal, e a República Francesa.

Artigo 2 – Todas as hostilidades cessarão, tanto em terra como no mar, a contar da troca de notificações deste presente tratado, a partir de 15 dias na Europa e mares que banham as costas europeias, as da África e deste lado do Equador; e a partir de quarenta dias para os países e mares da América e África, além do Equador, e a partir de três meses para os países e mares situados a Leste do Cabo de Boa Esperança.

Artigo 3 – Os portos, as cidades e lugares de outra possessão territorial das duas nações em qualquer parte do mundo que estejam ocupados, conquistados pelas armas, serão reciprocamente devolvidos, sem que seja possível exigir qualquer compensação ou indenização nos prazos fixados pelo artigo precedente.

Artigo 4- Sua Majestade Fidelíssima se empenhará em observar a mais exata neutralidade entre a República e outros países beligerantes, com a mesma neutralidade sendo observada pela República Francesa em caso de ruptura entre Portugal e outras nações poderosas da Europa. Consequentemente, nenhuma das nações contratantes deste tratado poderá, durante o curso da presente guerra, fornecer aos inimigos da outra, em virtude de algum tratado ou estipulação, patente ou secreta, socorro em tropas, navios, armas, munições de guerra, víveres ou dinheiro a qualquer título que seja, sob qualquer denominação que seja..

Artigo 5 – Sua Majestade Fidelíssima não poderá admitir ao mesmo tempo em seus grandes portos mais de seis naus de guerra pertencentes às nações beligerantes, e mais de três nos pequenos portos. As presas feitas por naus de guerra ou de corsários respectivos não poderão ser recebidas com exceção do caso de tempestades e de perigo eminente nos portos de Sua Majestade Fidelíssima. Elas sairão assim que o perigo tiver passado. Toda venda de mercadorias dos navios capturados será severamente proibida.

Artigo 6 – Sua Majestade Fidelíssima reconhece que pelo presente tratado as terras situadas ao Norte dos limites designados entre as possessões das duas nações contratantes pertencem em toda propriedade e soberania à República Francesa, renunciando por necessidade (sua Majestade Fidelíssima) tanto por Ela e por seus sucessores a todos os direitos que poderia pretender sobre as ditas terras a qualquer título que seja, em virtude do artigo oito do Tratado de Utrecht concluído em 11 de abril de 1713. Reciprocamente, a República Francesa reconhece que todas as terras situadas ao Sul da dita linha

¹²¹ O volume *Correspondências referentes à Paz entre Portugal e França* que se encontra na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, tem 408 páginas (10, 2, 005). São 140 cartas e ofícios, a maioria escrita por Antônio de Araújo de Azevedo, entre os quais se encontram sua defesa, na prisão do Templo, e os termos do acordo entre Portugal e França fechado em 1797.

pertencem a Sua Majestade Fidelíssima em conformidade com o Tratado de Utrecht.

Artigo 7 – Os limites entre a Guiana Francesa e a Guiana Portuguesa serão determinados pelo rio chamado pelos portugueses de Calcuene (*Caïena/Oiapoque*) e pelos franceses de Vicente Pizon, que se lança no oceano acima do Cabo Norte cerca de dois degraus e meio de latitude setentrional. Eles seguirão o dito rio até a fonte, continuando numa linha a Oeste até o Rio Branco.

Artigo 8 – As embocaduras assim como o curso inteiro do dito Calcuene ou Vincente Pinzon pertencerão em toda soberania à República Francesa sem que os súditos de Sua Majestade Fidelíssima que estejam estabelecidos em torno do rio sejam impedidos de usá-lo livremente, sem estar sujeitos a nada no que diz respeito a sua foz, seu curso e águas.

Artigo 9 – Os súditos de Sua Majestade Fidelíssima estabelecidos no Norte da linha de fronteira aqui designada serão livres para permanecerem onde estão se se submeterem às leis da República Francesa. Ou então poderão se retirar transportando seus bens, móveis e alienando terrenos após justificar a posse. Essa faculdade de se retirar dispondo de bens, imóveis e móveis é reciprocamente reservada aos franceses que desejarem se estabelecer no meio da dita linha de fronteira. O prazo para fazer a mudança é de dois anos a partir da ratificação do presente tratado.

Artigo 10- Tratado de Comércio.

- que sejam reestabelecidas as relações comerciais logo após a ratificação do tratado e os cidadãos ou súditos de uma das nações gozarão nos estados da outra nação de todos os direitos, imunidades e prerrogativas que gozam as nações mais favorecidas.

- que artigos e mercadorias de seu solo, ou de suas manufaturas, sejam respectivamente admitidos, se os produtos e as mercadorias análogas de outros países o são ou venham a ser, e os ditos artigos e mercadorias não poderão ser sujeitos a nenhuma proibição que não atinja igualmente as mercadorias análogas importadas de outras nações.

- as normas para vinhos e roupas (panos) permanecem como eram.¹²²

- direito de aduana sobre as mercadorias será regulado segundo o modelo empregado para as nações mais favorecidas. No caso de navios nacionais haveria uma diminuição de taxa.

Artigo 11 - Sua Majestade admite em seus portos os barcos de guerra e de comércio francês nas mesmas condições em que as embarcações das nações mais favorecidas neles são admitidas. Os navios portugueses gozarão na França da mesma prioridade.

Artigo 12- Cônsules e vice-cônsules gozarão de privilegiadas presenças, imunidades, prerrogativas e jurisdições que eles gozavam antes da guerra ou que gozam as nações mais favorecidas.

¹²²Nota da Autora: Num dos ofícios, Araújo explica que não quis modificar as normas para a importação de panos franceses, por considerar que a França tinha uma indústria têxtil muito sofisticada, que poderia pôr em risco a portuguesa.

Artigo 13- O embaixador ou ministro francês na Corte Portuguesa gozará da mesma imunidade, prerrogativa e presença privilegiada que gozavam os embaixadores antes da guerra atual.

Artigo 14 – A liberdade de culto para os franceses em Portugal será recíproca, ou seja, portugueses terão liberdade de culto na França.

Artigo 15 – Prisioneiros de guerra, inclusive marinheiros, serão vendidos à parte da ratificação do tratado, pagando-se a dívida por eles contratadas durante a prisão. Os doentes e feridos serão tratados nos hospitais respectivos e quando ficarem bons também serão negociados.

Artigo 16. A paz e a boa amizade entre Sua Majestade Fidelíssima e a República Francesa são declaradas comuns à República Batava.

Artigo 17- O presente tratado será ratificado e as ratificações serão trocadas dentro de no máximo dois meses a contar da data de hoje.

Assinatura: “Feito, assinado, concluído e revestido por mim Charles Delacroix, com os Selos das Relações Exteriores, e por mim, Cavaleiro d’Araújo com o carimbo de minhas armas”.

Paris, 23 Thermidor, no ano 5 da República Francesa, assinado Antônio de Araújo de Azevedo e Charles Delacroix (10 de agosto de 1797).

Já no dia 20 de agosto foi assinado um acordo secreto com cinco artigos, também firmado por Araújo e Delacroix no Palácio do Diretório Executivo. Nele, Portugal comprometia-se a pagar à França no prazo de um ano dez milhões de francos, que seriam enviados à Tesouraria Nacional de Paris. Cinco milhões de francos seriam entregues de forma parcelada em um ano (um milhão 250 mil francos de três em três meses). Além disso, Sua Majestade Fidelíssima remeteria no prazo de quatro meses, em Amsterdã ou nos portos de Havre, Nantes, Bordeaux ou Anvers, a quantia de dois milhões e 500 mil francos em diamantes brutos ou madeira do Brasil. E após quatro meses mais dois milhões e 500 mil francos também em diamantes ou madeira do Brasil. Os diamantes seriam depositados em Amsterdã na Casa de Jean de Gilmeister, filho de Jean, cônsul e agente de Sua Majestade Fidelíssima junto à República Batava. A madeira do Brasil seria enviada por meio de negociantes ainda a serem escolhidos, mas de preferência correspondentes da firma de Jean Gilmeister em Lisboa.

Este acordo secreto, assinado por Araújo e por Delacroix no Palácio do Diretório Executivo, no dia 3 do Frutidor (20 de agosto) em 5 da República Francesa, Una e Indivisível, anulava o acordo secreto sobre questões financeiras que havia sido feito concomitantemente com o Tratado de Paz de 23 do Thermidor (10 de agosto de 1797). O Diretório Executivo foi representado por Carnot e por Lagarde, o Secretário Geral.

No contexto francês, o Tratado de Paz foi apoiado primeiro pelo Conselho dos Quinhentos e, para se ganhar tempo, enquanto não vinha a ratificação portuguesa, foi-se discutindo no Conselho dos Anciões os limites do Brasil com a Guiana. Só que esta ratificação portuguesa – que tinha o prazo de dois meses para vir – não chegaria a tempo, devido à falta de visão dos anglófilos que governavam Portugal. Pois outra batalha, narra Artur de Araújo, em seu *Perfil do Conde da Barca*, seria conseguir o sinal verde inglês. Eis os artigos mais inaceitáveis do acordo do ponto de vista inglês: o artigo 4, que proibia o “socorro em tropas, navios, armas, munições de guerra, víveres ou dinheiro” às outras nações beligerantes; e o artigo 5, que impunha um limite de seis navios para permanência nos portos portugueses. De acordo com os ingleses, esta cláusula feria o Tratado de Methuen segundo o qual podiam entrar nos portos portugueses 12 navios de guerra ingleses. Com isso, D. João, incentivado pelos irmãos Rodrigo e Domingos Sousa Coutinho, tardava a ratificar o tratado.

Araújo se desespera, escrevendo vários ofícios para seu país de 12 a 30 de agosto. Vamos transcrever alguns trechos que se encontram nas “*Correspondências*”:

Se o tratado se retarda mais, podem surgir proposições exorbitantes sobre dinheiro, panos e território do Amazonas. [...]

Eu não defendo o Tratado de Paz por ter sido o negociador, defendendo-o para a conservação da Monarquia. A minha previdência não é delírio, é a opinião geral fundada nos exemplos de aniquilação de tantos Estados, e creia V.Exa. que na Europa já se observa o negócio da ratificação como o mais importante que existe urgentemente e que pode produzir muitas ramificações de consequências desastrosas.

[...]

Afirmo a V.Exa. que eu respeito e admiro a atividade da indústria e do comércio da Grã-Bretanha, os seus progressos nas artes e ciências, e sua constituição e espírito natural, mas quando vejo o predomínio que pretende arrogar-se aquele Governo, quando considero que nos expõe a uma indecência que premedita a nossa ruína e nos conduz a um precipício certo e irreparável, o meu coração é de fogo e a minha alma indomável.

Um dos poucos que ficou a favor de Araújo foi João de Almeida e Melo e Castro, o conde de Galvêas, que achou o fechamento do acordo um sucesso. Para Rodrigo de Sousa Coutinho, os franceses eram “regicidas”. Luís Pinto de Sousa afirmava que nada seria feito sem que Londres fosse ouvida, “pois somos neutrais”. Temendo uma guerra com os franceses, Araújo por sua vez retrucava, premonitoriamente: “Toda guerra nos será funesta, nociva. As forças de Portugal consistindo nas suas colônias, a despovoação do Reino produzida pelas hostilidades

pode causar a ruína do Estado. A guerra que os franceses nos fizerem agora não se pode comparar com a de 62”.¹²³

Passam-se dois meses. O Tratado não é assinado. O Diretório manda Araújo sair de Paris. O diplomata consegue com Talleyrand uma prorrogação de um mês, para que pudesse enviar um correio expresso a Lisboa, pedindo a assinatura do contrato sem restrições. Nota de Talleyrand a Araújo: “O Diretório dá prazo, mas quer que saiba que é por consideração pessoal consigo, com sua lealdade conhecida, com seu caráter que deve estar ferido por este silêncio”.¹²⁴

Os ingleses, segundo Luiz Pinto, tomam todas as precauções necessárias para se manter nos lugares que ocupam (São Julião da Barra, Bugio e Cascais) e são apoiados por uma esquadra de 27 naus, além de fragatas e canhoneiras.

Araújo, conta ainda seu biógrafo Artur de Araújo, escreve novamente ao rei: “V.S. poderá avaliar o nosso risco facilmente e até se poderá prevalecer destas circunstâncias para advogar sinceramente a nossa causa”. Ele cita o tratado que fora feito secretamente pelo duque de Toscana com a França e sua neutralidade em presença de toda a esquadra inglesa comandada pelo vice-almirante Rothman. E admite que chorou: “Escrevendo este parágrafo não pude conter as lágrimas que muitas vezes me tem arrancado a situação política a que Portugal se acha reduzido; desculpe-me V.Ex^a o falar em lágrimas em um ofício...”.¹²⁵

Já de acordo com o biógrafo Eurico Malafaia, ele adverte, por outro lado, que se o tratado retardasse mais, poderiam surgir proposições exorbitantes sobre dinheiro, panos e território do Amazonas. Em 22 de novembro de 1797, Antônio de Araújo de

¹²³ Na sequência da Guerra dos Sete Anos, devido ao conflito que opôs a Inglaterra à França, a Espanha assinou com a França o "Pacto de Família". Para privar a Inglaterra de bases navais no Atlântico, a Espanha invadiu Portugal no início de maio de 1762, com as tropas espanholas tendo entrado em Trás-os-Montes e ocupado Miranda, Bragança, Chaves e Torre de Moncorvo. A Guerra Fantástica iniciou-se em 18 de Maio quando Portugal declarou guerra à Espanha e à França devido à violação de fronteiras. Foi neste contexto e para prestar auxílio militar que o conde de Lippe foi nomeado marechal-general do Exército português, criando um plano de campanha defensiva contra as tropas espanholas, que, entretanto, invadiram a praça de Almeida, concentrando as tropas portuguesas em Abrantes. A mudança do comando das tropas espanholas provocou uma mudança de estratégia. Os espanhóis atacaram a fronteira alentejana, nomeadamente as praças de Campo Maior, Ouguela e Marvão. Porém, a França assinou a Paz de Fontainebleau que suspendeu as operações entre Portugal e a Espanha. Pelo tratado de 1763, as praças de Almeida e Chaves foram restituídas a Portugal, bem como a colónia de Sacramento ao sul do Brasil. Ver BARRENTO, Antônio. **A guerra fantástica**. Lisboa: Tribuna da História, 2006.

¹²⁴ ARAÚJO, op.cit., p. 41.

¹²⁵ Ibid., pag. 42.

Azevedo dá uma explicação detalhada sobre sua situação diante do Diretório e do Governo inglês:

Todo e qualquer outro sistema nos conduz a estragos e ruínas como tenho representado com a devida submissão ao Príncipe N.Sr., segundo os deveres de um serviçal zeloso e fiel. A Inglaterra não se sacrifica por nós, mas sacrifica-nos. Os seus intentos não podem ser outros senão os que tenho frequentemente exposto a V. Exa. em meus ofícios. A França não há de negociar conosco senão separadamente, mas se ela por fim assentisse na convocação de um congresso, passaria um Ministro de Portugal pela ignomínia de ser obrigado a assinar condições ruinosas para a sua pátria. Esta é a minha persuasão (posição) e não há de haver pessoa alguma que não concorde com ela, meditando sobre a ambição da Grã-Bretanha e sobre os desastrosos acontecimentos de nosso tempo.

Eu não defendo o Tratado de Paz por ter sido o negociador, defendendo-o somente para a conservação da Monarquia. A minha previdência não é delírio, é a opinião geral fundada nos exemplos de aniquilação de tantos Estados, e creia V.Exa que na Europa já se observa o negócio da ratificação como o mais importante que existe urgentemente e que pode produzir muitas ramificações de consequências desastrosas.

Afirmo a V.Exa que eu respeito e admiro a atividade da indústria e do comércio da Grã-Bretanha, os seus progressos nas artes e ciências, e sua constituição e espírito natural, mas quando vejo o predomínio que pretende arrogar-se aquele Governo, quando considero que nos expõe a uma indecência que premedita a nossa ruína e nos conduz a um precipício certo e irreparável, o meu coração é de fogo e a minha alma indomável.

Finalmente, Luiz Pinto consegue o consentimento da Inglaterra para ratificar o tratado de 10 de agosto sem mudar cláusula nenhuma, nem mesmo as que mais incomodavam, como o número de navios ingleses que poderiam ficar nos portos portugueses. Mas já se passara o prazo que fora concedido por Talleyrand e o Diretório responde que a anulação do tratado já fora oficialmente anunciada ao Conselho dos Quinhentos e dos Anciãos. Portugal estava de novo em guerra com a República Francesa. Em 28 de dezembro de 1797 Antônio de Araújo seria detido e enviado para a Torre do Templo.

Abaixo, a ordem de captura:

Ministério da Polícia Geral da República Francesa. Liberdade. Igualdade. Translado dos registros das deliberações do Diretório Executivo. Paris, 8 de nivoso, anno 6 da República.

O Diretório Executivo em virtude do artigo 145 da Constituição e considerando que o Sr. Araújo de Azevedo, ex-ministro plenipotenciário da Rainha de Portugal em França, é indiciado de ter durante a sua residência em França conspirado contra a segurança interna e especialmente de haver urdido uma trama por meio da qual se pretendia comprometer alguns

membros do governo: Determina que o dito Araújo de Azevedo seja preso, que se ponham os selos nos seus papéis, em todos os seus móveis, ouro e prata, depois de separados aqueles dos ditos papéis ou móveis que poderem ser suspeitos; e que sejam imediatamente remetidos ao ministro da Polícia Geral. Ordena a todos os executores do mandato de justiça que conduzam sem demora o dito Araújo de Azevedo ao Templo na Comuna de Paris e ao diretor desta casa de detenção que o receba, tudo em conformidade com a lei. Encarrega a qualquer comandante de força pública que preste auxílio em caso de necessidade para execução do presente mandato de prisão. Os ministros da Polícia Geral e da Justiça cada um no que lhe toca executam a presente resolução que não se imprimirá, conferido com o original.

O presidente do Diretório Executivo: Barras.

Pelo Diretório Executivo, o Secretário-Geral, Lagarde.

Este conforme o ministro da Polícia Geral, Satin.¹²⁶



Fig.17 - Torre do Templo. Vista da Torre Larga. Quadro anônimo. Escola Francesa. 1795. Fonte: Musée Carnavalet. Disponível em: <<http://www.carnavalet.paris.fr/>>. Acesso em: 28 maio 2017.

¹²⁶ ARAÚJO, A., op. cit., p. 42-43.

Araújo fora preso em casa quando se encontrava doente. Segundo ele mesmo narraria em suas *Correspondências referentes à Paz entre Portugal e França* (a informação também se encontra em Artur de Araújo, op.cit., pag 45), deram-lhe na Torre do Templo “um cubículo de dez pés”. Depois passaram-no para uma sala onde havia dez presos políticos, “estimáveis e de categoria”. Dentro da prisão, Araújo saberia que também havia uma acusação de que havia conspirado a favor dos ingleses. E um espião estava metido lá dentro tentando comprometê-lo com promessas de fuga. Sentindo-se abandonado por seu país e achando que tinha sido objeto de uma grande injustiça, fará ele mesmo a sua defesa, escrevendo inúmeras cartas para o Diretório, para a Polícia francesa e para o seu governo. Esses papéis, como já foi dito, encontram-se na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, em uma pasta que contém 140 documentos, entre eles os referentes à negociação do Tratado de Paz. Foram vários os textos que escreveu em sua defesa dirigidos ao ministro da Polícia. Eis um deles, redigido em “la Tour de Temple le 13 Ventose na 6.e (sixième)”, ou seja, em 3 de março de 1798:

Caluniadores obscuros se esforçaram em me colocar contra o Diretório Executivo, e minha justificação completa resultará em uma justiça luminosa e rápida. No entanto, Cidadão Ministro, os dias passam e nenhum ato público me dá a sensação de que minha sorte mudará, com a violação do direito das gentes tendo sido cometida contra a minha pessoa de uma forma que nunca seria esperada por quem me conhecia. O Diretório Executivo sentirá a justiça desta minha demanda e avaliará a reputação dos meus acusadores, não importa quem sejam, com relação ao testemunho irrecusável de minha vida inteira. Não vai querer continuar dar à Europa o espetáculo de um Ministro de Paz, vítima da manobra de alguns perversos, que talvez sejam menos inimigos do que vendidos aos que desejam impedir a missão gloriosa que me foi confiada.¹²⁷

E ele termina dizendo simplesmente: “Não é minha liberdade que pleiteio, mas a justiça que me é devida e a estima do Governo Francês, que não deixei de merecer”.¹²⁸

Em outra carta, escrita para os membros do Diretório em 13 de março de 1798, Araújo faz a mesma reivindicação: “Cidadãos membros do Diretório, o momento presente é o de ser justo, e mais uma vez não é a minha liberdade que solicito, apesar de

¹²⁷ CORRESPONDÊNCIAS... , op.cit.

¹²⁸ Ibid.

estar preso há dois meses e meio, mas justiça, uma justiça completa, luminosa e imediata”.¹²⁹

Protegido veladamente por Barras, Talleyrand e até mesmo por Napoleão (ligado a Barras por meio da ex-amante Josefina), Araújo seria posto em liberdade mas com a ordem de sair de Paris no breve prazo de seis horas e , do território da República, dentro de dez dias. O cativo durara três meses sem que a Polícia Francesa tivesse conseguido arrancar-lhe uma única palavra comprometedora.

Já em liberdade, em ofício que escreveu em 17 de junho de 1798 para os seus superiores – ofício este que também se encontra no documento “*Correspondências referentes a Paz entre Portugal e França*” – Araújo afirmaria que Talleyrand e Barras eram corruptos e venais. Para fazer pagamentos aos franceses, ele se servira de um irlandês chamado Jorge Poppe. Poppe por sua vez relacionava-se com Viscovici, que estava envolvido em negócios para a República Veneziana, que acabara de cair nas mãos de Bonaparte. O Diretório pedia dinheiro para evitar a marcha do general. Estavam todos envolvidos... um tal Quirini, Viscovici, Poppe, Barras e Talleyrand. E fora Barras que apresentara Poppe a Araújo.

Continuando o relato a respeito das pessoas envolvidas no imbróglio italiano, ele diz que Quirini dera um dinheiro para salvar a República de Veneza, que não foi pago. Ele comprometia Barras e Reubell. Foi preso em Milão enquanto Viscovici, agente de Barras, que tinha sido o corretor do negócio, fora preso em Paris. E afirma ainda: “Jorge Poppe, que se perdeu em todo o sentido com a associação de gente corrupta, tinha tratado em outro tempo de minha parte com este mesmo Viscovici”.

Enfim, foi nisso que o diplomata português fora se meter, sem o saber, já que prometera dinheiro alto ao Diretório para poder fechar o Tratado de Paz. A respeito da acusação de ter conspirado a favor de interesses ingleses, escreveu o seguinte:

Por uma acumulação extraordinária de incidentes não fui somente vítima desta intriga, mas de uma desconfiança do Diretório de que tive algumas noções durante a minha prisão, por conversação cavilosa do ministro da Polícia e por aviso que me deram os meus amigos, mas de que só alcancei informações exatas depois que sai da prisão. Esta desconfiança consiste em que a nossa corte trabalhava na de Londres contra os interesses da França e solicitava na de Madri o desunir-se de sua aliança já depois de me retirar à

¹²⁹ CORRESPONDÊNCIAS... , op.cit.

Holanda. Tive novas informações de haverem os agentes franceses em Inglaterra participado destas infortunas....¹³⁰

A experiência fez com que chegasse a algumas conclusões a respeito de Charles-Maurice Talleyrand, com o qual ainda teria outras oportunidades de se comunicar, com a correspondência entre eles só tendo acabado com a morte do então Conde da Barca:

Talleyrand ao menos sabe servir e, à exceção desta velhacaria, em todo o tempo me foi fiel. Deixará de ser quando o seu interesse lho inspirar. Reubell é contra Talleyrand porque ele fez uma traficância com o dinheiro de nossa conta, não lhe dando tudo o que se lhe destinava, do que ele se escandalizou, sem que eu lhe pudesse fazer constar a verdade. Reubell é brutal e, quanto a Talleyrand, basta este fato para mostrar sua moralidade.¹³¹

Outra conclusão a que chegou foi a de que havia uma aliança entre Barras e Napoleão, visando a um golpe, sendo melhor não criar inimizade com nenhum membro do Diretório:

Se a ratificação pura e simples de nosso tratado tivesse vindo três semanas antes, teria sido aceita, mediando algum dinheiro secreto, por não haver ainda a discórdia no Diretório. Quando fui transportado para a Polícia, o Ministro Satin, homem velhaco e atroz, me disse que o Diretório queria concluir a nossa Paz, mas que era preciso que eu declarasse e soubesse a respeito de Viscovici, porque o Governo queria livrar-se de intrigantes que o rodeavam. Fiz uma declaração que ditei com muita dificuldade por me achar sumamente doente, dizendo o modo com que este homem se queria acreditar e que mesmo para estes fins havia dito que Barras várias vezes se havia servido dele para lhe procurar dinheiro emprestado, mas que eu jamais dera crédito às suas jactâncias. E que estava certo da incorruptibilidade dos membros do Governo.¹³²

Segundo, Artur de Araújo, o único homem público português que se mostrava à altura da responsabilidade de seu espinhoso cargo (*diplomata naqueles tempos difíceis*) foi Antônio de Araújo, enquanto que Luiz Souza Coutinho fora totalmente inábil. Livre para voltar para a Holanda, Araújo resolve, no entanto, usar de uma licença que lhe fora concedida pelo Rei para fazer uma viagem cultural pela Alemanha. O que se sabe desta viagem é a partir de sua correspondência particular, sobretudo a enviada a Francisco José Maria de Brito, secretário na Embaixada em Haia.

¹³⁰ CORRESPONDÊNCIAS... , op.cit.

¹³¹ ARAÚJO, A., op.cit, p. 48.

¹³² CORRESPONDÊNCIAS... , op.cit.

c) Alemanha, Rússia, Portugal

Sempre visando aproveitar suas funções diplomáticas para adquirir conhecimento quando esta oportunidade lhe surgia, Araújo opta, em 1798, por visitar Hamburgo, onde o entreteriam o aprendizado da língua alemã e a convivência com nomes ilustres, como o poeta Klopstock. Depois, ficaria por um tempo em Brunswick, onde o duque regente e sua mãe, a irmã do imperador Frederico, o receberiam com distinção. E em seguida visita Goettingen, Gotha e Weimar, onde se reuniam poetas e letrados como Wieland, Herder, Schiller e Goethe, com os quais se relacionou.

A época era de florescimento da língua alemã. No livro de Norbert Elias “O Processo Civilizador” (páginas 30 e 31), ele diz que em 1780, quando França e Inglaterra já haviam ultrapassado as fases decisivas de seu desenvolvimento cultural e nacional, quando as línguas desses dois países ocidentais haviam muito tempo antes encontrado sua forma clássica e permanente, Frederico o Grande (1712-1786) publica uma obra intitulada *De la Littérature Alemande (Über die Deutsche Literatur)*, na qual lamenta o escasso e insuficiente desenvolvimento da literatura alemã e explica como em sua opinião poderia ser remediada a lamentável situação. Sobre a língua alemã, o Imperador prussiano teria dito: “Considero-a uma língua semibárbara, que se fraciona em tantos dialetos diferentes como a Alemanha tem províncias. Cada grupo local está convencido de que seu *patois* é o melhor”. Ele atribuiu o baixo nível da literatura, o pedantismo dos intelectuais alemães e o pouco desenvolvimento do país às guerras incessantes e ao insuficiente desenvolvimento do comércio e da burguesia. As guerras teriam deixado o país pobre não só em dinheiro, mas também em homens.

Só que estava ocorrendo uma lenta recuperação da prosperidade: “O Terceiro Estado não mais enlanguesce em vergonhosa degradação. Pais educam seus filhos sem se endividarem. Eis que começa a feliz revolução que esperamos (...) o renascimento do povo”, profetizou o imperador. E realmente um ano após a publicação de seu livro, em 1781, vieram à luz *Os Bandidos* e *Don Carlos* de Schiller, a *Crítica da Razão Pura* de Kant e *Ifigênia* de Goethe. *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, livro icônico também de Goethe, já se encontrava em circulação desde 1774. Enfim, a análise de Frederico havia sido muito severa, já que há alguns anos o alemão deixara de ser um mero *patois* e vigorava o movimento romântico ou *Sturm und Drang* (*Tempestade e ímpeto*).

Foi esta Alemanha em ebulição cultural que Antônio de Araújo de Azevedo conheceu. Sobre o encontro do diplomata português com Goethe, existem algumas informações no livro de Eduard Beau Albin, *Estudos II*, editado pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra em 1964. No capítulo “Goethe e a Cultura Portuguesa”, Beau afirma que Goethe ficara muito impressionado com o diplomata português que, quando saíra da prisão do Templo, se dispusera a viajar pela Europa. Já que o poeta não se encontrava em Weimar, Araújo foi procurá-lo em Iena com uma recomendação do ministro de Estado de Weimar, Christian Gottlob von Voigt: “Encontra-se aqui um antigo enviado de Portugal que negociou a Paz com a França, revogada pelos franceses, que meteram o diplomata na Torre do Templo. Desde que está em liberdade anda a viajar...Como o comendador d’Araújo (é este o seu nome) está interessado na literatura alemã, visitou Wieland, e consta que está muito satisfeito”. Goethe recebeu-o em seu gabinete no castelo, transformado em Museu de História Natural, no qual se dedicava a investigações científicas.

Como Araújo também se interessava pelas ciências naturais, botânica e mineralogia, além das letras, os dois se entenderam facilmente. Daí a observação feita por Goethe no dia seguinte do encontro em carta a Voigt: “O comendador Araújo agradou-me muito. A sua índole tem algo de delicado e natural, e, ao mesmo tempo, porta-se com discrição e dignidade, qualidades essas que é raro encontrarem-se juntas. Ele é muito instruído e culto”. Importante acrescentar aqui que Goethe tinha um grande interesse pela cultura portuguesa como um todo e sobre o Brasil, tendo recebido visitas de Karl von Martius e do barão von Eschwege, com os quais conversara também sobre botânica e mineralogia. No caso de Von Martius, conta Eduardo Albin, a visita foi feita em 13 de setembro de 1824. O poeta e o botânico ficaram estudando um mapa do Brasil, com Von Martius dando a Goethe explicações sobre a flora e a fauna brasileiras, a geografia e a geologia, a política e a poesia. A conversa se estendeu até às 8 horas da noite e Goethe não queria deixar o naturalista ir embora.

Outra prova da boa reputação do conde da Barca na Europa foi a opinião dada por um dos seus interlocutores, o astrônomo Franz Xaver von Zach, com quem conversara sobre estudos de astronomia em Portugal e para o qual enviara um manuscrito que escrevera sobre geografia. Eis a missiva do barão Zach, publicada em Gotha em 1801:

Na sua segunda passagem por Gotha, no ano precedente, tive o gosto de conhecer o ministro de Portugal em França, Araújo, célebre no mundo político e diplomático pelas vexações que lhe fez experimentar contra todo o direito das gentes o Governo então estabelecido em França, com a sua odiosa prisão na Torre do Templo em Paris. Nesta ocasião, tive lugar de admirar a vasta instrução e os conhecimentos profundos que possuía na literatura francesa, inglesa e alemã. Conheci então com a maior admiração que Araújo lê regularmente as minhas duas obras periódicas, ‘Efemérides Gerais de Geografia’ e ‘Correspondência Mensal’. Em uma conversação que tive com ele sobre vários juízos pouco favoráveis ao estado atual da literatura portuguesa, que se acham nestes periódicos, este homem de Estado justo e sábio conveyo que Portugal, situado na extremidade da Europa, privado de toda a comunicação científica com as outras nações civilizadas, há de necessariamente ser inacessível ao espírito de indagação dos alemães; e que todas as noções que temos sobre este país não podem deixar de ser imperfeitas... Importa muito a Araújo, como sábio, como protetor das ciências e como amigo de seu país, onde pode chegar um dia às mais brilhantes dignidades, ver estabelecidas relações mais íntimas entre os sábios portugueses e os de outras nações...¹³³

De acordo com Sebastião Trigoso (e os demais biógrafos), ao deixar Weimar, Araújo foi para Leipzig e Dresden, onde visitou as ricas coleções artísticas da última cidade e os homens de letras e artistas que se reuniam na casa do grão-marechal Kachrists. O volume de notas sobre o que observara na Alemanha aumentou consideravelmente em Dresden, com tudo o que via concorrendo para sua grande satisfação. O eleitor o atraía muitas vezes à Corte, e os jardins do castelo de Pilnitz se lhe tornaram familiares pelo estudo da botânica; ali reuniu um herbário das plantas da Saxônia e uma coleção dos melhores autores da Alemanha.

O célebre mineralogista Abraham Gottlob Werner (pai da mineralogia moderna, autor da teoria chamada netunismo, hoje obsoleta) e o geólogo especializado em geleiras Jean de Charpentier (engenheiro nas minas da cobre dos Pirineus e minas de sal da Suíça) o receberam com a maior benevolência quando foi visitar as minas de Freiberg (José Bonifácio estivera em Freiberg em 1792, estudando com Werner). Passando depois a Berlim, ali se demorou o inverno de 1799 dividindo-se entre os prazeres da sociedade e o estudo da química, seja no gabinete de Scherer, seja no laboratório do célebre químico Klaproth. Nesta ocasião, pode também aumentar os seus

¹³³ Citação que consta do *Elogio do Conde da Barca* proferido por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso em sessão na Academia Real de Ciência de Lisboa realizada em 24 de junho de 1819. O astrônomo Franz Xaver von Zach (nascido em Budapeste em 1754 e morto em Paris em 1832) estudou física em Pest e serviu por algum tempo no Exército austríaco. Viveu em Paris e em Londres, tendo entrado para o círculo de Lalande, Laplace e Herschel. Em 1786 foi escolhido pelo duque Ernest II de Saxe-Ghota-Althenburg para ser o diretor do novo Observatório em Gotha. Em fins do século XVIII, ele organizou um grupo de 24 astrônomos com a missão de procurarem “planetas perdidos”. O planeta anão Ceres seria encontrado por acaso. Ver TRIGOSO, S. F. M., op. cit., p. XXX.

conhecimentos assistindo às demonstrações do médico, farmacêutico e botânico Carl Ludwig Willdenow, que, analisando em Paris em 1811 as plantas coletadas na América do Sul por seu discípulo Alexander von Humboldt, criaria posteriormente um herbário com 20 mil espécimes que está preservado até hoje no Jardim Botânico de Berlim. Araújo embebeu-se dessas aulas de tal maneira que chegou a pensar em desistir de seguir viagem, para ouvir um pouco mais as lições do grande botânico e taxonomista.



Fig.18 - Carl Ludwig Willdenow. Imagem de Laurens Geulp. Berlin, 1808.

Mesmo não tendo se encontrado nesta passagem pela Alemanha com o naturalista Alexander von Humboldt, Araújo o auxiliará ao saber que estava sendo perseguido pelo governo português por estar fazendo pesquisas na fronteira do Brasil. Protestou contra a ordem de captura emitida contra Humboldt, tendo sido felizmente atendido por D.João. Fora Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, quem enviara um ofício ao governador do Maranhão pedindo que tomasse cuidado com “um tal de barão de Humboldt, que tendo mandado tantas observações geográficas dos países americanos onde viajara, bem como uma coleção de 1.500 plantas novas a seu país de nascimento e estando disposto a partir para o Maranhão, com o intuito manifesto de estudar regiões desconhecidas (...) debaixo de especiosos pretextos talvez procurasse tentar com novas ideias de falsos princípios os ânimos dos povos ...” Enfim, Humboldt era, para Rodrigo, não um naturalista, mas um temível revolucionário.

Sempre em função do Tratado de Paz, Talleyrand continua a procurar Araújo, mas este já não se sentia mais com poderes para negociá-lo. Nunca perdoaria o secretário de Estado Luís Pinto de Sousa Coutinho a sua subserviência à Inglaterra, em detrimento de Portugal. Talleyrand insiste, enviando-lhe uma carta através do representante de Hamburgo, na qual anuncia que estava disposto a emitir um passaporte para que retornasse a Paris. O diplomata português repassa a notícia a seu governo, dizendo que responderia que não era mais o negociador. A pressão francesa não esmorece, mas Luís Pinto naquele momento também não queria retomar a negociação. Araújo fica em Berlim até julho de 1800, data da última carta expedida desta cidade. Ele se corresponde com João Rodrigues de Sales e Melo, visconde de Anadia, e com Francisco José Maria de Brito, seu secretário em Haia. Afirma a Brito: “É evidente que Portugal pela mão de Luís Pinto se prepara para uma guerra, o que será uma ruína”. A visão da ruína não saía de sua retina.

Estando em Dresden numa segunda visita, em outubro recebe do príncipe regente, através de comunicação do secretário de Estado, ordem para interromper a viagem e regressar a Portugal. Responde o seguinte: “Acabo de receber o ofício de Vossa Excelência em data de 10 de agosto que o visconde de Anadia me mandou para esta cidade para onde vim de Berlim, (...). Pelo dito ofício, participa-me V.Exa as ordens de S.A.R o Príncipe Regente Nosso Senhor para que me recolha a esse Reino, o que executarei com prontidão possível”.

No início de 1801, por barco, segue para a Inglaterra para retornar a Lisboa. A viagem foi demorada não só pelo mau tempo, mas também em consequência de problemas de saúde do diplomata, situação que ocorria com frequência. Antes, havia retornado a Haia para descansar um pouco e ordenar aspectos pessoais. Queria sobretudo confiar a sua grande e preciosa biblioteca a alguém que dela se ocupasse com profissionalismo até conhecer o seu destino. Segundo informao biógrafo Eurico Malafaia, esse encargo foi transmitido ao bibliotecário chamado Nierdt, que se desempenhou da missão escrupulosamente.

A volta para a Lisboa deu-se, portanto, pelo seguinte trajeto: Alemanha, Haia, Londres, Lisboa. Em Lisboa, antes de partir, incumbiu-se de uma importante solicitação que lhe fora feita por Rodrigo de Sousa Coutinho: cuidar de uma reforma da Imprensa Régia. Entrou em contato com Gregório Francisco de Queiroz, o melhor gravador

português da época, e com seu colega italiano Francisco Bertolazzi, que se encontravam na capital inglesa. Os dois faziam um ótimo trabalho em Portugal.¹³⁴

Mas por que o chamamento do diplomata a Portugal? Estava sendo convocado para ser o representante diplomático de Portugal em São Petersburgo (1802 a 1803). Antes seria incumbido de uma missão que não daria certo. Napoleão, desde o golpe de 1799, já era o primeiro cônsul da França. Talleyrand continuava a dominar a política externa francesa. E a França se mantinha em guerra com Portugal. Araújo, ao chegar a Lisboa, foi mandado para conversar com Napoleão em Lorient (porto na Bretanha), mas este não o recebeu. Falou com o contra-almirante Denis Decrès, que fez exigências humilhantes. O marquês de Niza foi para São Petersburgo, tentando aliança com a Rússia, e D. José Maria de Sousa, morgado de Mateus, para Madri. Outras missões inúteis e prejudiciais.

Estava ocorrendo a guerra que ficou sendo denominada de Guerra das Laranjas. Em maio de 1801, os espanhóis, em aliança com a França, iniciaram essa batalha, vencendo facilmente as despreparadas tropas lusitanas comandadas pelo duque de Lafões, que já estava com muita idade (nasceu em 1719 e morreria em 1806). Durante a conquista dos territórios do Alentejo, o ministro espanhol Manuel Godoy pediu às tropas de seu país que recolhessem alguns exemplares das suculentas laranjas daquela região para dá-las de presente à sua amada, a rainha Maria Luísa, mãe de Carlota Joaquina. Foi por causa deste pequeno detalhe que o conflito acabou ganhando este curioso nome.

O diploma que pôs fim à curta guerra foi o Tratado de Badajoz, celebrado na cidade espanhola de Badajoz em 6 de junho de 1801. O príncipe regente D. João o assinou sob coação no dia 14 (as tropas francesas se encontravam estacionadas na cidade Rodrigo), e Carlos IV da Espanha (o marido de Maria Luísa) no dia 21, mas os termos foram rejeitados por Bonaparte. A manutenção de suas tropas em território espanhol forçou Portugal a aceitar as alterações à redação do Tratado. Desse modo, em 29 de setembro foi assinado um novo diploma, chamado Tratado de Madri que, se por um lado formulou imposições mais severas a Portugal, por outro evitou uma nova

¹³⁴Vale lembrar que, em 1804, Gregório Francisco de Queiroz faria uma gravura do Conde de Barca a partir de pintura de Domenico Pellegrini.

violação de seu território. Por ele, eram mantidos os termos de Badajoz, mas Portugal, adicionalmente, obrigava-se a pagar à França 20 milhões de francos.

Em 1802, começou o novo périplo de Araújo. Passaria por Londres, Haia, Dinamarca e Suécia até chegar à Rússia, tendo sido no final da viagem atingido por forte reumatismo. Novamente ao sair de Londres e passar por Haia demorou-se na delegação holandesa para cuidar da biblioteca, que deixara aos cuidados de Nierdt. Em 15 de julho de 1802, informa seu biógrafo Sebastião Trigoso, o diplomata escreveria: “Custa-me infinitamente separar-me dela, pois não pode haver coisa mais desagradável do que depois de ter feito uma coleção assim ser obrigado a não a gozar. Parece que está determinado pelo destino que jamais tenha sossego por espaço de alguns anos para recrear o meu espírito com um estudo seguido”.¹³⁵

Observa Eurico Malafaia:

A missão na Rússia enquadrava-se mal com o espírito ansioso de realizações de Antônio de Araújo de Azevedo, que a aceitou por sentido de Estado, mas sabendo aquilo com que podia contar: uma corte onde o luxo era dominante, num país ainda em relativo desenvolvimento econômico, mas com potencialidades para vir a ser um bom parceiro econômico de Portugal. As suas capacidades, sentiria ele, iriam ser mal aproveitadas e nunca deixou de ter a amarga impressão de que a sua designação para São Petersburgo fora, sobretudo, uma retaliação de Luiz Pinto de Sousa. Quanto à anglofilia, fica-se a impressão de que o príncipe regente D. João só tomou a deliberação de chamar Araújo ao governo quando a pressão francesa já não tolerava a continuidade da tendência de, para passos elementares, se consultar Londres; talvez por outro lado tenha auxiliado a própria condição de saúde de Luís Pinto de Sousa, que veio a falecer em 14 de abril de 1804.¹³⁶

O primeiro ofício a ser escrito de São Petersburgo seria datado de 1 de janeiro de 1803¹³⁷. O novo representante português reclama das casas caríssimas na cidade e pede para usar um uniforme de tempos de paz. Avisa também que o hospital português em Kronstradt se encontrava sem recursos. Em outro ofício, descreve a deslumbrante festa realizada na corte, no palácio de verão do czar Alexandre, Peterhof, em agosto de 1803, e as atenções de que foi alvo por parte da imperatriz. Pede ajuda dizendo que a grã-duquesa, esposa do Duque de Mecklenburgo estava doente e talvez precisasse ir para Lisboa, mas felizmente a grã-duquesa melhoraria.

¹³⁵ TRIGOSO, S. F. M., op.cit., p. XXXI.

¹³⁶ MALAFAIA, E., op. cit.

¹³⁷ ARAÚJO, A., op.cit, p. 54.

Em julho de 1804, acaba seu purgatório na Rússia. É chamado por D. João para voltar para Portugal e assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Solicita ao correspondente na Holanda, João de Charro, que lhe envie a coleção de mineralogia que havia comprado de Werner e a livraria. Minerais e livros serão embarcados em 62 caixões e colocados a bordo do veleiro hamburguês *Neptuno*. Durante o percurso, o veleiro será capturado por piratas ingleses e levado para o porto de Yarmouth na Inglaterra. Somente com a intermediação do embaixador português em Londres Araújo conseguirá liberar suas queridas coleções. De acordo com Eurico Malafaia, ele escreveria depois a seguinte carta a José Egydio, Secretário do Regente:

Agradeço a V. Senhoria o seu cuidado a respeito da minha livraria, de que já lhe dei notícias; se escapou de algum banho de água salgada, terei o gosto de ver ainda esta minha esposa que é bonita rapariga. V.S^a sabe dar valor ao cuidado que ela me tem causado, pois haverá muitas pessoas que o tomem em ridículo, o que pouco me importa.¹³⁸

D. João VI, que já lhe reconhecera os méritos dando-lhe em 1800 a comenda de São Pedro do Sul, da Ordem de Cristo, queria agora recompensar a sua folha de serviços com a honra merecida de fazê-lo seu ministro de Estado. A este respeito, eis o que afirma Artur de Araújo:

Nenhum diplomata daquela época se apresentava com mais direitos ao reconhecimento do príncipe regente. Dez anos correndo as cortes da Europa, acolhido com apreço e carinho por imperadores, reis, príncipes e grão-duques. Não houve homem ilustre de seu tempo que não lhe fosse familiar, entre eles estadistas como Pitt e Talleyrand, sábios como Lavoisier e poetas como Goethe e Schiller. Isso não quer dizer que não tivesse desafetos, invejosos de sua carreira diplomática. Diziam que era um protegido do duque de Lafões, do arcebispo da Tessalônica e de parentes próximos a D. Maria I. Mas na realidade quem o protegia realmente era o príncipe regente D. João, ciente de sua capacidade.¹³⁹

E acrescenta:

Homem de poucas letras e poucas palavras, D. João sabia, no entanto, apartar o trigo do joio. Ao chamar Araújo da Rússia para ser seu ministro de

¹³⁸ ANRJ. Coleção Negócios de Portugal, Caixa 641/272. Carta 17. 3.1806 In: MALAFAIA, E., op. cit.

¹³⁹ ARAÚJO, A., op.cit., p. 57.

Negócios Estrangeiros e da Guerra, o Príncipe Regente praticava um ato de inteligência. Ninguém melhor do que Antônio de Araújo de Azevedo, diplomata experimentado e conhecedor da balbúrdia na qual se encontrava a Europa, para congraçar com habilidade e talento tantas desavenças suscitadas em tão confusos tempos.¹⁴⁰

A tarefa do seguro diplomata Araújo, porém, não seria fácil. A campanha militar de 1801 terminara vergonhosamente no tratado de Badajoz. À frente do Exército esteve o duque de Lafões, que longe de repetir seus feitos em terras d'Áustria (Guerra dos Sete Anos), na ocasião já era um velho trôpego. Os inimigos do duque queriam afastá-lo da corte, e ele seria afastado. O embaixador francês em Portugal era o general Jean Lannes, amigo pessoal de Napoleão. Luiz Pinto de Sousa achava que Portugal estava se dando muito bem com as vitórias inglesas e portuguesas em Cápua e Gaeta. Só quando Napoleão voltou do Egito e estabeleceu o consulado, destruindo com as vitórias de Montebelo e Marengo a lembrança dos desastres sofridos anteriormente pelos franceses, é que Luiz Pinto acordou, lastimando a série de erros que cometera. Araújo passará então a ser o herdeiro de tão desastrosa política e seu papel vai se limitar a contemporizar-se com uns e com outros. Se bem que suas simpatias pessoais eram pronunciadamente a favor das boas relações com a França.

Como ministro de Relações Exteriores e da Guerra, ele teve como objetivo reorganizar o Exército e também se preocupou com o desenvolvimento do país. Eis algumas medidas por ele adotadas:

- novo regulamento para os hospitais militares
- reforma do Correio Geral do Reino
- regulamento para número de praças fronteiras e marítimas
- criação do Arquivo Militar. Aumento e organização da Guarda Real da Polícia.
- plano de uniforme para o Exército. Regulamentação e organização do Exército.
- sistema de gratificações para engenheiros em serviço.
- ampliação do regimento das juntas dos Arsenais Reais do Exército
- criação do lugar do inspetor de Artilharia e munições de guerra

¹⁴⁰ ARAÚJO, A., op.cit., p. 57.

- distribuição dos limites nos sete governos militares do Reino, para facilitar o recrutamento, e a criação de novas brigadas de ordenanças.
- nova organização para as milícias
- criação de dois regimentos de voluntários em Lisboa
- criação de nova fábrica de vidros em Linhares
- providências para o encanamento do Tejo
- construção de novas máquinas para manipulação do algodão e da lã
- Com o auxílio de Ratton, construiu uma fábrica de fiação na Quinta da Prova
- fábrica de papel de vegetais que se pretendeu estabelecer na província do Minho, para a direção da qual foi mandado vir um célebre químico inglês
- máquinas e mestres ¹⁴¹que mandou vir da Alemanha para brocar e polir os canos das espingardas.

Além das pastas ministeriais, que o levavam a acumular tarefas, pouco antes de partir para o Brasil, foi indicado para ser o diretor de uma escola de gravura, juntamente com Bartalozzi e Comte, e sonhou com um jardim botânico. Já tinha permissão do regente para construí-lo junto ao Colégio dos Beneditinos de Estrela, mas com a invasão de Junot, em 1807, estes projetos não aconteceram.

Em 1804, foram tomadas decisões para reduzir os efetivos do Exército. Em Conselho, Araújo, em total desacordo com relação a esta medida de raiz econômica, lutou contra ela quanto lhe foi possível, mas sem resultados. A medida também causou desagrado à Inglaterra. Depois, seus oponentes disseram maldosamente que fora Araújo o responsável pelo corte de despesas no Exército.

Para manter a paz com Portugal, Napoleão exige, através de seu representante em Lisboa, o general Lannes, que D. João pague uma indenização de milhão de francos por mês. Não podendo pagar, Portugal se humilha diante de Lannes, que tinha um comportamento desrespeitoso em relação aos portugueses. De conflito em conflito, Lannes volta para a França em agosto de 1802, mas retorna a Lisboa em 1803. Em 19 de março de 1804 é assinado um tratado secreto de neutralidade, entre Talleyrand e José Maria de Sousa Botelho, o morgado de Mateus, representante de Portugal em Paris, no

¹⁴¹TRIGOSO, S.F.M., op.cit.

valor de 16 milhões francos. Em carta enviada de Saint Cloud a Lisboa em 16 de abril de 1804 a Lannes, Napoleão parabeniza seu general e embaixador:

Citoyen general Lannes, Ministre de La Republique à Lisbonne, je suis content du traité que vous avez fait. Je vous suis gré de l'attention que vous portez à soutenir notre dignité et notre influence. Vous resterez encore quelque temps à Lisbonne, mais soyez tranquille, on ne frappera de grandes coups que vous n'y soyez".¹⁴²

Lannes, que depois de tantas idas e vindas de Paris a capital de Portugal já chamava o Príncipe Regente intimamente de “Mr. du Brésil”, por ser D. João padrinho de um filho seu, conseguira afastar o todo poderoso intendente Diogo Inácio de Pina Manique da direção da Alfândega, porque o impoluto funcionário não aceitava suas traficâncias contrabandistas.

Apesar do poder de Lannes junto a Napoleão, Araújo, por sua vez, conseguiu que o diplomata corrupto voltasse para a França, sendo substituído pelo general Junot. Ou seja, Junot, em fins de 1804, quando Napoleão já era imperador, passa a ser o novo embaixador da França em Lisboa, acompanhado de sua mulher Laura, duquesa de Abrantes, em substituição ao intratável “compadre” do regente.

Segundo depoimentos de época, Junot, que era chamado de “A Tempestade” por Napoleão, era mulherengo e tinha uma mania de ostentação que mais exuberante se tornaria quando, passado algum tempo, voltasse a Portugal à frente do exército na primeira invasão francesa (novembro de 1807). A bela madame Junot, Duquesa de Abrantes, em sua passagem por Lisboa como embaixatriz fixaria em meia dúzia de palavras a impressão que lhe fizera Araújo: “*son petit oeil gris noir, malin et spirituel, et son charmant esprit*” (Em português: “seu pequeno olho cinza escuro, malicioso e espiritual, e seu charmoso espírito”).¹⁴³

Em suas memórias, escritas com o auxílio do escritor Honoré de Balzac, seu amante temporário, ela diria mais:

142 “Cidadão General Lannes, Ministro da República em Lisboa, estou feliz com o tratado que o senhor fez. Eu lhe sou agradecido pela atenção que dispensou para sustentar nossa dignidade e nossa influência. O senhor ficará ainda algum tempo em Lisboa, mas esteja tranquilo. Só daremos grandes tiros (golpes) quando não mais estiveres lá. Tradução da autora. Correspondência de Napoleão com Lannes. Disponível em: <http://www.histoire-empire.org/correspondance_de_napoleon/1804/avril_01.htm>. Acesso em: 19 maio 2018.

143 WILCKEN, op. cit., p.15.

Il n'avais jamais été beau, mais sa physionomie était vive, spirituelle et en meme temps bonne et prévenante, sa tournure était celle d'un homme bien né, qui a toujours représenté son souverain. Nous pûmes juger a cette époque de l'amabilité particulière de quelques portugais. Le Comte D'Araújo, ministre de Portugal a Berlin (sic), venait d'être rappelé pour remplir a Lisbonne la place importante de ministre secretaire d'État des Affaires Étrangères; il avait été presque toute sa vie absent de Portugal et c'est peut-être pour cette raison qu'il était si aimable. Il parlait français avec une grande facilité, ainsi que le ferai voir dans des lettres que me sont restées de lui. J'aimais beacoup Mr. D'Araújo.¹⁴⁴

(Em português: “Ele nunca foi bonito, mas sua fisionomia era viva, espiritual e ao mesmo tempo boa e atenciosa, sua aparência era de um homem bem nascido que sempre representou seu soberano. Nós podíamos julgar naquele tempo a amabilidade particular de alguns portugueses. O Conde d'Araújo, ministro de Portugal em Berlim, acabava de ter sido chamado a Lisboa para ocupar o cargo importante de ministro secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; ele estivera praticamente toda a vida ausente de Portugal e talvez fosse essa razão de ser tão amável. Falava francês com facilidade, como se poderia ver nas cartas que me restam dele. Eu amava muito Mr. D'Araújo”).

É que Antônio de Araújo juntava à elegância impecável de sua figura primores de educação e de trato que o faziam desejado em todas as reuniões da alta sociedade. Entre os ministros de D.João VI, os que Oliveira Lima considerava que eram os mais competentes, como já foi ressaltado aqui, eram Rodrigo de Sousa Coutinho, Pedro de Sousa Holstein (conde de Palmela, depois duque e marquês), e Antônio de Araújo de Azevedo. Mas sem dúvida o que mais admirava era Araújo. Eis o que escreveu Oliveira Lima “Esse gentil-homem afável e distinto, tão completamente do seu fim de século, tão filho daquele período de transição, esse bibliômano por tantos anos valetudinário, esse aristocrata sem pretensão e sem preconceitos, com uma expressão tão aguda em seu fino rosto comprido...”. Provavelmente Oliveira Lima estava se referindo ao quadro do pintor Domenico Pellegrini, que também pintou D.João VI e se encontra no museu das Janelas Verdes. Quando Araújo pousou para Pellegrini, já era cinquentenário.

Por outro lado, por mais que quisesse se manter neutro, Araújo tinha mais proximidade com a cultura francesa, e Laura Junot devia sentir isso. Pois como disse o Coronel Barreiros em seu *Ensaio de Biografia sobre o Conde da Barca*¹⁴⁵,

¹⁴⁴ Transcrição feita por Artur de Araújo em seu *Perfil do Conde da Barca*, op.cit.

¹⁴⁵ BARREIROS, José Baptista, **Ensaio de Biografia do Conde da Barca**. Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, s.d. p. 14.

Araújo, de acordo com o príncipe regente, em julho de 1804 se empenhava em firmar perante a Espanha e a França as bases de amizade recíproca, as disposições do Tratado de Neutralidade portuguesa tão dificilmente negociadas. Confiava o ministro nas suas relações passadas com os mais eminentes vultos da política parisiense, essencialmente Talleyrand, na simpatia que Napoleão lhe havia demonstrado e no respeito que à corte de Carlos IV e ao governo francês deviam merecer os direitos da Coroa Portuguesa e a franqueza e sinceridade que se punham na posição de Portugal perante aquelas nações.

Em 1805, ocorre a famosa Conspiração dos Fidalgos, ou de Mafra, que afastaria para sempre D. João de sua esposa Carlota Joaquina. Como conta o coronel José Baptista Barreiros em seu livro acima mencionado¹⁴⁶, em 1805, Pedro José de Almeida Portugal, 3º marquês de Alorna, irmão de Leonor de Almeida, a poetisa Alcipe, participou, ao lado de outros nobres, como o marquês de Ponte de Lima, de uma conspiração para destronar a Casa de Bragança e entregar o trono a D. Carlota Joaquina. Ao saber que correra perigo e das atividades de sua esposa, o Príncipe Regente caiu seriamente doente – teve, dizem, uma psicose – e o Governo mandou abrir um inquérito sobre o assunto. Antônio de Araújo de Azevedo mostrou absoluta fidelidade ao Príncipe, “já sustentando-a no Governo durante a crise da doença, já promovendo medidas de segurança que garantissem a tranquilidade pública e a fidelidade do exército ou ainda fornecendo ao conde de Vila Verde todos os elementos que pelo seu Ministério podia obter para esclarecimento da conjura...ao mesmo tempo em que, por sua ordem, todos os passos do Marquês de Alorna eram alvo de apertada vigilância.” O marquês dizia que sua legenda era Deus, Rei e Honra. Tinha raiva dos Braganças deste a morte dos Távoras, seus avós e tios. Os responsáveis pela conspiração foram apenas afastados da Corte. D. João não quis vingança nem mortandade.

d) Superministro

Em 1806, com a morte de Diogo José Antônio de Noronha Camões, o 8º conde de Vila Verde, o culto diplomata passa também a ser encarregado do Despacho do Gabinete e da Secretaria de Negócios, sendo nomeado para o lugar de conselheiro de Estado em 1807. Em termos práticos, vira um superministro do D. João em anos

¹⁴⁶ BARREIROS, J.B., op.cit., p. 18-19.

decisivos para a política externa portuguesa. Pois foi exatamente em 1806, após a batalha de Trafalgar, na qual a Marinha britânica derrotou as marinhas da França e Espanha, que Napoleão fracassou na tentativa de invadir a Grã-Bretanha e decretou o Bloqueio Continental através de decreto promulgado em 21 de novembro em Berlim. O Corso queria asfixiar o comércio inglês, criar uma ruptura financeira, interromper a correspondência com as ilhas britânicas. “Nenhum navio que proviesse da Inglaterra ou dos seus domínios seria admitido no continente, de onde todos os produtos com idêntica proveniência seriam banidos”, determinou Napoleão, segundo informam os historiadores portugueses Jorge Pedreira e Fernando Dorez Costa¹⁴⁷. Tendo conseguido derrotar a Prússia em 14 de junho de 1807 e colocar a Rússia sob a sua órbita, faltava a Napoleão o controle de Portugal. Após o Tratado de Tilsit (7 de julho de 1807) com Alexandre I da Rússia e Guilherme III da Prússia, o embaixador português em Paris, D. Lourenço de Lima, em 9 de julho de 1807, recebeu uma intimação do dirigente francês com os seguintes termos de obrigação:

- que Portugal declarasse guerra à Inglaterra em 20 dias.
- fechasse os portos aos navios ingleses
- juntasse seus navios às esquadras francesas.
- prendesse todos os súditos ingleses residentes no país.¹⁴⁸

O país estava colocado entre o martelo francês e a bigorna britânica.¹⁴⁹ A questão da ida para o Brasil, que já havia sido aventada por Rodrigo de Sousa Coutinho em 1803, começa a entrar em pauta novamente. Como lembram vários historiadores, entre eles Luís Norton em seu *A corte de Portugal no Brasil*¹⁵⁰, não era a primeira vez que os portugueses viam a ida para a colônia como uma solução para seus problemas geopolíticos. Tratava-se de um plano antigo, esboçado desde o século XVI, sempre que a soberania portuguesa parecia ameaçada. Eis alguns exemplos, segundo Norton:

¹⁴⁷ PEDREIRA, Jorge; DORES COSTA, Fernando. **D. João VI, um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 157.

¹⁴⁸ Ibid., p. 157.

¹⁴⁹ BARREIROS, J.B., op. cit., p. 30.

¹⁵⁰ NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**. Brasiliense. Volume 124. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Instituto Nacional do Livro - Ministério de Educação e Cultura, 1979.

Martim Afonso de Sousa, organizador da colonização sistemática do Brasil, teria sido um dos primeiros a aconselhar a transmigração da família real para a América do Sul, revelando a D. João III a extensão de seus domínios neste continente, e o valor prodigioso das riquezas que nesse se encontravam profusamente distribuídas. Pouco anos depois, em 1580, Felipe II da Espanha, no desejo de afastar Catarina de Bragança da concorrência ao trono de Portugal, prometeu elevar, ao favor dela, a colônia do Brasil a categoria de reino independente. Mais tarde, D. João VI, receando pela independência portuguesa, admitia, como propusera o padre Antônio Vieira, a transladação da corte para o Rio de Janeiro (...)¹⁵¹

A proposta mais conhecida foi a do diplomata e ministro Luís Cunha a D. José I, que, além de defender a elevação do rei de Portugal a Imperador do Ocidente, observa o seguinte:

Que é Portugal? Uma orelha de terra, de que um terço está por cultivar, outro pertence à Igreja, e o terceiro não produz grão suficiente para sustentar os habitantes (...) Mas onde bate o ponto é aqui: Não pode El-Rei manter Portugal sem o Brasil, enquanto que para manter o Brasil não carece de Portugal; melhor é pois residir onde está a força e a abundância, do que onde é a necessidade e a falta de segurança, Acabarei pois esta minha visão dizendo a Vossa Majestade que sem embargo de não ser já tempo de falar nela, pode vir algum (de que Deus nos livre) em que não seja mal lembrada.¹⁵²

E também o marquês de Pombal, acrescenta Norton, diante das ruínas de Lisboa e antes de se desdobrar o projeto de reconstrução da cidade, “estudara o mesmo plano de emigração e ordenara mais tarde, no ano de 1762, quando um exército espanhol invadiu Portugal, que algumas naus fundeassem em frente do paço para conduzirem a família real ao Brasil, no caso de Lisboa ser conquistada pelo inimigo”¹⁵³.

Já a recomendação feita por Dom Rodrigo a D. João em 1803 havia sido a seguinte, de acordo com Patrick Wilcken, autor de *Império à Deriva*¹⁵⁴.

O único meio que ainda resta de segurar a Independência da Coroa de V.A.R. é que, conservando a bem fundada esperança de se poder assegurar a defesa do Reino, deixa a certeza de ir em qualquer caso V.A.R. criar no Brasil um grande Império e assegurar para o futuro a reintegração completa da Monarquia em todas as suas partes. Quaisquer que sejam os perigos que acompanhem uma tão nobre e resoluta determinação, os mesmos são sempre

¹⁵¹ NORTON, L., p. 3.

¹⁵² Ibid., op.cit., p.3-4.

¹⁵³ Ibid., op.cit., pags. 3-4.

¹⁵⁴ WILCKEN, P., op.cit., p. 98.

muito inferiores aos que certamente ao de seguir-se da entrada dos Franceses nos portos do Reino, e que o hão de trazer a Abdicação de V.A.R. à sua real Coroa e a abolição da Monarquia (...).¹⁵⁵

Com Napoleão batendo à porta, era preciso tomar uma decisão. Araújo se desloca para Mafra em 12 de agosto para conversar com D. João. Procurando uma saída para o ultimatum, o Conselho de Ministros português se reuniu em 19 de agosto de 1807. Houve só o parecer de D. João de Almeida e Melo. Os outros ministros se abstiveram de dar opinião sobre o que fazer. Em outra reunião em Mafra, no dia 26 de agosto, discutiu-se se o príncipe da Beira deveria ir para o Brasil, proposta apresentada por Tomás Antônio Vilanova. A maioria dos conselheiros ficou a favor, entre eles Antônio de Araújo de Azevedo. Os juristas desembargados Francisco Xavier de Vasconcelos e Antônio Ribeiro dos Santos dissentiram, já que era “contra as leis constitucionais do Reino sair dele o príncipe herdeiro”. Dom Rodrigo também discrepou da ideia, por considerar que a ida do príncipe só devia concretizar-se quando seu pai tivesse que tomar idêntica resolução.

Com o embarque do príncipe Dom Pedro tendo ficado assente por maioria - Antônio de Araújo de Azevedo no início de outubro havia ordenado ao conde do Redondo que aprontasse tudo com a máxima brevidade para a viagem do príncipe da Beira¹⁵⁶ - o príncipe regente referiu à rainha sua mãe a resolução da jornada do menino de 8 anos, com que iriam duas das infantas. D. Maria ouviu atentamente o relato do filho, continuado pelo estado atual das negociações, as circunstâncias e pareceres que havia, e respondeu: “ E tuas tias, que ficam fazendo? Ou vamos todos ou não vá nenhum; como se escreveu ultimamente para a França, esperasse a resposta, e segundo o que vier, disporás a jornada”¹⁵⁷. Dom João acataria o conselho da mãe. No assento do Conselho no dia 30 de outubro 1807, esta foi a escolha final: partir toda a Família Real para o Brasil com “preciosos públicos e particulares, arquivos e propriedades, móveis dos vassallos que houverem de seguir com o soberano...”

¹⁵⁵ WILCKEN, P., op.cit., p. 99.

¹⁵⁶ PEREIRA, Ângelo, **Os filhos de el-rei D. João VI**. Edição Ilustrada. Lisboa: Editora Empresa Nacional de Publicidade, 1946. p. 97.

¹⁵⁷ MELLO MORAES, Alexandre José. **História da transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont Ed., 1872. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185574>>. Acesso em 28 abr. 2018. p.53.

Diante da recusa portuguesa em aceitar os termos impostos pelo bloqueio, foi assinado, em segredo, o Tratado de Fontainebleau entre Espanha e França em 27 de outubro de 1807. Este tratado tinha a intenção de dividir Portugal em três partes: a província de Entre Douro e Minho, com a cidade do Porto, passaria a ser propriedade do rei da Etrúria, com o título de rei da Lusitânia Setentrional; a província do Alentejo e Reino dos Algarves seria propriedade de Manuel de Godoy, que ficaria com o título de príncipe dos Algarves; e as províncias de Beira, Trás-os-Montes e Estremadura ficariam a dispor até que houvesse paz, quando França e Espanha decidiriam o que fazer com elas. Em seguida a este acordo foi deflagrada a invasão franco-espanhola em Portugal. O Exército formado em Baiona, com o nome de Exército da Gironde, comandado pelo general Junot (o ex-embaixador francês), pôs-se em marcha a caminho de Portugal, dando início a chamada Guerra Peninsular.

Quando um jornal francês revelou ao Príncipe Regente a convenção de Fontainebleau, tão desonrosa para um país independente como para os seus signatários, que se propunham a repartir entre si o cobiçado bolo do território português, as opiniões de seus conselheiros se dividiram. Havia os partidários de uma aliança francesa e os que defendiam aliança com os ingleses. D. João tenta negociar com a França, ao mesmo tempo sem romper com a Inglaterra, querendo sempre manter sua política de neutralidade com o auxílio de Araújo, considerado por seus inimigos Rodrigo e Domingos Sousa Coutinho um “afrancesado”. Napoleão conheceu a rejeição de Portugal a seu ultimatum e reagiu brutalmente, vexando o representante português Lourenço Lima em reunião do Corpo Diplomático. “*Si le Portugal ne fait pas ce que je veux, la Maison de Bragançe ne regnera plus dans deux mois*” (“Se Portugal não faz o que quero, a Casa de Bragança não reinará mais do que dois meses”)¹⁵⁸.

Há também uma troca de cartas entre Napoleão e D. João na qual Napoleão afirma a seu “*chère cousin e frère*” (caro primo e irmão) que ele tem que escolher entre os continentais e os insulares. D. João responde que fechará os portos aos ingleses, mas que essa “medida acarretaria a ruína do comércio de meus súditos e colocará em perigo as colônias”.

¹⁵⁸ Ângelo Pereira, apud BARREIROS, J. B., op.cit.

O príncipe conservou até a última extremidade a esperança de evitar o golpe fatal, não se convencendo de que o seu sogro (o rei espanhol Carlos IV) quisesse ligar-se sinceramente a Bonaparte para destronar a filha.

No início de novembro, já se encontrando em Abrantes, Junot enviou uma carta a Araújo, de acordo com o historiador Alexandre de Melo e Castro¹⁵⁹, contendo o seguinte desafio: “Que tais estarão as cabeças que governarão Portugal, que tendo ele entrado havia quatro dias, no território português, ainda ninguém havia ido encontrá-lo e falar-lhe; se vinha como inimigo, saíssem a bater-se com ele; se vinha como amigo, lhe mandassem víveres, para o seu exército, que precisava deles”. Esta carta arrogante não teve resposta de imediato. A providência que se tomou foi a de se pedir aos magistrados de Santarém, Thomar e outras terras para que dessem quartéis às tropas francesas. Já ao marquês de Alorna, as ordens eram as de que tratasse as tropas francesas e espanholas como amigas, porém, que as observasse e as combatesse, se necessário.



Fig.19 - Jean Andoche Junot. Duque de Abrantes.
Pintura de Henri-Félix-Emmanuel Philippoteaux.

Quando a carta chegou às mãos de Araújo em 23 de novembro, o marquês de Angeja recomendou então um encontro com Junot. Pensou-se primeiro em Hermano

¹⁵⁹ MELLO MORAES, A.J., op. cit., p.54

José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, visconde de Sobral, casado com a francesa Louise de Narbonne Françoise Lara, mas depois se optou por José de Oliveira Barreto, negociante na praça de Lisboa, com estabelecimento na Calçada da Estrela.

Segundo Ângelo Pereira,¹⁶⁰ Araújo enviou a seguinte carta a Dom João:

Senhor, estimo quanto sou obrigado que VAR passasse bem a noite. Desde ontem não ocorreu coisa alguma pra merecer ser referida a VAR, quando puder falarei com o Núncio a respeito da vinda de Herman (François-Antoine Herman, diplomata francês) mas sei que Pérez de Castro (Evaristo *Pérez de Castro* y Brito, diplomata espanhol) já anunciou a várias pessoas ...qualquer pessoa que vá a Junot deve ir o mais breve possível pois que a fazer isto algum efeito só pode ser demorando, e ou seja Braamcamp, ou Barreto, é necessário que falem com VAR porque como eu disse ontem a VAR só os posso instruir de que hão de fazer politicamente, qualquer dos dois podem ir a Mafra sem que se repare, desejo que VAR passe muito bem na sua digressão pra a qual convida muito o bom tempo que hoje faz. Tenho a honra (onra) de beijar reverentemente a mão a VAR. Belém, 21 de novembro de 1807.

Depois, Araújo pediu a D. João que voltasse para o palácio de Ajuda (estava em Mafra) já que Portugal estava numa situação perigosa com os franceses na fronteira e os ingleses no Tejo. O marquês de Marialva é mandado a Napoleão em missão condenada ao fracasso, porque a máquina da invasão já estava em movimento. O regente e Araújo tiveram uma última reunião na qual resolveram mandar a mensagem a Junot.

“Se Antônio de Araújo”, diz o biógrafo Artur de Araújo, “era o chefe do chamado partido francês, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho o era dos ingleses, não nos afigura isso motivo para alcunhar o primeiro de vendido a Napoleão”.¹⁶¹ Houve realmente um encontro entre Barreto e Junot. Mas D. João VI, ainda segundo Artur de Araújo, escreveria em seu diário em francês:

Mr. d'Araújo crut me atrapper et me retarder en expedient mr. Barreto avec la lettre ci jointe (a parlementer avec Junot). Il était chargé pour moi de beaucoup de propositions si je voulais m'arreter, mais il vit bien qu'il n'y avait rien a fait”. (“Araújo acreditou que podia me impressionar e me retardar enviando mr. Barreto com esta carta para parlamentar com Junot. Ele seria encarregado por mim de muitas propostas se eu desejasse me retardar, mas viu bem que não há nada a ser feito”).¹⁶²

¹⁶⁰ PEREIRA, A. op.cit., p 133-134

¹⁶¹ ARAUJO op. cit.

¹⁶² BARREIROS, J.B.,op. cit., p.46.

Ou seja, D. João sabia o que estava fazendo o tempo todo. Não era monitorado por seus ministros. Sobre o encontro com Junot, há ainda a versão do Marechal Martins Pamplona, segundo o Coronel Barreiros:

Sur les bord mêmes de Zêzere que M.Barreto, arrivant de Lisbonne, eut une conférence avec le general em chef. Il est très facile à reconnaître que la mission de M. Barreto n'était que pour amuser ce general et gagner du temps, afin que le départ de la cour eût lieu, ce qui arriva au grand regret de Bonaparte, qui a toujours reproche a Junot les trois jours perdus à Abrantes". (tradução: Foi nas margens mesma do Zêzere que M. Barreto, chegando de Lisboa, teve uma conferência com o general em chefe. É muito fácil reconhecer que a missão de M. Barreto era para agradar a este general e ganhar tempo, a fim de que a partida da Corte ocorresse, o que aconteceu para grande lamento de Bonaparte, que sempre culpou Junot pelos três dias perdidos em Abrantes).



Fig.20 - Rio Zêzere, que nasce na Serra da Estrela. Paisagem na Ponte Filipina.
Disponível em: <<https://tinyurl.com/ybtlgx2c>>. Acesso em 28 maio 2017.

Com o perigo iminente, o Conselho votou unanimemente pela saída de toda a família real. Dom João e a Corte utilizariam a esquadra que havia sido preparada para a partida do príncipe da Beira. O príncipe regente avisa a sua mãe e a mulher e pede ao marquês de Bellas que redija o decreto anunciando sua ida para o Rio de Janeiro, que se

tornará público no dia 26 de novembro. O dia marcado para o embarque foi 27 de novembro.

Eis a abertura de decreto real:

Tendo procurado, por todos os meios possíveis, conservar a neutralidade , de que até agora tem gozado os meus fieis e amados vassallos, e apesar de ter exaurido o meu real erário, e de todos os mais sacrificios, a que tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os portos dos meus reinos aos vassallos do meu antigo e leal aliado o rei da Grã-Bretanha, expondo o commercio dos meus vassallos a total ruina, e a soffrer por este motivo grave prejuizo nos rendimentos de minha corôa: vejo que pelo interior de meu reino marchão tropas do imperador dos francezes e rei da Itália, a quem eu me havia unido no Continente, na persuasão de não ser mais inquietado; e as mesmas se dirigem a esta capital: e querendo eu evitar as funestas consequencias , que se podem seguir de uma defesa, que seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuizo da humanidade, e capaz de acender mais a dissensão de umas tropas, que tem transitado por este reino, com o annuncio e promessa de não commetterem a menor hostilidade: conhecendo igualmente, que ellas se dirigem muito particularmente contra a minha real pessoa, e que os meus leaes vassallos serão menos inquietados, ausentando-me eu deste reino: tenho resolvido, em beneficio dos meus vassallos, passar com a rainha minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os Estados da América, e estabelecer-me na cidade do Rio de Janeiro, até a paz geral.¹⁶³

No dia 24 de novembro de 1807, lord Strangford informa que Sidney Smith acompanhará a corte portuguesa e menciona um conselho de regência. O comandante da esquadra inglesa afirma que “não se devia perder um só instante em acelerar o embarque de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, e de toda a Família Real”. Em 16 de novembro haviam chegado a Portugal 7.000 ingleses, numa esquadra pronta a bloquear o porto. Sidney Smith comunica a Strangford as instruções que tinha e que cumpriria a menos que o Regente aceitasse partir para o Brasil. Estavam em discussão os termos do Tratado de Comércio.

No dia 26 Strangford conversa com o príncipe regente e verifica que todas as ordens haviam sido dadas para o embarque da Família Real no dia seguinte. Dia 28, segundo o historiador Alexandre José Melo Moraes,¹⁶⁴ depois do embarque já efetuado, quando só se esperava o momento de levantar ferros, ter vento favorável, “foi ele à noite a bordo da nau Medusa, onde estava o Ministro Antônio de Araújo, e entrou a propor-

¹⁶³MELLO MORAES, A J., op. cit., p.55.

¹⁶⁴Ibid., 59-60.

lhe condições interesseiras e insuportáveis”. Entre as condições apresentadas pelo inglês, estavam “a abertura dos portos do Brasil, a concorrência livre e reserva à Inglaterra, marcando-lhe desde logo uma tarifa de direitos insignificantes, e até que um dos portos do Brasil fosse logo entregue a Inglaterra (Santa Catarina)”.

Antônio de Araújo, em vista de tais exigências, perdeu a paciência e “lembrou ao inglês a carta de S. M. Britânica, os ofícios de seu ministro sobre a viagem, a constância do príncipe regente sobre os sequestros; a boa fé com que tinha seguido a negociação (...) seria uma perfídia se naquele momento supremo de levantar âncora os ministros de George III se desdiziam, apresentando tais instruções...”. Depois de trocar algumas palavras ríspidas com Antônio de Araújo, o inglês afirmou com serenidade: “Como a viagem é para o Brasil, estamos todos conformes”¹⁶⁵. O diplomata inglês sabia que depois viria para o Brasil um representante britânico, que contaria com o apoio dos irmãos Sousa Coutinho, favoráveis ao Tratado de Comércio e à Inglaterra.

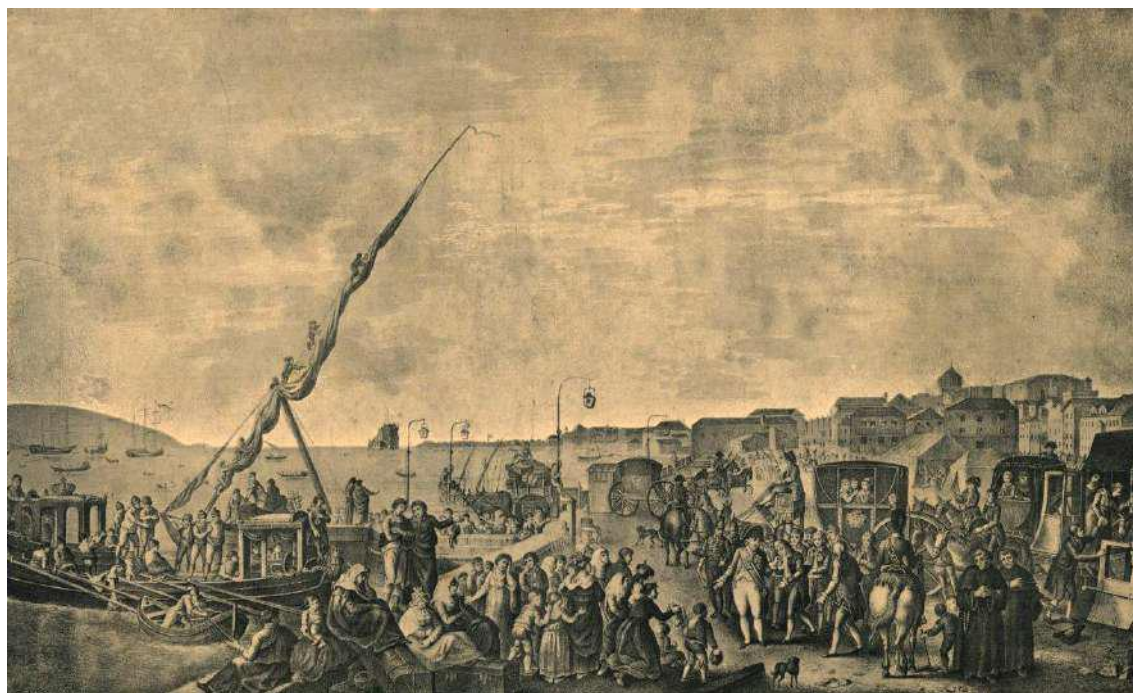


Fig.21 - Fuga da família real em 1807. Quadro de Nicolas Louis Albert Delerive

¹⁶⁵ MELLO MORAES, A J., op. cit., p. 59-60.

Em 29 de novembro de 1807, D. João, seus familiares, serviçais e inúmeros membros da Corte portuguesa partem para o Brasil em 16 embarcações, em meio de forte tempestade. Fala-se num total de 10 a 15 mil pessoas (mas como já foi assinalado, há historiadores e pesquisadores que chegam a mencionar apenas 500 pessoas, como é o caso de Nireu Cavalcanti em seu trabalho “A reordenação urbanística da nova sede da Corte”). O ministro Araújo também segue para o Brasil na nave Medusa, que sofreria um acidente no meio do caminho. Levava não os móveis do seu uso, mas aquilo que pensou que viria a ser mais útil para o Estado: a coleção mineralógica organizada por Werner, que deveria fazer parte da instrução pública; uma máquina impressora que mandara vir de Londres, a primeira a aparecer no Rio; sua rica livraria, mudas de plantas e peças de um laboratório químico. A nau ficou a ponto de soçobrar, vencendo mil riscos, e quando chegou a Pernambuco precisou de um mês para os reparos.

Existe uma carta de João Guilherme Cristiano Müller, escrita em 9 de janeiro de 1808 e endereçada a Domingos de Sousa Coutinho, no qual narra os preparativos na nave Medusa. É uma carta estranha, porque significa que Müller, que trabalhava na Secretaria de Estado com Araújo, na realidade era um espião de Domingos, irmão de Rodrigo. Entre outras coisas ele diz o seguinte:

Na noite entre 25 e 26 de novembro, veio um correio retirar-me da cama, com uma ordem: de mandar encaixotar com toda a pressa tudo quanto da Secretaria de Estado estava debaixo de minha inspeção e mandá-lo a bordo da nau Medusa ...O sr. Araújo tinha escrito com sua própria letra que ele me pedia para empregar toda minha atividade na pronta execução desta ordem. Apressei-me naturalmente para com toda eficácia executar um mando tão enérgico. E no dia 29 à tarde foram 37 grandes caixotes a bordo. A chuva copiosa neste dia e o tempo proceloso impediu de ir também o Tesouro e a Caixa de Segredo da Casa. Mas estas foram no dia seguinte acompanhadas por um ajudante meu...

¹⁶⁶

Müller acaba a carta despedindo-se como “humilde e agradecido servo” de Domingos de Sousa Coutinho¹⁶⁷

As naus transportando a Família Real chegaram à Bahia em 22 de janeiro de 1808. A elas se juntou em 16 de fevereiro a Medusa, que quase naufragara no Recife. Sobre a procissão, escreveu Araújo ao príncipe regente

¹⁶⁶ CARTA de João Guilherme Cristiano Müller para Domingos de Sousa Coutinho. Papéis particulares dos anos 1807-1809. Coleção Linhares, Fundação Biblioteca Nacional. Ms, 1,29, 20,1.

¹⁶⁷ Ibid.

(...) na noite do dia dez na altura da Ilha da Madeira desarvoramos do mastro grande que levou consigo o da mezena depois de que foram os balanços em consequência de que desarvoramos também do velacho ficando unicamente com os grupos e o mastro do traquete, faltos de todo o sobressalente... não só o perigo foi iminente naquele momento mais se remediou armando umas pequenas guindales no que se trabalhou dez dias..Para o senhor fazer ideia da miséria que há nesta nau basta dizer que não teríamos fio para cozer as velas que se fizeram se por acaso as criadas de José Egydio não trouxessem alguns sacos de fiado para uma teia.¹⁶⁸

A comitiva, que havia saído da Bahia em 26 de fevereiro, chegou ao Rio em 8 de março. A Medusa chegara no dia 6, de acordo com Artur de Araújo.

A abertura dos portos ocorrera no dia 28 de janeiro de 1808, com a carta régia tendo sido negociada por Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, com os ingleses, representados por Strangford, e Dom Fernando José de Portugal e Castro, conde de Aguiar, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino. A participação de José da Silva Lisboa gera polêmica na historiografia brasileira e portuguesa, afirma a historiadora Tereza Cristina Kirschner, autora de *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. “Enquanto alguns autores exaltam sua influência na decisão régia, outros a minimizam, uma vez que tal medida seria inevitável naquela conjuntura. Santiago Dantas e Valentim Alexandre recusaram interpretações extremistas”,¹⁶⁹, observa Tereza.

Alguma influência, no entanto, teve. José da Silva Lisboa era amigo de D. Fernando José de Portugal, antigo governador da capitania da Bahia, e tudo fez, assim como outros baianos, para que o decreto não beneficiasse apenas a Inglaterra, tendo caráter irrestrito. De 1808 a 1815 houve um grande movimento nos portos de Salvador, Recife, São Luís e Belém. A Marinha de Guerra da transmigração chegou quase intacta ao Brasil e seria sempre “uma esquadra razoável”. A marinha mercante do Brasil ficou enriquecida com vinte e poucos navios de comércio que acompanhavam a esquadra, além de outros navios portugueses que não poderiam ir para Portugal.

Ainda sobre a importância do Visconde de Cairu, vale a pena citar o seguinte trecho do livro *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*, organizado por Antonio Penalves Rocha:

¹⁶⁸ PEREIRA, A. op. cit (1946), p.120-121.

¹⁶⁹ KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu- Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. Belo Horizonte: Alameda Editorial e Editora PUC-Minas, 2009. p.143.

Pouco mais de dez anos depois da morte de Cairu, João Manuel Pereira da Silva rendeu-lhe homenagens no *Plutarco Brasileiro*¹⁷⁰, destacando sua atividade na construção do Estado brasileiro, apresentando uma relação, ainda que incompleta, dos seus escritos e indicando uma maneira de os ler que considerasse as 'ciências' (Direito Mercantil e Economia Política), não só no estado em que atualmente se acham, senão também no estado em que se achavam na época contemporânea de José da Silva Lisboa. Assim, Pereira da Silva, de uma só vez, relacionou a obra de Cairu com a época em que foi escrita e deu um lugar ao autor na galeria de brasileiros ilustres, considerando-o, de qualquer modo, como um dos expoentes da formação da nação.¹⁷¹

Vale lembrar que ainda em Portugal, Araújo, quando o acordo com os ingleses estava sendo feito de forma secreta, lutou contra a abertura dos portos brasileiros só para os ingleses, entrando em choque com Lord Strangford, e também foi contra a tarifa alfandegária privilegiada para a Inglaterra no Tratado de 1810. Várias vezes explicou que não era contra a Inglaterra, pelo contrário, admirava o país e seu caráter empreendedor. Reagia, porém, à submissão de Portugal aos interesses ingleses. Como já era de se prever, ele seria substituído no cargo de ministro de Relações Exteriores e da Guerra por seu nêtese Rodrigo de Sousa Coutinho, que mantinha boas relações com os ingleses.

Mesmo com Araújo tendo aberto mão de seus cargos ministeriais ainda em Lisboa, Rodrigo de Sousa Coutinho fez de tudo para chegar antes dele ao Rio, não tendo permitido que sua nave parasse na Bahia nem com o irmão tendo insistido, porque estava sofrendo muito de gota, segundo informa Ângelo Pereira em seu livro *Os filhos de D. João VI*. O incidente também é narrado por Patrick Wilcken, em *Império à Deriva*, numa versão um pouco diferente.

[...] Sousa Coutinho tivera uma longa carreira na corte. Depois de trabalhar como diplomata na Itália, voltara a Portugal decidido a reconstruir a debilitada Marinha portuguesa, mas acabara sendo impedido de uma participação ativa, nos anos que antecederam o exílio, por sua postura pró-britânica. No Atlântico, ele pressentiu sua oportunidade. O principal rival de Sousa Coutinho na corte, Antônio de Araújo, havia caído em desgraça, uma vez desacreditada sua política de apaziguar os franceses. Com Araújo fora do caminho, Sousa Coutinho antevia com deleite sua chega ao Rio, de olho numa posição ministerial de influência. Quando eles cruzaram a linha do

¹⁷⁰ SILVA, J.Manuel Pereira da. **Plutarco Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora H.Laemmert, 1847. p. 201.

¹⁷¹ PENALVES ROCHA, Antônio. (Org. e introdução). **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu**. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 23.

Equador, um dos passageiros. O navio estava ficando com um nível perigosamente reduzido de suprimentos, e a família do passageiro enfermo implorou ao comandante que alterasse o rumo e seguisse para Salvador. Ao ouvir falar do possível desvio, Sousa Coutinho fez valer sua posição de superioridade, após uma discussão acalorada, na qual insultou a família nos termos mais violentos.¹⁷²

Não precisava de tanta presa, já que o Medusa, o navio de Araújo, se atrasara. Mas o fato é que não queria pôr em risco seu desejo de participar da elaboração do novo governo, que ficou assim constituído: D. Fernando José de Portugal e Castro, conde e posteriormente marquês de Aguiar, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; D. João Rodrigues de Sá e Melo, visconde de Anadia, que mantinha o cargo de ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos; Tomás Antônio da Vila Nova Portugal, presidente do Real Erário e ministro do Despacho. Como os interesses da Inglaterra haviam predominado durante a transmigração da família real, os quatro ministros praticamente agiriam sob a tutela de Strangford, de acordo com o Coronel Barreiros.

Após ter exercido tanto poder em Portugal, no Brasil Antônio de Araújo de Azevedo, quando aqui chegou, seria mantido apenas no Conselho de Estado. O que não era pouca coisa, já que D. João VI continuava a amá-lo. Enfim, não era um conselheiro qualquer.

¹⁷² WILCKEN, P.. op. cit, p. 99.

CAPÍTULO 4 – NO BRASIL. FORA DO PODER.

a) O Rio de Janeiro



Fig.22 - Quadro de Jean-Baptiste Debret. Vista do Largo do Paço. 1830.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, D. João, ao invés de criar uma nova administração, simplesmente replicou os órgãos de administração régia existentes em Lisboa, o que lhe conferiu um caráter arcaico. Luiz Carlos Villalta, em seu livro *O Brasil e a crise do Antigo Regime português – 1788-1822*, lembra que o jornalista Hipólito da Costa, no *Correio Brasiliense* de novembro de 1808, diria que o novo governo foi arranjado conforme o almanaque de Lisboa. Não se cuidara do que precisava o Brasil realmente, ou seja, “de um conselho de Minas, de uma inspeção para abertura de estradas, de uma redação de mapas, de navegação de rios, etc. Justifica-se, pois, plenamente, o que já se dizia em Londres, na Câmara dos Comuns, isto é, que o apodrecido governo de Portugal passava para o Brasil a fim de continuar os mesmos prejuízos e ignorâncias que já não pudera sustentar na Europa”.¹⁷³

Eis alguns órgãos lisboetas replicados no Rio de Janeiro: a Intendência Geral da Polícia da Corte (5/4/1808); o Erário Real (28/6/1808); a Imprensa Régia (13/5/1808); o Conselho Superior Militar e de Justiça (1/4/1808); o Conselho da Real Fazenda (26/6/1808); o Registro das Mercês (9/5/1808); a Casa da Suplicação do Brasil (10/5/1808), a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Brasil (23/8/1808). Acrescentam-se ainda o Banco do Brasil, que seria criado em 12 de outubro de 1808, o Corpo da Brigada Real, a Intendência e Contadoria da Marinha, as

¹⁷³ VILLALTA, L.C., op. cit., p. 143-144.

Juntas de Justiça, os Juízos dos Feitos da Misericórdia, o Laboratório Farmacêutico e o Hospital Militar.

Tudo isso ficou a cargo do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, extremamente eficiente em sua atividade administrativa. É por isso que Hipólito da Costa, editor do *Correio Brasiliense*, brincava que os três ministros de D.João, Rodrigo, D. Fernando Portugal e Castro e João Rodrigues, funcionavam como três diferentes relógios, um adiantado, um atrasado e um sempre parado.

Nem tudo, porém, era velho. Villalta, citando a obra de Wehling e Wehling *Formação do Brasil Colonial*, afirma que,

[...] demonstrando o esforço régio no sentido de centralizar a administração e levar a presença real para as diversas partes da América portuguesa, durante o período joanino foram duplicados os tribunais de apelação, aumentou-se em um terço o número de comarcas existentes e seus respectivos ouvidores, quadriplicou-se a quantidade de juizes de fora, cuidando-se para que sua distribuição fosse relativamente equilibrada espacialmente. Com isso, visava-se a neutralizar os efeitos da continentalidade para a administração real, combater a anomia que grassava em vastas áreas, inibir 'a justiça privada no âmbito do mandonismo local e a própria justiça ordinária local'.¹⁷⁴

O cronista Luiz Edmundo, outro arguto analista daquela época, no segundo tomo de seu livro *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, diz o seguinte:

[...] na sua ânsia de desenvolver atividades, D.Rodrigo pode cuidar da catequese dos índios, e de outros benefícios que nos aproveitaram, embora não fossem os mesmos muitos ou de espantar. Criou os seguros, desconhecidos, aqui, contra o incêndio e os prejuízos do mar; com a elevação dos impostos, melhorou as finanças; mandou alargar a Alfândega; fez com que os processos judiciais adquirissem maior presteza, embora sem diminuir a grande corrupção que reinava entre os magistrados (...).¹⁷⁵

Enfim, “fez o que podia fazer e o que o deixaram fazer”.¹⁷⁶

Mas como era afinal o Rio de Janeiro com o qual se deparou a Corte portuguesa e o conselheiro Antônio de Araújo de Azevedo? Em 1799, afirma Luiz Villalta, no

¹⁷⁴ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 83.

¹⁷⁵ EDMUNDO, Luiz. **A Corte de D. João no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957. 3.v. p. 357.

¹⁷⁶ Ibid., 2v., p. 357.

capítulo 5 de seu citado livro, a população do Rio, na área urbana, era de 43.376 habitantes, sendo que os negros atingiam 14.986 ou 34%. Já em 1808 calcula-se que a população girava em 60 mil, com pelo menos 5 mil pessoas tendo chegado à cidade com a transferência da Corte (como já foi dito inúmeras vezes, o número varia conforme o historiador) . O salto até 1821, data da partida de D.João e do Fico de D. Pedro I, foi enorme, já que as estimativas eram de uma população de 112 mil habitantes na área urbana e rural, dos quais 55 mil eram escravos (49%).¹⁷⁷

A cidade, no início do século XIX, era acanhada, tendo um núcleo principal que era limitado pelos morros do Castelo - em que ficava o Centro – e os de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Contava com quatro freguesias - Sé, Candelária, São José e Santa Rita – 46 ruas, quatro travessas, seis becos e 19 largos.

“Seu crescimento”, informa Villalta, “dera-se por meio de aterro de brejos e mangues. Suas ruas, em boa parte fétidas, eram de terra batida, em desnível, cheias de buracos, poças e detritos. Um ponto da cidade destoava em parte deste cenário, a atual praça XV, na época Largo do Carmo, onde se viam a igreja e o convento do Carmo, além de um hospital, dos prédios da Câmara, da cadeia e da sede do Vice-Reino do Brasil. No século XVIII o largo foi calçado e ali o mestre Valentim da Fonseca e Silva construiu um chafariz”.¹⁷⁸

Outro grande atrativo da cidade era o Passeio Público “com seus jardins bem cuidados, construído entre 1779 e 1783. A cidade na verdade tinha duas faces: uma, que ganhava ares de nova Lisboa, e outra, que era uma pequena África, em função da grande quantidade de escravos e libertos.” Auxilia a fornecer um quadro do Rio nas primeiras décadas do século XIX a visão do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos¹⁷⁹, quando chegou na cidade em 1811 e começou a escrever cartas muito mal-humoradas dirigidas ao pai em Lisboa. Tendo antes descrito os enjoos sentidos na travessia marítima, depois ele discorria sobre as dificuldades enfrentadas em terra:

[...] reflita-se na qualidade da terra; porque havendo nela sempre uma contínua epidemia de moléstias pelos vapores crassos e corruptos do terreno, e humores pestíferos da negraria e escravatura, que aqui chega da Costa Leste, contando-se cada ano desembarcarem neste porto 22 mil pretos para

¹⁷⁷ VILLALTA, L.C., op. cit., p.157- passim.

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ RIBEIRO, V., op.cit., Carta n. 6, p. 53.

cima: é além disto a grandeza desta cidade de pouca extensão, e mui semelhante aí ao sitio de Alfama, ou , fazendo-lhe muito favor, ao Bairro Alto dos seus distritos mais porcos e imundos. Ora, quem vem de Lisboa aqui desmaia ou esmorece.¹⁸⁰

Marrocos também relatava numa carta a violência cometida por escravos. Segundo ele, o governo de D. João incentivava grandes recrutamentos,

não só a fim de aumentar os regimentos daqui, e socorrer os que foram para as fronteiras, mas para desbastar os muito ladrões e matadores, que atacam sem modo algum: de Minas Gerais e outras terras têm vindo aos 200 e mais e mais facinorosos. Destes foi há tempo enforcado em patíbulo um preto que matara seu senhor, senhora, um filho, e violentara uma sobrinha a quem matou depois: destes casos acontece frequentemente, assim como pretas matarem seus senhores com veneno: o terror é muito necessário para esta canalha, aliás, está tudo perdido.¹⁸¹

Visando a mudar a fisionomia urbana da cidade, a fim de transformá-la na sede da monarquia, D. João tomou uma série de medidas ao longo dos governos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1808-1812) e do Conde da Barca (1814-1817). Entre elas, destacou-se a criação da Intendência Geral da Polícia em abril de 1808. O cargo de intendente, que seria exercido inicialmente por Paulo Fernandes Vianna, foi criado em maio. Localizada no Rio, a jurisdição desta autarquia abarcava a Corte e todo o Brasil, assim como ocorria em Lisboa. Eram várias as funções da nova Intendência, ressaltava Villalta, indo muito além de aspectos meramente policiais:

...a Intendência envolvia-se em questões relativas à urbanização (aterrar pântanos, construir chafarizes, cuidar das calçadas e da iluminação pública, levantar pontes e cais, etc), à promoção e policiamento de festas públicas e à fiscalização de teatros e diversões públicas (...).¹⁸²

E mais:

De modo similiar ao que se dava no Reino, a Intendência atuava também no domínio socioeconômico, intervindo em questões relativas ao Banco do Brasil, e ao combate ao contrabando, como o pau-brasil. Outros campos de menor amplitude similares aos da Intendência de Lisboa foram a organização

¹⁸⁰ RIBEIRO, M. V., op.cit., p. 56.

¹⁸¹ Ibid., p. 60.

¹⁸² VILLALTA, L.C., op.cit., p. 159.

da guarda real e o estabelecimento de quartéis, a abertura de novas estradas e as melhorias nas velhas capitanias do Rio de Janeiro, a matrícula dos veículos e embarcações, o registro dos estrangeiros, a expedição de passaportes, a perseguição e prisão de críticos da monarquia.¹⁸³

Em junho de 1809, aboliu a rótula ou gelosia das casas, assinalando com tal medida a passagem do Rio de Janeiro à condição de Corte, uma vez que se entendia que elas nenhuma comodidade traziam, além de mostrar “a falta de civilização” dos habitantes locais (Villalta citando Silva, 1978:154). “Pois cumpria afinal tornar o centro urbano compatível com a residência de sua Alteza real nesta cidade” (Villalta citando Schultz, 2006:132). E os trabalhos não param aí:

[...] desde sua instituição, a Intendência ficou encarregada de fornecer trabalhadores para os serviços públicos, como limpeza de ruas, reparos de estradas e conservação de prédios oficiais, para que apelou ao serviço de prisioneiros e à arregimentação de escravos de terceiros, por meio de aluguel, ou à alocação dos que serviam à Fazenda Real de Santa Cruz.¹⁸⁴

A fiscalização do comércio de escravos também ficava dentro da alçada da Intendência do Rio. Ao lado do comércio legal, feito através de grandes firmas estabelecidas no Valongo, das casas leiloeiras e dos traficantes independentes, havia um tráfico ilegal, realizado por traficantes sem licença e com escravos roubados. “Entre 1808 e 1822”, observa Villalta, “com efeito, a Intendência preocupou-se com as quadrilhas de ladrões de escravos, geralmente associando-as aos ciganos, que embora não fossem os únicos a praticar os referidos furtos, eram mal vistos pela população em geral”.

Os escravos eram alvo de violências, sevícias e maus-tratos, mas por outro lado também poderiam perder a cabeça, se rebelar, ser violentos e cometer assassinatos. Todos esses crimes, que tinham origem na difícil relação senhor e escravo, eram analisados pela Intendência de Polícia. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, considerando que na Corte era extraordinário o número de negros, julgava ser “indispensável contê-los na verdadeira subordinação por meios de grandes exemplos que lhes inspirassem terror e sujeição”.

¹⁸³ VILLALTA, L.C., op.cit., p. 161.

¹⁸⁴ Ibid., p.162.

Em carta escrita ao pai em 28 de setembro de 1813 (após a morte de Dom Rodrigo, portanto), novamente Marrocos menciona a violência no Rio, apesar de a Intendência da Polícia já estar em ação há cinco anos. Diz ele:

Nesta cidade e em seus subúrbios temos sido muito insultados de ladrões, acometendo estes e roubando sem vergonha, e logo ao princípio da noite; de sorte que têm horrorizado as muitas e bárbaras mortes, que tem feito; em cinco dias contaram-se em pequeno circuito 22 assassinios, e em uma noite mesmo defronte da minha porta fez um ladrão duas mortes e feriu terceiro gravemente. Tem sido tal o descaramento, que até avançam as pessoas mais distintas e conhecidas, como foi o próprio chefe de polícia; o chefe da divisão José Maria Dantas recebeu por grande favor duas tremendíssimas bofetadas por cair no erro de trazer pouco dinheiro, depois de roubarem o relógio.¹⁸⁵

E Marrocos continua descrevendo a trágica situação, que não está muito distante dos dias de hoje, ou seja, a situação parece não ter melhorado muito quatrocentos anos depois:

Além disto têm degolado várias mulheres, depois de sofrerem outros insultos, o que tudo tem dado que fazer ao corpo de polícia, e não sendo este suficiente para rondas e patrulhas multiplicadas em todas as ruas, o intendente mandou armar e aprontar todas as justiças de paisanos para ajudarem os da polícia; mas os pobres aguazis até já foram acometidos e insultados pelas grandes quadrilhas de ladrões, que lhes têm dado coças. Com efeito, grande número deles já foram presos (...) Faz-se agora um novo recrutamento muito rigoroso em consequências daqueles sucessos e para se aumentar o corpo de polícia, pois o caso está muito sério, por não poder-se andar na rua mais tarde. Eu recolho às 8 horas da noite (...).¹⁸⁶

Luiz Carlos Villalta informa que realmente a cidade à noite se convertia num antro de ladrões e assassinos (Silva, 1978:106): “Tendo em vista a insegurança que afetava o Rio de Janeiro, a Intendência organizou rondas e barreiras em vários bairros da cidade, além de determinar o fechamento de vendas, botequins e casas de jogos depois de 22 horas. Os cuidados com a iluminação também se deram, tanto nas ruas quanto no Paço da Cidade, na Quinta da Boa Vista, na entrada de São Cristóvão, assim na praça e casa das Laranjeiras (Silva, 2010:255)”. A violência, em parte, era gerada pela escravidão, que apesar de ter sido abolida em Portugal em 1773, ainda vigoraria no Brasil até 1888. Ao reformar-se o aqueduto da Carioca, narra Villalta, as autoridades se

¹⁸⁵ RIBEIRO, Marcus Venicio, op.cit., p.126.

¹⁸⁶ Ibid., p.127.

depararam com um sério problema: um ataque de quilombolas. A Intendência de Polícia teve que agir:

O tenente-coronel Aureliano de Souza e Oliveira, encarregado da obra de reparo do aqueoduto da Carioca, aos 6 de junho de 1812, defrontou-se com um ataque, feito à meia-noite, aos ‘ranchos daquele serviço por mais de oitenta negros quilombolas’. Por essa razão o conde de Aguiar ordenou ao intendente-geral de Polícia que tomassem as providências para que fossem ‘logo apreendidos e castigados estes delinquentes, como for de justiça’.¹⁸⁷

E a insegurança não se resumia ao Rio de Janeiro. Em 15 de março de 1814, o assunto tratado por Marrocos na missiva enviada ao pai foi uma revolta de negros na Bahia:

Pelo paquete da Bahia soubemos de um grande tumulto de negros, que ali houvera ultimamente, e que causou grande susto em toda a cidade: eles mataram muitos brancos e alguns eram negociantes, alguns soldados também foram mortos, assim como outros negros que não queriam associar-se ao tumulto. Lançaram fogo a muitos engenhos, aos armazéns de pesca da baleia, e a mil outras partes, de maneira que se afirma que só a Fazenda Real perdera 300\$cruzados.¹⁸⁸

De acordo com o historiador João José dos Reis,¹⁸⁹ essa foi uma das rebeliões escravas ocorridas entre 1807 e 1816 de que participaram negros trazidos do Sudão, envolvendo escravos de Salvador e de subúrbios litorâneos. Os protagonistas eram haussás adeptos da religião islâmica. Também eram de religião islâmica os que participariam futuramente da famosa revolta dos Malês em 1835.

b) Comida, roupas, arquitetura

Em seu livro *Cultura e Sociedade do Rio de Janeiro 1808-1821*, a historiadora portuguesa Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁹⁰ descreve amplamente os hábitos e costumes

¹⁸⁷ VILLALTA, L.C. op.cit., p. 170. Com base em AN-RJ-RAO, livro 5, 812, p.8.

¹⁸⁸ RIBEIRO, M. V., op.cit., carta número 66, p. 142-143.

¹⁸⁹ REIS, João José dos. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Volume 15. Número 28. Janeiro-junho 2014. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/artigo_02.php/>. Acesso em: 20 maio 2018.

¹⁹⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, **Cultura e Sociedade do Rio de Janeiro 1808-1821**. São Paulo: Editora Brasileira, 1978.

da cidade. Não teria sentido detalhar aqui estes hábitos, já que o assunto desta tese é Antônio de Araújo de Azevedo e não a culinária, as indumentárias ou a arquitetura do Rio de Janeiro. Cabe, entretanto, discorrer um pouco sobre comida, roupas e moradia, tentando oferecer um quadro sucinto do mundo (ou cenário de fundo) no qual Antônio de Araújo de Azevedo viveu durante seus últimos anos de vida.

Logo de início, no que diz respeito à alimentação, Maria Beatriz (página 4) cita a Carta número 54 do missivista bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, para mostrar a oposição que havia entre a culinária local e a europeia: os europeus “não podem acostumar o seu paladar e o seu estômago à diversidade econômica de comeres, que nausea e enfastia, como é, por exemplo, o trivial quitute de carne-seca de Minas Gerais com feijão negro e a farinha de pau, tudo cozido e amassado com os dedos que por fim são lambidos”. O prussiano von Leibold também reclama: “a carne de boi era má, as boas frutas europeias não existiam no Rio, as laranjas verdes e de casca grossa resfriavam o intestino”¹⁹¹.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, no entanto, anunciava “sementes de nabos Suécia, amarelos e encarnados, brancos e mais qualidade, assim como sementes de repolho, e toda a sorte de sementes do Reino”, como “salsa, repolho, couve tronchuda, brócolos, cebolinha, espinafres, chicória, alface, acelgas” e até mesmo avelãs e tâmaras (*Gazeta*, nº 89, 1814). Um senhor chamado Giovanni Barbonne, por sua vez, anunciava paios, linguiças, e salsichas feitos “com todo o asseio e propriedade ao uso da Itália”, enquanto um outro italiano divulgava seu pão de luxo francês, italiano e espanhol, “amassado por máquina de nova invenção, sem entrar mão-de-obra de pretos que infetam a massa com o sugo que largam enquanto amassam” (*Gazeta*, nº 77, 1816).

Em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, destaca Maria Beatriz, o historiador José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo faz uma espécie de apologético da farinha de mandioca, “sustento ordinário dos habitantes do Brasil, sendo esta farinha bem acondicionada, dura em perfeita consistência por tempo dilatado, sem que o gorgulho a estrague, como ao contrário acontece ao trigo, ao milho e a outros grãos”. Pizarro de Araújo também ressalta a importância de frutos nativos para a alimentação da

¹⁹¹ LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwig von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. Trad. e anotação de Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1966, Capítulos VII-A, apud SILVA, M.B.N., op.cit., p. 4.

maior parte do povo pobre, como a banana-da-terra e a banana de São Tomé, a jabuticaba, a goiaba, o tamarindo.

Como o europeu não sabia tirar partido das produções locais, estava sempre a se queixar da carestia de víveres no Rio. O francês Chambelland propôs ao governo incentivar a cultura de oliveira a fim de baratear o azeite. Von Leithold denunciava que a manteiga e a batata eram caríssimas por virem da Inglaterra. Havia muita especulação no caso da carne e mesmo da farinha. Um funcionário do Senado da Câmara, ao fazer um levantamento, verificou que açougueiros ou carnicheiros escondiam carne no fundo de suas lojas, vendendo-as preferencialmente aos amigos. Com isso a carne de vaca já estava a quarenta ou cinquenta réis o arrátel mal pesada. Já o preço da farinha subira para dois mil reis o saco, “e os povos já sentem falta do gênero, e isto talvez se proceda de se acharem os armazéns atacados deste gênero a fim de aproveitarem esta ocasião e melhor revendê-la”.

Ainda de acordo com Pizarro e Araújo, além de carne verde, se vendiam carne de charque ou secas e as carnes de porco e carneiro eram consumidas em abundância. Sendo que a carne de porco quando bem preparada podia ser conservada por mais de um ano sob a forma de lombos, entrecostos, pernis, toucinhos e banhas. Von Leithold considerava que “a carne de porco era a melhor do Rio de Janeiro, não tão branca nem tão gorda quanto a prussiana, contudo excelente e saborosa”¹⁹².

As aves eram consumidas como alimento de gente abastada e também como alimento de doentes, o doméstico caldo de galinha. Os peixes eram considerados perigosos, por serem potencialmente prejudiciais à saúde, já que poderiam acarretar enfermidades cutâneas e escorbuto. O jantar de um homem abastado era muito rico e variado. Maria Beatriz o descreve com base em relato feito pelo pintor Jean Baptiste Debret em seu livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*:

[...] começava com um caldo de sustância, servindo-se ao mesmo tempo o cozido, ou seja, um monte de várias espécies de carnes e verduras. Perto estava um prato de escaldado (flor de farinha de mandioca), de que se comia uma colherada de cada vez que se mudava de iguaria, e Debret apresenta esta substância farinhenta, meio líquida, como substitutiva de pão, que não era muito usado. A isto se seguia a galinha com arroz e, como tudo era acompanhado de molhos picantes, comiam-se em seguida laranjas e uma salada para acalmar o paladar. Como sobremesa bolo de arroz salpicado de

¹⁹² SILVA, M.B.N., op.cit., p. 11.

canela, queijo de minas ou da Holanda e Inglaterra, frutas variadas, vinho da Madeira ou do porto, e esta lauta refeição terminava com um café.¹⁹³

A abundância da mesa brasileira poderia assustar um estrangeiro, porque nem sempre correspondia à elegância no servir. A historiadora portuguesa termina seu tópico sobre hábitos alimentares no Rio da seguinte forma:

O viajante francês Freycinet comentava que as refeições dos brasileiros eram mais marcadas pela abundância dos pratos do que pela elegância do serviço. É que a maneira de servir à mesa, segundo a tradição brasileira, era assaz diferente da francesa, o que, aliás, justificava o seu espanto: ‘Fui um dia à casa do bispo e fiquei a princípio um pouco surpreendido por ver que estávamos colocados em volta de uma mesa muito grande, embora fosse pequeno o número de convivas; e o meu espanto redobrou quando, sem me oferecerem de nenhuma iguaria, me serviram uma porção copiosa de cada uma delas. Em breve me vi rodeado de oito a dez pratos cheios, para eu escolher conforme o meu gosto e vontade’.¹⁹⁴

Militares usam fardas e os acadêmicos brasileiros também, uma farda caríssima, aliás, com bordados feitos com fio de ouro. Nas primeiras décadas do século XIX, também havia muitas fardas circulando pelo Rio, muito ricas ou nem tanto, fardas de militares, políticos, nobres e de criados, a libré dos criados. Segundo Marrocos (obra citada, página 120), os indivíduos que desempenhavam funções no Senado da Câmara também possuíam uma farda: “vestido de seda preta, capa da mesma, colete e meias de seda branca, chapéu meio abado com plumas brancas e presilha de pedras preciosas, e cuja capa era ornada com bandas de seda ricamente bordadas”. O próprio Marrocos, como oficial de Secretaria, usava uma farda, que lhe saíra por 120\$000 “com todas as suas bonecrices adjuntas, me encheu de vergonha, julgando-me um falperra, pois sempre tive negação e ódio a enfeites e peralvilhices”.

Indivíduos com a Ordem de Cristo usavam um hábito de Cristo de ouro esmaltado, com sua fivela também de ouro, ou “mantos de cavaleiros da Ordem de Cristo de escumilha bem clara”. O rico negociante Elias Antônio Lopes, aquele que cederá sua casa em São Cristóvão a D. João, tinha abundantes adornos e trajes relacionados a Ordem de Cristo. Em seu inventário havia fardas avaliadas em 60\$000 e

¹⁹³SILVA, M.B.N., op.cit., p. 13.

¹⁹⁴Louis de Freycinet, *Voyage autour du monde*, Tomo I, p. 175, apud SILVA, M.B.N., p. 15.

30\$000 réis, o que se devia à riqueza dos materiais: “Uma farda e calção de pano escarlata com véstia de pano azul, tudo bordado a fio de ouro e prata”.

Como se vestir num baile? De acordo com as regras da etiqueta, publicadas na *Impressão Régia*, relata Nizza da Silva, “as senhoras deveriam se vestir de corte, mas sem manto. As que fossem dançar, levariam vestidos redondos, luvas e enfeite para a cabeça mais leve. Já cavalheiros também iriam de corte, porém os que se propusessem a dançar usariam luvas brancas. Os militares que houvessem de dançar iriam de meias de seda branca, com a farda desabotoada, banda sobre o colete, e luvas brancas; os demais se manteriam no rigor do uniforme”.¹⁹⁵

Para o beija-mão ao rei, observavam-se certas regras de indumentária, conforme conta o prussiano Leibold, no livro já citado por Nizza da Silva: “Quem não tem direito a uniforme, enverga casaca preta, colete branco, calções e sapatos pretos; traz um sabre recurvo e dourado, com comprimento de um pé, e chapéu à claque sob o braço. Assim, sem diferença, apresentam-se todos, menos os que não são fidalgos, isto é, professores, artistas, negociantes e artesãos, etc, que não tem direito a espadim.” Quando se tratava de beija-mão de gala (aniversários da Família Real, dias santos, Descoberta do Brasil) a pompa era maior: “Todos os camaristas envergavam casacas escarlates, bordadas a ouro, canhões e lapela azul-marinho, vestes azuis bordadas a prata e calções da mesma cor. Apresentam-se, então, de tricórnios e plumas brancas, com bandas e crachás”.

Tecidos e panos poderiam ser os mais variados. A lila, “uma fazenda de lã fina de lustrosa”, a escumilha, “uma lançaria mui fina rara e transparente”, o ló, que era uma espécie de escumilha, tecido também mui fino e raro, sendo que a nobreza poderia usar ainda uma seda mais vulgar. Havia também linho, algodão e lã, que estariam no guarda-roupa do negociante ou do escravo. O traje do sexo masculino era formado por sobrecasacas, pantalonas, calções, véstias, fraques. No caso dos escravos, Nizza da Silva fez uma pesquisa extenuante em jornais com relação à descrição das roupas dos escravos fugidos e chegou a seguinte conclusão¹⁹⁶: “as peças mais comuns da indumentária dos escravos eram camisa (de cassa grossa, de pano de linho cru, de brim, de algodão, de riscado, de linho grosso); as calças (de pano-da-costa, de ganga, de belbute, de casimira, de pano de linho cru, de algodão) e o colete (de pelúcia, de

¹⁹⁵ SILVA, M.B.N., op.cit., p. 24.

¹⁹⁶ Ibid., p. 28.

belbute, de pano, de baeta, de casimira)”. Raramente apareciam nas descrições o calção, a véstia, o fraque. Alguns escravos fugiam só de camisa e ceroulas ou mesmo de tanga e camisa.

As mulheres ricas, quando saíam, iam a bailes, teatro ou faziam visitas, usavam vestidos de tecido leve e fino, como de cassa bordada, de filó bordado a ouro e prata, de filó de seda e garça, vestidos bordados de flores, vestidos de musselina também bordados, de seda com renda, vestidos de cauda e bordados a ouro. Os chapéus podiam ser de palha ou de seda. Homens também usavam chapéu de palha ou castor e guarda-sol, complemento indispensável por causa do calor. Importante na indumentária feminina eram os xales, de seda, de lã, de cassa bordados de prata e ouro, ou de filó. Nizza da Silva afirma que, segundo conta G. W. Freireyss, em seu livro *Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815*, as brasileiras não gostavam de espartilhos. Os sapatos podiam ser de seda ou de lã.

Bordados e enfeites de ouro e prata eram moda em 1810. De acordo com Von Leibold, “o luxo das mulheres era indescritível”:

Jamais encontrei reunidas tantas pedras preciosas e pérolas de extraordinária beleza quanto nos beija-mãos de gala e no teatro, por certo as duas únicas ocasiões em que elas exibem e dão asas à sua faceirice. Seguem o gosto francês, ousadamente decotadas. Os vestidos são bordados de ouro e prata. Sobre os cabelos colocam quatro ou cinco plumas francesas de dois pés de comprimento, reclinados para a frente, e sobre a fronte, como em torno do pescoço e nos braços, diademas incrustados de brilhantes e pérolas.¹⁹⁷

As cores poderiam ser berrantes, só havendo moderação nas roupas usadas na missa. A escolha de tecidos ia definir a classe social. É claro que a indumentária das escravas era bem simples. “As escravas fugitivas eram descritas usando saia (de chita, riscado ou zuarte), uma camisa de cassa grossa, um corpo de linho ou roupinha de chita, ou usando vestidos de linho, ganga ou baeta. Muito raramente usavam xale ou capote (...) Escravos vestidos de seda, ou ricamente enfeitados, só quando faziam escolta aos seus senhores, que deste modo ostentavam a sua riqueza. Quando Dom João chegou com a Corte, coube ao intendente-geral da Policia, informa Luiz Carlos Villalta, administrar as chamadas aposentadorias, isto é, moradias requeridas para abrigar órgãos

¹⁹⁷ SILVA, M.B.N., op.cit., p.30

administrativos e oficiais da Coroa, que “tinham o privilégio de ocupar as casas à força e que, depois, as cediam por preços altos, causando revolta nos habitantes”¹⁹⁸. É claro que essas usurpações de imóveis geraram muitos conflitos, exigindo a intermediação da Coroa. O intendente-geral Paulo Fernandes Vianna tentou remediar o problema incentivando novas construções fora do centro, e foi assim que surgiu a Cidade Nova em torno do Campo de Santana, lugar de festas reais onde seria construído uma praça de curro. Também foram preocupações de Paulo Vianna “a racionalização da orla marítima, o melhoramento do abastecimento de água e da iluminação, o controle da propagação de doenças e a ampliação de casas assobradadas”. Como as casas térreas eram consideradas úmidas, insalubres e pouco nobres, a edificação de casas de um só andar em alguns bairros chegou a ser proibida.

Estrangeiros, aristocratas e altos funcionários, afirma a historiadora portuguesa, ao analisar a questão de moradia em seu livro aqui amplamente citado, preferiam evitar o centro da cidade e morar nos arredores. Um dos bairros preferidos era Botafogo com sua bela enseada e agradáveis chácaras (seria lá que se refugiaria Carlota Joaquina). Também eram cobiçados os bairros do Catete, Laranjeiras, a entrada de São Cristóvão (foi a opção do Duque de Palmela, apesar do ar mais quente) e a Ponta do Caju. Luís dos Santos Marrocos quando era solteiro morou na Rua das Violas (Rua da Alfândega), bem no centro do Rio. Mas quando se casou, mudou-se para o Passeio Público, por ser um local que lhe oferecia muitas vantagens práticas, como explica em sua Carta 148:

O sítio destas casas é magnífico, e talvez o melhor da cidade, não só por ser lavado por bons ares, mas em uma rua mui larga e asseada, tendo no princípio um formoso chafariz e no fim o Passeio Público, tudo obra do falecido Luís de Vasconcelos; temos próximas três igrejas e duas capelas, uma praça de horta e o matadouro com açougue, além de mil outras comodidades, que talvez não se achem juntas a favor da maior parte das casas desta cidade; sendo não menos vantagem a proximidade do mar para limpeza e despejo da casa, o recreio de nosso quintal para a família e a comodidade de ter criação em socorro de qualquer moléstia, contando já minha mulher grande número de galinhas.¹⁹⁹

¹⁹⁸ VILLALTA, L.C., op. cit., p. 164.

¹⁹⁹ Marrocos, Carta 148. In: RIBEIRO, M.V., op.cit.

Nas ruas do centro se aglomeravam os negociantes, os artesãos e os taberneiros. Graças ao testemunho de Rugendas, observa Nizza da Silva, torna-se possível localizar os bairros mais miseráveis: Saco de Alferes, Mata-porcos e Catumbi. Passando do Catumbi, porém, em direção à Tijuca e ao Alto da Boa Vista, havia chácaras muito boas, arrendadas por preços elevados.

c) A Casa no Passeio Público

Foi este, portanto, o Rio de Janeiro que Antônio de Araújo de Azevedo veio encontrar: uma cidade acanhada, que crescera em volta de alguns morros, e violenta, devido aos problemas sociais criados pela escravidão e por outros fatores sociais até então não avaliados. Mas que, em compensação, também oferecia prazeres, como a beleza natural, as festas, os batizados, as procissões religiosas, a comemoração de dias santos, as cerimônias de beija-mão, as cavalhadas, o curro, os bailes, o teatro, a ópera e as missas com música, já que D. João era amante da música e mantinha a seu serviço o compositor e organista luso-brasileiro Marcos Portugal e o professor de música, maestro e compositor brasileiro José Maurício. Sem falar nas ceias privadas. Marrocos, em suas cartas ao pai, segundo remarca Maria Beatriz Nizza da Silva, descreve algumas delas, como a que foi oferecida por Strangford no dia de anos do príncipe regente da Inglaterra: “uma função esplendidíssima consistindo em baile e ceia, a que foi toda a corte”. Com exceção, podemos supor, de Araújo, que não se dava em nada com Strangford.



Fig.23 - Lagoa do Boqueirão. Óleo sobre tela de Leandro Joaquim. Final do século XVIII

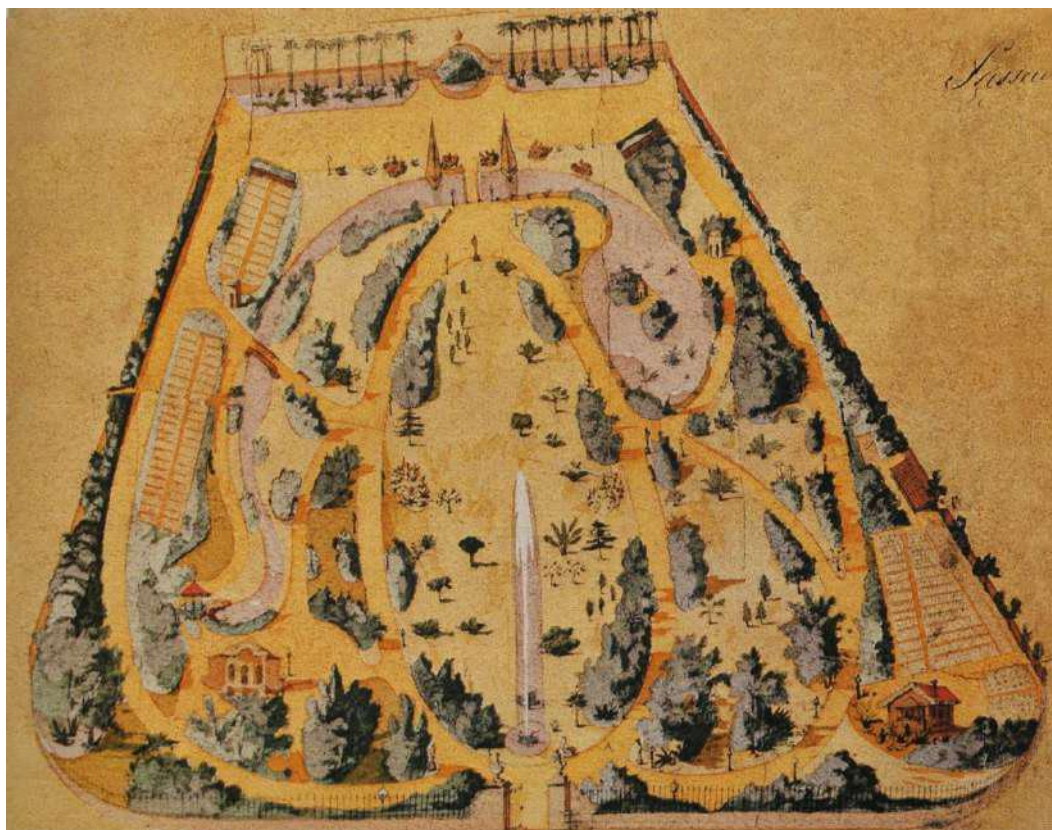


Fig.24 - Planta do Passeio Público. Glaziou. 1870

Logo que chegou ao Rio, em 1808, Antônio de Araújo foi morar na casa que lhe fora destinada no Passeio Público e onde residiria até morrer. Como disse Marrocos, o

Passeio tratava-se de uma área nobre da cidade, já que em fins do século XVIII, por iniciativa do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, a fétida lagoa do Boqueirão de Ajuda havia sido aterrada e todo o espaço fora transformado, entre 1779 e 1783, num belíssimo jardim público concebido por Mestre Valentim. Foi ali que a Impressão Régia, criada por decreto em 13 de maio de 1808, foi instalada e começou a funcionar, imprimindo livros e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal oficial da Corte.

Apesar de Araújo ter tido a ideia de trazer para o Brasil os tipos e o prelo, o decreto de criação da Impressão Régia seria assinado por seu arquirrival Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, já que o culto diplomata havido sido afastado do poder ao chegar aqui. De qualquer forma, ele foi o homem que numa hora de desespero, ao se lembrar da impressora que comprara como superministro de Dom João, nos liberaria de 300 anos de ignorância, sem livros e sem jornais. A única tipografia que tivéramos antes, a do português Antônio Isidoro da Fonseca, que fora criada em 1747, foi fechada neste mesmo ano por ordem da Corte portuguesa.

A favor de Rodrigo de Sousa Coutinho pesa, porém, o fato de ter sido o diretor da Impressão Régia em Lisboa e incentivador da famosa Tipografia do Arco do Cego ou Typografia Chalcographica, Typoplástica e Literária do Arco do Cego, da qual foi diretor o botânico mineiro frei José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), primo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Autor da célebre obra *Flora Flumensis*, frei Veloso participaria da edição de inúmeras publicações nas áreas de história natural, agricultura, poesia, desenho, medicina, náutica, ciências exatas, química e história. Ao morrer no Convento de Santo Antônio de hidropisia, deixaria manuscritos, documentos e gravuras que foram graciosamente cedidos por sua família à Real Biblioteca do Rio de Janeiro.

De acordo com a historiadora Angélica Ricci Camargo, em ensaio sobre a Impressão Régia publicado em 31 de agosto de 2011 e atualizado no site MAPA do Arquivo Nacional, até 2016, “a Impressão Régia foi estabelecida com a finalidade de se imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais e quaisquer outras obras. Subordinada à Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, sua abertura no Brasil representou o fim da proibição de tipografias que vigorou durante

o período colonial”.²⁰⁰ Inicialmente o trabalho ficou a cargo de alguns fuzileiros e marinheiros, que tinham experiência anterior como tipógrafos, e do já citado frei José Mariano da Conceição Veloso, que veio para o Brasil em 1808 acompanhado dos gravadores Romão Cazado e Paulo Ferreira dos Santos.



Fig.25 - Réplica do prelo do Conde da Barca. Máquina de impressão tipográfica, de madeira e bronze, produzida em 2008 para as comemorações dos 200 anos da Imprensa Nacional. Fonte: Museu da Imprensa Nacional.

Durante os anos de 1808 a 1821, cerca de mil títulos foram impressos, sem contar os atos governamentais. A primeira publicação da Impressão Régia, no dia em que foi criada, foi “*A Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de*

200 CAMARGO, Angélica Ricci. Impressão Régia. In: MAPA- Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=204&catid=57&Itemid=327/. Acesso em: 15 maio 2018.

S.A.R. o Príncipe Regente N.S. e de todos os mais que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia”. (D. João nasceu no dia 13 de maio de 1767. Por conseguinte, 13 de maio seria também a data da Imprensa Régia e da Abolição).

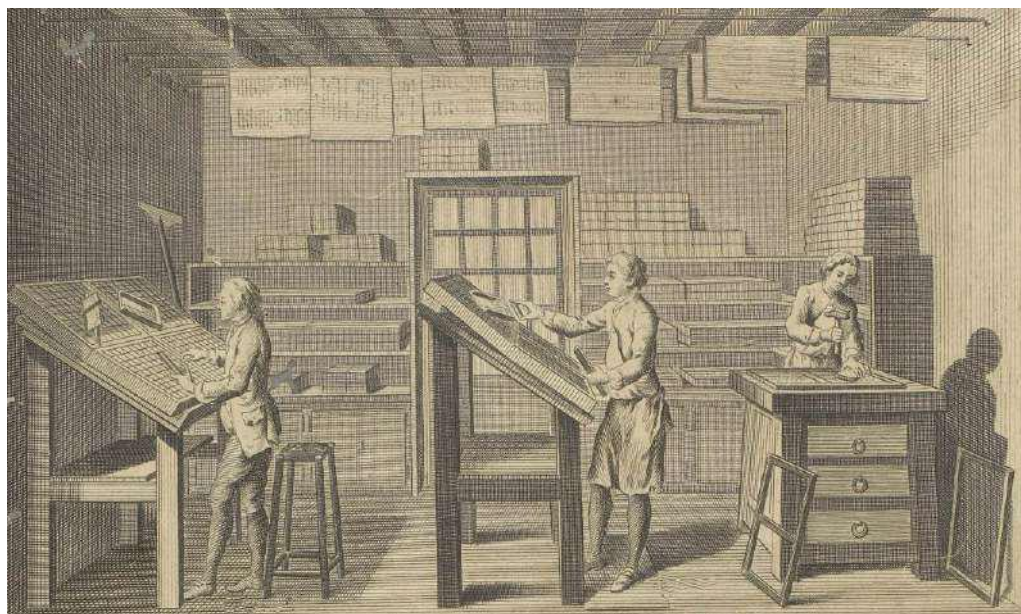


Fig.26 - Gravura incluída na Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, mostrando as diversas etapas do processo de impressão, publicada em Paris de 1751 a 1772. Fonte: Diderot; D'Alembert, op.cit.

Menos de dois meses após a chegada ao Rio de Janeiro, Antônio de Araújo de Azevedo escrevia a seu correspondente frei José da Costa Azevedo anunciando que “estavam adiantadas as obras de seu laboratório, estando o edifício quase pronto”. Obras, aliás, foram uma constante durante todo o tempo em que ocupou a casa no Passeio Público. As mudanças necessárias à adaptação do imóvel às suas necessidades podem ter sido um dos fatores que o levaram à compra do imóvel em 3 de novembro de 1810. Para isso, tomou emprestado a João Rodrigues Pereira de Almeida a quantia de nove contos e setecentos mil réis, dando o próprio imóvel como garantia (a dívida nunca seria paga na totalidade, causando posteriormente a apropriação do imóvel pela Fazenda Nacional, o que geraria briga com os herdeiros). Seus vizinhos eram João Pedro de Carvalho, de um lado, e Ana Castro de Moraes, do outro.

Em seu ensaio *Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX; espaço interior e representação social*²⁰¹, Ana Lúcia Vieira dos Santos explica que o terreno onde foi edificada a casa era foreiro a Manuel Velho da Silva, importante comerciante da Praça do Rio de Janeiro. Manuel adquiriu a propriedade ainda no século XVIII dos herdeiros do padre Luiz da Motta Leite e do reverendo reitor Francisco Leite da Silveira. A benfeitoria foi edificada em casa térrea, mas já era sobrado em 1797, quando foi vendida por Jerônimo Teixeira Lobo a Antônio José da Costa. O parcelamento inicial dos terrenos no Passeio se deu em grandes lotes que iam da rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga, até a rua que “vai do convento das religiosas da Ajuda para a Lapa do Desterro”, atual rua do Passeio. Esses terrenos tinham a frente bem mais larga do que a média encontrada no centro do Rio colonial: 20 braças ou 44,00m contra a média de 5,45m no antigo centro. Essa frente mais larga permitia que o sobrado tomasse proporções próximas às de uma casa nobre portuguesa.

Sem nunca ter se casado, o Conde da Barca não necessitava em sua residência de aposentos para as atividades femininas ou reservados às crianças. O sobrado era construído em pedra e cal, com vãos emoldurados em cantaria. A fachada da frente tinha nove janelas de sacada com grades de ferro no andar nobre, um portal com duas janelas marcando a entrada do centro, ladeado por um portal de cocheira com uma janela do lado esquerdo e outro portal de cocheira com duas janelas do lado direito. O andar térreo comportava um grande saguão de entrada ladrilhado de pedra, ladeado por cocheira e cavalariça. Esta entrada deveria conter a escada de acesso ao piso nobre, seja de aparato ou privativa, mas não está descrita nos documentos relativos à desapropriação do imóvel. Apenas uma escada que dava acesso tanto ao quintal quanto ao sótão é mencionada, localizada na parte posterior da casa. O restante do pavimento era ocupado por quartos para criados.

Em seu trabalho, Ana Lúcia Vieira dos Santos diz ainda que o piso nobre tinha três grandes salas para a rua, arranjo bastante comum nas casas do século XIX. De modo geral, uma delas era destinada às grandes festas e recepções, outra era uma sala de música e a terceira, uma sala de visitas. Na faixa intermediária da casa ficavam quatro

²⁰¹ SANTOS, Ana Lúcia Vieira. *Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX; espaço interior e representação social*. In: **A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, Anatomia de Interiores**. Lisboa-Rio de Janeiro: IHA-Universidade Nova de Lisboa/EBA-UFRJ, 2014.

alcovas e quartos para cômodo. A escada deveria estar nessa área, pois em geral ficava no centro da casa. Não há notícia de salas de espera, embora possa ter sido esta a função de algum quarto para “cômodo”.

A parte dos fundos continha a sala de jantar, a despensa, a cozinha e despejos, que de acordo com o costume carioca, ficavam no primeiro andar. É também nos fundos que aparecem os espaços de uso do dono da casa; uma pequena sala, possivelmente de espera, gabinete de trabalho e uma grande sala que abrigava a famosa livraria, trazida de Lisboa com as respectivas estantes de madeira. O gabinete é descrito como um aposento de aparência monástica, sendo um dos primeiros cômodos a ter uso privado dentro da casa. Esses três cômodos – livraria, sala e gabinete – eram domínio particular do dono da casa e, no caso do Passeio, estavam voltados para os fundos, onde ficava o jardim, e tinham acabamento mais sofisticado, assoalhados e pintados, embora não estivessem totalmente terminados. Esta parte da casa era ligada por uma escada ao quintal e ao sótão, o que podia permitir que os visitantes fossem levados até o gabinete do Conde atravessando o grande saguão do térreo e alcançando os fundos, sem passar pela parte mais íntima da casa. O dito sótão constituía um pavimento menor, voltado para os fundos, e estava dividido em uma sala e um quarto, por um lado, e uma saleta com três quartos por outro. Deviam ser aposentos reservados aos hóspedes de Araújo.

O vasto quintal foi intensamente ocupado pelas diversas atividades do Conde. Debret descreveu esta parte da propriedade como dividida em pátios. O primeiro, contíguo à casa, serviria como quintal ou jardim, onde Araújo cultivava sua coleção de plantas. Nele havia um poço, tanque e bomba com fonte de água da Carioca, preciosidade numa cidade com escassez de água. Um muro com uma cancela e dois mirantes separava o restante do quintal, onde várias pequenas edificações abrigavam os equipamentos de Araújo. Era ali que funcionavam seu laboratório químico e um engenho de destilar cana. Debret relata ter visto um equipamento de fiação de algodão, possivelmente encomendado por Araújo a Diogo Ratton, filho do empresário e empreendedor Jácomo, amigo de Araújo desde os tempos de Ponte de Lima. No fundo do terreno, próximo à Rua dos Barbonos, ficavam as senzalas.



Fig.27 - Casa do Conde da Barca no Passeio Público (à direita). Apropriada pelo governo de D. João VI em 1817, seria Secretaria da Justiça e sede do Pedagogium. Pegou fogo em 1937.

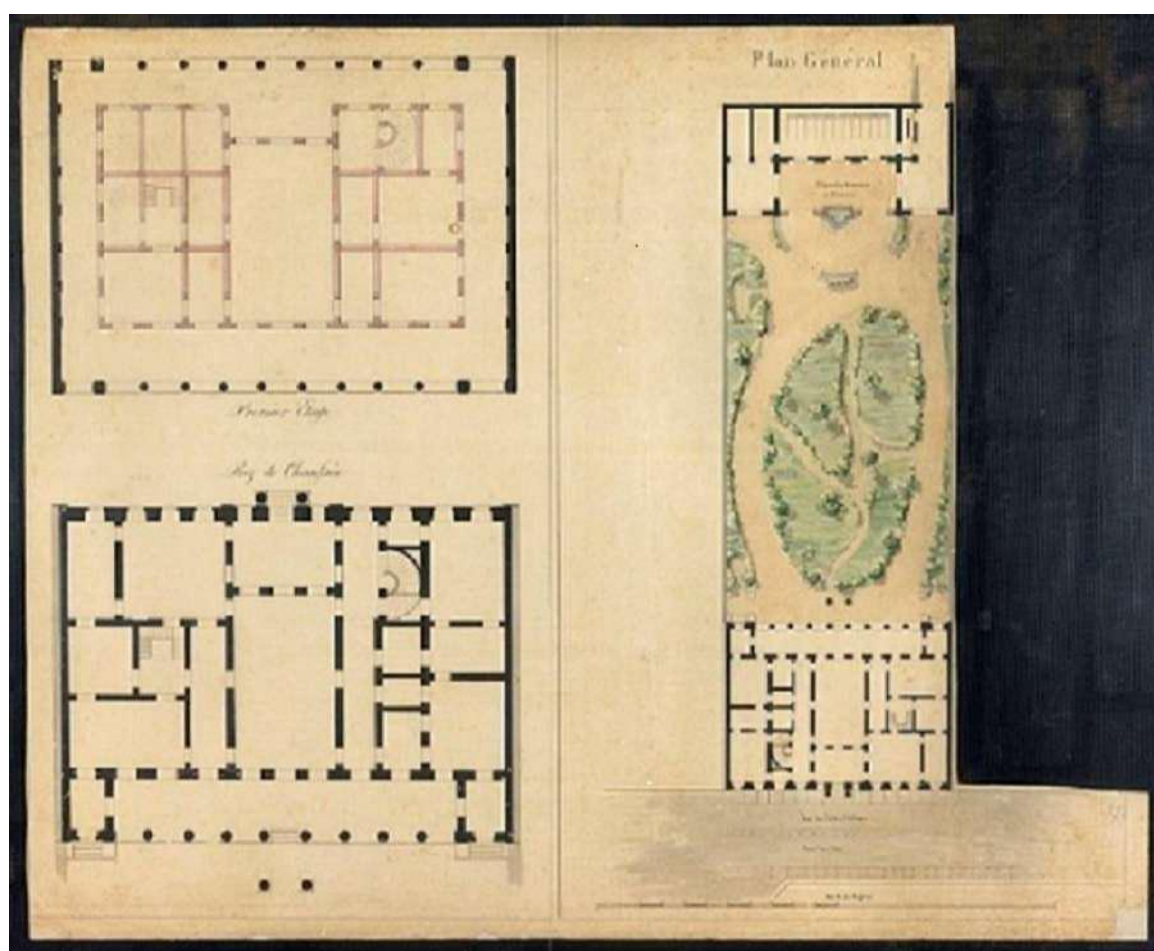


Fig.28 - Possível planta da casa do Conde da Barca no Passeio Público.
O original encontra-se na Biblioteca Nacional

Ainda de acordo com o pintor Debret, no pátio da casa do inteligente ministro existia uma oficina para o fabrico de porcelana; em outra dependência funcionava o já citado laboratório de química, e noutro depósito jaziam as peças incompletas de uma máquina mandada vir de Londres, decerto um alambique à escocesa, na qual ele fez consideráveis alterações e melhoramentos, como se pode ver na estampa e descrição que divulgou em dois números do periódico *O Patriota*. No laboratório, iniciou Araújo a preparação de “água da Inglaterra” e de outros medicamentos, de cuja falta os médicos se queixavam. Imitava as nossas águas minerais e as vindas do estrangeiro. Com estes e muitos outros trabalhos aumentou de tal modo aquela empresa que dentre em pouco criou uma espécie de Escola de Química e principalmente de Farmácia, passando a ensinar aos alunos a preparação dos mais variados medicamentos.

Encontram-se no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sala 581/pasta 12, duas cartas de 1808 e 1810 de Araújo para frei José da Costa Azevedo (primeiro diretor do Museu Natural, de 1818 a 1822 – coleção Werner de mineralogia), mencionando canabis, quina e cravo da Índia. Numa delas, Araújo dizia ao frei (também mineralogista) que “eu ainda não pude concluir o meu pequeno laboratório nem nele se poderá trabalhar sem que me cheguem da Inglaterra retortas, instrumentos, de que não há aqui nem um só e, além disso, os trabalhos nessa cidade são muito lentos, porém o edifício está quase feito”. Ou seja, a montagem do laboratório demorou mais do que previra. Mantinha também correspondência de caráter econômico-científico com Ambrósio Joaquim dos Reis, amigo que era secretário em Londres.

As produções mais significativas do Brasil lá pelos anos de 1810 a 1812 eram os produtos destilados, o algodão e o açúcar. Verificava-se, no entanto, uma curva descendente e, mesmo não estando no governo, Araújo se dedicou à questão, interessando-se pelos processos de destilação na Escócia e os motivos da instabilidade do mercado. O problema da aguardente brasileira era a qualidade. Precisava de uma destilação lenta a correto tempo e condições de armazenagem. Foi esta conclusão que o levou a adquirir o alambique que instalou no rés do chão de sua casa no Passeio Público, onde fabricou aguardente e licores. Dedicou-se também à questão do açúcar e do algodão, concluindo pela necessidade de intervenção orientadora e fiscalizadora do Estado para se melhorar os produtos susceptíveis de competição no estrangeiro.

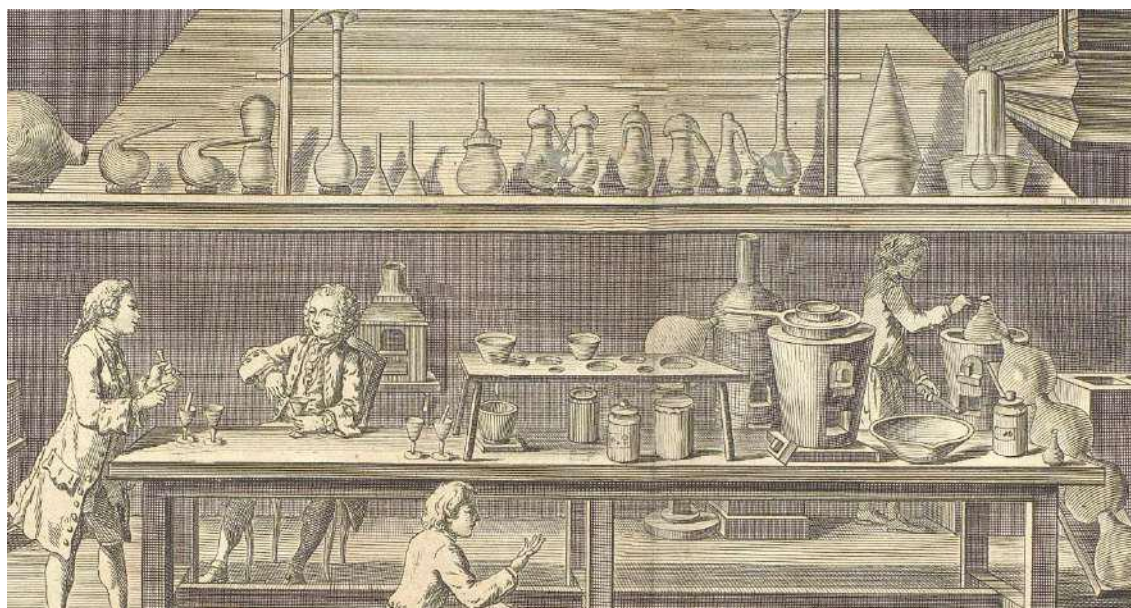


Fig.29 - Laboratório químico-prático da época de Lavoisier. Prancha incluída na **Enciclopédia**.

Século XIX. Fonte: DIDEROT; D'ALEMBERT op.cit.

Na Biblioteca Nacional, existem dois documentos datados de 1811 com pedidos feitos por Araújo ao governo do regente D. João. No primeiro, de 14 de julho de 1811, Antônio de Araújo de Azevedo se apresentou como conselheiro e proprietário de um laboratório químico no Rio de Janeiro. A solicitação, neste caso, era a isenção fiscal para a entrada no país de um alambique.

Ilustríssimo Senhor. O Conselheiro de Estado Antônio de Araújo de Azevedo requer ordem para a alfândega receber ali cinco fardos ou caixas com aparelho de alambique para o seu laboratório vindo da Inglaterra. Porém como é gênero estrangeiro, duvido conceda livre de impostos, sem positiva ordem de Vossa Excelência, não obstante reconheço que não é objeto para negócio, nem para luxo, e só para proveito do Estado, a que costuma aplicar seus trabalhos. Vossa Excelência ordena-me a quem devo deferir, através do conhecimento incluso, suplicando a Vossa Excelência com brevidade a decisão deste negócio.

No final do texto estava escrito o seguinte: “Rio, 12 de dezembro de 1811. Ilmo Exmo Sr. conde Aguiar. Juiz da Alfândega. José Antônio Ribeiro Freire. José Joaquim Correa de Campos”. Se esta foi a data da resposta ou deferimento, pelo que se vê o pedido de brevidade não foi atendido.

Já em 12 de agosto de 1811, Araújo solicitaria o direito ao fornecimento de água em função do laboratório químico, mas também para usos domésticos:

Representa reverentemente a Vossa Alteza Real Antônio de Araújo de Azevedo de seu Conselho de Estado que possuindo ele uma propriedade de casas na Rua do Passeio com um quintal que vai até a Rua dos Barbonos, onde estabeleceu um laboratório químico, se lhe faz muito útil e precisa alguma quantidade de água, tanto para os trabalhos do dito laboratório, como para os usos domésticos. As casas que lhes ficam vizinhas, isto é, a da Misericórdia, onde há atualmente o quartel general, e a de José Pereira Guimarães, têm registos de água extrativa do cano de fonte das Marrecas, e isso no tempo em que não há secas dilatadas.

E ele continua, na “representação”:

Sobreja muita água que se deixa correr ao mar por um cano por baixo do Passeio Público, (logo) se persuade o suplicante que nenhum prejuízo resulta ao público em lhe conceder V.A.R. uma porção de água que estimaria fosse um anel para a sua custa introduzir na sua propriedade e oferece por esta concessão um foro anual de quantia que pareça justa, sujeitando-se a fechar o registo de dia e somente receber água algumas horas à noite, ou rever fechado constantemente quando a necessidade pública exigir ou outra coisa. E porque o aproveitamento e divisão das águas é muito útil nas cidades ainda mesmo em favor dos particulares, como se praticava em Lisboa, suplica a V.A.R a mercê de um anel de água, e quando se julgar que esta quantidade poderá fazer presente alguma falta, acatará outra qualquer, esperando que V.A.R. lhe queira mandar preencher aquela medida quando se meter mais água, como se intenta no caso geral.²⁰²

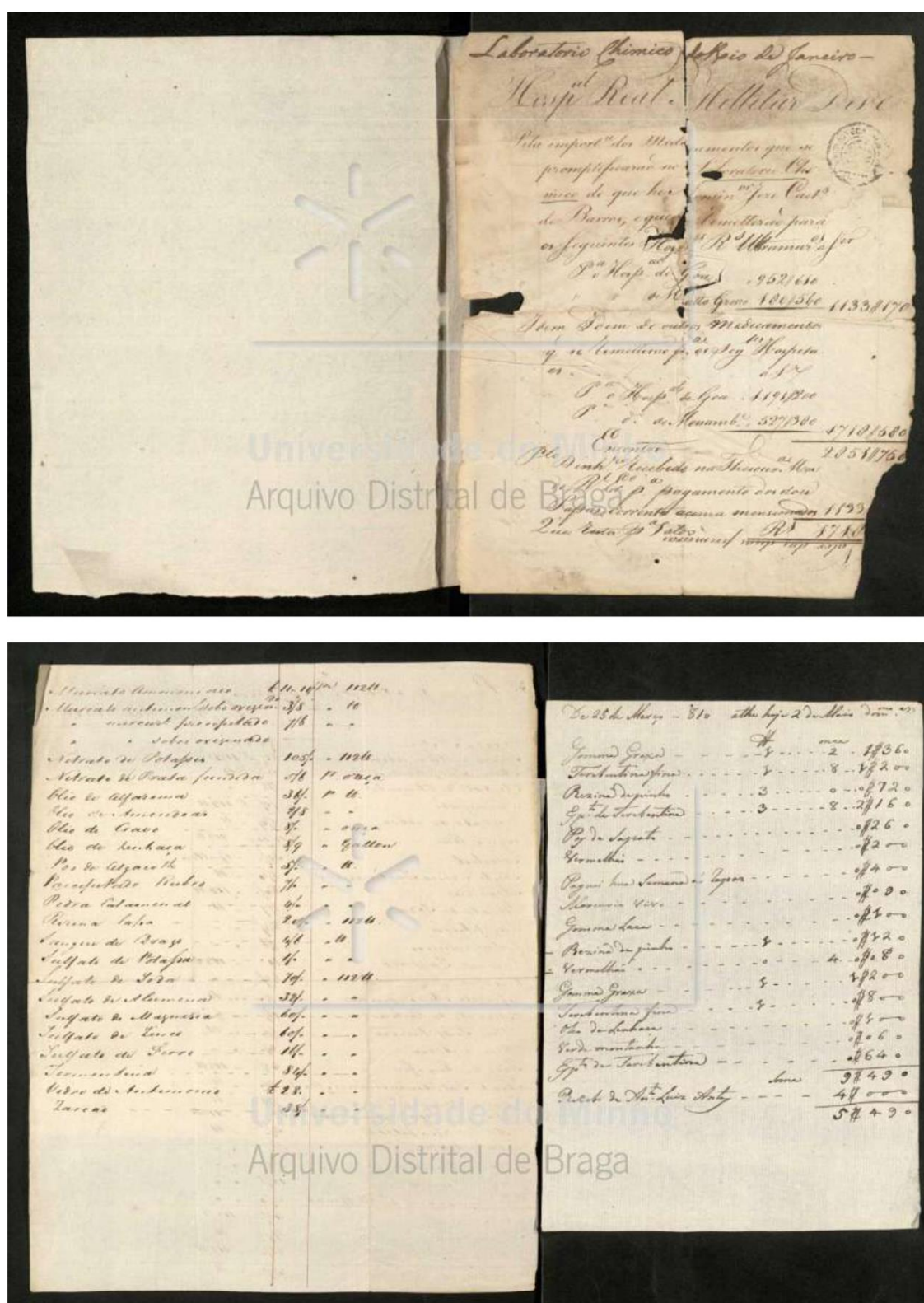


Fig.30 - Encomendas relativas ao laboratório químico do Antônio de Araújo de Azevedo. Documentos digitalizados pelo Arquivo Distrital de Braga. 1809 a 1811. Contas de gesso, notícias de argila, recibos, encomendas de vidros para Lisboa. Fonte: ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA/ UNIVERSIDADE DO MINHO.

d) Ocupando-se no ócio

Mas não ficavam por aqui as ocupações do ilustre homem público. Devotado cultor de botânica desde a juventude, Antônio de Araújo cultivava agora as mais de 1.400 plantas nacionais e exóticas que recolhera em suas viagens, principiando a catalogá-las com o título de *Hortus Arajuensis*, volume que infelizmente se perdeu. Fomentava o cultivo no Real Jardim Botânico da Lagoa de Freitas, inclusive do chá. Vários jornais do século XIX lembram a participação do conde da Barca em inúmeras atividades agrícolas e industriais. Em 1837, por exemplo, foi publicado no jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o seguinte:

o primeiro ensaio de criação da seda, que se fizera no Rio foi, segundo nossa lembrança, na Regência do Sr. D. João, e Ministério do Sr. Conde da Barca. Daqui mandou o Governo a Santa Catarina comprar de hum estrangeiro as plantas de Amoreira, que conduzia da Europa ao Rio da Prata, as quaes foram plantadas no campo, então chamado de Santa Anna, debaixo da immediata Inspeção do Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Vianna; com a morte do Conde da Barca cahio em total esquecimento esse projecto, ficando todavia uma boa medra de Amoreiras bordando aquelle campo, até que em 1821 forão destruídas pelas espadas de soldados lusitanos, que nesta perseguição de inocentes se mostrarão mais prontos à voz de seu Príncipe, ao qual pouco depois desobedecerão, do que os soldados de Herodes.

Quanto ao chá, o mesmo *O Auxiliador da Indústria Nacional* em 1844, em sua edição 00001, fez a seguinte avaliação:

Quando huma nova indústria he admittida em algum paiz, se não he acolhida por algum patriota que, conhecendo sua utilidade a faça prosperar; reccommendando a por experiências repetidas de sua cultura, ella esmorece como o pobre aventureiro, definha e morre. A introdução no Rio de Janeiro do café e do chá, se não fosse animada pelo marquez do Lavradio, e pelo conde da Barca, não seriam hoje, aquelle huma fonte de nossa cultura e indústria, que ainda produzirá grandes vantagens, quando os nossos lavradores se resolverem a desviar-se hum pouco da velha rotina para se darem também à esta indústria fácil e productiva.

E o periódico continua:

Aos nomes desembargador João Alberto de Castello Branco, que no Rio de Janeiro introduzira do Maranhão duas plantas de café, para ahi passadas da colônia franceza de Cayena por hum desertor brasileiro; e do chefe de divisão Luiz de Abreu que da Ilha de Bourbon nos conduzira plantas e sementes de chá que, acclimatadas no Jardim da Lagôa de Freitas, e depois propagadas em S. Paulo pelo tenente-general Arouche Rendon, tanto tem prosperado, vem

agora acrescentar-se o nome do padre Antônio José Pinto Carneiro, que do Porto fizera conduzir a esta corte nove cortiços de abelhas, as quaes acolhidas, em seu desamparo, por S.M.I., e recomendadas pelos Exms. Srs conselheiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, tem prodigiosamente prosperado como agradecidas a tão alto e poderoso acolhimento.²⁰³

Já em 1891, o *Auxiliador* publicaria essa pequena nota: “As primeiras plantas de chá cultivadas no Brazil o forão no Rio de Janeiro, que se acha justamente, quanto ao trópico de Capricórnio, no mesmo caso que Cantão no trópico de Câncer. Os chins para a preparação do chá vierão no tempo do conde da Barca”. A questão do chá, porém, ficaria para sempre contraditória. Há jornais que dizem que os colonos chineses trazidos pelo conde morreram de fome ou passaram a pedir esmolas, com o empreendimento não tendo dado certo, e outros comentam que “é sabido por todos quão industriosa e pacífica he a população chinesa, e quão esperançoso germen de prosperidade já em nossa terra plantou huma pequena colônia desse povo. Forão chineses mandados vir pelo conde da Barca em tempos de D. João VI que nos ensinarão a plantação, cultivo e preparo dessa pequenina rival de nosso primeiro ramo de riqueza, desse chá cuja cultura se vai todos os dias a pouco e pouco estendo e dilatando, e que em breve irá abrir competência com o café nos grandes mercados da Europa”. Logo, bem-sucedido ou não, a intenção do projeto foi boa: ensinar um novo cultivo aos brasileiros.

Homem das luzes e amante dos livros, sem estar ocupado com cargos ministeriais, Araújo estudava, escrevia e continuava a fazer traduções de poetas latinos e ingleses. Era visitado pelo conde de Anadia, pelo marquês de Andeja e pelo marquês de Pombal (o 2º marquês de Pombal, que morreria no Rio em 1812), o que desagradava a Rodrigo de Sousa Coutinho. Correspondia-se com seu amigo o também diplomata Francisco José Maria de Brito e outras personalidades, como Frei Francisco de São Luís (cardeal Saraiva), Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (arcebispo de Évora), Silvestre Pinheiro Ferreira (seu companheiro na viagem pela Alemanha), o poeta Filinto Elísio, o marquês de Marialva, o barão de Quintela, a marquesa de Alorna, Gomes Freire de Andrade, o botânico Felix de Avelar Brotero, o conde de Palmela, Jácomo Ratton e seu filho Diogo.

²⁰³HEMEROTECA Digital da Fundação Biblioteca Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, edição 00001, 1844.

Não parava de criar projetos capazes de acelerar o desenvolvimento do Brasil, pois se por um lado era um homem de introspecção, intelectual, era também, como já ficou demonstrado por sua carreira de diplomata e ministro, um ser pragmático, de ação. Os sonhos para o Brasil, ao qual parecia querer dar generosamente um empurrão civilizatório, iam desde uma universidade e escolas técnicas até uma nova capital, no interior do país. Correspondia-se muito com Jácomo Ratton, que notava o quanto o amigo estava se apegando à nova sede do Império português. Em Portugal, em 1805, como já foi mencionado, quis instalar uma fiação na Quinta da Prova, com aproveitamento hidráulico da foz do Rio Vez. A iniciativa gorou por causa da invasão francesa (na realidade foram três invasões francesas na península, até a derrota para Wellington). Em 1812, em correspondência com Ratton, menciona a possibilidade de criar o mesmo equipamento em Porto Seguro.

Por carta de 15 de maio de 1813, verifica-se que era o detentor de uma terra de sesmaria em Porto Seguro, onde fez instalar uma serralheria de madeiras. E seus projetos para a região não ficavam apenas aí. Sonhava com uma fiação e com pesquisas geológicas. Desde Portugal, quando ministro, Araújo preocupava-se com a construção de estradas e a exploração de minas, tendo contratado peritos alemães, como o geólogo, geógrafo e engenheiro de minas Willelm Ludwig von Eschwege (o barão von Eschwege) e o técnico em mineração Willelm Christian Gotthelf von Feldner. No Brasil, teria a mesma preocupação. Em agosto de 1813 enviou uma carta ao cientista Alexander von Humboldt, solicitando que o ajudasse a liberar Feldner de seus compromissos com a Prússia para que pudesse ficar um pouco mais no Brasil.

Monsieur Le Baron:

J'espère que Votre Excellence m'excusera de la liberté que je prends de lui écrire n'ayant pas l'honneur de le connaître personnellement à Berlin, V.E. n'y étoit pas; Monsieur le Baron A. Humboldt étoit alors occupé de son étonnant voyage dans cet. Hémisphère. Il y fait actuellement mes delices; je les lis à mesures que ses ouvrages sont publiés; rien d'aussi vaste et d'aussi profond que ses observations qui vont sans doute repandre une immense lumière sur les sciences.

Je vous prie Monsieur Le Baron d'avoir la bonté de lire les papiers de Capitain Feldner, que j'ai l'honneur de vous envoyer; S.A.R. est très content de son servisse, et moi je suis très intéressé à la continuation de son séjour au Brésil, parce qu'il surveille quelques établissements que j'ai entrepris. J'espère que S. M. Le Roi voudra bien accorder à ce digne sujet la grâce qu'il demande (...) Antônio de Araújo, Conseiller d'État.

(Senhor Barão: Espero que Vossa Excelência me desculpe a liberdade que tomo ao lhe escrever sem ter tido a honra de tê-lo conhecido pessoalmente em Berlim. Vossa Excelência não estava lá. O senhor Barão estava ocupado

com sua espantosa viagem neste Hemisfério. Ela faz atualmente minhas delícias (ela me delicia atualmente); eu as leio à medida que suas obras são publicadas; nada mais vasto e mais profundo que suas observações que vão sem dúvida irradiar uma imensa luz sobre as ciências.

Eu vos peço, senhor Barão, de ter a bondade de ler os papéis do capitão Feldner, que tive a honra de vos enviar. Sua Alteza Real está muito contente com seu trabalho e eu estou interessado na continuação de sua estada no Brasil, porque ele monitora alguns empreendimentos com os quais me comprometi. Espero que Sua Majestade o Rei possa conceder a este digno súdito a graça que ele solicita (...) Antônio de Araújo, Conselheiro de Estado).

Feldner havia sido liberado pela Direção de Minas da Prússia durante dez anos para trabalhar em Portugal. Lá, primeiro trabalhou como mineralogista e depois como diretor das Minas de Carvão de São Pedro da Cova. Com a transmigração da Corte, viria para o Brasil. Só que sua licença terminava em 1813. Tanto ele como Araújo estavam interessados em uma prorrogação da licença. Alexander von Humboldt não era mais o Diretor de Minas da Prússia, mas tinha prestígio junto ao imperador Frederico III e deve ter ajudado a obter o deferimento do documento que ampliava o prazo da licença. Feldner cuidou pessoalmente em Porto Seguro da instalação da serraria e do cultivo de várias plantas. Além disso, ajudou a construir uma estrada entre Mucuri e Minas Gerais, reuniu elementos para o estudo dos indígenas de Machacaré (Maxakali) e a língua dos Botocudos. Só voltaria à Alemanha em 1819 para visitar a mãe. Ainda retornaria ao Brasil e morreria em Portugal em 1822.

Já Eschwege, curador do Gabinete Real de Mineralogia do Rio de Janeiro criado em 1810 e intendente das “Minas de Ouro”, foi o superior de Feldner e de outros trabalhadores em Minas Gerais. Em carta enviada a Araújo em 30 de dezembro de 1813, ele menciona uma mina de ferro no Tijuco (Vila Rica) que produziria em “quatro fornhos” cinco mil arrobas por ano. E também cita uma mina de chumbo no Abaeté. Esta carta faz parte da correspondência digitalizada do conde da Barca que se encontra no Arquivo Distrital do Minho. Quanto à carta enviada a Alexander von Humboldt sobre Feldner, ela seria guardada por Goethe carinhosamente, após recebê-la das mãos de William, irmão de Alexander. O autor de *Fausto* gostava de colecionar autógrafos, e realmente simpatizara com o diplomata português²⁰⁴.

²⁰⁴ Carta autógrafa de Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca a Alexander von Humboldt, na posse de Goethe. Universidade de Coimbra, Estudos Volume II. In: BEAU, op.cit., p.185.

e) Fazenda Ponte do Gentio

Sobre a serraria em Porto Seguro, Abel Rodrigues dá mais detalhes, informando tratar-se da fazenda da Ponte do Gentio (1813-1817). Araújo se envolveria com este projeto de 1811 a 1817. Este nome se devia ao fato de a área ser muito combatida por gentios, “conforme se lê nos autos de erecção e criação da vila de São Bernardo de Alcobaça, comarca de Porto Seguro”. A propriedade ficava situada na vila de Alcobaça, conhecida por suas imponentes fazendas e pela proximidade da Vila de Caravelas. Segundo Abel Rodrigues, a dimensão da fazenda era de meia légua de frente e duas de fundo ficando situada a dois dias de caminho (ida e volta) da sede da comarca. Adquirida a fazenda em regime de sesmaria, em junho de 1813, Araújo negociou o contrato com Lourenço Wetin, para que adquirisse as madeiras produzidas e preparadas pela fazenda, a troco de um adiantamento de 4 mil cruzados para ajudar a edificar o moinho de serrar.

Para a concepção do projeto de construção do engenho, informa ainda Abel Rodrigues, Antônio de Araújo contratou, em julho de 1813, Ernesto Kramer, o qual deveria ficar encarregue depois da administração e dos cortes de madeira e demais trabalhos do dito engenho. Afirmo Abel em sua tese: “A troco de 900 réis por dia e uma quinta parte da madeira serrada depois do engenho começar a trabalhar, o mestre carpinteiro deveria partir imediatamente para o local e possuir livro de inventário de instrumentos, ferramentas, utensílios, escravos e gado, que deverá ser remetido de seis em seis meses a Araújo, tal como livro de férias e despesas do engenho e um diário para lançar a madeira serrada da qual se extrairá uma conta mensal”. As instruções que Kramer levou eram claras, segue Abel: “chegando a Caravelas deveria dirigir-se à presença do ouvidor para seguir sua determinação e dar início ao estabelecimento”.

Com Kramer viajava um ajudante, o carpinteiro Antônio Rodrigues, cinco escravos negros e seis chineses para trabalhar na agricultura, nomeadamente no cultivo da mandioca e da farinha. Por outro lado, a dinamização da fazenda da Ponte do Gentio passou também pela construção de uma estrada, ponto fulcral, pois permitia ao proprietário valorizar as terras. Por isso, o proprietário da sesmaria era, regra geral, um homem poderoso, não pela vastidão da sua terra, mas *pela capacidade de valorizá-la*. É sabido que o melhoramento das redes viárias no Brasil foi uma das prioridades do príncipe regente, que incentivou o empreendedorismo dos particulares.

No imenso Brasil, a construção de estradas, principalmente da costa marítima em direção ao sertão, facilitaria a circulação dos transportes permitindo uma melhor circulação de pessoas e um deslocamento das populações para ocuparem as províncias interiores e, por outro lado, possibilitaria também uma animação dos trabalhos de qualquer género de indústria. Foi esta a intenção manifestada por António de Araújo. Numa memória sobre a utilidade de se abrir estradas no Brasil, ele defendia que

Executando-se a estrada se facilitará o transporte e a exportação de produtos da agricultura d'esta capital de milho, feijão, mandioca e carne de porco, do que tanto precisa depois do aumento da sua população; também por aquele lado se favorecerá o commercio do caffè, assucar, salitre e algodão. Este ultimo género he de boa qualidade nas Minas Novas; tem-se continuado a sua cultura nas margens de Gequitinhona e não se augmenta mais porque a distancia tanto para a Bahia como para o Rio de Janeiro passa de 200 léguas.

Por esta declaração de intenções – o texto é sempre de Abel Rodrigues, em sua tese de doutorado *Entre o público e o privado – A gênese do Arquivo do Conde da Barca*, “se denota uma perfeita simbiose entre o interesse do regente (o interesse público) e o particular. A concepção da ideia passou pela troca de informações com Feldner, que depois seria encarregado da abertura da estrada. Araújo concebeu, então, a ideia de que era necessário, entre outras coisas, criar uma divisão militar, liderada por um alferes e composta por 40 soldados dos quais metade guardaria o depósito de mantimentos e a outra acompanharia a pessoa que vai abrir a estrada e, finalmente, um botocudo que sirva de *língua*”.²⁰⁵

Após cuidadoso estudo, na maior parte leituras de memórias de estradas para Minas Gerais (a de Ilhéus, de Gequitinhonha e do Rio Doce), Araújo, na altura conselheiro de Estado, dirigiu um requerimento ao rei advogando que

(...) huma estrada do Rio Mucuri, na costa da Capitania de Porto Seguro para o centro da Província de Minas, com hum ramo dela dirigido a Lorena de Tocaios em Minas Novas, será muito mais certa e cómoda do que as outras projectadas, intenta abrir a dita estrada à sua custa, tanto por interesse público, como pelo seu particular, para que tomou huma sismaria na margem do dito rio de Mucuri, onde as terras virão por este meio a ter grande valor.

²⁰⁵ RODRIGUES, A., op.cit., p.169

Para iniciar a empresa, o requerente apenas solicitava da Coroa o empréstimo de vinte espingardas, dois morteiros, alguma pólvora e outras munições para a “defesa contra o gentio que infesta os certos por onde há de atravessar a expedição”. Por outro lado, por sua dedicação à mineralogia, sugeria a S. A. R. a utilidade de mandar acompanhar a expedição de “um mineralogista que ao mesmo tempo fosse examinando se há signaes de aparecer productos no Reino Mineral que possam aumentar a riqueza da Real Coroa e do Estado”,²⁰⁶.

Assim, Antônio de Araújo recebia frequentemente e em simultâneo vasta documentação do administrador do engenho, Ernesto Kramer, e do responsável pela abertura da estrada, o capitão-engenheiro Guilherme Feldner. A partir de Julho 1814 será o administrador de um e de outro empreendimento, o Ouvidor da comarca José Marcelino da Cunha, situação que se manterá até 1817. Depois da morte do conde da Barca, o ouvidor entregou a fazenda a Isabel Joaquina da Purificação.

No final de 1816, quando o Príncipe Maximiliano de Neuwied realizou a sua viagem filosófica pelo Brasil, teve oportunidade de visitar e descrever a fazenda da Ponte do Gentio a convite de Antônio de Araújo de Azevedo, que fora o seu anfitrião, conforme tinha sido solicitado por meio de José Joaquim Lobo da Silveira, embaixador de Portugal em Berlim e ministro plenipotenciário no. Outro empreendimento de Antônio de Araújo de Azevedo mencionado por Abel Rodrigues, que descobriu documentos a respeito datados principalmente de 1815, é a fazenda do Porto de Estrela no Rio de Janeiro, que produziu capim para as reais cavalaria. Teve como administradores Lucio José Machado Rego (até 1º de agosto de 1815) e Bento José Veloso.

A respeito da siderurgia nos tempos de Dom João, o economista Roberto C. Simonsen, em seu livro *História Econômica do Brasil 1500-1820*²⁰⁷, destaca dois nomes: o do engenheiro alemão Francisco Luís Guilherme de Varnhagem (pai do futuro eminente historiador do Império) e o do geólogo e metalurgista alemão barão von Eschwege (que viveu 78 anos e nos deixou suas memórias). Varnhagem foi chamado para reorganizar o estabelecimento de extração de ferro das minas de Sorocaba, que

²⁰⁶ RODRIGUES, A., op.cit., p. 170.

²⁰⁷ SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil. 1500-1820*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 34, 2005. p. 566 -570.

havia ficado a cargo da missão sueca de Hedberg e não dera certo. Hedberg era ao que tudo indica um incompetente e apesar de ter gasto 112:000\$000 não conseguira bons resultados. Já Varnhagem, em 1814, tendo modificado os fornos suecos, obteve bom ferro. Construiu altos fornos e após várias peripécias, pode iniciar o aquecimento do primeiro alto-forno em 1818. Como o déficit total de Hedberg havia sido muito elevado, na administração do técnico alemão, que foi até 1821, ainda ficou um déficit de 27:289\$172, apesar da boa produção de ferro em barra (16.085 arrobas), fonte moldada (12.589 arrobas) e fonte em lingotes (18.087 arrobas).

Com menos problemas para enfrentar, Eschwege foi melhor sucedido. Montou sua fábrica Patriótica em Congonhas do Campo, apoiado pelo capitão-general de Minas, D. Francisco de Assis Mascarenhas. Nessa instalação, conta Simonsen, “Eschwege industrializou o processo local já usado por ferreiros mineiros – pois o *stück-ofen* que empregou não é senão um modelo aumentado do modesto ‘cadinho’ dos negros africanos, e adotou as trompas hidráulicas, cujo emprego ia ser disseminado daí por diante em Minas, com real proveito para a economia local”.



Fig. 31 - Barão Guilherme von Eschwege. Século XIX. Autor desconhecido. Palácio da Pena, em Sintra. Fonte: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Ludwig_von_Eschwege. Acesso em: 2 maio 2018.

A Fábrica Patriótica de Congonhas, dirigida pelo barão, produziu de 1813 a 1820 mais de 8.000 arrobas de ferro e funcionou com lucro para seus acionistas. Eschwege deixou um modelo na região. Diz Pandiá Calógeras, em sua *Formação Histórica do Brasil*, apud Simonsen:

O exemplo desta fábrica fez que aumentasse de muito o número de forjas em Minas. O malho mecânico e a trompa solviam todos os problemas com que até então tinham lutado os metalúrgicos indígenas, e quem podia construir aquele aparelho de compressão de ar logo estabelecia uma tenda e forjava ferro.²⁰⁸

Como resultado, em 1818 Francisco Monlevade fundava, associado ao capitão Luís Soares de Gouvêa, um alto-forno em Caeté. A partir daí, Calógeras faz a seguinte observação a respeito da indústria do ferro no Brasil:

De que viveu, portanto, a siderurgia brasileira até 1870? Tão somente do impulso adquirido sob a poderosa e inteligente ação de D. João VI e seus ministros.²⁰⁹

O papel do barão von Eschwege não pode ser diminuído. Após ter trabalhado em Portugal, ele viria para o Brasil em 1810 e partiria em 1821, quando também partiu D. João. Como curador do Gabinete Real de Mineralogia do Rio de Janeiro, criado em 1810, e intendente das “Minas de Ouro”, também tentaria ressuscitar a extração de ouro, tarefa bem mais difícil do que produzir ferro. Menos assim o sábio alemão não seria totalmente mal sucedido.

Afirma Roberto C. Simonsen, em sua *História Econômica*:

Quando a mineração estava em franca decadência, em 1803, foi expedido um alvará estabelecendo medidas tendentes a estimulá-la. Já se compreendia ser essencial o trabalho em cooperação, a fim de reunir recursos para a exploração de jazidas de trato mais difícil; e nesse alvará se previa a outorga da preferência às companhias especialmente organizadas para este fim. O de 1811 recomenda a criação dessas empresas. O de novembro de 1813 estende a todos os mineradores o privilégio da Trintena, de 1752.²¹⁰

²⁰⁸ SIMONSEN, R., op.cit., p. 570.

²⁰⁹ Calógeras apud SIMONSEN, R., op.cit., p. 570

²¹⁰ Essa lei também é conhecida por ter isentado da penhora por dívidas os possuidores de mais de trinta escravos. Ver SIMONSEN, R., op.cit., pag 357.

Em suma, “finalmente a Carta Régia de 12 de agosto de 1817 autoriza a formação de sociedades por ações para a exploração de jazidas auríferas e estabelece estatutos, que lhes deveriam ser aplicados”. Foi Eschwege quem colocou este projeto em prática com grande dificuldade, tendo conseguido após várias tentativas fundar a sociedade da mina da Passagem, cuja exploração já havia sido abandonada. Aí estabeleceu um moinho com nove pilões e mesas de lavagem. “Iniciavam-se no Brasil processos mais aperfeiçoados de minerar”.

Em sua obra *Pluto Brasiliensis*, traduzida por Rodolfo Jacó, Eschwege diz em 1833 que era muito difícil avaliar com rigor matemático a quantidade de ouro extraído do Brasil. O contrabando deveria exceder 20% do total produzido entre 1700 e 1713, sendo que havia também muita sonegação de impostos. De qualquer forma, baseando-se nos quintos arrecadados em Minas Gerais e calculando para diversas regiões uma produção proporcional às populações, Eschwege chegou a um total de 63.417 arrobas para o período correspondido entre 1600 e 1820, o que seriam 951, 255 toneladas ou 130.000.000 libras. O valor é considerado conservador. O barão von Humbolt achava que haviam sido produzidos entre 1500 e 1803 194.000.000 libras, dos quais 155.000.000 registrados e 30.000.000 contrabandeados.²¹¹

A contribuição de Eschwege aqui no Brasil não foi só como geólogo e minerador. Ele também foi educador. Juntamente com Francisco de Borja Garção Stockler ajudou a estruturar o ensino das cadeiras de Matemática e Física da Academia Militar do Rio de Janeiro, escola criada por carta régia de 4 de dezembro de 1810, que iniciaria as atividades em 1811 e é uma das antecessoras da Academia Militar das Agulhas Negras e a primeira escola de engenharia no Brasil.

O geólogo alemão se aproximaria muito do conde da Barca, que como ele era amante de geologia e mineralogia, escrevendo-lhe sempre que tinha novidades. Até mesmo sobre a descoberta de águas minerais escreveu, anunciando ter observado nos confins da capitania de Minas Gerais, entre as de Goiás e a de São Paulo, nos distritos de Araxá e Desemboque, várias fontes de “agoa mineral, de gosto hepático com um certo picante, que deixa no fim sabor amargo; e cujo tacto he lubrico, deixando as mãos pegajosas quando se enxuga”. Frei Leandro do Santíssimo Sacramento (1778-1829), frade carmelita, botânico, membro de várias entidades naturalistas estrangeiras, que a

²¹¹ SIMONSEN, R., op.cit, p. 363- 364.

partir de 1824 foi nomeado diretor do Jardim Botânico, faria uma análise destas águas para o conde da Barca. Conforme carta publicada no *Correio Brasiliense*, dirigida ao conde da Barca, o frei diria que o sal mineralizante de Araxá era muito alcalino e poderia ter “uma grande extensão de usos nas artes, como vidraria, tinturaria, saboaria, fábricas de açúcar. Se fosse apurado, poderia ser empregado na medicina e na química”...

Sempre decidido a desenvolver o país no qual se encontrava fixado desde 1808, Araújo interessava-se pela produção pecuária em grande escala, visando à exportação de carnes salgadas. Em cartas, conversaria sobre o assunto com Jácomo Ratton. Noutra correspondência com Ratton encontra-se nota sobre seu interesse pela aquisição de uma prensa para tipografia que trabalharia com movimento contínuo criado pela rotação de uma manivela. E, segundo Debret, criou em sua casa uma Sociedade de Encorajamento à Indústria e à Mecânica, que reuniu um bom número de pessoas de “boa reputação no comércio ou em outras classes da sociedade”.

Além de ter como modelo a associação fundada sob os auspícios de Napoleão em 1801, *Société d'Encouragement pour l'Industrie Nationale*, iniciativa de três eminentes cientistas – Chaptal, Thénard e Dumas - ela nos faz lembrar a sociedade de Ponte de Lima que gerou o encontro de Araújo com o duque de Lafões e as várias sociedades de cientistas e industriais criadas na Inglaterra durante a Revolução Industrial. A sociedade francesa existe até hoje. A criada pelo conde da Barca teve fôlego curto. Sobreviveu apenas ao longo de doze anos, talvez devido à morte prematura de seu criador. Mas foi inspirado nela que o fidalgo Ignácio Alvares Pinto de Almeida se propôs a criar em 20 de maio de 1820 um Conservatório de Máquinas e Modelos, que pudessem ser expostos ao público, copiados e empregados em benefício da indústria, iniciativa a qual aderiram de imediato 200 nobres da corte.

Em 6 de outubro de 1821, já contando com mais subscritores e uma renda anual de seis mil cruzados, Ignácio pede a aprovação do Príncipe Regente D. Pedro para sua associação civil. Mas vem a Independência e todo o processo fica paralisado. Em 1824, novos estatutos são enviados ao agora imperador Pedro I, com o pedido de real aprovação. Finalmente, em 19 de outubro de 1827 Ignácio Alvares Pinto de Almeida teria a alegria de instalar em sua casa na Ladeira de Santa Tereza, número 10, a valorosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Nasceu marcada pela fisiocracia, com o objetivo de racionalizar a produção agrícola através da industrialização, pois a

agricultura era, para o Brasil do século XIX e para os sócios da sociedade, o fundamento do comércio e da indústria nacional. Seu objetivo principal era popularizar o uso de máquinas e instrumentos agrícolas, a fim de reduzir os custos da mão de obra africana empregada nos trabalhos agrícolas. E tudo começara com uma iniciativa do ministro de D. João, já falecido quando a SAIN foi instalada. Em 2017, o sistema Firjan comemorou os 200 anos da criação da SAIN, criando um site: *Memória da Indústria: Produzindo História Através do Tempo*. Infelizmente o conde da Barca e seu projeto precursor não foram citados.

Enquanto se esforçava para se manter ocupado em seu ócio político, o duque de Funchal, Domingos de Sousa Coutinho, e o conde da Linhares, Rodrigo de Sousa Coutinho, continuavam a falar mal de Araújo, chamando-o de traidor e fazendo campanha de descrédito. Difícil Antônio de Araújo de Azevedo, que sempre tendia a afabilidade, reagir, mas em 1810 saiu da placidez habitual e escreveu em sua defesa uma representação a D. João, que só nove anos mais tarde seria publicada n’*O Campeão*, jornal editado em Londres por José Liberato Freire de Carvalho. Nela, Araújo pede ao soberano o devido castigo, caso fosse considerado culpado das acusações que os dois caluniadores lhe faziam constantemente, ou a ilibação pública dos atos que lhe eram imputados. Segundo o biógrafo Artur de Araújo, a carta começava assim:

Senhor,

Prostrado humildemente aos reais pés de V.A.R. venho suplicar-lhe que se digne atender à justa e necessária representação de um vassalo a quem V.A.R. honrou tantas vezes com demonstrações as mais lisonjeiras de sua real benevolência. Esta bondade de V.A.R. que tenho a glória de experimentar até o momento presente aumenta e grava profundamente em minha alma os sentimentos de uma eterna e respeitosa gratidão. Senhor, eu acho-me injuriado por um modo atroz, e minha honra está ofendida no que há humanamente de mais essencial e delicado. Os calun. que me atacam são o conde de Linhares e seu irmão D.D.; destes há que tenho que me queixar e de ninguém mais; a respeito do primeiro teve V.A.R. a bondade de me prevenir muitas vezes, pintando-me o seu caráter, com aquele dom perspicaz que V.A.R. tem de conhecer os homens. Disse-me quando supliquei a V.A.R. que houvesse por bem manda-lo chamar para o Conselho de Estado que eu ignorava o que ele era e referindo-me os insultos que ele cometera imprudentemente contra outros conselheiros de Estado em um lugar tão augusto, acrescentou que tivesse cuidado como o interrompia quando me parecesse necessário, podendo acontecer que por causa de seu modo insolente fosse obrigado a prendê-lo ali mesmo.

Pasmei de ver principiado a verificar o prognóstico de V.A.R., o que motivou a sua Régia determinação de não o mandar chamar mais para aquele acto, apesar de V.A.R. me recomendar com a sua inata bondade que observasse e me acautelasse do dito conde de Linhares, como meu inimigo, porque sentiria que por meio de suas maquinações me afastasse de V.A.R., eu nunca fiz e

tive a honra de responder a V.A.R. que não cuidava senão em agradar-lhe, cumprindo as minhas obrigações.. Não me afastou de sua augusta pessoa, porque havendo-me V.A.R. concedido a demissão de meu emprego por outros motivos, sei quanto isto sensibilizou o seu coração e não só me fez constar, mas assegurou a outras pessoas que nada tinha contra mim e que me estimava como dantes. Isto é bastante para eu ter a satisfação e glória de não me considerar separado do meu estimável amo e soberano, mas ao mesmo tempo há um estímulo para o meu inimigo e seu irmão se esforçarem a macular a minha honra por meio de calun ²¹²

Acrescenta que enquanto no Rio de Janeiro o conde de Linhares tentava aliciar alguns indivíduos que chegavam a esta Corte, tanto estrangeiros como nacionais, “e até prometendo-lhes a sua proteção para que dissessem mal de mim a V.A.R”, o irmão, Domingos de Sousa, “ não só em um jantar público de portugueses teve a ousadia de me indicar de traidor, assim como a outros conselhos de Estado, mas em várias ocasiões usou os mesmos termos atrozes, como consta por cartas de Londres, e por indivíduos portugueses e ingleses que de lá têm vindo para esta cidade. Até perante aos amigos que V.A. R. sabe que eu tenho naquela Corte fez ele todas as diligências para os persuadir que eu era indigno de sua estimação. Lord Strangford, tendo sabido esta escand...imora...de DD, me preveniu amigavelmente, assegurando-me ao mesmo tempo que não tinha que recear de meu conceito de parte do Ministério Britânico...”

A longa carta ou representação termina assim:

Eu sei o que eles tem feito chegar à sua augusta presença. Ninguém me pode julgar senão V.A.R., porque conhece o meu caráter, o amor e a fidelidade com que sempre o servi, e todos os fatos particulares do ministério. Se eu fui parcial em política, V.A.R. o pode também decidir por muitas vezes teve a bondade de me dizer que estimaria que os meus inimigos me ouvissem para ficarem confundidas as suas calúnias.

O certo é nunca o governo inglês publicou coisa alguma contra o meu Ministério, nem Bonaparte teve que alegar a este respeito no seu Manifesto. Intentam agora os meus detratores entre outras falsidades imputar-me o execrável crime de querer entregar V.A.R. não lhe participando a marcha do exército francês. ‘Defender e justificar o acusado de um grande crime foi sempre uma ação louvável, e mereceu entre os romanos o prêmio da Coroa Cívica. Mas acusar de um crime horrível qualquer indivíduo inocente é só próprio da mais execrável imoralidade. Qual pode ser o fim deste perverso procedimento?’²¹³

²¹² ARAUJO, A., op cit.

²¹³ Ibid.



Fig.32 - D. João VI. 1820. Quadro pintado por Simplício de Sá.

Dom João VI responde em meados em 17 de março de 1810 a representação de seu fiel servidor:

Palácio do Rio de Janeiro

Carta Régia

Antônio de Araújo de Azevedo, do meu Conselho de Estado

Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar tendo muito presentes os vossos merecimentos e os distintos serviços que com zelo, honra e acerto me tendes feito. Assim nos importantes cargos que ocupastes, como no cumprimento e execução de muitas, laboriosas e críticas comissões da maior importância que vos encarreguei, correspondendo à justa confiança que sempre me mereceste. E querendo por isso atender-vos e contemplar-vos por um modo distinto, e por determinada significação de quanto vos considero, e da boa vontade que tenho de vos fazer honra e mercê. Hei por bem e me praz promover-vos à dignidade de Grão-Cruz da Ordem de Christo na Comenda de S.Pedro do Sul que tendes. E para que o tenhas entendido e possas gozar de insígnia e divisas que assim vos pertencem, vos mando esta e Nosso Senhor vos haja em sua santa guarda.

Escrita no Palácio do Rio de Janeiro, 17 de março de 1810.²¹⁴

²¹⁴ ARAUJO, op.cit.

Desta forma, D. João VI, quebrando os dentes à calúnia, respondia com elegância e nobreza ao afeto de seu ministro, dando provas novamente de sua energia, decisão e bom senso político. Por outro lado, os Tratados de Comércio com a Inglaterra de 1810 redundaram em desastre. Araújo e seus amigos se aproveitaram do fato. Não tardaria que o Conde de Linhares perdesse seu prestígio e seu irmão perderia o cargo de embaixador em Londres. George IV chamava o duque de Funchal de “my Sousa”, em saraus na Inglaterra assistidos pelo frade e jornalista José Liberato Freire de Carvalho, o que foi o canto de cisne da supremacia diplomática dos Sousa.

O Conde de Linhares morreu em 26 de janeiro de 1812, tendo passado mal ao brigar com D. João. Segundo conta o escritor Luis Edmundo,²¹⁵ o motivo do choque com o soberano foi uma divergência quanto à Companhia das Vinhas do Alto Douro. Alguns súditos e nobres queriam retirá-la do tratado de comércio com os ingleses assinado em 1810. D. Rodrigo, que fora um dos autores do tratado, obviamente era contra. O regente, que parecia ser neutro na questão, acabou se posicionando contra os ingleses. Chamado a São Cristóvão para uma conferência, Rodrigo já sabia a razão pela qual era convocado, ou seja, os tais negócios da Companhia do Alto Douro, assunto a respeito do qual já havia se pronunciado junto ao regente. A conversa foi dura. Vale a pena transcrever o diálogo criado por Luís Edmundo com base em depoimentos da época. Diante de uma indagação de D. João, respondeu-lhe Linhares:

- Vossa Alteza pediu, francamente, a opinião de um de seus ministros relativa a conveniências de sua pasta. O ministro de Vossa Alteza não regateou franquezas, e deu, a nu, a opinião que lhe ditavam a sinceridade e o dever, o pensamento, apenas, nos interesses e na honra do país. Um ministro que assim procede, Alteza, respondendo a seu príncipe, não se excede, creio bem. D. João teve um gesto de amuo:

- V.Exª assim fala, mas já de outro modo se externam, até, os amigos de peito de V.Exª, quando afirmam não corresponderem à sinceridade de meu ministro as palavras por ele próprio emitidas com relação a estes negócios.

D. Rodrigo empalideceu:

- Vossa Alteza me humilha com tal propósito e me ofenderia, enormemente, se eu não descobrisse, nas palavras que ouço, agora, o veneno, a insinuação malévola de detratores gratuitos, ou, quiçá, de interessados num ilícito e vergonhoso negócio.

O príncipe estava sentado, levantou-se e bateu com a bengala no chão.

²¹⁵ EDMUNDO, L., op.cit., p. 366-369.

- Sei onde quer chegar. Cale-se, e saiba V.Ex^a que não posso admitir que se ofenda a melhor nobreza de meus reinos.

- Peço de joelhos mil perdões, Vossa Alteza Real, disse o conde, mas a nobreza que intriga e que recalca os justos interesses da pátria, em proveito de seus interesses privados, não merece louvores senão agravos. E eu começo por assumir, integralmente, a responsabilidade das afirmações que faço a Vossa Alteza. Não é mais o ministro dos Estrangeiros que vos fala, neste momento, ao seu príncipe: aquele que, neste mesmo instante muito respeitosamente depõe aos pés de Vossa Alteza Real a pasta dos negócios de que tratava, é o conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.²¹⁶

D. João fica atônito, passeia nervosamente pela sala, e finalmente estanca e diz, com o diálogo chegando a um clímax explosivo:

- Saiba V. Ex^a que quem dirige os negócios deste Estado sou eu; saiba ainda V.Ex^a que a minha vontade é a que deve ser acatada e cumprida. O sr. conde não sabe nada do que ora acaba de dizer. O negócio será realizado com a vontade dos intrigantes, viu?.

E alteando a voz:

- Com a vontade dos intrigantes! Sim, comigo, os intrigantes e outro ministro que hei de mandar pôr em seu lugar.²¹⁷

E a situação piora mais ainda, pois D. João comenta que D. Rodrigo era “um homem que só mesmo por generosidade deixaria de ser castigado como merece”, tendo erguido no ar seu bengalão. Rodrigo indaga, então: “Castigado por quem, Alteza?” “Por mim”, berra D. João. Arfando, o conde de Linhares disse que o Regente não teria coragem para tanto. Agitado, o príncipe desferiu um golpe na fronte do conde. Com isso, D. Rodrigo cambaleou e caiu no chão, o rosto ensanguentado, ferido pela bengala de D. João.

Quatro dias após esta cena, o conde recebia de parte de frei Tibúrcio José da Rocha os últimos sacramentos. E “entregava a alma ao Criador”, comenta Luís Edmundo, que informa que a melhor descrição deste diálogo é a que foi feita pelo historiador Melo Moraes, pai. Melo Moraes era amigo de frei Tibúrcio, que ouvira as últimas palavras de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Tanto poder e morte tão triste.

²¹⁶ EDMUNDO, L., op.cit., v. 2, p.368.

²¹⁷ Ibid., v.2, p. 368.

Ainda era cedo, no entanto, para D. João chamar de volta para seu ministério o seu conselheiro predileto, Antônio de Araújo de Azevedo. As Secretarias de Estado ficariam nas mãos do conde de Galvêas. Só com a morte de Galvêas e a derrota de Napoleão em 1814 é que D. João nomearia Araújo novamente seu ministro, apesar da reação do diplomata britânico Strangford. Esta reação foi tão forte, que D. João escreveu a Londres dizendo que o embaixador o invectivara com tal veemência e audácia, devido à nomeação de Antônio de Araújo para ministro, que ele se via forçado a escrever ao governo inglês, por considerar que a insolência, as ameaças e expressões de Strangford feriam a soberania nacional. Strangford seria chamado de volta a Londres e o duque de Funchal, Domingos de Sousa Coutinho, seu aliado na Inglaterra, seria transferido para Roma. Liberto enfim dos ódios e das intrigas de toda ordem, que durante seis anos o afastaram do Governo, Araújo ia dar largas ao seu gênio empreendedor e às eminentes qualidades de estadista. Cheio de projetos, tinha imaginado um grandioso plano para o desenvolvimento do Brasil. Não só de desenvolvimento econômico, seguindo o lema iluminista “ciências, artes e ofícios”, mas também de maior autonomia política..

De 1814 a 1817, ano de sua morte, Araújo haveria de reunir em suas mãos várias pastas ministeriais, assim como acontecera de 1804 a 1807 em Portugal. Primeiro, em 1814, seria escolhido para ser o ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos; depois, em 1816, com a morte do conde de Galvêas, voltaria a ocupar o Ministério de Negócios Estrangeiros e da Guerra, e por fim, com a morte de Fernando José de Portugal e Castro, marquês de Aguiar, tornar-se-ia novamente um superministro de D.João.

CAPÍTULO 5 – A VOLTA AO PODER

a) Congresso de Viena. Elevação do Brasil a Reino Unido

O Congresso de Viena foi uma conferência entre embaixadores das grandes potências europeias que aconteceu na capital austríaca entre 1º de outubro de 1814 e 9 de junho de 1815. Entre bailes, jantares luxuosos e encontros com amantes, teve também um objetivo bem sério: redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica. Mesmo com Napoleão tendo voltado do exílio e retomado o poder em março de 1815 (os Cem Dias), as discussões continuaram e um Ato final foi assinado nove dias após a derrota de Napoleão em Waterloo. Presidido por Metternich, estadista austríaco, o encontro teve como grande estrela Talleyrand, representando na ocasião o Rei Luís XVIII, irmão do guilhotinado Luís XVI.

Os representantes portugueses no Congresso – que também reunia ministros da França, Áustria, Rússia, Prússia, Inglaterra, Suécia e Espanha - eram: Pedro de Sousa Holstein, conde de Palmela (depois duque), D. Antônio Saldanha da Gama, diplomata português na Rússia, e Joaquim Lobo da Silveira, diplomata destacado em Estocolmo que depois se fixaria em Berlim. Existem várias versões sobre a elevação do Brasil a Reino Unido: teria sido uma ideia de Barca, de Palmela ou de Talleyrand. Oliveira Lima crê que a sugestão tenha sido feita por Charles-Maurice Talleyrand a Palmela. Transmitida por Palmela a D. João e a Araújo, então ministro da Marinha, mas com poderes para dar instruções aos negociadores em Viena, ela teria sido imediatamente aceita.

Eis o que teria dito Talleyrand “a um dos plenipotenciários portugueses” presentes ao evento que redesenhou o mapa europeu após a derrota de Napoleão:

Convém a Portugal e convém mesmo a Europa toda que se mantenha por um prazo, tão longo quanto possível for, o enlace entre as nossas possessões europeias e americanas. O transtorno que causou no edifício europeu a revolução da América inglesa, que nós tão imprudentemente auxiliamos, vai-se já experimentando agora, e experimentar-se-á cada dia mais. As colônias espanholas, pelo mau governo atualmente daquele monarquia, podem-se contar quase como perdidas para a Europa, e em tais circunstâncias eu consideraria como uma fortuna que se estreitasse por todos os meios possíveis o nexo entre Portugal e o Brasil; devendo este país para lisonjear

seus povos, para destruir a ideia de colônia, que tanto lhes desagradava, receber o título de Reino, e o vosso soberano ser Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil. Podeis, se julgardes conveniente, manifestar que eu vos sugeri estas ideias e que tal é o meu voto bem decidido.²¹⁸

Não foi só a sugestão de Talleyrand que fez Palmela transmitir a proposta a seu monarca e a Araújo (que conhecia bem o ministro francês, aliás). Ainda segundo Oliveira Lima, durante o Congresso de Viena o representante português teve a possibilidade de verificar o quanto as grandes potências diminuía a importância de Portugal, devido a sua exiguidade territorial e à escassez de sua população, o que fez com que o país ibérico se visse excluído da comissão preparatória e diretiva do Congresso. As vastas dimensões e os apregoados recursos do Brasil eram que forneciam ao velho Reino mais consideração no exterior, e como a colônia passara a ser sede da monarquia portuguesa por tempo indefinido, convinha quanto antes, fácil é compreendê-lo, elevar-lhe de categoria, salientando aquela circunstância auspiciosa.

Enfim, observa Oliveira Lima,

[...] a elevação do Brasil a Reino, além de ser uma afirmação solene da sua integridade territorial, foi a direção lógica e a consequência necessária de um estado de coisas criado por circunstâncias fortuitas, mas não menos imperiosas. Em primeiro lugar era impossível esquecer mais que um momento houvera, já passado felizmente porém bem assinalado, em que o Brasil fora a tábua de salvação da dinastia portuguesa, a âncora da monarquia batida pelas tempestades, que permitiu ao baixel desmantelado dar fundo e ver raiar no horizonte uma luz tão esperançosa que até lhe descobria uma perspectiva gloriosa.²¹⁹

E sobre o relevante papel de Barca na questão, ele destacaria:

Quando mesmo Palmela não tivesse astuciosamente posto esta sugestão na boca de Talleyrand, fatalmente acudiria ela a um homem como Barca, com quem o instinto público associou desde logo a resolução real, indicando-o como inspirador (...) Barca não podia deixar de ser o primeiro partidário da elevação de categoria de colônia que a corte escolhera para sua residência temporária – quiçá definitiva – de onde estava derivando a monarquia lusitana segurança e grandeza. Tanto assim sucedia com Barca que, quando ele faleceu, Rocha Loureiro, o redator do atrevido ‘Português’ de Londres, compendiou o modo de pensar do político português sob o título de “sistema pródigo de destruir Portugal e aumentar o Brasil” Não valeria a pena ser um

²¹⁸ OLIVEIRA LIMA, op.cit., p. 335.

²¹⁹ Ibid., p. 335.

homem de valor excepcional no meio cortesão do Rio para não enxergar distintamente a situação nacional. E tal confiança inspirava a Dom João o talento diplomático de Barca que lhe entregou apesar de estar Aguiar encarregado da pasta dos estrangeiros, o preparo das importantes instruções para os plenipotenciários ao Congresso de Viena.²²⁰

Já Artur Araújo diz o seguinte em seu “Perfil do Conde da Barca”:

Se Charles-Maurice Talleyrand influenciou, sem o apoio de Araújo nada seria feito. O decreto punha em pé de legítima igualdade o homem nascido em Portugal e o homem nascido no Brasil. Araújo terá provavelmente entendido a necessidade de criação de uma estrutura administrativa à dimensão de nossa grandeza territorial e que, para isso, era indispensável uma aproximação séria aos mais íntimos desejos de libertação dos nefastos ecos do regime colonial.²²¹

Com base em decreto assinado em 17 de dezembro de 1815 e carta do príncipe regente datada de 20 de dezembro, o ministro Antônio de Araújo de Azevedo recebeu o título de conde da Barca com 300 mil reais de proventos. Araújo, como já foi dito, nasceu em Ponte de Lima, a 14 quilômetros de Ponte da Barca, vilas portuguesas do distrito de Viana de Castelo, no Norte de Portugal. Sem descendentes, ele seria o único nobre português com este título, que homenageava a cidade onde nascera sua mãe. Ponte de Lima, por outro lado, já era título de outros nobres em Portugal, como o marquês de Ponte de Lima que juntamente com o marquês de Alorna participara da Conspiração de Mafra (ou dos Fidalgos) contra D.João.

No dia 13 de maio de 1816, data do aniversário natalício do monarca e da aclamação de dona Maria como rainha, foi publicada uma carta de lei pela qual se cumpria a deliberação de D. João de reunir num só escudo real as armas de Portugal, Brasil e Algarves, como símbolo da união dos três reinos.

Por causa desta medida, Araújo seria chamado novamente de traidor pelos portugueses. Havia quem dissesse que ele queria sediar a sede do governo no Brasil. Enfim, os portugueses não gostaram nada de que os brasileiros tivessem o mesmo status de cidadania. Por outro lado, a criação do Reino Unido dava a impressão que D.João, satisfeito com o novo estado de coisas, demoraria a voltar para Portugal. Sabemos que

²²⁰ OLIVEIRA LIMA, op.cit., p. 343.

²²¹ ARAÚJO, A., op. cit.

não foi isso o que aconteceu, devido à Revolução no Porto em 1820 e a Constituição de 1821. Mas o desagrado dos lusitanos tinha certa razão de ser. A medida em breve acarretaria a perda do Brasil, grande fonte de lucro para Portugal.

Quanto aos brasileiros, a felicidade era total. Luís Gonçalves dos Santos, o “padre Perereca”, dividiu o seu livro *Memórias para Servir a História do Brasil* em três partes. A primeira foi a da chegada de D. João ao Brasil, que ele chamou de “Felicidade”. A segunda foi por ele denominada de “Honra do Brasil”, devido à elevação do país a Reino Unido, forma de reconhecimento de bons súditos que os habitantes do Rio de Janeiro eram. Já a terceira parte seria a de “Glória do Brasil”, referindo-se à coroação de D. João como rei em nosso país. No final do primeiro volume, o da Felicidade, já abrindo espaço para as celebrações que foram feitas por ocasião da diplomação de Reino Unido, em fins de 1815, o padre Perereca narra o seguinte sobre o ano que se findava:²²²

No dia 17 de Dezembro Sua Majestade Fidelíssima a Rainha Nossa Senhora completou o 81 anos da sua tão preciosa vida, a cuja longevidade nenhum dos seus augustos predecessores havia chegado (...) O presente dia natalício foi festejado com todas as demonstrações de respeito e alegria nacional. As salvas das fortalezas, e navios de guerra, três vezes repetidas, segundo o costume, a grande parada no Terreiro do Paço, o asseio, a bazarria, com que se apresentou a tropa de primeira e segunda linha, as salvas e descargas de alegria, os vias e aclamações que as acompanharam, o numero concurso povo, que veio presenciar e aplaudir o festejo militar; a magnificência com que o corpo diplomático, os grandes do Reino, a nobreza e as pessoas mais distintas se apresentaram no Real Palácio (...) Neste ditoso dia fez o Príncipe Regente Nosso Senhor muitas Mercês aos seus Vassallos, tanto do Reino de Portugal, como deste Estado do Brasil e dos Domínios Ultramarinos. Nomeou Patriarca de Lisboa o Principal Freire, (*) e proveu alguns lugares de principais senhores, etc. , da mesma Santa Igreja Patriarcal. Deu os títulos seguintes: de conde da Barca a Antônio de Araújo e Azevedo, ministro e secretario dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos; de conde de Barbacena, ao Visconde do mesmo ao título, de condessa de Anadia a D. Maria Luísa de Sá Pereira (...)

E ele segue:

Porém o que sobressaia tudo, e fará eternamente memorável nos fastos da América Portuguesa o glorioso dia 17 de Dezembro deste ano de 1815, foi o mandar Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, publicar o

²²² SANTOS, Luís Gonçalves (Padre Perereca). *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 180, 2013. p. 549-551.

beneficente, e esplêndido Diploma, pelo qual com a mais iluminada, e liberal política fora servido no dia 16 antecedente elevar o Estado, e Principado do Brasil à graduação de Reino, e uni-lo aos Reinos de Portugal, e Algarves, formando todos três um só corpo político debaixo do titulo de Reino-Unido de Portugal, e do Brasil, e dos Algarves. Este máximo benefício foi recebido por toda esta cidade do Rio de Janeiro com os mais expressivos sinais de prazer ,e gratidão ; e tanto na noite de tão plausível dia, como nas duas seguintes, toda a cidade espontaneamente se iluminou , soando por toda a parte os alegres repiques dos sinos, que agradável, e harmoniosamente festejavam a magnânima liberalidade do augusto soberano, e publicavam ao mesmo tempo o reconhecimento dos seus agradecidos vassalos : mas, como este reconhecimento foi geral por toda a extensão do Brasil , reservo para a segunda época destas memorias, *Honra do Brasil*, a exposição das festas, e públicos testemunhos da gratidão dos brasileiros por tão relevante mercê, com que a real mão do nosso augusto príncipe, o senhor D. João, asselou a Honra do Brazil, elevando-o à preeminência de Reino.²²³

O padre fecha seu primeiro volume cheio de esperanças no futuro da ex-colônia:

Tais têm sido até agora os progressos com que o Brasil, animado pela augusta presença do seu soberano, tem avançado em menos de oito anos na carreira da prosperidade. É certo que ainda tão cedo não poderá atingir ao ápice da grandeza política; pois a sua mesma extensão quase sem limites, e a falta de população proporcionada, retardará o seu progressivo aumento; e por consequência serão necessários muitos anos para que se povoe este imenso país; mas, apesar disto, quanto não tem mais já crescido este gigante? Quanto não tem desenvolvido as suas forças? Tempo virá que, levantando-se forte, e robusto, assombre toda terra com ciúmes e inveja de uns, pasmo e admiração de outros, respeito e temor de todos.²²⁴

²²³ SANTOS, L.G., op.cit., p. 551.

²²⁴ Ibid., p.551.

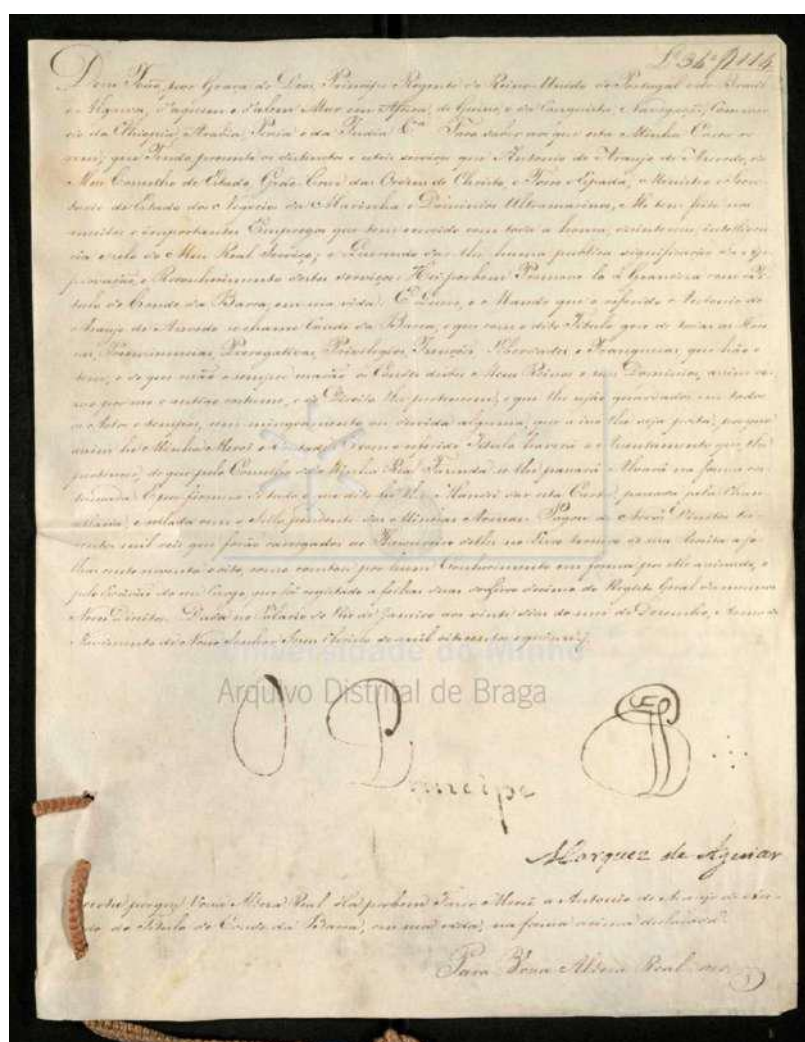


Fig.33 - Carta do Príncipe D. João que concede a Antônio de Araújo de Azevedo o título de Conde da Barca. 20 de dezembro de 1815. Fonte: Arquivo Distrital de Braga.

Em 20 de março de 1816 morreria D. Maria I. D. João tornou-se rei de Portugal, Brasil e Algarves, com o título de D. João VI. Devido à decretação do luto de morte da rainha e também por causa da Revolução Pernambucana de 1817, a cerimônia de aclamação só seria realizada em 1818. Esta aclamação é que o padre Perereca considerou “gloriosa”, assim como os nascimentos da Princesa Maria da Glória e do Príncipe João Carlos.

b) A Missão Francesa e a morte do conde



Fig.34 - Joaquim Lebreton (1760-1819). Gravura em talho doce desenhada por François Gerard e gravada por Charles-Victor Normand

Como já foi dito, a vinda dos portugueses para o Brasil exigiu a criação de uma estrutura burocrática, econômica, administrativa e educacional, que não foi instalada por bondade, mas por necessidade. Com isso, nos primeiros anos da estada no país, sob a supervisão do agitado ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, chefe do primeiro gabinete de D.João, surgiram inúmeras instituições e organismos públicos, entre os quais se destacam o Conselho de Estado, o Supremo Conselho Militar e de Justiça, a Intendência-geral da Polícia, o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, o Corpo da Guarda Real e o Arquivo Militar, a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Intendência e Contadoria da Marinha, a Casa de Suplicação, as Juntas de Justiça, a Imprensa Régia, a Capela Real, o Banco do Brasil, a Biblioteca Real, o Real Erário, o Jardim Botânico, o Arsenal Real da Marinha e a Academia Real dos Guardas-Marinhas ou Escola Naval. Na maioria dos casos, copiou-se o sistema administrativo de Portugal. O marasmo intelectual continuava sendo o mesmo, mas

com um sinal de vida: D. João assinou documentos, permitindo a abertura de duas escolas de Medicina - a primeira na Bahia, em fevereiro de 1808, e a segunda no Rio de Janeiro, em novembro do mesmo ano. Já a Engenharia primeiramente seria ministrada na Academia Real Militar.

A respeito do conde de Linhares, Luiz Edmundo afirma o seguinte, em *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*:

Não tinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho a cultura de um Antônio de Azevedo, nem a inteligência brilhante de um Palmela, contudo, exceção feita a esses dois ministros, não teve outro maior o Sr. D. João, entre os que o serviram sob suas ordens. Era uma criatura, além disso, de grande capacidade de trabalho, de atividade sobrenatural, verdadeiro exemplo em meio à modorrice paspalhã dos homens de seu tempo. A ele coube montar, no Brasil, a máquina burocrática que a nova sede do governo português reclamava para poder funcionar (...) Contudo, na opinião de Hipólito (Hipólito da Costa), não se cuidou, porém, do que precisava o Brasil; de um conselho de Minas, de uma inspeção de abertura de estradas, de uma redação de mapas, de exame de navegação de rios. Justifica-se, pois, plenamente, o que se dizia em Londres, na Câmara dos Comuns, isto é, que o apodrecido governo de Portugal passava para o Brasil a fim de continuar os mesmos prejuízos e ignorâncias que já não pudera sustentar na Europa.²²⁵

Assim como nos ajudou a sair da ignorância total trazendo prelos para o Brasil, Antônio de Araújo de Azevedo queria ir mais longe, pois foram muitos os anos em que ficamos praticamente sem educação formal alguma. O sistema de ensino durante a fase colonial refletiu essa realidade. Nos séculos XVI, XVII e até meados do XVIII, a educação no Brasil encontrava-se principalmente nas mãos dos jesuítas, que tinham o interesse maior pela catequese, no cumprimento dos ditames contra-reformistas que a Igreja Católica, desde o Concílio de Trento (1545-1563), havia estabelecido. Com relação ao ensino superior, a formação de jovens nas faculdades estrangeiras foi inexpressiva. De acordo com o historiador Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, até a data da Independência, o Brasil não havia formado nem três mil profissionais nos bancos das universidades europeias, nomeadamente na de Coimbra, em Portugal. “Sem a formação de um corpo significativo de profissionais do nível do ensino superior e relegando ao Brasil atividades econômicas no setor primário, o colonizador criava o mito da inaptidão do brasileiro para atividades científicas, realimentando, através da cultura da

²²⁵ EDMUNDO, L., op.cit. p.355.

dependência, a lógica do sistema econômico-social voltado para a produção de bens primários, destinados à exportação, e organizado a partir do modo de produção escravista”, afirma Marcus Tadeu, historiador de arte, mestre e doutor em História Social pelo IFCS da UFRJ, em seu trabalho *A pesquisa e a universidade*.²²⁶

Quando voltou ao poder, entre 1814 de 1817, primeiramente como ministro da Marinha e depois acumulando as pastas de ministro de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros e de chefe de gabinete de D.João (com a morte do conde de Galvêas e de Fernando José e Portugal e Castro, marquês de Aguiar), Antônio de Araújo e Azevedo sonhou com a criação de uma universidade nos moldes de Coimbra no país que abraçara com seu empenho e coração. Mas havia entre os portugueses o prognóstico nefasto de que o Brasil não podia ter uma instituição de ensino superior, porque esta estimularia ideias separatistas.

Insistindo no projeto, Araújo chegou a trocar impressões a respeito com algumas pessoas influentes. Eis o que afirmou sobre a criação de uma universidade no Brasil, em correspondência com o ministro de D.João, Ambrósio Reis, diplomata lotado em Londres que defendia com ardor a volta da família real para Lisboa. Esta carta está no Arquivo Distrital de Braga, segundo informa Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, também mencionada em *A pesquisa e a universidade*.²²⁷

Espero finalmente, que não lembre a ninguém envolver em tais estabelecimentos uma ideia infeliz que tenho ouvido repetir a alguns de cabeças ocas e alucinadas que confundem sempre o presente com o futuro, e o estado atual do Brasil com o seu estado possível e ainda indefinidamente remoto, e vem a ser o estabelecimento de uma universidade naquele país. Fábrica de bacharéis e de letrados, Ex.^{mo} S.^{nr}, basta por ora uma na Monarquia no estado em que ela se acha, e certamente seria esta a fábrica mais perniciosa que se poderia estabelecer no Brasil, não só porque aumentaria extraordinariamente a turba misérrima dos bacharéis e promotores de processos roubando ao mesmo tempo tantos braços à lavoura e às artes, mas também porque produziria um grande número de semi-doutos ociosos e faladores, de poetas de água doce, de propagadores de ideias liberais e dos direitos do homem: gênero de indivíduos que sendo nocivos em

²²⁶ RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *A pesquisa e a universidade*. **Dissertar**. Rio de Janeiro, 2004 1, v. 6, p. 21-25.

²²⁷ Carta enviada por Ambrósio Joaquim dos Reis para Antônio de Azevedo de Araújo, ministro de D. João, em 24 de agosto de 1816. ADB - Arquivo Distrital de Braga. Código PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002031. Disponível em: <<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1410560&ht=Ambrosio%20Joaquim%20dos%20Reis%20Universidade/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

todo país o são infinitamente mais em um no qual a maior parte da povoação é composta de escravos e gente de cor.

É curioso como o missivista destaca perversamente a importância de se impedir a criação de uma universidade no Brasil para não comprometer o projeto de subordinação, não apenas da colônia americana, mas de todo o Reino lusitano em relação a Portugal, local em que ele defendia concentrar-se o centro de excelência do saber e, portanto, de decisões políticas. Suas observações, fora o fato de serem declaradamente racistas, não deixam dúvidas quanto aos laços de submissão que ele considerava que deveriam ser preservados no Brasil em relação à metrópole europeia. Um tal estabelecimento, segundo Ambrósio,

além de dever ser fatal ao mesmo Brasil, o seria ainda a toda a Monarquia, pois cortaria quase o único fio de dependência em que o nosso Reino ainda se acha da Metrópole, e aumentaria nesta o grande descontentamento que infelizmente ouço ali vai grassando por irem já tardando àquele povo leal e brioso as sábias providências que S. Maj. certamente medita pôr em prática para acrescentar a recíproca dependência e perpétua união dos dois principais membros da Monarquia.²²⁸

“Recíproca dependência e perpétua união”, era, portanto, o que o diplomata português desejava para o Brasil em relação a Portugal.

Sem ser estimulado a fazer sua “perigosa” universidade, Araújo, com a concordância de D. João VI, pensa então numa hipótese alternativa: a criação de uma Escola Nacional de Artes, Ciências e Ofícios, que permitisse a divulgação do conhecimento de aritmética, geometria, química, mecânica e ciências naturais, com aplicação às artes e técnicas mais necessárias para promover o desenvolvimento do Brasil num plano intelectualmente elevado. Reestabelecidas as relações com a França em 1815 (Congresso de Viena), com este fim resolve promover a contratação em Paris de profissionais que pudessem ministrar cursos e oficinas de artes, ciências e ofícios.

Considerada sua competência cultural e diplomática, Barca encarregou desta missão Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, o marquês de Marialva, embaixador de Portugal em Paris, que por sua vez consultou Alexander von Humboldt, o renomado naturalista alemão que viajara pela América do Sul e que se correspondera com o conde português. Humboldt – que era irmão de Friedrich Wilhelm Christian Karl

²²⁸ CARTA enviada..., op. cit.

Ferdinand, o barão von Humboldt, criador da Universidade de Berlim – apresentou Marialva a Joaquim Lebreton, secretário-perpétuo recém-demitido da Academia de Belas-Artes do Instituto de França, demissão esta ocasionada pela queda de Napoleão e restauração dos Bourbons.

Não coube a Marivalva a glória de concluir as negociações, por ter de se retirar de Paris por causa de outra negociação, a do casamento do príncipe da Beira D. Pedro com a arquiduquesa austríaca Leopoldina. Entra em cena então o encarregado de Negócios de Portugal na França, Francisco José Maria de Brito, amigo e correspondente de Araújo desde os tempos de Haia. Como Brito assegurara 10 mil francos para viabilizar a viagem dos artistas e artífices, Lebreton recruta então as seguintes pessoas: Jean Baptiste Debret, pintor histórico e de costumes; Nicolas-Antoine Taunay, pintor de paisagens e cenas históricas, membro do Instituto de França; Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, arquiteto, junto com seus discípulos Charles de Lavasseur e Louis Ueier; Auguste Marie Taunay, escultor, grande prêmio de Roma; Charles Simon Pradier, gravador; François Ovide, engenheiro mecânico; François Bonrepos, auxiliar de escultura, e Félix Taunay, filho de Nicolas-Antoine, ainda um jovem aprendiz.

Muitos deles viriam para os Trópicos com suas famílias, criados e auxiliares. É preciso acrescentar ainda Pierre Dillon, secretário de Lebreton, o chefe da Missão Francesa que também seria chamada de Colônia Lebreton. Como na escola seriam ensinados ofícios mecânicos, completavam o quadro vários artífices auxiliares, como João Batista Level, perito em construção naval, Nicolas Magliori Enout, serralheiro; Pelite e Fabre, surradores de pele e curtidores; Louis Jean Roy e seu filho Hypolite, carpinteiros e fabricantes de carros. Após seis meses se juntariam ao grupo os irmãos Marc Ferrez, escultor, e Zéphyrin (Zeferino) Ferrez, gravador de medalhas. Ao todo, os franceses, com suas mulheres, somariam 40 pessoas.

Sem falar também na presença do músico Segismundo Neukomm, que chegaria em maio de 1816, acompanhando o diplomata francês duque de Luxemburgo, enviado por Luís XVIII para oficializar o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com o Brasil ao fim das guerras napoleônicas, além de parabenizar D. João por sua próxima aclamação como rei. Compositor, organista e mestre de capela, discípulo e amigo de Haydn, Neukomm morara na casa de Charles-Maurice Talleyrand em Paris. Louco por uma aventura, como ele mesmo escreveria em suas memórias, interessara-se em conhecer um país exótico como o Brasil. Aqui chegando, se hospedou na casa do

conde da Barca. Sua vinda foi muito importante porque foi um grande incentivador do talento do padre José Maurício, tomando partido deste compositor em relação a Marcos Portugal, e popularizador das obras de Mozart e Haydn (é o patrono da cadeira 6 da Academia Brasileira de Música). Com Luxemburgo e Neukomm também veio para o Brasil o naturalista Auguste Saint-Hilaire.

Há muita discussão entre historiadores, escritores e acadêmicos se a Missão Francesa foi realmente uma ideia de Barca e de D. João, para desenvolver as artes, ciências e indústria no Brasil, ou se não se tratou de uma iniciativa desesperada de artistas franceses bonapartistas que queriam se refugiar no Brasil, em busca de uma vida mais tranquila do que na corte de Luiz XVIII. Ou seja, de acordo com esta segunda hipótese Lebreton é que teria procurado Marialva na França, anunciando-lhe “que alguns artistas de merecimento e moralidade conhecida desejavam estabelecer-se no Brasil, mas não tendo meios para custear a passagem e as despesas de instalação, esperavam obter do governo lusitano alguma ajuda de custo e a certeza real”. Provavelmente o que aconteceu foi uma conjugação de interesses. Lebreton e seus amigos queriam sair da França, evitando perseguições a antigos bonapartistas, e Barca realmente desejava criar uma instituição artística e científica de excelência no Brasil.

Francisco José Maria de Brito, que se encontrava em Paris como colaborador imediato de Marialva e até em exercício de suas funções em sua ausência, colaborou intensamente nestas negociações, por ser seu dever e porque o promotor era seu amigo Araújo. A 12 de agosto de 1816, graças ao conde da Barca, era publicado o decreto real, referendado pelo marquês de Aguiar, criando a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios no Rio de Janeiro. Os serviços dos franceses foram contratados com ótimos salários. Além disso, ficou decidido, por ordem de D. João, que Grandjean de Montigny construiria uma sede para a nova instituição. O projeto foi feito pelo grande arquiteto e imediatamente aceito pelo monarca. Mas tudo viria a sofrer um grande retrocesso, com a chamada “colônia de franceses” sendo atingida por um grande golpe em suas expectativas no paradisíaco país dos Trópicos, devido à morte de Barca, “o mecenas da missão”, em 1817, que os expôs às ciumadas de artistas luso-brasileiros.

Depois de 30 anos de trabalho, Antônio de Araújo de Azevedo estava esgotado. “Faço o que posso, mas não posso o que desejo” dizia muitas vezes. Faleceu em 21 de junho de 1817, devido a uma febre nervosa, afirma Sebastião Trigoso em seu *Elogio*.

Em suas *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, o padre Perereca narra o que foi publicado na ocasião na Imprensa Régia:

Uma grande perda sentiu o Brasil no dia 21 de junho de 1817 pela morte do Excelentíssimo Conde da Barca, Antônio de Araújo de Azevedo. Este ilustre diplomático varão verdadeiramente sábio e profundamente instruído, falecera na idade de sessenta e cinco anos, um mês e sete dias de uma febre nervosa. Os seus restos mortais foram sepultados na Igreja de São Francisco de Paula com todas as honras fúnebres competentes aos seus empregos.²²⁹

Ou seja, mais uma vez a causa apontada para a morte foi uma febre nervosa. Vale o registro por ser a Impressão Régia. Mas o Conde da Barca na realidade morreu com 63 anos, numa chácara no Engenho Velho, e não em sua casa do Passeio Público, como se poderia esperar. Ele arrendou esta chácara por cerca de 4 mil réis em 1815 na colina do Matoso para poder plantar lá mais mudas e ter um lugar onde pudesse ter maior privacidade, pois já se encontrava doente. Foi lá que fez o testamento e faleceu, tendo a seu lado o músico Segismundo Neukomm, segundo nos conta Debret em seu livro *Voyage Pittoresque*, e muito provavelmente também o irmão e herdeiro João Antônio, que já se encontrava no Rio há alguns meses por causa da doença do irmão.

Não se tratava de uma chácara pequena, esta na qual faleceu o Conde da Barca, muito pelo contrário. No *Diário do Rio de Janeiro* de 1824, ou seja, de 7 anos após a morte do Conde, foi publicado o seguinte anúncio:

Quem quizer arrendar huma grande chácara cita na estrada que vai para o Engenho Velho, com grandes casas nobres, todas envidraçadas, tem huma grande coxeira, e estrebaria, casas para criado, e outras muito pequenas para escravos, toda plantada em capim, com muitas árvores de espinhos, e pez de café, tem grande horta, e bananal: em cuja chácara esteve de arrendamento o Excellentissimo Conde da Barca, e por morte dele passou a arrendar-la o Consul da Prucia o Excellentissimo Conde de Fleming; quem a quizer procure a sua proprietária que mora na outra immediata.²³⁰

²²⁹ SANTOS, L.G, op.cit.

²³⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, edição 0700019, 1844.



Fig.35 - Anúncio publicado no Diário do Rio de Janeiro em 1824. Edição 0700019.

Intellectual, homem de letras e ministro, nosso conde, enquanto vivo, não lidara muito bem com suas finanças. Arrendar chácaras no Rio era caro. E ele havia comprado a casa no Passeio se endividando. Por isso morrera deixando para seus herdeiros pesadas dívidas apesar de em vida ter sido tão poderoso. A realidade era bem

diferente da que imaginara Marrocos, que dissera em uma de suas cartas que o conde “comprara casas”, como se fosse um nobre rico com grandes propriedades imobiliárias. Uma curiosidade é que a área toda da colina do Matoso seria vendida à baronesa de Lajes, viúva do ministro de Guerra de D. Pedro II, e, em 1872, à irmã Ouin, dirigente da Sociedade São Vicente de Paula. Essa irmã vicentina, que cuidava de crianças pobres, lotearia a parte plana do terreno, urbanizando e abrindo ruas e praças, além de construir uma escola e uma capela no alto da colina. As ruas atualmente são as do Matoso, Satamini, Mariz e Barros e Campos Sales. As praças, a da Bandeira e Afonso Pena, A capela, após a visão de uma freira, se tornaria a famosa capela da Medalha Milagrosa. E em pensar que foi ali que o conde da Barca morreu!

Quanto à Igreja de São Francisco de Paula, infelizmente os restos mortais das pessoas que foram enterradas lá após 1850 foram transferidos para o Catumbi (época em que também foram criados os cemitérios de São João Baptista e Caju) e o nome de Antônio de Araújo de Azevedo não se encontra nos registros deste cemitério próximo à entrada do túnel Santa Bárbara. Já a Igreja no Largo de São Francisco tem um livro de óbitos referente ao período de 1815 a 1824, mas está com letras ilegíveis, cobertas por fungo. Os responsáveis não deixam o livro ser tocado por visitantes e pesquisadores nem mesmo com luvas. Vale a pena contar que Segismundo Neukomm escreveria uma marcha fúnebre em homenagem a seu anfitrião. Esta marcha foi executada inúmeras vezes pela pianista Rosana Lancelotti no ano passado, quando se completavam os 200 anos da morte do Conde.²³¹

Extremamente aborrecido com o falecimento do mecenas da missão, Lebreton morreria em 1819. Para seu cargo, seria destinado um pintor português medíocre, Henrique José da Silva, que infernizaria a vida dos franceses. Nicolas Taunay voltaria para a França em março de 1821, retornando ao Instituto de France e pintando até morrer, em 1830. O músico Segismundo Neukomm (1778-1858), que havia acompanhado a morte do conde da Barca, já que havia se hospedado em sua casa quando chegara ao Rio, também voltaria para a França em 1821, aninhando-se novamente na casa de Talleyrand, em Paris. Auguste Taunay, o escultor, ficaria no Rio,

231 Ver: Sigismund Neukomm (1778-1858), *Marcha para o Conde da Barca*. Pianoforte cópia de Anton Walter (Viena, 1805), construída por Paul McNulty. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3oVmGVOzxkE/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

morando na casinha da Cascatinha Taunay com os sobrinhos Félix, Adriano, Teodoro e Carlos, mas também não sobreviveria por muito tempo. Morreria em 1824. O fim mais triste seria o de Aimé-Adriano, que, ao acompanhar a expedição do barão de Langsdorff como pintor e desenhista, cairia no Rio Guaporé em 1825 e seria comido por peixes.

Os mais resistentes ao verdadeiro imbróglio que foi inicialmente a estada dos franceses no Brasil foram Debret, Grandjean de Montigny e Felix Taunay, que posteriormente viria a ser diretor da Escola de Belas Artes. Quando Henrique da Silva Lisboa postergou ao máximo a instalação oficial da escola, eles deram aulas livres para poderem ter alunos enquanto não tinham uma sede fixa. Na realidade, as dificuldades haviam começado antes da substituição de Lebreton pelo mal intencionado diretor português que mal sabia desenhar. Assim que a missão chegou ao Rio, em março de 1816, o cônsul francês Maler, representante dos Bourbons, implicou com o grupo de artistas e artífices, por não simpatizar com ex-bonapartistas. Mas neste período Barca ainda estava vivo e de nada adiantaram as maledicências do diplomata. Antônio de Araújo de Azevedo, com sua cabeça iluminada, sabia muito bem como era importante para o desenvolvimento do Brasil a criação da Escola de Ciências, Artes e Ofícios com as aulas sendo ministradas por ótimos e experientes artistas e técnicos. Por isso ele enfrentou Maler, como narra Afonso de E. Taunay em seu livro *A Missão Artística de 1816*. Só que sem Barca tudo ficaria mais difícil. E só não ficou impossível porque o duque de Luxemburgo, que, como já foi dito, viera ao Brasil para reatar as relações diplomáticas entre França e Portugal, mandou Maler se aquietar em sua fúria investigadora. O que fez parcialmente, já que perseguiu Lebreton, que considerava um perigoso jacobino, até a morte deste em 1819, tendo mandado vasculhar a casa do defunto à cata de papeis comprometedores.

É bom lembrar que até então as artes no Brasil eram desenvolvidas, sobretudo, por escravos, mestiços e homens humildes, que produziam em nível de artesanato mecânico, ainda que com qualidades artísticas, ou então eram produzidas por monges e irmãos religiosos com base nos conhecimentos herdados da Idade Medieval, tendo como princípio o respeito à fé. Como o Brasil não mantinha ligações com outros países da Europa, o que foi desenvolvido aqui foi o barroco tardio originário de Portugal. Os copiadorees buscavam reproduzir o que os poucos mestres existentes na colônia executavam. Gozando de certa liberdade, estes copiadorees reproduziam os trabalhos da

forma como eles o sentiam, o que resultou em traços de uma cultura em formação, dando ao barroco brasileiro características próprias.

Esse foi outro problema, aliás, que prejudicou a aceitação dos franceses aqui em nossas plagas. Os artistas locais ainda praticavam o barroco, enquanto os que vieram em 1816 no navio Calpe já pertenciam, em sua maioria, à escola neoclássica. Criou-se um choque, que se acirrou quando Lebreton morreu e foi substituído na direção da Escola por Henrique José da Silva. Mas sigamos a narrativa da melhor pessoa que nos pode contar os fatos passados naqueles idos do princípio do século XIX: o pintor francês Jean-Baptiste Debret, que tudo descreveu minuciosamente em sua obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*.

No capítulo que denominou de *Histoire particulière de L'Academie des Beaux-Arts*²³², Debret relembra que a corte de Portugal chegou ao Brasil em 1808, e, com o desejo de se fixar no país, elevou a colônia a Reino Unido oito anos mais tarde. A partir desta ocorrência, o marquês de Marialva, embaixador português na Corte de Paris, decidiu, juntamente com o conde da Barca, então ministro dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro, formar uma Academia de Belas Artes seguindo o modelo da francesa. No fim do mesmo ano, Lebreton, na época secretário perpétuo da classe de Belas-Artes do Instituto de França, licenciando-se do cargo, foi encarregado pelo governo português de reunir alguns artistas franceses de diversas especialidades que desejassem acompanhá-lo ao Brasil, para formar o núcleo do novo estabelecimento.

Debret cita ele mesmo, ou seja, Jean-Baptiste Debret, pintor de história, aluno de David; A.Taunay, membro do Instituto, pintor de paisagens e tipos, que viria com sua família; Auguste Taunay, escultor, irmão do precedente; A.H.V. Grandjean de Montigny, arquiteto, que traria sua família e dois de seus alunos; Simon Pradier, gravador em talha-doce; Francisco Ovide, professor de mecânica, e François Bonrespos, escultor ajudante de M.Taunay. Monsieur Neukomm, compositor de música, como já foi dito, viria com o duque de Luxemburgo, embaixador extraordinário da Corte da França no Rio de Janeiro. Teria sido o embaixador português (Marialva ou Brito) quem

²³² DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage Pittoresque au Brésil ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil. Depuis 1817 jusqu'en 1831 inclusivement*. Tomo III. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de Instituto de France, 1839. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326378/icon326378.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

depositou nas mãos de Lebreton a quantia de dez mil francos para pagar a passagem dos artistas franceses (mas nem todos. Segundo Debret, alguns tiveram que pagar a viagem do próprio bolso, pois o dinheiro não era suficiente para arcar com as despesas de toda a missão).

Partiram do porto de Havre em janeiro de 1816, no navio *Le Calpe*, e chegaram ao Brasil no começo de março do mesmo ano, sendo recebidos pelo conde da Barca, que os apresentou na Corte, onde foram acolhidos “com bondade”. Ainda segundo o pintor, eles foram provisoriamente alojados, receberam móveis e alimento gratuitamente do governo. E naquele mesmo ano o decreto real foi assinado pelo marquês de Aguiar, ministro do Interior, concedendo cinco mil francos a cada um dos artistas como pensão alimentar, na condição de permanecerem pelo menos seis anos no Brasil. Já a Lebreton foram concedidos 12 mil francos por ser o diretor da missão, título que aceitou provisoriamente, prevendo sua destituição no Instituto de France, o que aconteceria efetivamente pouco tempo depois.

No momento em que a missão chegou ao Rio, havia morrido dona Maria I (20 de março de 1816). D. João, então Príncipe Regente, a sucederia com o título de D. João VI. O governo já se ocupava das festas relativas à circunstância, que, no entanto, teriam que ser adiadas para 6 de fevereiro de 1818, porque antes seria celebrado o casamento do príncipe D. Pedro com D. Leopoldina, que estava sendo aguardada no Brasil (este casamento ocorreria em 6 de novembro de 1817. Antes Leopoldina casara-se por procuração, em Viena, em 13 de maio do mesmo ano, novamente a data de aniversário de D. João). Os artistas franceses, conta ainda Debret, por decisão do conde da Barca, foram encarregados da composição e execução da decoração que embelezaria o casamento e a cerimônia de coroação de D. João. Como os dois irmãos Ferrez já haviam chegado do Rio, foram empregados primeiramente como ajudantes de Taunay e, em seguida, devido ao talento que demonstraram, tornaram-se pensionistas do Rei.

Após a apresentação dos artistas à Corte, como já foi mencionado, o conde da Barca encomendou ao arquiteto Gradjean de Montigny o projeto de um palácio para sediar a Academia de Belas Artes. Com isso, foi iniciada imediatamente a construção das fundações do edifício, confiada à proteção especial do ministro de Finanças, o barão de São Lourenço. “Infelizmente”, lamenta-se Debret, “perdemos o conde da Barca no

mês de junho de 1816²³³ e nosso protetor morreu sem que pudesse aproveitar a realização das festas. Mas o ministro das Finanças ficou encarregado da edificação do palácio de Belas-Artes, que se incluía dentro de suas atribuições”. Este ministro, todo poderoso, “honrava Lebreton com sua estima e sua amizade particular”. A construção continuou sendo feita sem interrupção apesar de que muito lentamente (o edifício levou dez anos para ser construído).

Em 1826, só o andar térreo estava acabado. Segundo as plantas do projeto, ele deveria se compor de dois andares destinados ao alojamento dos professores. Mas foi reduzido a um só andar por medida de economia. Durante a construção do palácio da Academia, cada artista se dedicava a obras particulares, sem haver um ponto de encontro. O pintor de História (Debret), no entanto, fez o retrato do rei em pé em seu traje de aclamação; este quadro passou de imediato para as mãos do gravador Pradier, que, após ter feito a água-forte, obteve do rei a permissão para retornar a França para acabar a gravura em cinzel, já que o Brasil ainda não tinha impressores e papel de impressão conveniente (nunca mais Pradier voltaria ao Brasil). O mesmo pintor fez em seguida um quadro do desembarque da arquiduquesa Leopoldina, que também foi gravado por Pradier. Utilizou-se o pincel deste pintor de História para as decorações das representações teatrais que eram assistidas pela corte em diversas épocas do ano.

No entanto, conta ainda Debret, Lebreton, afetado pela morte do conde da Barca e por intrigas dirigidas contra a sua pessoa, se desgostou de sua estada na cidade e foi morar na Praia do Flamengo – “espécie de subúrbio formado por casas de veraneio à beira do mar”. Viveu retirado, ocupando-se de uma obra literária até maio de 1819, quando morreu. Estava escrevendo “A Vida de Luís XIV”; antes já escrevera uma “Notícia histórica sobre a Vida e Obras de José Haydn”, opúsculo muito interessante, no qual narra a relação de Haydn com seu discípulo Neukomm. Privados de seu diretor, os artistas tinham apenas o ministro de Finanças para apoiá-los, porque os demais membros do governo se interessavam pouco por um estabelecimento de Artes e Ofícios que eles não haviam conhecido em Portugal, pois não havia nada similar na terrinha.

Repentinamente, devido à vaga que surgiu com a morte de Lebreton, “o barão de São Lourenço se lembrou de um de seus protegidos, um pintor português medíocre,

²³³ Jean-Baptiste Debret se equivocou nessa data. A morte do Conde da Barca foi em junho de 1817. Ele realmente não viu a coroação de D. João, que ocorreu em 6 de fevereiro de 1818. Assim como não pode assistir à benção nupcial de Leopoldina e D. Pedro no Rio, em 6 de novembro de 1817.

encarregado de uma família numerosa e que supostamente estava vegetando em Lisboa. Foi convocado para vir para o Rio; e, com ajuda de um projeto de organização da Academia, redigido sem o nosso conhecimento e apresentado apressadamente ao Rei por seu ministro do Interior, ele foi nomeado ao mesmo tempo professor da Classe de Desenho e diretor das Escolas. Este mesmo projeto deu-lhe um secretário português no lugar do nosso, que foi demitido sem motivo”,²³⁴.

Aqui começaram as intrigas portuguesas contra os franceses, inevitável consequência da inconveniente introdução de dois portugueses num corpo acadêmico essencialmente francês. Taunay, membro do Instituto, tomou a sábia decisão de voltar para a França. O ministro do Interior, Thomas Antônio de Vila Nova Portugal, cheio de confiança no zelo do barão de São Lourenço, ignorava as intrigas. Ao levar o decreto de organização da Academia para o rei assinar, ficou muito espantado ao encontrar no projeto apresentado pelo diretor apenas os elementos de uma Classe de Desenho, como havia em Lisboa.

Diz então Debret:

Ele conversou a respeito com Gradjean, o nosso arquiteto, tendo pedido a ele para solicitar a cada um de nós os detalhes de organização de nossas respectivas classes, para remediar, antes da assinatura do decreto e do início das atividades da instituição, o trabalho imperfeito do novo diretor. Estas notas, entregues ao primeiro ministro após alguns dias, passaram oficialmente para as mãos do diretor, que se negou a seguir as ordens que mudavam totalmente seus projetos hostis. Pelo contrário, ficou na mais perfeita inação, evitando a presença do ministro até 1821, data da partida da Corte e do primeiro ministro para Lisboa. Durante este intervalo, nossos dois intrusos portugueses tudo fizeram para nos desencorajar, nos dizendo que eles percebiam que o governo, cada vez menos apreciador das Belas Artes, parecia se contentar apenas com uma simples Escola de Arte, suficiente na realidade para um país novo como o Brasil. Ao mesmo tempo, eles nos descreditavam junto aos membros do governo por meio de calúnias de todos os gêneros e os amedrontavam exagerando as despesas com nossa futura instalação. O barão de São Lourenço deixou o Brasil e perdemos nosso único protetor!²³⁵

E o pintor continua:

²³⁴ As informações continuam sendo do relato sobre a Academia de Artes, *Histoire Particulière de L'Académie de Beaux-Arts*, que está no terceiro tomo do livro **Voyage Pittoresque et Historique au Brésil (Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil)**, que Debret (1768-1848) editou na França entre 1834 e 1839. DEBRET, Jean Baptiste, op.cit., p.91-112.

²³⁵ Ibid., p. 99.

No entanto um novo impulso político, dado pela partida da Corte, mudou o destino do Brasil, e D. Pedro, príncipe regente, foi corado imperador no ano seguinte. O diretor, aterrorizado diante dessas circunstâncias favoráveis às artes, viu, sem poder combatê-las desta vez, a pintura, a escultura, a arquitetura e a gravura das medalhas serem exercidas por professores franceses rivalizando em zelo para servir a glória nacional. Nós tínhamos então como primeiro ministro José Bonifácio de Andrade, patriota brasileiro, apoio do trono imperial, e ao mesmo tempo protetor das artes, amigo dos franceses e partidário de nossa Academia. Nosso diretor, desesperado e na maior ânsia, aproveitando-se de seu título, obteve o favor de fazer o retrato do ministro; mais, encontrando nele um sábio europeu, ele restringiu prudentemente suas manobras no sentido de multiplicar as dificuldades para nossa dispendiosa instalação, como acentuava ele, determinando um adiamento provisório, único paliativo para o seu desespero. Mas a crise era decisiva, e sob este ministro cheio de erudição foram anunciados vários programas de embelezamento tão gloriosos como úteis. Nesta luta, em que o título do diretor foi constantemente comprometido por sua mediocridade, os talentos variados dos professores franceses realizaram as esperanças dos brasileiros.²³⁶

As intrigas, porém, continuaram. Sem querer voltar para a França, Debret, procurando obter o apoio do imperador, ofereceu-se para pintar a cerimônia de sua coroação (seguiu o estilo empregado por seu primo David na tela que mostra a cerimônia de coroação de Napoleão).



Fig.36 - Coroação de D. Pedro I, imperador do Brasil. Aquarela de Jean-Baptiste Debret.
Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil. Tomo III. 1828.

²³⁶ DEBRET, J.B, op. cit.

Com este fim, pediu um dos ateliers da Academia já disponíveis a fim de poder dar aulas, já que havia alunos interessados em se aproximar do mestre de pintura querendo conhecer noções teóricas. A empreitada não seria dispendiosa, bastando a chave de uma das salas da nova instituição. D. Pedro acolheu o pedido sem problemas, Fig.35 - Coroação de D. Pedro I, imperador do Brasil. Aquarela de Jean-Baptiste Debret. Fonte: DEBRET: Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil. Tomo III. 1828

chave, devido às manobras do diretor português. Os alunos, aflitos, estavam ao ponto de alugar uma sala, quando um golpe de Estado mudou o ministério (queda dos Andradas em 1824), e Carneiro de Campos, amante das ciências, passou a ser o ministro do Interior. Sem perda de tempo um dos jovens alunos foi falar com o novo ministro, que respondeu que bastava que Debret achasse o depositário da chave. E com quem ela estava? Estava com Henrique José, o diretor da Academia, obviamente. Forçado a entregar a chave, este fingiu que nada tinha acontecido até então.

Colocados sob a proteção imediata do soberano, o zelo e o progresso dos alunos elevaram uma primeira muralha inexpugnável diante da mediocridade do diretor português. E este era apenas o começo das atribulações que atingiriam Henrique José e seu secretário. Pois Carneiro de Campos passou para outro emprego e foi substituído por João Severino, o marquês de Queluz. Brasileiro instruído, ele soube ver através da máscara dos dois intrigantes e convocou uma reunião dos acadêmicos em sua própria residência. Nela, pediu que os franceses apresentassem um plano geral para a nova instituição, que lhe foi submetida ao fim do mês seguinte. Como já havia acontecido no tempo de Thomas Antônio Vilanova, o diretor tentou segurar de tudo que é jeito este novo plano. Enquanto isso as aulas de pintura de Debret progrediam, as de Grandjean de arquitetura também, e o governo já tomara conhecimento do que seria a instituição com sete classes de artes diferentes trabalhando, tanto que os ministros que se sucederam passaram todos eles a se ocuparem da abertura da Academia, sempre travada, no entanto, pelas manobras do diretor e de seu secretário.

Finalmente, o visconde de São Leopoldo inauguraria a Academia em 5 de novembro de 1826. D. Pedro I estaria presente à cerimônia de instalação da nova instituição educacional, ao fim da qual o ministro do Interior lhe presentearia uma medalha de ouro inteiramente confeccionada por Zéphyrin Ferrez, gravador de medalhas e pensionista da Academia. Foi assim que, após dois anos de estudos, a classe de pintura pode oferecer ao público no dia da inauguração uma exposição bem

interessante, que espantou a todos por suas produções tão perfeitas como variadas, pois se compunha de diversos gêneros: retratos, paisagens, marinhas, arquitetura pintada, animais, flores e frutos.

Sem poder acabar com as sete classes, o diretor continuou insistindo com sua ideia que o mais importante era ter uma Classe de Desenho, sua especialidade, e com isso determinou que todos os alunos antes tinham que se inscrever em desenho, pois seria a classe de introdução às demais. Ou seja, a Classe de Desenho era a da matrícula dos alunos e o curso no caso seria de cinco anos. Isso de certa forma anulava a atividade das outras classes, desgostando os demais professores. No caso de Debret, o da Classe de Pintura, os alunos já estavam frequentando as aulas e com isso escaparam à nova regra, que não tinha caráter retroativo. Por outro lado, os alunos eram ótimos, como era o caso do recém-matriculado Manuel Araújo Porto-Alegre, que apenas em três meses se mostrara um ótimo desenhista. Com isso, outros jovens alunos de pintura entraram na classe de Debret “ilegalmente”, mostrando-se também ótimos desenhistas, enquanto que a Classe de Desenho não produziu tão bons alunos.

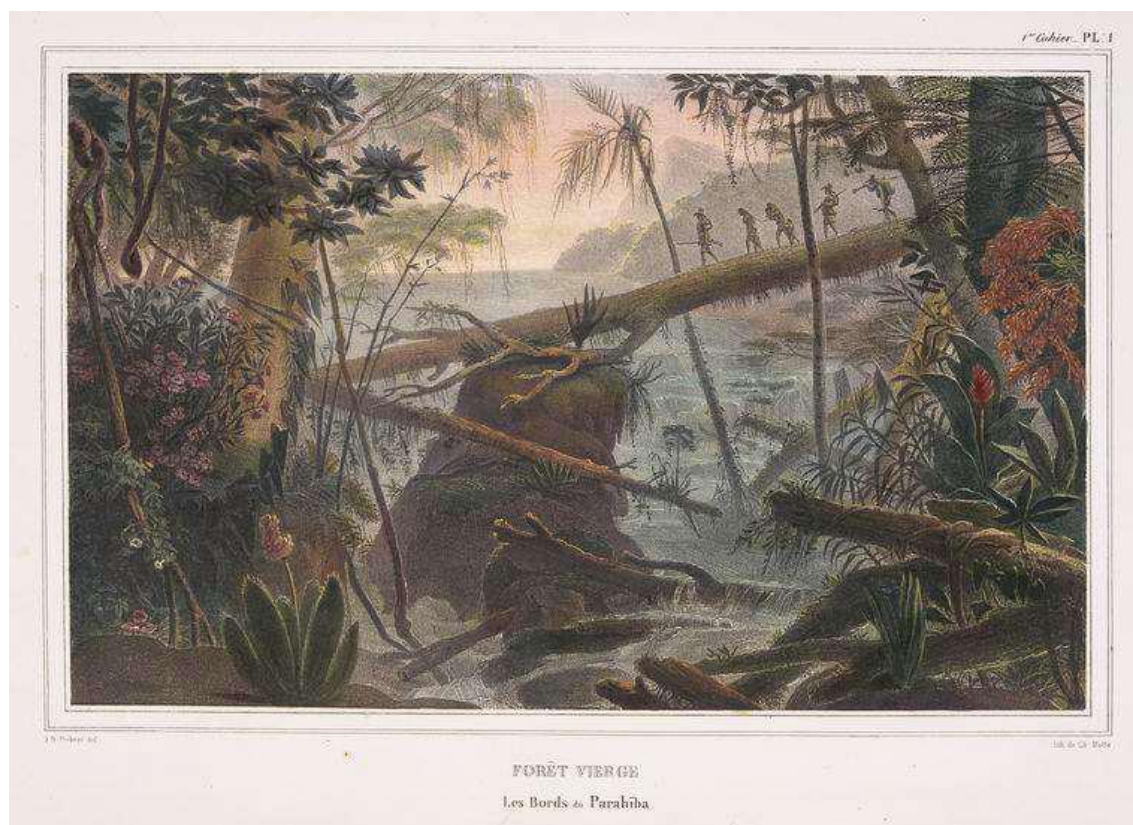


Fig.37 - Floresta virgem: as bordas do Paraíba. Litogravura de Jean-Baptiste Debret. Autor secundário: Charles Etienne Motta. 1834. Fonte: DEBRET,op.cit.

Na realidade, a intenção do diretor Henrique José da Silva, na opinião de Debret, era a pior possível. Deixava seus alunos exaustos, fazendo cópias medíocres, a fim de desestimulá-los a estudar desenho e as outras artes, ou seja, a seguirem em frente nos estudos. Com isso, tencionava provar ao governo, no caso Pedro I, que o Brasil ainda não estava apto a ter uma Academia de Artes, Ciências e Ofícios. Mas, devido ao sucesso da classe de pintura de Debret e de seus alunos - assim como das aulas de Grandjean de Montigny e de Félix Taunay -, o tiro saiu pela culatra. Com o apoio do Imperador, foram feitas exposições a cada fim de ano escolar. Um encorajamento a nossos alunos posto em prática pelo ministro José Clemente, que procurava desmontar sempre os maléficos projetos do mesquinho diretor. Esta benéfica emulação alimentou o progresso dos estudos nas Classes de Pintura e Arquitetura. Tanto que produziram as duas classes belas exposições nos anos de 1829 e 1830, cujas notícias, imprimidas pelo professor de pintura, foram distribuídas nas salas, e cujos dois exemplares se encontram na Biblioteca Imperial do Rio de Janeiro. Nessas exposições, a Classe de Desenho provou o mau gosto de seu diretor. Desacreditada a cada ano, foi ficando cada vez com menos alunos. Em 1830 tinha um só.

Em 1831, Debret, sentindo-se com a saúde fragilizada, pediu ao governo uma licença para voltar a Paris com três alunos. Um deles era Araújo Porto-Alegre. Ele não mais voltaria ao Brasil, mas nos deixou um legado enorme. Anos mais tarde, ao terminar seu relato sobre a Academia de Ciências, Artes e Ofícios no Brasil, Debret fez o retrato dos ministros brasileiros com os quais manteve contato em sua estada de 15 anos no Brasil. Começou obviamente pelo conde da Barca, o mecenas da Missão ou Colônia Francesa. Em seu texto há muitos equívocos, porque escreveu sem ter informações exatas sobre a vida de seu protetor. Eis alguns trechos das páginas:

O cavaleiro Louis Araújo, Conde da Barca, nascido em Portugal, foi acima de tudo amigo das ciências e das artes; dotado de um caráter sensível, se ocupou toda a sua vida a fazer as pessoas felizes. Secretário particular de D. José I, ele desenvolveu habilidades naturais para a diplomacia, que o fizeram ser nomeado mais tarde para Ministro Encarregado dos Negócios de seu governo junto a diversas nações europeias. Desta forma, ele passou grande parte de sua vida na Alemanha, na Inglaterra, na Rússia e na França, onde se encontrava na época da morte de Louis XVI. Obrigado, pouco depois, a deixar Paris, lá voltaria pela segunda vez no consulado de Bonaparte. Retornaria a sua pátria pouco antes da guerra peninsular. O Conde da Barca não estava entre os que acompanharam o rei ao Brasil. Ele ficou em Lisboa

no momento da invasão dos franceses. Mas ele partiu pouco depois para se reunir com seu soberano na América, onde seus compatriotas o reprovaram pela ligação que mantinha com os franceses.²³⁷

Como se vê, Debret errou muito em seu tributo ao conde da Barca, já que Araújo, que era Antônio, não era Luís, nunca foi secretário particular de D. José I e não estava na França no momento em que Luís XVI foi guilhotinado. Além de que não é verdade que tenha ficado sozinho em Lisboa após a partida de D. João. Ele também saiu de Portugal na turbulenta noite de 29 de novembro de 1807. Quanto às críticas de seus contemporâneos, por possíveis ligações com os franceses que teriam retardado a saída de D. João, são verdadeiras.

Mas continuando: de acordo com Debret, a nomeação do conde da Barca como ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no Brasil foi “mais do que conveniente, já que a afabilidade e as luzes do novo ministro o tinham feito adquirir a estima nas cortes estrangeiras onde ele fora antes creditado. Verdadeiro amigo do esplendor do Brasil, ele fez vir ao Rio chineses para cultivar chá²³⁸ e habitantes do Porto e da Ilha da Madeira para cuidar de vinhas. Também se devem a ele a criação de uma sociedade de encorajamento da indústria e a de uma cadeira de química. Diplomata, foi o responsável pelas combinações políticas do casamento do príncipe real Dom Pedro com a Arquiduquesa da Áustria Leopoldina. Administrador, realizou o projeto de formar uma academia de Belas Artes no Rio, mandando vir, às custas do governo, um grupo de artistas já conhecidos. Podemos citar ainda entre seus protegidos o célebre poeta português Francisco Manoel do Nascimento, conhecido sob o nome de Filinto Elísio, ao qual ele deu uma pensão vitalícia”²³⁹.

O novo Mecenaz abriu sua casa aos artistas, quando eles chegaram ao Rio. E foi assim que Debret e seus colegas puderam ver uma grande peça destinada à biblioteca,

²³⁷ DEBRET, J.B, op.cit., volume III, p.206-207.

²³⁸ Nota da Autora: Houve quem atribuísse a vinda de chineses para cultivar chá no Jardim Botânico ao conde de Linhares. Mas Debret, além de vários jornais de época já mencionados, dá o crédito ao conde da Barca. Em 2017, as jornalistas Cristiane Costa e Cibele Reschke de Borba lançaram o livro intitulado *China made in Brasil*. Nele, elas contam que alguns chineses chegaram a ficar hospedados na casa do conde. As plantações foram feitas no Jardim Botânico, na Ilha do Governador e na Fazenda Imperial de Santa Cruz. Os chineses que se deram melhor foram os que trabalharam no Jardim Botânico e construíram casas em torno da área da Vista Chinesa, na Floresta da Tijuca.

²³⁹ Nota da Autora: Infelizmente Filinto, que acompanhava Araújo desde Haia, perderia a pensão após a morte do conde. Na miséria, este grande poeta do Neoclassicismo português morreria em Paris em 1819, com 84 anos.

“cujo teto ainda inacabado era obra de um pintor italiano que ele havia acolhido em sua casa e que o havia bruscamente abandonado para visitar algumas vilas no interior do Brasil”. Foi durante esta visita que o pintor francês conheceu os pátios internos: “Protetor das ciências e da indústria, ele fez todos os artistas visitarem num pátio da mesma casa um ateliê para a fabricação de porcelana, e num outro pátio ou espaço, um laboratório de química para o aperfeiçoamento da destilação de água ardente extraída de cana-de-açúcar. E por último, num terceiro pátio, vimos amontadas as peças incompletas de uma máquina a vapor que fora trazida de Londres. Apresentou-nos a um mecânico português que a seu pedido fora se aperfeiçoar na Inglaterra, assim como a um gravador em talha-doce. Os dois eram pensionistas do governo português”.

Debret considerou uma grande prova de estima de Barca tê-los recebido em sua intimidade, tendo acentuado ainda o fato de Neukomm, quando chegou ao Rio com o duque de Luxemburgo, não ter tido outra morada a não ser a casa do Conde até a morte deste. E afirma: “nosso camarada se mostrou bem digno de tal honra não deixando a cabeceira do leito do ministro moribundo do qual ele recebeu o último adeus, pagando por todos nós nossa dívida comum de reconhecimento. Com a saúde frágil durante quinze anos, sobrecarregado de trabalho ao ter reunido sob sua responsabilidade três pastas ministeriais, ao morrer no Rio o último suspiro do ministro de D. João VI foi dedicado à felicidade do rei, à prosperidade do Brasil e ao encorajamento das Belas Artes. Possa esta homenagem tardia à sua memória se tornar um monumento de nosso reconhecimento a nosso protetor no Brasil”.

c) A Escola: bem que veio para ficar

Vale destacar aqui alguns importantes aspectos da Escola de Belas Artes, uma iniciativa do conde da Barca que sobrevive até hoje, a partir de informações dadas pelo escritor Adolfo Morales de Los Rios Filho em seu livro *O Rio de Janeiro Imperial*. Autor de *O ensino artístico de Grandjean de Montigny*, Morales informa que até a vinda da Missão Francesa havia no Rio de Janeiro, em matéria de Belas-Artes, somente uma aula de desenho e de figura criada por carta régia em 20 de novembro de 1800. Funcionava na Rua do Rosário, esquina da Rua de Ourives (defronte da Igreja do Hospício, atual Nossa Senhora da Conceição e da Boa Morte). Seu diretor e professor

durante vinte e seis anos foi o artista Manuel Dias de Oliveira, alcunhado de “Brasiliense” ou de “O Romano”.

Em outubro de 1820, ainda segundo Adolfo Morales de los Rios, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios recebeu a designação de Real Academia de Desenho Pintura, Escultura e Arquitetura. E em novembro do mesmo ano passou a se chamar simplesmente de Academia das Artes. Mas foi com o nome de Academia Imperial das Belas-Artes que foi inaugurada em 1826 por D. Pedro I. As aulas se iniciaram no ano seguinte, no edifício projetado por Grandjean de Montigny e construído na Travessa do Sacramento. Estava na direção, como já sabemos, o português Henrique José da Silva. Com sua morte, foi convidado para exercer o cargo interinamente Grandjean de Montigny, que depois deu posse ao diretor efetivo, o pintor e professor de paisagem Félix Emilio Taunay, filho mais velho de Nicolas Taunay.

Em 1829 e 1830, foram realizadas as primeiras exposições, como Debret informou. Em 1834, ocorreu a primeira distribuição de prêmios aos alunos. Em 1844, Félix Taunay cria o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro, que em 1845 beneficiaria o pintor Mendes de Carvalho. Até 1850, receberam esta láurea, que financiava a viagem a Europa para estudos, sobretudo em ateliês de artistas italianos, Antônio Batista da Rocha (arquiteto), Francisco Elédio Panfiro (escultor), Geraldo Francisco Pessoa de Gusmão (gravador), Francisco Antônio Néri (pintor), e Agostinho José da Mota (pintor). Cumpre ainda dizer que em 1831 a Academia teve, pela primeira vez, seu verdadeiro regulamento. E que de 1840 a 1850 frequentaram as aulas 687 alunos, sendo 573 matriculados e 114 alunos amadores ou livres.

A partir de 1855 os artistas se interessariam mais por Paris, ingressando na escola de Rudolf Julian, inaugurada em 1867 numa pequena sala na Passage de Panoramas, em Montmartre, ou na oficial École de Beaux-Arts. O Prêmio de Viagem ao Estrangeiro formaria vários artistas brasileiros, que se consagrariam no Brasil e no exterior nos séculos XIX e XX. Entre eles, Victor Meirelles, autor de “A primeira missa no Brasil” e um dos pintores preferidos de D. Pedro II; Agostinho José da Mota, precursor no Brasil da pintura ao ar livre; o escultor Rodolfo Bernardelli, que junto com seus irmãos Henrique e Félix criaria o núcleo Bernardelli na ENBA, da qual seria o diretor ao longo de 25 anos, além de ser o responsável pela construção do novo prédio da instituição; os pintores João Zeferino da Costa e Rodolfo Amoedo. Já alguns

custeariam sua própria viagem, como foi o caso do pintor Henrique Bernardelli e do pintor, desenhista e gravurista Pedro Weingartner.

Em 1884, as provas para o prêmio seriam interrompidas. Mas após a República, a Imperial Academia seria alvo de manifestações e agitações, provocadas por grupos rivais de alunos. Lutava-se contra as normas de ensino então vigentes, herança da Missão Francesa de 1816. Os “modernos”, dentre os quais se alinhavam Eliseu Visconti, José Fiúza Guimarães e Rafael Frederico, pressionavam por uma ampla reforma dessas normas, defasadas com relação às ideias trazidas da Europa pelos professores Rodolfo Bernardelli e Rodolfo Amoedo. O regimento interno da Academia exigia que as aulas se desenvolvessem no recinto da Escola, impedindo o contato direto do artista com a natureza, e foi contra essa medida, somada ao fato de os mestres não buscarem renovação, que Eliseu Visconti se insurgiu. Queriam também os modernos que fossem reestabelecidas as provas para os prêmios de viagem à Europa.

Os “positivistas”, mais radicais, chegavam a pleitear a extinção da Imperial Academia, pois queriam inteira liberdade para os aspirantes das artes, sem que se sujeitassem ao corrupto processo do regime acadêmico²⁴⁰. Num terceiro grupo, na defesa das normas tradicionais de ensino, reuniam-se os “conservadores”. Em meados de 1890, o projeto contendo as reivindicações dos positivistas, denominado Projeto Montenegro, era encaminhado a Benjamim Constant, ministro do Interior encarregado da reforma da Academia. A República, no entanto, simpatiza com as transformações desejadas pelos modernos e as Assembleias realizadas em 16 e 21 de junho, das quais participam alunos e professores da Academia, indicam uma primeira aproximação entre modernos e positivistas. Ainda assim, talvez com o intuito de pressionar o Governo e apressar a reforma, em 9 de julho daquele ano, os modernos, acompanhados pelos professores com eles afinados, afastam-se da Academia e fundam o Atelier Livre, primeiro num barracão construído no Largo de São Francisco e, após dois meses de funcionamento, num sobrado à Rua do Ouvidor. O curso de pintura do Atelier, ministrado por Rodolfo Amoedo, pelos irmãos Bernardelli e por Zeferino da Costa, logo despertou a curiosidade de artistas já formados, dentre os quais estava João Batista Castagneto. O Atelier Livre chegou a fazer uma exposição coletiva, da qual

²⁴⁰ BARATA, Frederico. **Eliseu Visconti e Seu Tempo**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

participaram expositores como Eliseu Visconti, Rafael Frederico, José Fiúza Guimarães, Bento Barbosa e França Júnior. Finalmente, em 8 de novembro de 1890, o governo da República termina por aprovar a reforma proposta pela comissão por ele nomeada para definir suas bases, formada por Rodolfo Bernardelli e Rodolfo Amoedo. É criada a Escola Nacional de Belas Artes, em substituição à Imperial Academia. Os dois professores da comissão são nomeados diretor e vice-diretor da Escola, respectivamente. Os velhos professores Victor Meirelles, Pedro Américo, Maximiano Mafra e Moreira Maia, ligados ao antigo regime, aposentam-se. O movimento dos modernos, ao qual Eliseu Visconti se engajara com o entusiasmo dos seus 23 anos, acabara por atingir o grande Victor Meirelles, seu mestre e por quem Visconti daria mostras de enorme admiração por toda a sua vida. O Atelier Livre é fechado e seus integrantes retornam à escola oficial.

Seria justamente Eliseu Visconti o primeiro artista a ganhar o primeiro Prêmio de Viagem ao Estrangeiro concedido na República, segundo narra José Luiz Nunes, em sua dissertação de mestrado *Eliseu Visconti. Sua formação artística no Brasil e na França*.

Do primeiro concurso da República para Prêmio de Viagem ao Estrangeiro, vencido por Eliseu Visconti, participaram mais seis concorrentes. Cada concorrente adotava símbolos, como forma de se manter anônimo e garantir a isenção do júri. Visconti utilizou como símbolos a palavra ‘Adeus’ e o desenho do triângulo invertido. Dividido em três etapas, a primeira prova do concurso consistia na execução de uma academia desenhada e eliminou três concorrentes. Como segunda prova, os candidatos foram orientados a pintar uma academia, ‘Estudo de Nu’, em trinta sessões. O trabalho executado por Visconti para essa prova encontra-se no Museu D. João VI – ENBA. Na terceira prova, os concorrentes, isolados em cabines especialmente construídas, deveriam realizar uma composição histórica tendo como tema ‘A aparição dos três anjos a Abraão’, e não ‘Anjo Aparecendo à Maria’ como cita seu biógrafo Frederico Barata. Visconti obteve o primeiro lugar nas três provas, tendo sido declarado vencedor do concurso em 26 de outubro de 1892. Participaram da Comissão Julgadora os professores Henrique Bernardelli, Rodolfo Amoedo, Modesto Brocos e Pedro Weingartner. O *Jornal do Brasil*, em sua edição de 20 de janeiro de 1893, noticiou a conquista de Eliseu Visconti. Ele partiria para a Europa em 28 de fevereiro de 1893. Submeteu-se às provas de admissão na École de Beaux-Arts (Escola de Belas Artes) e, dentre 321 candidatos que se apresentaram ao concurso, obteve ao final excelente resultado, com a sétima colocação dentre os 84 concorrentes que lograram ultrapassar a fase eliminatória dos exames”²⁴¹.

²⁴¹ NUNES, José Luiz da Silva. **Eliseu Visconti. Sua formação artística no Brasil e na França**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), UFRJ, 2003, p. 57- 58. Disponível em: <http://eliseuvisconti.com.br/o-premio-de-viagem-1893-1900/>. Acesso em: 22 de maio de 2018

Essa foi apenas uma das heranças que nos foi deixada pelo conde da Barca, com frutos de longo prazo: a Escola de Belas Artes. Desafortunadamente, como morreu em junho de 1817, pouco mais de um ano após a chegada da Missão Francesa, não pode ver as pinturas, esculturas e gravuras dos artistas que trouxe para o Brasil, nem mesmo a coroação de seu amado rei. Se não criou uma universidade, criou, porém, uma escola que daria frutos permanentes. E nada como a arte para fazer as pessoas mais felizes. Pois como disse Debret, o conde da Barca era um homem bom, que tinha prazer em fazer as pessoas felizes. Ou seja, “il s’occupe toute sa vie à faire des heureux”.²⁴²



Fig.38 - Entrada da baía e da cidade do Rio de Janeiro a partir do terraço do convento de Santo Antônio. Nicolas Taunay. 1816.

²⁴² DEBRET, J.B., op.cit., p. 206.

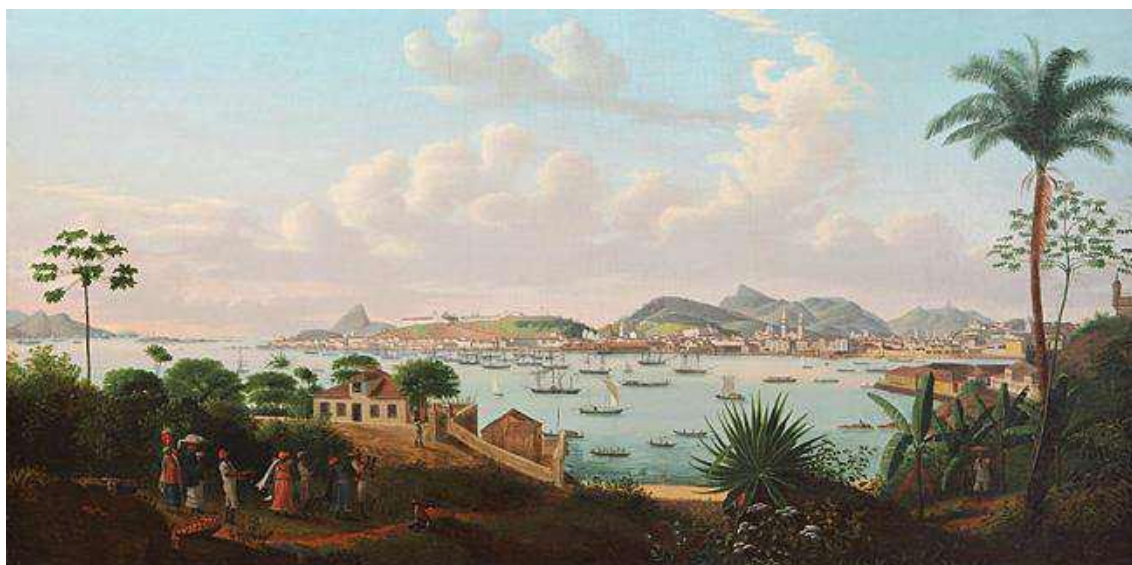


Fig.39 - Baía de Guanabara vista da Ilha das Cobras. Felix Taunay. 1828



Fig.40 - Bailarinas e Fauno. Eliseu Visconti. Óleo sobre tela. 1914.

d) O Laboratório

Antônio de Araújo de Azevedo administrou seu laboratório químico na casa da Rua do Passeio praticamente desde o momento em que chegou ao Brasil. Seu saber enciclopédico não ficava restrito a nenhum campo de conhecimento, mas, entre todas as matérias que dominava, as de que mais gostava eram a química, a botânica e a mineralogia. A parte prática das pesquisas ficou sob a responsabilidade do boticário Jose Caetano de Barros, que mais tarde utilizou as dependências do laboratório para dar

aulas de química a candidatos desejosos de tentar a habilitação profissional de boticário e a aulas práticas para os alunos de Medicina. Com a morte do conde da Barca, em 1817, o destino de seu laboratório químico prático foi o de ter sido apropriado pelo Estado, passando a ser um órgão do governo subordinado ao Ministério dos Negócios do Reino. Suas atividades continuaram sob a direção de João Caetano. E a garantia do funcionamento do laboratório - que estaria na origem da Escola de Química brasileira - seria o decreto real de 27 de Outubro de 1819.

No tempo de D. João VI, houve também outro laboratório químico prático no Rio, criado por decreto de 25 de janeiro de 1812 com a finalidade de analisar substâncias e produtos das Colônias que pudessem ser utilizados no comércio interno e externo. Era estatal e funcionou de 1812 a 1819, estando vinculado ao Ministério da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Seu diretor foi Francisco Vieira Goulart (1765-1839), cônego português que havia sido professor de Filosofia Racional e Moral em São Paulo e era membro da Academia de Ciências de Lisboa.

Ficava no bairro de Mata-Porcos (atual Estácio) e tinha como modelo o laboratório químico da Universidade de Coimbra, que visava a preparar remédios e fazer análises químicas, objetivo que parece não ter sido alcançado por Goulart. Para montá-lo solicitou-se ao Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa uma longa lista de material, mas dos 91 itens enviados ao Rio, só 42 chegaram intactos, de acordo com documentos consultados pela historiadora Márcia Ferraz, do Centro Simão Mathias de Estudos de História da Ciência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo²⁴³. Por outro lado, várias experiências feitas por Goulart não tiveram bom resultado, como foi o caso da análise de aguardente de cana, que, ao contrário, fora feita com sucesso pelos técnicos do conde da Barca.

A pedido do conde de Galvêas, conta Márcia Ferraz, Goulart chegou a visitar o laboratório privado de Barca, para observar como era preparada a aguardente. Sem saber de que se tratava de um rival, conhecedor de química, José Caetano de Barros explicou todo o processo. Hoje, o episódio seria chamado de espionagem industrial. Mas de nada adiantou a má fé do cônego. O laboratório de Araújo, que importava vários produtos químicos em Portugal e contava com o famoso alambique escocês, acabaria

²⁴³ FERRAZ, Márcia Helena Mendes. Ciência: química. Rio de Janeiro, **Revista do IHGB**, v. 163, n. 416, jul.-set. 2002, p. 275-281.

vencendo o de seu concorrente, com o de Goulart sendo fechado e o de Araújo, que já fornecia medicamentos para o Exército enquanto ele estava vivo, passando para as mãos do governo após sua morte.

Vale destacar aqui que tanto Araújo quanto seu ajudante José Caetano de Barros, para o bem do Brasil, não estavam muito preocupados em esconder suas descobertas, tanto que as divulgavam em publicações científicas. No livro *D. João VI e a cultura científica*,²⁴⁴ o historiador e professor José Carlos de Oliveira, ao analisar a contribuição que o jornal *O Patriota* deu à ciência brasileira em seu curto tempo de sobrevivência editorial (de janeiro de 1813 até dezembro de 1814), cita dois artigos que estavam vinculados ao laboratório do conde da Barca. O primeiro, de autoria de Gaspar Marques, era *Memória de um alambique existente no Laboratório de Antônio de Araújo, que contém as invenções mais modernas da Escócia e às quais se fizeram algumas adições para a sua perfeição*. Já o segundo era *Método imaginado e praticado no laboratório químico do Excelentíssimo Antônio de Araújo de Azevedo para extração de óleo de mamona*, a partir de uma explicação dada pelo próprio José Caetano de Barros, objetivando corrigir distorções praticadas até então. “O método é vicioso”, diz ele, “por se sujeitar a mamona à torrefação e por não lhe tirarem a epiderme”, o que produziria um óleo impuro e de péssimo cheiro. A primeira coisa a fazer era descascar a mamona e tirar-lhe a epiderme. Depois amassá-la bastante...E ele segue explicando o método correto, que vai exigir mais de 8 dias de fermentação. Já o texto *Memória sobre o alambique*, de acordo com José Carlos de Oliveira, poderia ser visto como uma entusiástica propaganda para que ocorresse uma introdução mais abundante desse aparelho no Brasil.

Eis o que diz Gaspar Marques, autor do texto:

São notórias as fadigas que os escoceses empregam para o melhoramento de destilagens e têm sido objeto de geral admiração as vantagens que alcançaram tanto no que respeita à bondade das aguardentes, quanto à economia de as fabricar. Em consequência das repetidas representações dos destiladores de Londres, que alegavam não poderem competir em barateza das aguardentes com os destiladores da Escócia, o Governo britânico as onerou com sucessivos e fortes direitos na entrada daquela capital. Mas, à proporção que os direitos aumentavam, os escoceses tais descobertas fizeram

²⁴⁴ OLIVEIRA José Carlos de. **D. João VI e a Cultura Científica**. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2008.

para a economia e tais melhoramentos executaram em seus alambiques, que conservaram sempre a superioridade em sua manufatura.²⁴⁵

E ele continua:

O Brasil é um dos países onde se pode tirar imensa utilidade com o uso desses novos alambiques. Como já existe um no Rio de Janeiro, algumas pessoas peritas poderão observar ocularmente as vantagens que deles resultam. As mais importantes são a melhor qualidade das aguardentes, sem mau cheiro nem sabor de empireuma; a rapidez das destilações, superior a que se podia destilar com dois alambiques antigos; economia de tempo, de mão de obra e de combustíveis.²⁴⁶

Sempre apoiando ciências e letras, Antônio de Araújo de Azevedo foi assinante e colaborador de *O Patriota*. Através do artigo de Gaspar Marques ficamos sabendo que foi por meio de uma carta datada de 11 de julho de 1810 que Araújo encomendou ao amigo, que então vivia em Londres, o seu “alambique escocês”. “Eu lho remeti, e vindo para esta cidade, o coloquei por sua insinuação em seu laboratório químico, completando o maquinismo, que não tinha vindo de Londres, e fazendo alguns melhoramentos adicionais conducentes à facilidade e perfeição das destilações.” Em suma, Araújo tinha um amigo sábio e generoso como ele. Talvez esta seja a chave para ter ganhado a concorrência de laboratórios.

²⁴⁵ OLIVEIRA, J. C., op.cit., p.61.

²⁴⁶ HEMEROTECA digital da Biblioteca Nacional. *O Patriota*, 1814. Edição 00006. Memória sobre hum alambique mais commodo, por Gaspar Marques. Com 2 estampas.

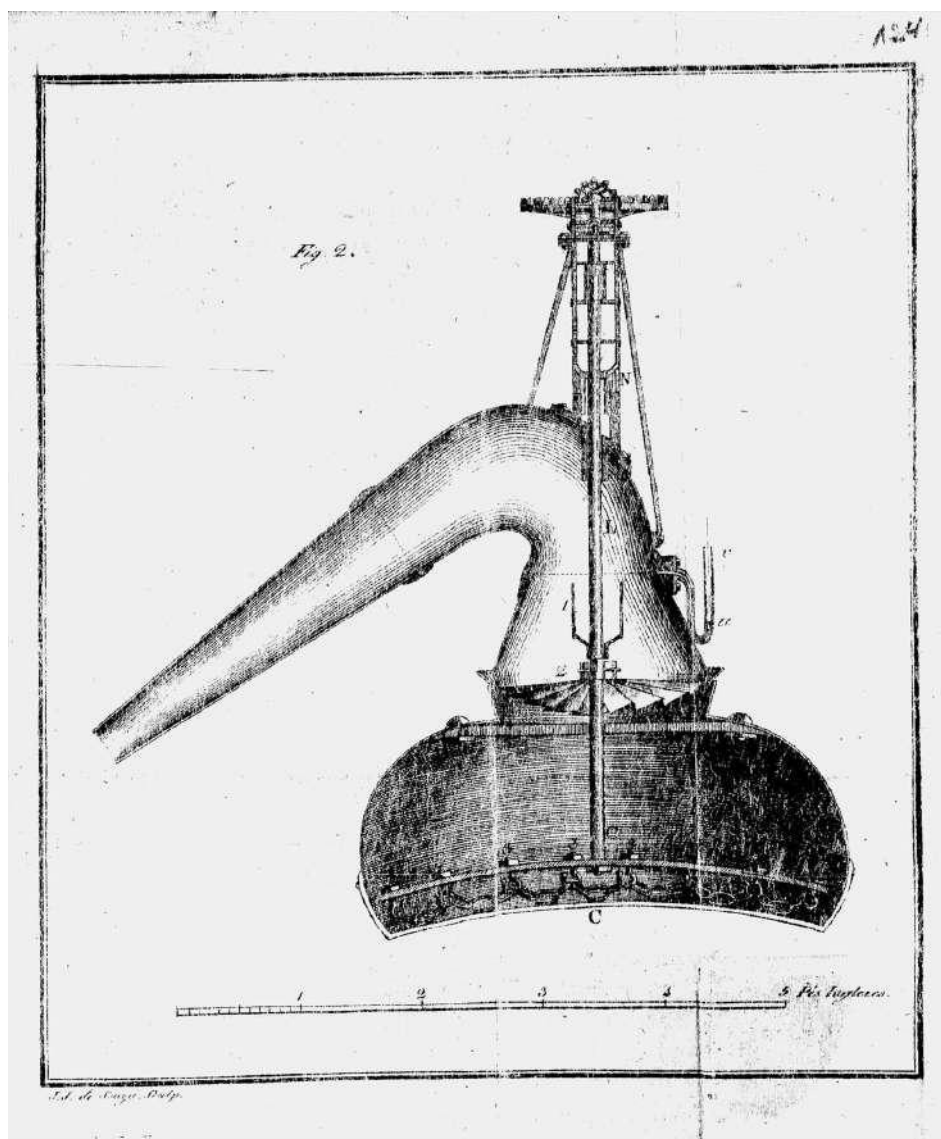


Fig.41 - Reprodução do alambique descrito por Gaspar Mendes em seu artigo no jornal *O Patriota*, em 1813. 2ª edição, página 115.

Uma nota curiosa foi a que saiu no relatório do Ministério da Guerra de 1889, que prova que no fim do século XIX o laboratório do conde da Barca ainda existia e era útil a nação. Fazia parte dos “próprios nacionais”, que eram em número de 14:

Descrição - Grande sobrado de um andar, construção forte e nova, tendo 11 janellas de frente a um portão. Seis pavilhões isolados formando duas alas. Construcção de tijolos. Um pequeno pavilhão de construcção ligeira e outro ainda menor arruinado. Três galpões de madeiras cobertos de ferro zincado. Pateo calçado a paralellipados. Illuminação a gas, agua e esgoto.

Confrontação- Na rua Evaristo da Veiga número 29, no terreno que se estende deste ponto até o fundo do edificio da Secretaria da Justiça.

Serviço a que será aplicado – Laboratório chimico farmacêutico militar. No sobrado principal reside o chefe do Laboratório, o pavimento térreo é

(16)

na Cidade Nova, rua Formosa, precisa de 600.000 mil rs. por hum anno em duas letras, e dá hum bom fiador com hum por cento ao mez de premio; e tambem para cujo fim hypotheca as beaifeitorias de hum predio em que presiste: qualquer Sr. que queira fazer este favor pode hir a sua casa ou declarar no Diario a sua residencia.

33 João José Ferreira Reis, refirindo-se ao annuncio N. 16 do Diario N. 21; roga a todos os Srs. hajão de comparecer hoje 4 do corrente mez, na sua casa da Rua Nova do Ouvidor N. 37. pellas 10 horas da manhã, para á vista do balanço que pertende apresentar deliherar emconforme as suas circunstancias.

Arrematações

77 Segunda feira 6 do corrente, hade fazer-se a ultima Praça dos moveis, que forão do Conde da Barca, os quaes serão imperterivelmente rematados, cada coisa em separado, ou todos juntos, hirão a Praça os utensilios de huma Botica compelta, e de hum Laboratorio Quimico, que se rematará a Botica em separado, ou esta e o Laboratorio juntos; estão ainda para arrematar 4 escravos, que sabem trabalhar perfeitamente em chacara, horta, e jardim, e não tem vicio algum; hum grande moinho de moer Trigo, com duas moes ao mesmo tempo, que pela sua construção não deixa evaporar o menor pó da farinha; também tem moer de sobrielecente, e hum grande e optimo veio para serrar, todo fabricado conforme as dimenções do melhor Artista Portuguez Marquez; ha alem do referido varios moveis, e 3 barricas do milho e mais fino gesso, bancos de Carpintaria, varios caixoes, e outros trastes.

Obras Publicadas.

Sabio á luz o novo Periodico intitulado *Papagaio*, o qual continuará a sair semanalmente, nos dias que se annunciar. Vende-se por 80 rs. na loja de João Baptista na rua da Cadeia, na dos Annes Fluminenses na Praça da Constituição, e

na Botica de Garcez na rua dos Pescadores, e tanto da Candelaria.

Mais Leilões

Achando-se dissolvida a Sociedade de Gemmill, Coats, e Comp., elles informão ao Publico, que se fará leilão Sabbado 4 de Maio corrente, na casa da sua residencia na rua das Viollas N. 191, de 3 negros, e de todos os moveis da casa, consistindo em mezas, cadeiras, marquizes, colchões, roupa de meza, e cama &c. Tambem dos moveis de escriptorio, consistindo em escriptaninhas de qualidade superior, hum cofre de ferro, huma elegante estante para livros de escriptorio, huma maquina de patente para copiar cartas, o celebre Atlas de Thomson, com 74 mappas, alguns livros sobre o Commercio, huma porção de papel, e varias outras couzas. O leilão principia as 10 horas da manhã. Advertese mais que tambem tem 9 Relojos de muzicas, próprios para sala, do gosto mais moderno que ha na Inglaterra.

Embarcações a sahirem.

Quem quizer afretar ou comprar o Bergantim Sueco-Hilda do lote de 17000 arrobas, e muito velleiro, dirija-se a casa de Samuel Noel rua do Ouvidor.

Telegrapho.

Partes dadas no dia 3 de Maio.

Entrarão hontem de noute, a Curveta de Guerra Ingleza Beracuta, de Cabo Verde em 26 dias; o Bergantim Americano, Chatsworth, de Baltimore, em 57 dias. Sahirão o Bergantim Portuguez Catharina, para Santa Catharina; a Lancha Primavera, para Santos. Entrarão a Sumaca Nova Aurora, de Pernaguá em 8 dias; as Lanchas, Santa Barbara, do Rio de S. João em 3 dias; Boa Fé, de Macalié, em 5 dias; o Paquete Inglez, Walsingham, de Falmouth, e Madeira em 49 dias; o Bergantim Americano, Jamy Izabella, de Cadiz, em 51 dias. Fica ao Norte da Barra, hum Bergantim.

Amanhã Domingo 5 de Maio e 125. do anno de 1822.

Depois de amanhã S. João Ante Fortam Latinam, S. João Damasceno.
Com a Novena da Ascensão.

O Sol passa pelo Meridiano as 11 horas e 56 minutos e 31 segundos; põe-se as 5 e 22 minutos; e nascerá no dia 6 ás 6 horas e 28 minutos.

Marés. { Baixamar ás 2 horas; e ás 2 horas e 19 minutos do dia 6.
Preamar ás 8 horas e 31 minutos, e ás 8 horas e 56 minutos danoite

NA IMPRENSA DO DIARIO, RUA DOS BARBONOS N.º 78.

Fig.43 - Anúncio publicado na Imprensa do Diário, rua dos Barbonos, 78, em maio de 1822.

CAPÍTULO 6 – A LIVRARIA

a) O tesouro do bibliômano

Quando o conde da Barca morreu na chácara do Bom Retiro, três dias antes tinha deixado por escrito as suas últimas vontades em três meias folhas, nas quais nomeava como seus testamenteiros, com livre e geral administração de todos os bens, o conselheiro José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de D. João VI, e o desembargador José Duarte da Silva Negrão Coelho, “por ambos terem dado prova de verdadeiros amigos no decurso de muitos anos”.²⁴⁸

Sem herdeiros forçados, já que se manteve solteiro por toda a vida, ele instituiu como herdeiro universal o irmão João Antônio de Araújo de Azevedo, conselheiro da Fazenda, que se encontrava no Brasil. No testamento, consignou-lhe “o direito de imediatamente requerer a El Rei Nosso Senhor qualquer remuneração que seja servida em razão dos cerca de trinta anos de serviços prestados a Coroa”. Com base nesta orientação póstuma do fiel servidor, João Antônio conseguiria, além de uma comenda para si mesmo, a de São Pedro do Sul, que o Rei protegesse suas cinco irmãs com uma remuneração anual de 200 mil réis, enquanto estivessem vivas.

Como afirma o biógrafo Menezes Brum, nos Anais da Biblioteca Nacional de 1877, e como também já assinalamos, o conde da Barca morreu empobrecido, deixando como bens principais a casa na Rua do Passeio, alguns bons quadros e sua livraria, duas vezes preciosa, por seu inestimável valor literário, bens esses sujeitos a dívidas na importância de rs 10.161\$994, pois nunca chegou a pagar por completo a dívida contraída ao comprar o imóvel, ainda penhorado quando faleceu. Quanto à chácara nas adjacências do Bairro do Bom Retiro (Colina do Matoso), Brum não a menciona, por ter sido arrendada (nos leilões provavelmente seus bens ou “trastes” internos devem ter sido acrescentados aos gerais, como os móveis e os quatro escravos). Apossando-se

248 Abel Rodrigues em **O Arquivo do Conde da Barca, Mnemósine de um Ilustrado**, citando o Testamento que se encontra na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – cod II, 35, 05, 005. **O arquivo do Conde da Barca: Mnemósine de um ilustrado**. s.d. Disponível em: http://www.academia.edu/25408522/O_Arquivo_do_Conde_da_Barca_Mnem%C3%B3sine_de_um_Ilust_rado. Acesso em: 29 ago. 2016.

praticamente de todos os manuscritos e documentos diplomáticos, políticos e pessoais, João de Araújo escolheu somente 400 livros da biblioteca do irmão para levar para Portugal e deixou cerca de seis mil no Brasil para serem vendidos. Tendo indicado como seu procurador no Rio o padre José Francisco da Silva, o sucessor do irmão na Casa de Sá morreria em Barcellos em 1823. O beneficiado, em seguida, seria o sobrinho Antônio d'Araújo Pereira Pinto. Mas muita água ainda correria por debaixo da ponte.

Como costuma ocorrer com heranças, a casa no Passeio Público geraria muitos problemas para os herdeiros do conde da Barca, assim como a biblioteca. Basta ler nos jornais de época os vários anúncios sobre arrematações ou leilões sempre adiados devido a complicações judiciais, havendo os que incluíam a livraria e os que a deixavam de fora. Em 1821 foram publicados no *Diário do Rio de Janeiro* os seguintes anúncios:

Por motivo de pendências judiciais não pode por ora ter lugar no dia de hoje 16 do corrente, e ainda talvez no dia 19, a arrematação dos bens, que forão do Illustríssimo e Excellentíssimo Conde da Barca, e logo que cesse o referido embaraço será annunciada ao Público a sua continuação por via deste Diário” [...]

Arrematações: Nas tardes das Segundas e Sextas feiras de cada Semana que não forem Dias Santos, de hoje em diante se há de impreterivelmente continuar, até ser de todo ultimada a arrematação dos bens, que forão do falecido Illmo e Exmo Conde da Barca, nas cazas de sua residência, defronte do Pacey, visto terem cessado os motivos, que embaraçarão a sua continuação: declarando se além disso que os ditos Bens serão todos patentes, sem a menor reserva, as pessoas que os pretenderem arrematar.²⁴⁹

A respeito da livraria houve os anúncios publicados também no *Diário do Rio de Janeiro* em 1822:

Arrematação

Tendo de continuar-se pelo Juízo da Correição do Civil desta Corte, a arrematação dos bens penhorados que forão do Exmo Conde da Barca, entre os quais he também a sua Livraria, toda pessoa que a queria ver, e a sua avaliação, para depois lançar e afrontar como lhe fazer conta nos dias de Praça que se seguirem, poderá em qualquer ocasião dirigir-se a caza que foi da residência do mesmo Conde na rua do Passeio Público, onde achará quem a mostre.

Arrematação

No dia Sexta feira 19 do corrente e em todas as Segundas feiras e Sextas, há de haver praça para a arrematação dos moveis do Conde da Barca, que constão de vários trastes para ornato de casas, utensílios de Química e Botica,

²⁴⁹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1821.

História Natural, Livraria por junto, Maquina de moer trigo, e serrar, vários escravos, louças, e mais varias coisas raras, tão bem se noticia a todos os Senhores, que tem arrematado vários trasques, e que os não tem hido conduzir, que no dia Sexta feira, tornão à praça, como se há de fazer a todos os que os não mandarem conduzir os dias da Lei.²⁵⁰

Eis o que escreveu Menezes Brum em 1876-77, reproduzindo a Exposição que vem à página 13 da *Memória sobre a dívida do Estado a João Piombino, cessionário habilitado dos herdeiros do Conde da Barca*²⁵¹:

“Entre os bens do Conde figurava a casa de sua residência na Rua do Passeio, onde hoje tem assento a Secretaria dos Negócios da Justiça. A Fazenda foi comprar a João Rodrigues Pereira de Almeida seus direitos litigiosos que este tinha sobre o finado, e prosseguindo na ação, depois de expulsar violentamente o procurador do herdeiro, e de encaminhar o processo sem parte e em tempo de guerra, obteve a Fazenda sentença de adjudicação do referido prédio com todas as suas pertenças e terrenos até a rua dos Barbonos pela quantia da avaliação, rs. 14.600\$000. À folha 93 dos autos se leem os dois acórdãos de adjudicação das casas à Fazenda e incorporação nos próprios nacionais na mesma quantia em que foram avaliadas, sem abatimento algum. Pagou o Estado, cessionário, ao seu cedente, Pereira de Almeida (o Barão de Ubá), rs. 9.735\$ e (sem consentimento das partes) a um chamado credor do conde (Manoel do Loreto Bastos), rs. 416\$874, ficando a dever, segundo esta conta, rs.4.148\$874”.

Este valor, rs. 4.148\$874, o saldo da compra da casa pela Fazenda, teria que ser entregue aos herdeiros do conde, mas até junho de 1858 ainda estava pendente. Quanto à livraria, a situação também foi bem complicada. Assim que morreu o conde, D. João VI mandou o bibliotecário Joaquim Dâmaso arrematá-la em leilão para que fosse incorporada à Biblioteca Real. Só que os herdeiros do conde ficariam anos e anos sem receber o dinheiro. Voltemos à *Memória sobre a dívida do Estado a João Piombino, cessionário dos herdeiros do Conde da Barca*:

Era propriedade particular do Conde uma livraria magnífica, composta de mais de 74 mil volumes (sic...6 mil a 7 mil), em 2, 9 coleções, a qual, para inventário dos bens do conde, a que seu testamenteiro estava procedendo, foi avaliada em 16:818\$300, no ano de 1819. No leilão dessa livraria, a que se ia proceder, sob a autoridade do juiz respectivo, apresentou-se, entre os mais cidadãos concorrentes, frei Joaquim Dâmaso, nomeado bibliotecário da

²⁵⁰ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1822.

²⁵¹ Nota da Autora: Essa *Memória da Dívida do Estado a João Piombino* se encontra nos Annaes da Biblioteca Nacional de 1876/1876, onde também foram publicados os escritos de Brum sobre o Conde da Barca.

Biblioteca Pública, autorizado pelo príncipe regente para lançar n'aquela livraria, sendo o pregão num só lote. Assim se fez, e nesse leilão de inventário foi arrematada a livraria para a Biblioteca Pública também pelo preço em que tinha sido avaliada, sendo no mesmo ato prevenido o representante do Estado de que devia entrar (*intrar*) para o Banco do Brasil, em três dias, com o produto da arrematação, repetindo-se esta notificação por intimação feita por oficial de justiça, que nos autos se acha transcrita. O certo porém é que a Fazenda se apoderou logo da livraria, mas não satisfez a obrigação de entrar com o seu valor para o banco nem nos três dias, nem até o dia de hoje.²⁵²

Em 1848, os herdeiros reclamaram por via administrativa a restituição dos ditos bens, indevidamente incorporados à Fazenda ou seu real valor. Em 1854, finalmente a Fazenda foi condenada a pagar o saldo do valor da casa em moeda fraca e sem juros (por considerar essa quantia como depósito de herança jacente) e o preço da arrematação da livraria em moeda forte (porque esse valor foi considerado como indevidamente retido pela Fazenda, desde que não o transferiu para o cofre que lhe fora designado). Com isso, ficou decidido em junho de 1858 que a Fazenda pagaria a João Piombino, cessionário dos herdeiros do conde da Barca, o principal devido em moeda forte desde o leilão, ou seja, rs.16.818\$400, e os juros pagos na mesma espécie, no valor de rs.34.423\$525. Quanto à casa no Passeio, os herdeiros receberiam o saldo de rs. 4.447\$996 (descontadas as dívidas com o barão de Ubá e com Manuel Loreto). E as custas que contadas somaram rs.630\$577.

Mas haveria ainda tentativas de recursos no Poder Legislativo e Judiciário, tendo sido feita uma comissão composta por membros da Justiça civil e deputados federais para discutir o assunto. A ideia era postergar o pagamento ou reduzir os juros, que davam um baque no Tesouro. Do ponto de vista do poder executivo, porém, essa ideia de recurso não foi bem-vinda. Consultado, D.Pedro II achou que cabia ao governo apenas solicitar os fundos necessários para pagar aquilo que a Fazenda fora condenada em última instância. Outros atrasos ocorreriam, e o dinheiro acabaria sendo liberado, pasmem!, somente em 1870. Com os juros, a quantia total havia se elevado a rs.97.000\$000. O que fez Menezes Brum escrever: “Ainda que legalmente João Piombino seja o legítimo proprietário desta avultada soma, faz pena à gente o não ter ela aproveitado aos herdeiros do grande estadista, do fiel e incansável servidor de Estado e

²⁵²BRUM, M., op.cit., p.13.

amigo dedicado do Brasil, cujos relevantes serviços, que por certo não foram cedidos a João Piombino, foram também invocados em apoio dos direitos que, como cessionário, ele tinha ao valor dos bens do conde da Barca!”

Mas não importa. João Piombino ficou com o dinheiro e nós, brasileiros, ficamos com a livraria, o grande amor do conde da Barca. Adquirida no leilão de 1819, dois anos após a morte de seu proprietário, a famosa “Coleção Arajuense” faz parte do acervo formador da Biblioteca Nacional. É constituída por 2.365 obras em 6.329 volumes, em sua maioria dos séculos XVII e XVIII. Extremamente diversificada, ela é uma prova do leitor curioso e ávido de saber universal que era Antônio de Araújo de Azevedo, além do domínio que tinha de várias línguas.

Quanto aos manuscritos e documentos, como João de Araújo levou o arquivo pessoal do irmão para Portugal, ficaram realmente muitos poucos no Brasil. Mas mesmo assim temos documentos do próprio punho do conde na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo que o principal deles é o referente ao Tratado de Paz com a França em 1797 e a defesa que fez pessoalmente enquanto estava na prisão da Torre do Templo²⁵³, que se encontra na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Antônio de Araújo de Azevedo escrevia com ²⁵⁴extrema facilidade cartas e ofícios e, neste caso, o do encarceramento no Templo, não poupou sua pena até ser liberado.

²⁵³CORRESPONDÊNCIA..., op. cit.



Fig.44 - Ex-libris do Conde da Barca. Gravura em metal.
Francisco Bartalozzi. 1815.

b) A Coleção Arajuense

Organizada por seu proprietário a partir de 1787 e adquirida em leilão pelo governo joanino em 1819, a Coleção Arajuense está distribuída nas diversas divisões da Biblioteca Nacional. É possível encontrar seus títulos nos catálogos de Obras Raras, Manuscritos, Iconografia, Cartografia, Música e Obras Gerais. Muitos volumes infelizmente perderam o Ex-libris de seu titular e foram marcados com o selo da Real Biblioteca, dificultando, posteriormente, a reconstituição original da “livraria” do Conde da Barca. Dentre as raridades bibliográficas estão: uma edição de 1550 das obras completas de Maquiavel; o tratado de esgrima de Girard Thibault de 1628 e a coleção ilustrada *Hortus Nitidissimis*, editada entre 1750 e 1786 na Alemanha. Há dois livros sobre a questão da escravidão: “*A Letter on the abolition of the slave trade*” (por W.Wilberforce, Londres, 1807) e “*Considérations importantes sur l’abolition générale de la Traite des Negres, adressées au Negociateurs des Puissances Continentales que doivent assister ao Congrès de Vienne*”, escritas por um português. Paris, 1811.

E entre as obras raras há também: *Theorica verdadeira das Marés, conforme a Philosophia do incomparável cavalheiro Isaac Newton* (Jacob de Castro Sarmiento, Londres, 1737, primeiro texto de Newton a ser traduzido para o português), um *Dicionário Português Brasileiro*, “obra necessária aos ministros do Alto Mar Português (1795)” e, como foi mencionada no início deste trabalho, a *Encyclopedie ou*

Dictionnaire Raisoné des Sciences, des Arts e des Métiers, par une société de gens de lettres, mis en ordre e publiée par Monsier Diderot e par Monsieur D'Alembert, Paris, 1751 a 1780 (30 volumes in folio com estampas).



Fig.45 - Capa da **Theorica Verdadeira das Marés conforme à Filosofia do incomparável cavalheiro Isaac Newton**. Primeiro texto de Newton a ser traduzido para o português, por Jacob de Castro Sarmiento.



Fig.46 - Catálogo dos Livros da Biblioteca do Conde da Barca em 1818.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

A Biblioteca Nacional possui na Seção de Manuscritos um catálogo das obras que compunham a livraria do nobre português que se estende por 224 páginas, listando um total de 2418 títulos. Volume in-fólio de 42 milímetros de altura por 25 milímetros de largura, encadernado, Menezes Brum crê tratar-se do mesmo catálogo que constava dos autos do inventário dos bens do Conde, citado pelo escrivão Silvestre dos Reis Nunes. Enquanto que o da Biblioteca Nacional se denomina “Catálogo dos livros da biblioteca do Conde da Barca em 1818”, o do inventário foi chamado de “Catálogo dos livros que compõem a biblioteca do Exmo. Conde da Barca em 1818”. Ao lado do número, do nome, do autor e da editora de cada título - que pode ter mais de um volume, por isso é que a soma total dos livros ultrapassa os 6 mil -, está o valor da avaliação, provavelmente feita para o leilão no qual a livraria foi arrematada em 1819 por Dâmaso para a Biblioteca Real.

As matérias que compõem a livraria ou biblioteca englobam ciências, artes e ofícios desde o início dos tempos até a virada do século XVII para o XVIII, seguindo o

preceito iluminista de que o conhecimento deveria abranger todos os mistérios da natureza e interesses de um homem culto. O catálogo abre com Teologia e termina com Vida dos Homens Ilustres. Na revista dos Annaes de 1876/1877, José Zepherino de Menezes Brum reproduz a divisão dos temas colocando em parênteses as páginas a eles dedicadas:

Theologia (pag 1-5)
 Textos e Versões da Escritura Sagrada (pag.1)
 Theologos e Moralistas (pag 1-2)
 Catecismo e Orações (pag3)
 Theologia Mystica, ou Contemplativa (pag.3)
 Orações Sagradas (pag. 3-40)
 Theologia Polemica (pag. 5)
 Theologia Heterodoxa (pag. 5)
 Jurisprudência (pag. 6-13)
 Direito Canonico (pag.6)
 Direito Eclesiástico Portuguez (pag. 6)
 Direito Civil, da Natureza e das Gentes. Direito Público (pag. 6-8)
 Direito Patrio (pag 8-10)
 Legislação Estrangeira (pag10-13)
 Hespanha (pag10-11)
 França (pag 11-12)
 Inglaterra (pag. 12)
 Alemanha (pag 12)
 Napoles (pag 12)
 Hollanda (pag. 12-13)
 Sciências e Artes (pag. 13- 205)
 Filosofia (pag. 13-16)
 Ethica, ou Moral (pag. 16-18)
 Economia (pag. 18-19)
 Politica (pag. 19-21)
 Commercio e Finanças (pag. 21-23)
 Historia Natural (pag. 24)
 Historia Natural em geral (pag. 24-27)
 Historia Natural dos Elementos (pag. 27)
 Mineralogia (pag. 27-28)
 Mettallurgia (pag. 28)
 Historia Natural dos Fossilos e das Petrificações (pag. 29-30)
 Historia Natural das Pedras (pag.30)
 Historia Natural das Águas, Banhos e Águas Minerais (pag.30-31)
 Agricultura e Jardinagem (pag. 31-33)
 Botânica (pag. 33.44)
 Historia Natural dos Animais (pag. 44-47).
 História Natural dos Animais Anfíbios (pag 47)
 História Natural dos Peixes (pag. 47-480)
 História Natural das Conchas (pag. 48-49)
 Historia Natural dos Insectos do Rio e da Terra (pag. 49-50)
 Historia geral dos Insectos (pag. 50-53)
 Historia Natural dos Monstros, Prodígios, etc (pag. 53).
 Domenici Vandelli. Dissertatio de Monstri Colimbriae. 1776. 1 folheto. 4º
 Gabinetes, ou Colleções de Curiozidades da Natureza e da Arte. (Pag. 53).
 Medicina (pag. 53-57).
 Anatomia (pag. 57)
 Medicina Veterinaria (pag. 58)
 Fyzica em geral (pag. 58-60)

Quimica (pag. 60-63)
 Mathematica (pag 63-66)
 Astronomia (pag 66-68)
 Astrologia (pag. 68)
 Hydrografia (pag. 68-69)
 Optica e Perspectiva (pag. 69)
 Muzica (pag 69)
 Artes (pag. 72-73)
 Artes de Desenho e Pintura (pag. 73-75)
 Architectura Militar (pag. 76)
 Arte Militar (pag. 76-77)
 Arte Pyrotechnica ou do Fogo, da Fundição, etc (pag. 77)
 Gymnastica (pag. 78)
 Artes, e Officios Mechanicos (pag. 78)
 Bellas-Letras (pag. 78)
 Grammaticas e Dictionarios (pag 79-82)
 Rhetorica (pag. 82)
 Oradores Gregos (pag 82-83)
 Oradores Latinos (pag. 83 –84)
 Poetica (pag. 85)
 Poetas Gregos (pag 85-88)
 Poetas Latinos (pag. 89-97)
 Poetas Latinos de Nações Estrangeiras (pag. 97-98)
 Poetas Portuguezes (pag. 98-101)
 Poetas Hespanhoes (pag.101-102)
 Poetas Francezes (pag. 103. 104)
 Poetas Inglezes (pag. 104. 106)
 Poetas Italianos (pag. 106-109)
 Poetas Alemães (pag. 109)
 Theatro (pag.110)
 Theatro Grego (pag. 110-112)
 Theatro Latino (pag. 112-113)
 Theatro Portuguez (pag. 113-114)
 Theatro Hespanhol (pag.114)
 Theatro Francez (pag. 115-116)
 Theatro Italiano (pag. 117-119)
 Theatro Alemão (pag.119)
 Mythologia (pag. 119.120)
 Fabulas, Apologos, etc (pag.120)
 Facecias, Peças Burlescas, etc (pag. 121)
 Contos e Novelas (pag. 121)
 Romances (pag. 121-128)
 Filologia (pag. 123)
 Tratados de Estudos e da Literatura (pag.123-124)
 Critica (pag. 124)
 Satyras, Invectivas, Defensas, Apologias, etc (pag.125)
 Adagios, Proverbios, etc (pag. 125)
 Discursos Filologicos, Criticos, Allegoricos, etc (pag. 126)
 Polygrafia (pag 126-128) – Rousseau, Voltaire, Plutarco, Gibbon, etc...
 Diálogos e Entretenimentos (pag. 128-129)
 Colecções de Cartas (pag. 129)
 Historia (pag. 130)
 Geografia em geral (pag. 130-133)
 Viagens em geral (pag. 133-143)
 Chronologia (pag. 143)
 Historia Universal (pag.143-147)
 Historia Ecclesiastica (pag.147-149)
 Historia Profana das Monarchias antigas (pag. 149)
 Historia dos Judeos (pag. 149-150)
 Historia Geral das 4 monarquias antigas, dos Caldeos, Babylonios, etc (pag. 150-151).

Historia Grega (pag. 151-152)
 Historia Romana (pag. 152-155)
 Historia de Portugal (pag. 155. 158).
 Historia de Hespanha (pag. 158. 162)
 Historia de França (pag. 162. 168)
 Historia de Inglaterra (pag. 169-175)
 Historia de Alemanha (pag. 175-176)
 Historia da Prussia (pag. 176)
 Historia da Italia (pag. 176-177)
 Historia da Hollanda (pag. 177-179)
 Historia da Suissa (pag. 179)
 Historia da Suecia (pag. 180)
 Historia da Polonia (pag. 180)
 Historia da Russia (pag. 180-181)
 Historia Oriental (pag. 181)
 Historia dos Turcos (pag. 181)
 Historia da Azia (pag. 182-183)
 Historia da Africa (pag. 183-184)
 Historia da America (pag. 185)
 Historia dos Estados Unidos da América (pag. 185-186)
 Historia Genealogica (pag. 186)
 História Política ou Diplomática (pag. 186-188)
 Antiguidades (pag. 189)
 Museus, Pedras Gravadas, Inscricções, Numismatica (pag. 189- 194)
 Historia Literaria (pag.)
 Vida dos Homens Illustres (pag. 204-205).

Há livros em português, francês, italiano, inglês alemão, holandês, latim, etc, com a predominância óbvia do português e francês, a língua de cultura na época. Para se ter uma ideia do que significa esta listagem, vamos tomar como exemplo o primeiro e o segundo itens da Teologia, os Textos e versões da Escritura Sagrada, e os Teólogos e Moralistas. Do primeiro constam cinco títulos:

1- *Bíblia Sacra*. Mss em Latim, 1300. 1 volume. 8º. Sem tit. 320 (réis).

2- *La Biblia*, qui es los sacros libros del viejo e nuevo Testamento trasladada en espanhol. 1 volume. 4º. 800.

3- *Do Velho Testamento*. 1º Volume que contém os S.S. livros de Moysés, Josuá, Juízes, Ruth, Samuel, Reis, Chronicas, Esra, Nehemias, traduzidos em português por João Ferreira A. d' Almeida, Ministro Pregador do Santo Evangelho. Batavia. 1784. O 2º volume que contém os S.S. livros de Job, os Salmos, os Provérbios, o Pregador, os cantares, com os profetas Mayores e Menores,

traduzidos pelo menos por Jacobo op den Akker, Ministros, Batavia. 1753. 2º volume 8º. 960.

4- *Biblia Sacra quadrilingua*. Novi Testamenti Graeci cum versionibus Syriaca, Graeca vulgare, Latina e Germanica. Adjectis variantibus lectionibus tum Graecis ex ed. Nov. Test. Iohannis Millii S.T.P. praecipue excerptis, tum Syriacis ex polyglottis Anglicanis et ed. Schafii Petitis, tum etiam Germanicis nonnullis e diversis b. Lutheri editionibus annotatis..Quibus accedunt loca pararella uberrima tantoque numero ex bibliis et commentariis comportata quantum nulla adhuc editio produlit et annotationes philologicae et exegeticae (...) Accurante M. Christianus Reineccius, Lanckish. Lipisiae. 1747. 1 volume folio. 800.

5- *Le Nouveau Testament em Latin et em Français traduit para Sacy* (Louis Isaac Le Maistre de Sacy).. Edition ornée des figures gravées sur les desseins de Moreau Le Jeune. Paris. 1793. 1 volume. 4 gramas. Papel vélin. 2.400.

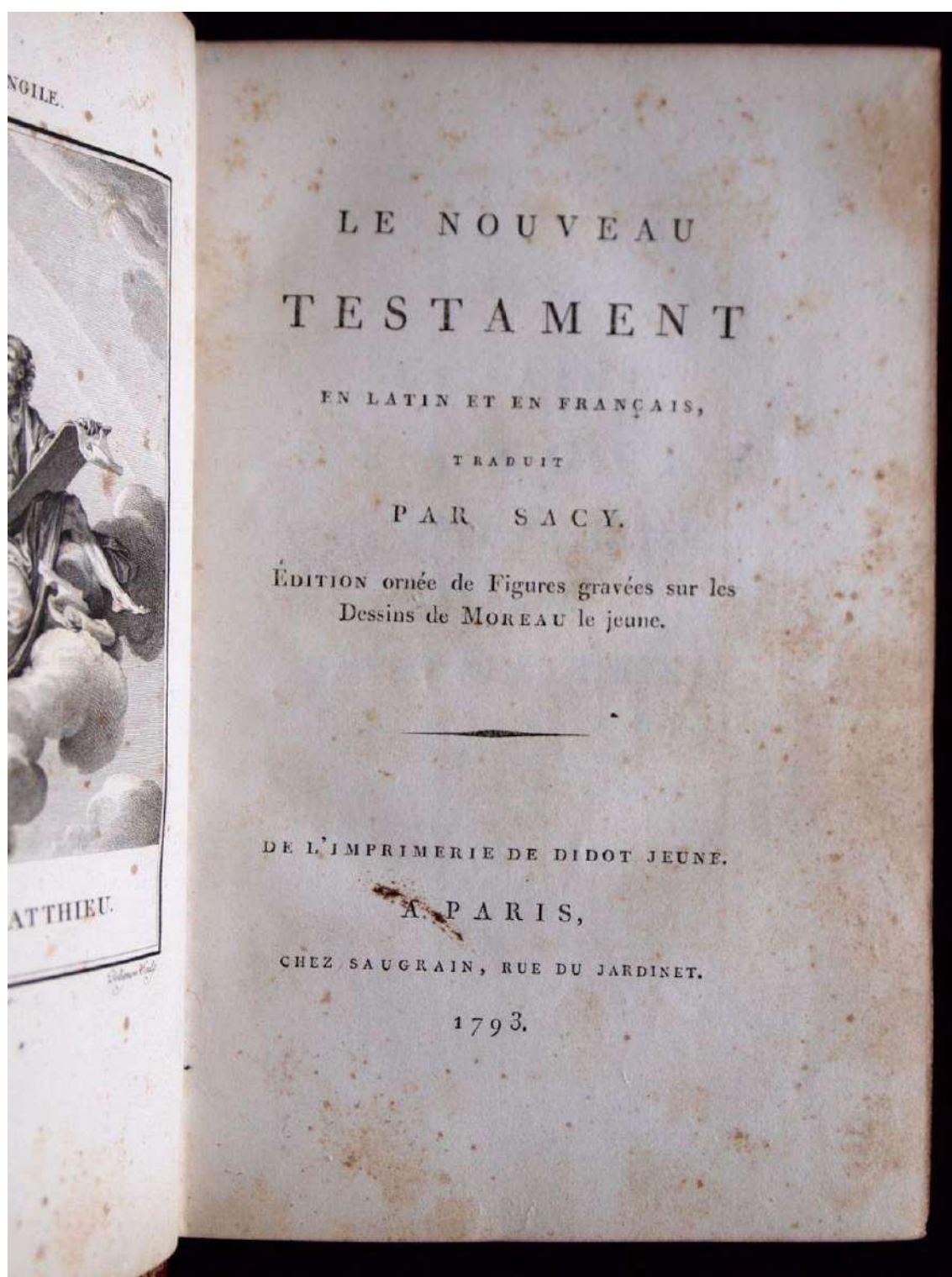


Fig.47 - **Le Nouveau Testament en latin et en français**. Traduit par Sacy. Édition ornée de figures gravées sur les dessins de Moreau Le Jeune. Chez Saugrain, à Paris, 1793.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

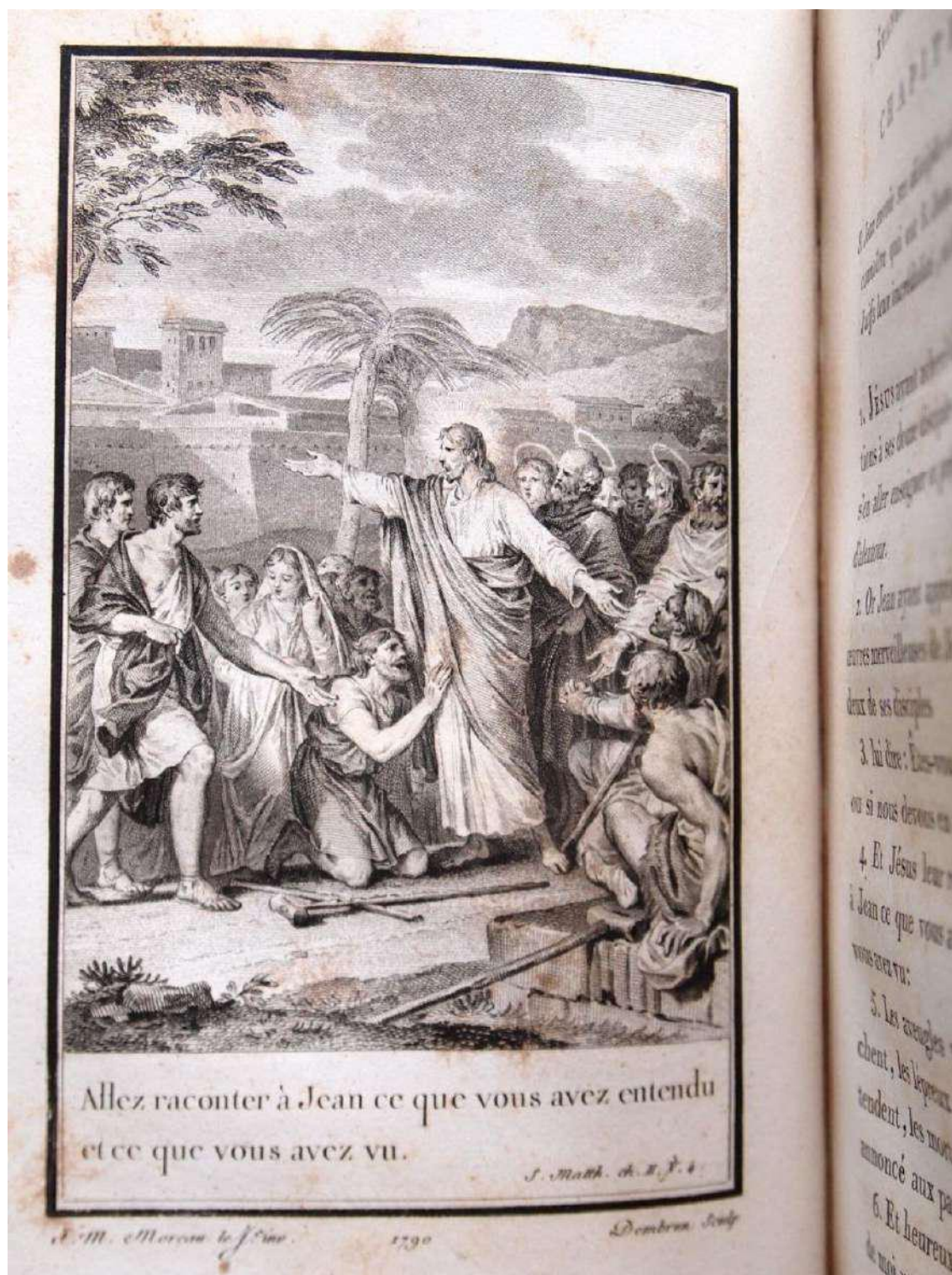


Fig.48 - Uma das imagens da edição em quatro volumes da Bíblia traduzida por Sacy à venda por 900 euros “chez Saugrin”, em Paris. Acervo Biblioteca Nacional.

Já no segundo, o dos Teólogos e Moralistas, há onze títulos:

6) Petri Daniele Huetii (Pierre Daniel Huet) Episcopi Abrincensis, *Demonstratio Evangelica ad Serenissimum Delphinum. Accessit auctore trattato dela situazione del Paradiso Terreste*, in versione latine. Quarta editio. Ab autore recognita, castigata e amplificata. Lipsiae. 1694. 640.

7) *Tractatus theologico-politicus*- continens dissertationes aliquota uibus ostenditur libertatem philosophandi non tantum salva pietate, et reipublicae pace posse concedi: sed eandem nisi cum pace reipublicae, ipsaque pietate nolle non posse. Per hoc cognoscimus quod in Deo manemus, et Deus manet in nobis, quod de Spiritu suo dedit nobis. (Johann. Epist. I cap. 4 v. 13). Benedictus de Spinoza Hamburgi. Apud Henricum Kühnhaht, 1670. 1 volume 4º. 320. *De início, este livro foi editado anonimamente.*

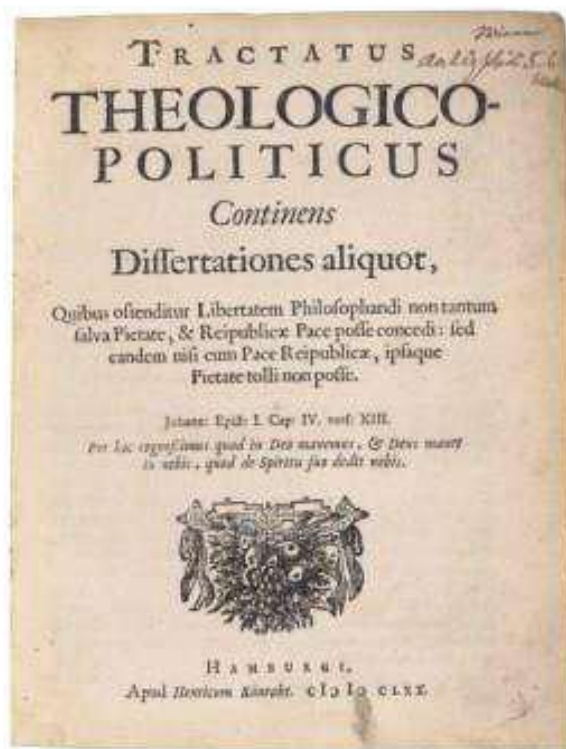


Fig.49 - Tractatus Theologico Politicus atribuído a Benedictus de Spinoza apud Henricum Kühnhaht. 1670. De início este livro foi editado anonimamente.

8) *Essaie sur l'origine du culte religieux, e sur la necessité d'un culte exterieur e publique dans les sociétés politiques*. Paris. 1797. 1 volume 8. Papel. 160.

- 9) *Dissertação em que se mostra que a razão humana he mui fraca, se não he ilustrada pela revelação*, composta pelo padre Francisco Clouts Wanzeller. Lisboa. 1815. Um folheto. 4º 40

- 10) *Analyze da Fé do Padre Pio*. 4º, por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa, 1791. 1 volume 4º 200

- 11) *Collection des Lettres sur les Miracles écrites à Genève e à Neufchâtel* par Mr. Le Proposant Théro, Monsieur Covelle, Monsieur Néezham, Mr. Beaudinet & Mr. de Montmolin. Neufchâtel. 1767. 1 vol 8º broch. 160. *Este livro na realidade era de Voltaire, que em 1766 se engajou num debate com personalidades de Genebra, como Jean-Jacques Rousseau e David Claparède.*

- 12) *Histoire des Variations des Églises Protestantes* par Monsieur Jacques-Benigne Bousset, Paris, 1740. 4 vol. 8º. 800.

- 13) Antonii van Darlem Poliatri Harlemensis de *Oraculi veterum ethnicorum dissertationes* (...). Editio secunda com figurae. 1700. 1 volume 4gr. 402

- 14) *Idea de hum perfeito pároco instruído nas suas obrigações, e instruindo as suas ovelhas na sólida piedade*. Lisboa, 1785. 5 volumes. 8º 2400

- 15) *Compendio de Theologia Moral Evangélica para formar dignos Ministros do Sacramento da Penitência, e Espirituais Directores*. Lisboa, 1776. 6 volumes. 8º 1920.

- 16) *Pastorais do Papa Pio VII*, Dilecto Filis de Bartholomaeus Ruspoli, Hospitalis São Joannis Hierosolymitanus Magnus Magistro Dilecto Filis Joanni Baptista (...) Roma, 1802 et 1803. 1 vol. 4º 80.

- 17) *Pastoral de Frei Manoel do Cenáculo Villas Boas*, Arcebispo Metropolitano de Évora. Lisboa 1808. 1 vol 8º 160.

E assim vai, até se chegar ao término dos mais de 2.400 títulos. Somente esta pequena lista de teólogos e pensadores revela o quanto o conde da Barca prezava a liberdade de pensamento: um livro de Spinoza; outro de Voltaire; uma obra do cientista, acadêmico e bispo francês Pierre Daniel Huet, que usava o ceticismo antigo para criticar o dogma cartesiano; pastorais do papa que teve a coragem de enfrentar Napoleão e por isso foi preso em Fontainebleau; pastoral do erudito frade que foi confessor de Dom José, o irmão mais velho de Dom João que morreu de varíola, co-fundador da nova Coimbra de Pombal e criador da biblioteca pública de Évora, que defenderia bravamente da invasão dos franceses, durante a guerra peninsular. São bem interessantes, por outro lado, as observações feitas por Maria Beatriz Nizza da Silva em *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)* sobre os tópicos filosofia, moral e ética na livraria do Conde. Eis o que ela observa na página 117 deste já citado livro:

A falta de um público para textos filosóficos, no mercado de livros do Rio de Janeiro, não significa que na biblioteca de um aristocrata erudito a filosofia não tivesse o seu lugar. O conde da Barca possuía edições de Platão, Timeu de Locres, Ocelo Lucano, Máximo de Tiro, Salústio e, no que se refere à filosofia moderna, encontramos os nomes de Ralph Cudworth, chefe dos platônicos de Cambridge (edição latina de *True Intellectual system of the Universe* pela primeira vez publicado em 1678), John Locke numa versão francesa, Hobbes (*De Cive*), Bolingbroke e Robert Boyle (*Philosophical Works*), Adam Ferguson (*An Essay on the History of Civil Society*), Helvétius (*De l'Esprit*), além de duas histórias da filosofia, a de Brucker, em latim e a Thomas Stanley em inglês.²⁵⁵

No tocante à ética e moral, Nizza da Silva afirma o seguinte:

No catálogo da livraria do Conde, as obras de ética e de moral constituem uma divisão diferente da filosofia, o que prova que estas áreas eram consideradas distintas da filosofia propriamente dita. Chamam imediatamente a nossa atenção as várias edições de Epicteto (uma italiana, outra bilíngue latim-greco, uma portuguesa e uma inglesa) e os nomes clássicos desta área: Teofrasto, Marco Aurélio, Boécio, Plutarco. No início do século XIX, tal como no século anterior, a moral estava intimamente ligada à teoria da sociedade e do governo, razão porque vemos incluídas nesta divisão obras como *Essays and Treatises on Several Subjects*, de David Hume; um texto anônimo, *Systeme Social*, ou *Principes Naturels de la Morale et de la*

²⁵⁵ SILVA, M.B.N., op.cit., p. 117

Politique, e uma edição francesa da obra do Conde Camazzi sobre a moral dos príncipes.²⁵⁶

Quanto à educação, a autora portuguesa diz que o conde não perdia tempo com as leituras moralizantes que eram divulgadas na época junto ao grande público. Preocupava-se, sobretudo, com a educação como problema de Estado (*Travail sur l'Éducation Publique*, de Mirabeau, o Velho, e *Improvements in Education as it respects the Industrious Classes of the Community*, de Joseph Lancaster) ou então com problemas específicos dessa área, por exemplo, a educação dos surdos-mudos. Nizza da Silva entra no campo do direito, continuando a decifrar o catálogo do Conde, mas, no que diz respeito a sua análise, vamos ficar por aqui. A fim de mostrar o quão abrangente era a livraria do conde da Barca, o melhor seria transcrever os nomes de todos títulos. Mas como a tarefa é impraticável, quem tiver curiosidade para conhecê-los basta visitar o endereço do catálogo na página virtual da Fundação Biblioteca Nacional: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1298806/mss1298806.pdf.

O trabalho seria ainda bem maior se acrescentássemos ao catálogo brasileiro o que existe em Portugal, que data de 1802, o qual foi preparado em Haia pelo bibliotecário Nierdt e tem uma indexação diferente, porque é majoritariamente em ordem alfabética em vez de temática. Impossível saber se os livros listados são os mesmos, já que teriam que ser comparados um a um, e o catálogo que se encontra na Biblioteca de Lisboa também tem cerca de 2000 títulos. Provavelmente o catálogo brasileiro inclui mais livros, já que o Conde, é fácil imaginar, não parou de comprar livros após 1802, tendo feito aquisições após 1808 de volumes já impressos pela Impressão Régia brasileira.

Uma curiosidade que vale ser registrada sobre o catálogo existente em Lisboa é que foi um presente de Luiz Xavier Barbosa, um literato de Vianna de Castela, à instituição cultural da capital portuguesa em 19 de agosto de 1902. Chamado de catálogo da Biblioteca Araujiana, o documento foi oferecido por Leite de Vasconcelos, primo de Barbosa, já que o “offerente” o julgava “digno de ser conservado”. Estava encadernado em pele vermelha com filetes dourados, lombada com filetes e título em dourado. Na página de abertura, Nierdt escrevera o seguinte: *Bibliotheca Araujiana* ou

²⁵⁶ SILVA, M.B.N., op.cit., p. 117

Catalogue des Livres de La Bibliothèque de Son Excellence Monsieur le Commandeur d'Araújo d'Azevedo, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plenipotentiaire de son Altesse Roïale le Prince Régent de Portugal près de la Cour de Russie. Placée a la maison de bois près de la Haye, en Septembre 1802.

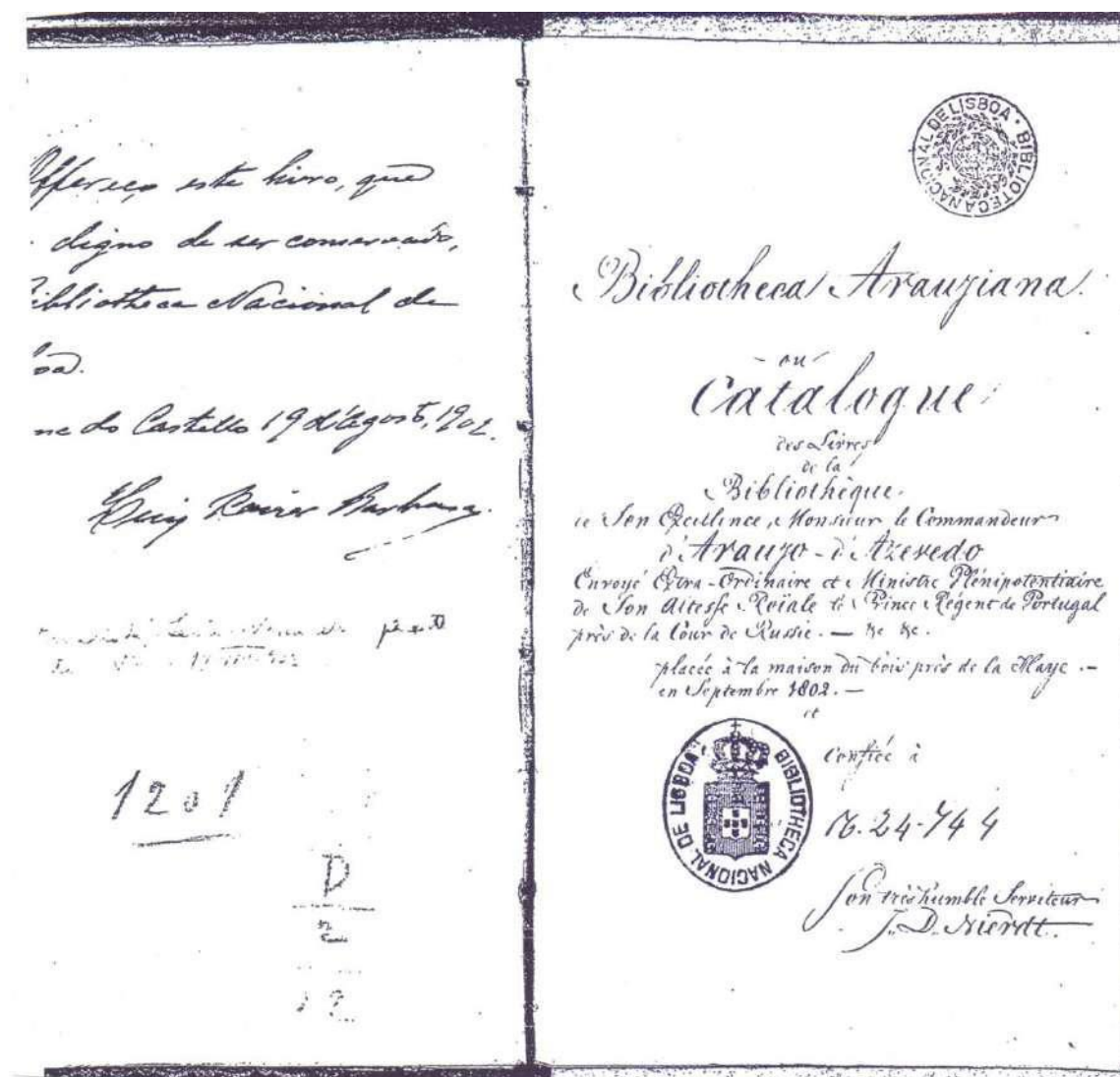


Fig.50 - Folha de rosto do catálogo de livros de Antônio de Araújo de Azevedo (Bibliotheca Araujiana) que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A Biblioteca Nacional de Lisboa também digitalizou esse catálogo. De A a Z, contém um total de 125 páginas. Além da *Encyclopedie* de Diderot e Alembert, editada em Neufchâtel, há a *Encyclopedie Methodique*, ou seja, o conde realmente foi um leitor

fiel das Enciclopédias iluministas.. No caso de Spinoza, fora o *Tractatus Theologicus-Político*, há uma *Opera Posthuma*, o que não existe na listagem da Coleção Arajuense.

São muitos os livros sobre teatro, poesia, história, artes e as mais variadas ciências. Mas de todos os temas selecionados por este colecionador do final do século XVII e início do século XVIII, obcecado por livros, seja qual for o catálogo, isto é, o de Lisboa ou o do Rio, quatro se destacam pela quantidade em sua fantástica biblioteca: Botânica, História Natural, Viagens e Línguas (gramáticas e dicionários de línguas estrangeiras). Em seu trabalho *O homem de letras perante a vida e a morte; elogios históricos da Academia Real das Ciências de Lisboa (1797-1831)*, Beatriz Rodrigues Cabral,²⁵⁷ mestranda em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nos ajuda um pouco a entender estas preferências.

Ela analisou os primeiros nove elogios pronunciados na Academia de Ciências após a morte de seus membros ilustres. Esses tributos póstumos iluministas foram feitos para eternizarem a vida e obra dos seguintes sócios: D'Alembert (sócio correspondente), João de Sousa, Frei Manuel do Cenáculo, João Guilherme Muller, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Maria de Melo, Antônio de Araújo de Azevedo (o conde da Barca), Sebastião Trigoso, e Teodoro de Almeida. Com berços diferentes, mas mostrando talento e mérito desde cedo, todos os nove homens de letras tinham paixão pelo estudo, buscando adquirir um saber universal.

D'Alembert, que fora exposto ao nascer – a mãe o deixara na escada da Igreja Saint-Jean Le Rond – seria incentivado por seus mestres a estudar matemática, por ter dado contínuas e decisivas provas de vastidão de gênio e superioridade de talentos. Comprazia-se em estudar sem esperança de glória. Na pobreza, tentou outros cursos, mas “cansado de lutar com a natureza, se resolveu a ser pobre, e a ser Geômetra”.²⁵⁸ E acabou que o amor à matemática o levaria a uma vida melhor. João de Sousa, ao aprender as primeiras letras, fê-lo com tanta facilidade e dando mostras de um engenho tão penetrante que seus mestres o fizeram viajar pela Europa. Frei Manuel do Cenáculo,

257 CABRAL, Beatriz Rodrigues. *O homem de letras perante a vida e a morte: elogios históricos da Academia Real das Ciências de Lisboa (1797-1831)*. V ENCONTRO INTERNACIONAL DOS JOVENS INVESTIGADORES EM HISTÓRIA MODERNA. Faculdade de Letras de Coimbra, 31 de Maio, 1 e 2 de Junho de 2017. Disponível em:

<http://www.academia.edu/12834915/O_homem_de_letras_perante_a_vida_e_a_morte_elogios_hist%C3%B3ricos_da_Academia_Real_das_Ci%C3%80ncias_de_Lisboa_1797-1831>. Acesso em: 29 ago. 2016.

258 STOCKLER, Francisco de Borja Garção, *op.cit*,

na juventude, havia sido imperiosamente arrebatado pelo amor das Letras e o estudo foi o único passatempo de sua mocidade. João Müller, depois de aprender as primeiras letras, “não só mostrou um gosto decidido para a leitura, mas adquiriu o difícil hábito de ler com sobriedade e de estudar o que lia”.

O pai de Alexandre Rodrigues Ferreira, reparando nas disposições naturais e progressos do filho, enviou-o do Brasil a Portugal para estudar. Contrariando o pai, Alexandre decidiu estudar Ciências Naturais, “por uma espécie de necessidade do seu espírito”. O futuro conde da Barca foi para o Porto estudar. Lá o estudo o absorvia todo o tempo, pois como diz Sebastião Trigoso em seu elogio, “vendo diante de si o imenso e inesgotável tesouro dos conhecimentos humanos, ardia em a nobre ambição de adquirir todos”. O próprio Trigoso superou as expectativas de sua nobre família que desejava que às disposições herdadas correspondesse a necessária cultura. No Colégio dos Nobres, “bebeu o amor que todos tinham às letras que professavam”. E, enquanto que, por meio do estudo ia descobrindo os dilatados horizontes da esfera dos conhecimentos humanos, acendia-se nele “o mais vivo desejo de os compreender e alcançar”.

Um fato que vale a pena ser ressaltado é que nem todos estudaram em universidade, sendo mais importante o investimento pessoal que deram ao estudo. Mesmo o conde da Barca não acabou seus estudos em Coimbra. O interesse de todos estes eruditos recaiu essencialmente sobre Ciências Exatas (matemática, química, ciências naturais, física e botânica), Humanidades (história, filosofia, arqueologia e museologia) e Línguas e Literatura (poesia, tradução, línguas estrangeiras e orientais). “Ainda que se dedicassem mais a uma ou duas disciplinas por motivos profissionais ou devido à paixão por áreas concretas do saber, estes sábios possuíam uma vastíssima erudição e uma grande capacidade de resposta”, diz ainda Beatriz Rodrigues Cabral, tendo acentuado que nos elogios feitos na Academia de Ciências sempre era ressaltada “a transversalidade de seus conhecimentos”,²⁵⁹.

Aprender idiomas era muito importante para esses eruditos que se correspondiam, viajavam, liam várias obras e desempenhavam funções diplomáticas. O Iluminismo visava a atravessar fronteiras. Em Portugal, no século XVIII, o ensino de línguas foi fomentado por homens como João de Sousa e Frei Manuel do Cenáculo, que chegaram a estimular os estudos de línguas orientais, como sírio e árabe. Dedicar-se a

²⁵⁹ CABRAL, Beatriz Rodrigues, op.cit., p. 10

tradução foi um dos passatempos preferidos. O conde da Barca traduziu a “Ode de Dryden para o dia de Santa Cecilia”, assim como a “Elegia de Gray, composta no cemitério de uma igreja de aldeia, “Ode de Gray sobre o progresso da Poesia”, o “Hino de Gray à Adversidade” e o “Hino de Gray vendo ao longe o colégio de Eton”,²⁶⁰

Se aprender línguas era uma preocupação constante, o mesmo ocorria com as viagens. Podia-se viajar para estimular o espírito, por mera curiosidade ou por exigência da profissão. Viajar era aconselhável para se ficar a par das novidades, trocar informações com os sábios e letrados de outros países. Entre os nove membros da Academia de Ciências de Lisboa que foram alvo de elogios por seus pares, João de Sousa foi aconselhado por seus mestres a sair de Damasco e viajar pela Europa. Como dominava o árabe, depois seria enviado pelo governo português a países que utilizavam esta língua. A vida de Alexandre Rodrigues Ferreira, que estudou em Coimbra, ficou marcada pela expedição científica que fez no Brasil. Quanto ao conde da Barca, foi provavelmente o mais viajado deles, tendo estado em sete países exercendo missões diplomáticas, o que lhe deu a oportunidade de conhecer vários sábios, cientistas e escritores, com o trabalho se unindo ao prazer, pois foram as viagens que lhe deram a oportunidade de aumentar sua coleção de livros.

É fácil entender o interesse em viagens. O mundo, na virada do século XVIII para o XIX, ainda estava para ser descoberto. E o curioso é que as pessoas que viajavam, seja por necessidade, funções diplomáticas, espírito aventureiro ou até mesmo devido às guerras, pareciam – por mais surpreendente que o seja - não temer o mal-estar causado pelas travessias em navios. Navegar era preciso. Mas de onde provinha o interesse em botânica? Alguns princípios ou conceitos são básicos, mas nem sempre pensamos neles. Virtualmente todos os alimentos que comemos provêm das plantas, na forma de cereais, frutas, verduras e legumes, como indiretamente do gado, que por sua vez depende de plantas para se alimentar. Como sabemos, as leis da herança genética foram descobertas por Mendel estudando as ervilhas. Muitas drogas, medicinais ou não, vêm do Reino Vegetal. A aspirina, originalmente extraída da casca de salgueiros, é um exemplo. A cura para diversas doenças pode vir de vegetais. Estimulantes populares,

²⁶⁰ Um folheto com a tradução da *Ode de Dryden para o dia de Santa Cecilia* que contém traduções de Odes de Gray foi editado pelo Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa, em Hamburgo, a 30 de maio de 1799. A Biblioteca Nacional, segundo Menezes Brum, possui dois exemplares desse folheto, que faz parte da lista de livros do Catálogo do Conde.

tais como café, chocolate, tabaco, chá, têm origem em plantas. A maior parte das bebidas alcoólicas é obtida da fermentação de plantas, como lúpulo e uvas. As plantas, por outro lado, fornecem muitos materiais naturais: algodão, madeira, linho, óleos vegetais, cordas e borracha são alguns exemplos. A produção de seda não seria possível sem o cultivo de amoreira. Em tempos modernos, a cana-de-açúcar e outras plantas têm sido utilizadas como fontes de biocombustíveis, importantes como alternativa aos combustíveis fósseis. Este é apenas um punhado de exemplos de como a vida vegetal fornece à Humanidade remédios e materiais importantes.

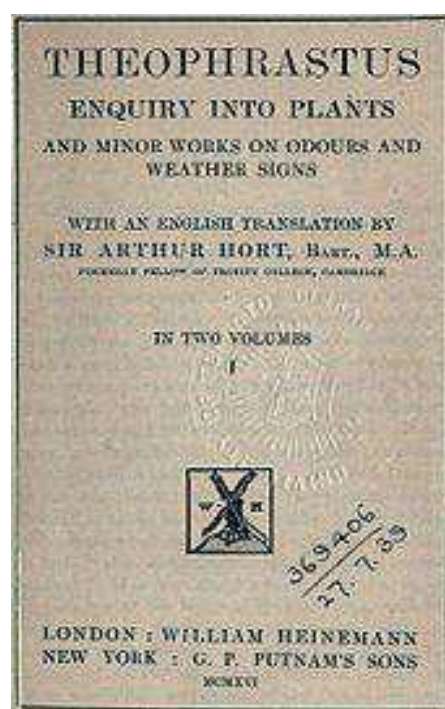


Fig.51 - Theophrastus, **Enquiry into Plants**. English translation by Sir Arthur Hort. 1916. London, William Heinemann; New York, G.P. Putnam's Sons. Livro de Teofrasto, o pai da botânica.

Desde a Antiguidade, o estudo dos vegetais foi abordado através de aproximações bastante diferentes: a teórica e a utilitária. A partir do primeiro tipo de aproximação, com a denominação de botânica pura, a ciência das plantas foi erigida como uma parte integral da biologia. A partir da concepção utilitária, com a denominação de botânica aplicada, a ciência das plantas era concebida como uma disciplina subsidiária da medicina e agronomia. Nos diferentes períodos da sua evolução, uma ou outra aproximação predominava, embora nas suas origens, que datam do século VIII a.C., a abordagem aplicada foi a que teve mais evidência. Teofrasto,

discípulo de Aristóteles, é considerado o pai da botânica. Ele escreveu duas obras importantes: *De historia plantarum* (História das plantas') e *De causis plantarum* (Sobre as causas das plantas'). Depois da queda do Império Romano, todas as conquistas alcançadas na Antiguidade Clássica tiveram que ser redescobertas a partir do século XII, já que boa parte delas acabou sendo perdida ou ignorada durante a Baixa Idade Média.

Nos séculos XV e XVI, a botânica desenvolveu-se como uma disciplina científica, separada do herbalismo e da medicina, embora tenha continuado a dar contribuições para ambas. Diversos fatores permitiram o desenvolvimento e progresso da botânica durante esses séculos: a invenção da imprensa, a aparição do papel para a elaboração de herbários e o desenvolvimento de jardins botânicos. Tudo isso conjugado com o desenvolvimento da navegação, que permitiu a realização de expedições botânicas, que levaram ao aumento apreciável de espécies conhecidas e permitiram a difusão do conhecimento local ou regional a uma escala global. Foram fundadas academias científicas, para a troca de informações. Joaquim Jungius (1587-1657), filósofo, matemático e naturalista alemão, foi o primeiro cientista que combinou uma mentalidade treinada em filosofia com observações das plantas. Possuía a habilidade de definir os termos com exatidão. É considerado o fundador da linguagem científica, que mais tarde foi desenvolvida pelo inglês John Ray e aperfeiçoada pelo sueco Lineu.



Fig.52 - Imagem de amoreiras e bicho da seda, um fracassado projeto do Conde da Barca. Fonte: <http://ruralpecuaria.com.br/> ; <http://www.esalq.usp.br/cprural/>.

Com seu amigo Jacques Ratton, industrial francês, naturalizado português, o conde da Barca pensou em plantar amoreiras em suas terras do norte de Portugal para

produzir seda, mas o projeto não daria certo. Como Ratton estava sempre envolvido em vários projetos desde o período pombalino até as invasões francesas, como uma fábrica de tintura, de chitas, papel, chapelaria, exploração de salinas e plantação de árvores exóticas (foi o responsável pela introdução de eucaliptos e araucárias em Portugal), Antônio de Araújo de Azevedo manteria correspondência com ele e seu filho Diego Ratton mesmo quando veio para o Brasil (Jacques Ratton seria acusado de ser espião francês durante a invasão de Junot, refugiando-se na França, mas depois voltaria do exílio), planejando juntos empreendimentos no Novo Mundo.

No famoso catálogo do conde da Barca, os livros sobre viagens em geral vão da página 133 a 143. Entre eles estavam a viagem no Brasil de Jean de Lery (*Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil, autrement dit l'Amérique. 2^a édition. Le tout recueille sur les lieux par Jean de Lery, 1580*); outra viagem no Brasil feita por um inglês chamado Thomas Lineley (Londres, 1805) e uma viagem no Brasil realizada por Henry Koster, em 1816. E ainda uma viagem a Guinéa, Brasil e Índia Oriental por navios britânicos (descrição feita por John Atkins, em Londres, 1735) e uma relação de uma viagem feita em 1695-1697 nas costas da África, Estreito de Magalhães e Brasil por uma esquadra comandada por Mr. des Gennes, feita pelo senhor Froges. O livro foi editado em Amsterdam em 1699.

E é claro que não podiam faltar *Les Voyages Advantureux* do explorador Fernão Mendes Pinto, traduzidas para o português por Bernard Figuier em 1628, pois haviam sido editadas em Paris. Interessante mencionar também uma viagem feita aos mares da Índia por ocasião da passagem de Vênus sobre o disco do Sol em 6 de junho de 1761 e 3 do mesmo mês em 1769. O viajante foi Mr. Gentil e o livro foi publicado em Paris, com dois volumes, em 1781. E ainda: uma viagem ao redor do mundo feita entre os anos 1740 e 1744 por George Anson. Editado em 1749 em Amsterdam, com tradução do inglês feita por Richard Walter, o volume continha várias cartas geográficas. E o diário de uma viagem feita Samuel Johnson nas Hébridas, escrito por seu biógrafo James Boswell e publicado em Londres em 1785..

As obras de Agricultura e Jardinagem vão da página 31 a 33. Incluem textos sobre conservação de grãos, trato que deve ser dado à terra para melhorar às colheitas, memória sobre o modo de aperfeiçoar a manufatura do azeite de oliveira, memórias sobre agricultura premiadas pela Academia de Ciências de Lisboa, dissertações sobre o trato das sedas na Comarca de Moncorvo e um tratado completo sobre as abelhas. As

obras sobre Botânica vão da página 33 a 44, com destaque para *Philosophia Botânica*, *Critica Botânica*, *Fundamenta Botânica* e *Genera Plantarum* do sueco Carolus Linneus e *Species Plantarum*, de Carolo Ludovico Willdenow, editado em 1797, em quatro volumes. Havia também um *Florae Lusitanicae et Brasiliensis specimen, et epistolae ab eruditis viris Carolo a Linné, Antônio de Haen ad Domenicum Vandelli scriptae Conimbricae*, 1788. Vandelli também escreveu uma “dissertação sobre monstros” (*Dissertatio de Monstris*, Coimbra, 1776).

Além de produzir remédios em seu laboratório e fazer experiência no alambique comprado na Escócia para obter uma aguardente mais pura, o conde da Barca, como já foi dito, foi o autor de um catálogo de plantas, o *Hortus Arajuensis*, que infelizmente se perdeu. As mudas que trouxe no navio Medusa para o Brasil, que cultivaria no quintal de sua casa no Passeio Público – e provavelmente em sua chácara no Matoso – seriam levadas também para o Jardim Botânico da Gávea, que ajudou a criar. A ideia de cultivar mudas já estava em sua cabeça em Portugal, onde também pensara na criação de um jardim botânico ou “Hortus”, antes de partir para o Brasil. Além disso, tinha livros sobre História Natural dos Elementos (terra, ar, mar, vulcões) e História Natural em Geral, que abrangiam animais e plantas, entre eles um volume de *Historia Naturalis Brasiliae*, no qual Guielmi Pisonis escreveu sobre a *Medicina Brasiliensis* e Georgi Marcgravi de Liebstad sobre *Historiae Rerum Naturali Brasiliae*.



Fig.53 - **Historia Naturalis Brasiliae**, de Guilherme Piso e George Marcgravi. Editada em Amsterdã pela Elsevier em 1648. Obra dedicada ao Conde Maurício de Nassau.

A mineralogia, outro assunto em voga em sua época, não pode deixar de ser mencionada. Na listagem do catálogo, o tema começa com a *História Natural da Mineralogia* de Buffon (Paris, 1783) e termina com um ensaio escrito por Aubin Louis Millin sobre a *Mineralogie Homerique*, ou seja, sobre os minerais que são mencionados nos poemas de Homero (Paris, 1790). Não esqueçamos que o conde da Barca assistira às aulas de Abraham Gottlob Werner (1749-1817), o grande geólogo e mineralogista alemão. Em seu catálogo, Antônio de Araújo de Azevedo tinha a seguinte obra: *Ausführliches und systematisches Verzeichnis des Mineralien-Kabinets des...Herrn K.E. Pabst von Ohain...herausgegeben von A.G. Werner. 2 Band* (Catálogo detalhado e sistemático de Minerais. Gabinete de Mr. K. E. Pabst von Ohain. Edição de A.G. Werner entre 1791 e 1792. 2 volumes). A mineralogia, a geologia e a análise de fósseis eram consideradas extremamente importantes como estudos que impulsionaram a Revolução Industrial, já que inicialmente esta foi movida a carvão, tendo sido dependente da mineração.

Além do laboratório químico, a mineralogia, aliás, foi outra grande contribuição dada pelo conde da Barca ao Brasil. Ao abrir, em dezembro do ano passado, uma

exposição em homenagem à passagem dos 200 anos da morte do grande mineralogista Abraham Gottlob Werner (1749-1817), o Museu Nacional acentuou que “a história da Coleção Werner teve início no final do século XVIII com a sua aquisição por Antônio de Araújo de Azevedo, 1º conde da Barca, junto à Escola de Minas de Freiberg (Alemanha), por ordem da Coroa Portuguesa”. Essa escola possuía como figura mais destacada justamente o cientista Abraham Gottlob Werner, fundador da mineralogia moderna, que Araújo conheceu quando visitou a Alemanha ao deixar a França, após ter sido preso na Torre do Templo.

Precursor do método de identificação dos minerais de forma sistemática através das suas propriedades físicas, como sistema cristalino, cor, traço, brilho, tipo de clivagem, fratura e dureza, Werner e sua escola atraíram estudantes de toda a Europa e até da América, entre os quais podemos citar José Bonifácio de Andrada e Silva. Durante a fuga da Família Real Portuguesa, a Coleção Werner foi trazida para o Brasil a bordo da nau Medusa – ou seja, no navio no qual viajara Araújo- pois Napoleão Bonaparte, segundo consta, “teria dado ordens expressas para que fosse confiscada e enviada à Paris após a invasão de Portugal”. A princípio a coleção foi encaminhada à Academia Real Militar, atual Instituto Militar de Engenharia, onde serviu para aulas práticas dos alunos desta instituição. Para lá tinham sido também transferidos também os remanescentes da Casa dos Pássaros ou Casa da História Natural. Em 6 de junho de 1818 Dom João criou por decreto o Museu Real, situado no Campo de Santana, com a função de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes” Foi nomeado como seu primeiro diretor Frei José Batista da Costa Azevedo, franciscano e professor de botânica e zoologia da Academia Real Militar.

Para o novo museu foram transferidos as pedras e minerais da coleção Werner, objetos de arte, artefatos indígenas e outras coleções de objetos naturais, fazendo parte ainda do acervo inicial os diamantes do Distrito Diamantino, que haviam sido remetidos, anteriormente, pelo intendente Ferreira da Câmara à Academia Real Militar. Hoje, este patrimônio encontra-se no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Imaginem como a princesa Leopoldina, que chegou ao Brasil meses depois da morte do conde da Barca, teria gostado de conhecê-lo. A arquiduquesa amava a mineralogia e a

botânica, assim como o ministro português. Pelo menos Leopoldina, que era tão só em São Cristóvão, teve a oportunidade de conhecer Debret.



Fig.54 - Uma das pedras apresentadas pelo Museu Nacional na exposição em homenagem a Werner, em dezembro de 2017 no auditório da Roquette Pinto.

Deve-se a Werner, entre outras coisas, um dos primeiros sistemas de classificação de minerais, que apesar de obsoleto ainda marca a atual mineralogia. Em 1771, ele foi nomeado diretor do Serviço de Investigação Geológica e Mineira da Saxônia. A partir de 1816, já adoentado, seria auxiliado por seu assistente Carl Amandus Kühn, que depois o substituiria na função. Werner nunca se casou e não deixou descendência. Ávido colecionador, iniciou a sua coleção de minerais quando tinha apenas 9 anos de idade. Em 1814, já tinha mais de 10 000 espécimes, tendo legado a coleção à Escola de Minas de Freiberg, que hoje a mantém no *campus* da Technische Universität Bergakademie Freiberg. Foi apenas parte desta coleção que o conde da Barca comprou, em 1804, e trouxe para o Brasil.

No tocante à História, é melhor recorrermos novamente à historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva. Diz ela em seu livro *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro* (1808-1821):

O autor do catálogo da biblioteca do conde da Barca inseria na divisão História quer as obras históricas propriamente ditas, quer os chamados escritos de circunstância, quer mesmo textos que hoje classificaríamos de políticos. Tomemos como exemplo, já que o número total de obras históricas é muito elevado, a subdivisão ‘História da França.’²⁶¹

E ela segue o relato:

O conde possuía obras de historiadores do século XVII, como François Mézerai (1610-83), cuja *Histoire de France* era conhecida de Voltaire, que o considerava mais ousado do que rigoroso. Os historiadores do século XVIII também estavam representados com a obra do abade Dubos, *Histoire critique de l'établissement de la monarchie française dans les Gaules* (Paris, 1734); com o *Nouvel abrégé chorologique de l'histoire de France*, publicado sem nome do autor em 1744, mas de autoria do presidente Hénault; com a extensa obra de Paul François Velly (1709-1759), *Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie jusqu'au règne de Louis XIV*; com a *Histoire de la vie de Henri IV, roi de France et de Navarre*, de Richard de Bury; com *Histoire des celtes et particulièrement des gaulois et des germains*, de Simon Pelloutier; com a *Histoire de France* de Guillaumette-Germain Guyot; com a *Histoire de France avant Clovis*, de Laureau, historiógrafo do Conde de Artois.²⁶²

Como exemplos de escritos de circunstância, a historiadora portuguesa cita, por exemplo, *Lettre adressée au roi par M. de Calonne* (Londres), *État de La France, au mois de 1794* par M. Le Comte de Montgaillard (Londres, 1794) e *Discours prononcé au Cercle constitutionnel le 9 ventôse an VI*, par Benjamin Constant. E entre os textos políticos considerados históricos, destaca *Reflexions on the Revolution in France* de Edmund Burke (Londres, 1790), e *De La Monarchie selon la Charte*, de Chateaubriand (Paris, 1816).

Amante do teatro (chegou a escrever uma peça), da poesia, fábulas e mitos, o Conde, que tinha em sua livraria obras de Milton, Petrarca, Ariosto, Tasso, Sófocles, Eurípedes, Aristófanes, Racine, Molière, todas as peças de Shakespeare, os *Contos de Inverno* do bardo inglês, fábulas de Esopo e La Fontaine, não foi, porém, um grande leitor de romances. O que pode ser justificado em parte pelo fato de que o romance, como o entendemos em nossa época, estava apenas começando a nascer, ser divulgado e lido na Inglaterra e na França. Mesmo assim detinha um *Palmerin da Inglaterra*, clássico do romance de cavalaria, dois *Daphnis e Cloé* (em grego e latim), e um

²⁶¹ SILVA, M.B.N., op.cit., p.195.

²⁶² Ibid.

raríssimo *Dom Quixote*. Tratava-se de uma nova edição corrigida, com notas, ilustrações e análise da vida de Cervantes, organizada e editada em Madri em 1707 por Don Juan Antônio Pellicer. A tiragem tinha sido apenas de 12 exemplares.

c) *Le Grand Théâtre de L'Univers*

Não poderíamos abandonar o Catálogo da Livraria do conde da Barca sem mencionar os tomos de *Le Grand Théâtre de L'Univers*, objeto de estudo de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha²⁶³ em *A Coleção de Estampas – Le Grand Théâtre de L'Univers*, obra publicada em três volumes pela Biblioteca Nacional com organização, tradução e textos desta bibliotecária muito amada na instituição na qual trabalhou ao longo de 50 anos. Estes livros, que no catálogo da Coleção Arajuense estão com a numeração 1442, encontram-se sob a guarda da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, que fica logo no primeiro andar, podendo facilmente ser vistos nos dias de hoje. Com certeza, vão gerar imenso prazer estético aos visitantes da BN que queiram folheá-los.

Organizado por Goswinus Uilenbroeck (1658-1740), colecionador holandês proprietário de uma das mais preciosas bibliotecas do seu tempo, *Le Grand Théâtre de L'Univers* trata-se de um conjunto iconográfico único, que originalmente tinha 130 volumes, contemplando os principais expoentes no ofício da gravura, sobretudo os representantes da arte flamenga, alemã e da escola francesa. Inclui, por exemplo, gravuras de batalhas a partir de desenhos de Georg Philipp Rugendas, bisavô de Johann Moritz Rugendas, e gravuras retratando a peste na França em 1720.

Nos séculos XV, XVI e XVII e XVIII, após a invenção da imprensa por Gutemberg, de acordo com Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, as pessoas cultas, os nobres, os reis e os príncipes eram apaixonados pelo colecionismo de livros, buscando

²⁶³ Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (1922-2009) foi chefe da Seção de Iconografia e diretora da Divisão de Referência Especializada da Biblioteca Nacional. Sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como professora deu cursos em várias universidades federais, tendo se especializado em iconografia, história do livro, história da gravura, cartografia histórica brasileira, identificação de obras raras e coleções especiais. Ao se aposentar após 50 anos de atividade ininterrupta na Biblioteca Nacional ganhou a Medalha de Mérito pelos bons serviços prestados à instituição. Ver Maria de Lourdes Viana Lyra. Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha In: CUNHA Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. **O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010.

no mercado tesouros impressos que enriqueciam os seus gabinetes de estudos. As obras raras eram para o próprio prazer e também de amigos e estudiosos. Com a morte dos proprietários, essas bibliotecas pessoais costumavam cair nas mãos de livreiros, que as punham à venda em leilões. Desses leilões, afirma a bibliotecária e museóloga em a *Coleção de Estampas*, conhecem-se muitos catálogos, havendo na Holanda uma biblioteca que reúne apenas catálogos de vendas ocorridas desde o século XVI.

Goswinus Uilenbroeck era conhecido em sua época como um desses famosos colecionadores. Sua valiosa biblioteca mereceu detalhada descrição de um viajante alemão que a visitou e deixou no seu livro de impressões de viagem várias páginas sobre a mesma – seu nome era Zacharias Conrad von Uffenbach. Ainda em vida Uilenbroeck tentou leiloar sua biblioteca no ano de 1729, mas na última hora retirou do leilão a maior parte de seu acervo. Somente após sua morte, em 1741, foi feito o segundo leilão. Seus títulos em sua maioria eram em tamanho *in-folio*.

Para fazer *Le Grand Théâtre de L'Univers*, Uilenbroeck se inspirou no Atlas de Mr. Boendermaker, composto por 5.000 mapas e imagens feitas pelos mais hábeis geógrafos, gravadores e desenhistas da Europa, com planos de cidades, fortes, sítios, batalhas, construções, igrejas, pontes, castelos, jardins, fontes, cemitérios, quadros, cercanias das cidades, tumbas, e outras peças curiosas, como retratos dos soberanos e dos homens ilustres.

Comprado pelo embaixador português em Haia, João Gomes da Silva, 4º conde de Tarouca, pela quantia de 9 mil florins, o Atlas de Boendermaker foi consumido por um incêndio dentro da casa deste nobre diplomata. O que deve ter deixado D.João V bastante entristecido, pois a compra fora feita a seu pedido, como pode se verificar no site do livro de Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, 1695-1735*, Volume I, Parte I, editado pelo Instituto Rio Branco, em que se encontram as seguintes frases nas páginas 281 e 282:

O Rei e as classes cultas acordam para o estudo da geografia, da cartografia e, por consequência, também da astronomia (...) por esta mesma época o Conde de Tarouca, Ministro em Haia, informara da publicação dum novo Atlas, o mais completo até então aparecido, do qual já estavam formados 103 volumes, mas deveriam ainda aparecer mais 17. Em resposta, e apenas conhecemos a resposta, o Secretário de Estado (Diogo de Mendonça) declarava: ‘sua Magestade servido que V.S. os mande comprar até ao preço

de dez mil florins, entrando nesta conta os 17 volumes que ainda não estão ordenados...'²⁶⁴

Já *Le Grand Théâtre de L'Univers* de Uilenbroeck foi comprado pelo livreiro Daniel Beukaler pela quantia de 6 mil florins. Alguns volumes tinham se extraviado, pois o total caíra para 125. Tudo indica que esses 125 volumes foram adquiridos pelo Conde da Barca num outro leilão, quando já se encontrava em Haia em missão diplomática após 1787 e começara a colecionar as obras raras que formariam sua preciosa livraria. Ou como diz D. Lygia:

Não faltaram em Portugal homens de escol, estudiosos das ciências e das artes que também se dedicaram ao colecionismo. Dentre muitos, destacou-se no século XVIII Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca. Reuniu ele, além do gabinete de química e de curiosidades, uma preciosa livraria sempre acrescida com aquisições feitas em suas viagens nos vários reinos europeus. Grande parte de sua biblioteca foi adquirida por ocasião de sua permanência em Haia no posto de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal (posteriormente a 1787). Frequentando leilões e acompanhando o comércio livreiro, teve a oportunidade de enriquecer sua biblioteca com material bibliográfico, cartográfico e estampas.²⁶⁵

Há uma informação de D. Lygia que não bate com o número de livros que constam no Catálogo do conde da Barca. De acordo com documento que se encontra no acervo da Biblioteca Nacional denominado *Relação dos caixotes e fardos que foram enviados ao Rio de Janeiro ao sr. Antônio de Araújo de Azevedo em 12 de dezembro de 1809 por João Antônio de Araújo*, o irmão do conde teria enviado para o Rio 27 caixotes contendo uma livraria com 3 mil volumes num total de 622 obras. Bem menor, portanto, do que os 6329 volumes e as 2.418 obras listados no Catálogo, o que nos possibilita concluir que Araújo não trouxe em 1808, na Nau Medusa, todos os seus livros. Daí ter solicitado depois que seu irmão enviasse de Portugal outra parcela ou lote.

Le Grand Théâtre de L'Univers é uma viagem visual no mundo da época, do Ocidente ao Oriente, fazendo o mesmo efeito sobre nós daquele que temos nos tempos atuais ao navegar na Internet nas imagens e mapas de outros países. Ou seja, de certa forma substituiria um Google Earth. Seu objetivo, seja do ponto de vista de

²⁶⁴ Ver CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, 1695-1735**, Volume I. Instituto Rio Branco, 1950. p. 281-282.

²⁶⁵ CUNHA, L.F.F., op.cit.

Boendermaker, seja do ponto de vista de Uilenbroeck, continuador do projeto original, era, em tempos de paz, satisfazer a curiosidade das pessoas que não podiam viajar, auxiliar os futuros viajantes e facilitar a memória dos que já haviam viajado. No caso das guerras, poderia ser um instrumento cartográfico para os oficiais dos exércitos que precisavam de detalhes sobre as vilas que iriam sitiar ou onde combateriam. Como tudo do período iluminista, há uma preocupação totalizante, ou seja, a de mostrar ao leitor o máximo de imagens possíveis abrangendo todos os cinco continentes – Europa, Ásia, América, Oceania e África.

A coleção possui ao todo 7.318 estampas ou gravuras, feitas por gravuristas e desenhistas que foram listados por Lygia da Cunha, com alguns dados de vida e obra, ao final de seu livro. Todos os volumes encontram-se indexados na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. O número de estampas ou “peças” em cada um deles é muito variável. Basta apenas um tomo para causar no leitor que goste de geografia e mapas uma espécie de êxtase, sobretudo quando contém imagens de vilas ou cidades, tais as minúcias com que são retratadas. Bem na primeira página desta enorme representação do “teatro universal”, através do qual o homem se movimentava entre os séculos XVII e XVIII, está escrito o seguinte: “Atlas calcográfico organizado por Goswinus Uilenbroeck, incorporado à sua biblioteca organizada em Amsterdam no século XVIII”.

O primeiro volume, que tem 106 peças numeradas, começa com uma imagem do sistema solar e do movimento dos planetas (“Sistema solar e Planetorium. Ex-His Creatorem”). São apresentadas as órbitas de Saturno, Júpiter, Marte, Terra, Vênus e Mercúrio. Depois temos as elipses do Sol em 1706, o “Sistema Technonis vixit circa fine sec XVI” e o “Sistema Copernica”. Um hemisfério para as terras setentrional e meridional; uma carta sobre a genealogia e geografia da História Santa, que vai de Adão ao pé da árvore criadora do mundo à família de Samuel, profeta de Deus; a captura da Babilônia e um disco cronológico.

Na página 18, este primeiro tomo sofre uma virada radical. Foram acrescentados os mapas feitos por Pierre Duval (1619-1683), geógrafo do Rei Luís XIV. Ou seja, as “*Cartes et tables pour la geographie ancienne, pour la chronologie et pour les itinéraires et voyages modernes*” desenhados por Du Val, que morava, em 1677, na *l’Isle de Palais fur le Quay de l’Orloge au coin de la Rue de Harlay*. O volume curiosamente contém a carta da navegação de Ulisses e a de Enéias. Um mapa da Guerra de Tróia; a Grécia segundo Heródoto e o Ponto Euxino segundo Xenofonte. Um

paralelo entre a antiga e a nova geografia, além de cronologias. Depois o assunto passa a ser a guerra: fortificações, instrumentos de guerra, arquitetura militar e uma página inteira com um “jogo da guerra”, presenteado ao duque de Borgonha, que mais parece uma moderna página de quadrinhos sobre a arte marcial e de fortificação.

A Itália vai do tomo 2 ao 36: Roma Antiga (em quatro partes), Roma Moderna (a cidade e suas vistas), Vaticano, palácios dos Papas, igrejas construídas pelos mais famosos arquitetos, entre eles os de Bramante, palácios, jardins, fontes, lugares de prazer, monumentos, pompas, cerimônias, quadros de Rafael e Júlio Romano no Vaticano, pinturas em geral e o Estado Eclesiástico. Depois temos Nápoles, Veneza, Mântua e Monferrat, o ducado de Milão, a Toscana, a República de Genova, Savoia e Piemonte, finalizando com retratos de príncipes e pessoas ilustres. As estampas, em cada tomo, podem variar de 24 peças, como é o caso das pinturas de Roma, tomo 17, a 117 peças, no quinto tomo sobre a Roma Antiga.

Em seguida temos a Suíça, a Espanha, Portugal, as ilhas do Mediterrâneo (tomo 42, Malta, Candia, Rhodes, Dardanelles. 56 peças). No caso da Espanha, há uma belíssima prancha em duas páginas sobre Sevilha, na qual está escrita no topo “**Qui non há vista Sevilla, non há vista maravilla**”. Esta imagem é repetida em quatro folhas, que se abrem no meio do livro, aumentando a visibilidade da cidade andaluza e seus detalhes, como se tivesse recebido um *close*. Já a França se expande pelos tomos 43 a 66, com destaque para visões de Paris - suas igrejas, casas, edifícios públicos, Notre Dame, jardins, fontes de castelos de Reis e de príncipes, arredores, lugares de passeio - e Versalhes - o palácio e seus melhoramentos ao longo do tempo, além dos quadros do gabinete do Rei. O tomo 64 cobre Bretanha, Provença, Languedoc, Vivarois e Comte de Foix, sendo que sua prancha número 51 mostra a Peste Negra ocorrida em Marseille em 1720.

No tomo 65, estão os retratos de diversas personalidades da monarquia francesa, sobretudo dos reinados de Luís XIII e Luís XIV, em grande formato e alguns deles equestres. No tomo 66, imagens de príncipes e também de figuras fantásticas, como a de monstros marinhos. E assim vai: do tomo 67 a 81 há vários cercos de cidades, como o cerco na Áustria, cerco da Baviera, cerco da Suábia, cerco do Alto Reno e da Alsácia, cerco do Baixo Reno e da Westfalia, cerco da Alta Saxônia, cerco da Baixa Saxônia. Os tempos eram de guerra contínua. No tomo 82, retratos de reis, príncipes, imperadores e pessoas ilustres na Alemanha, desenhados por Baptiste Fontana e gravados por Antoine

de Dominis. Há um Carlos V de Ticiano e um retrato de Maurício de Nassau feito por Albert Dürer.



Fig.55 - Quadro de Maurício de Nassau. 1637.
Pintado provavelmente por Michiel van Mierevelt (1567-1641).

Os tomos se seguem, com imagens da Holanda, Países Baixos, Inglaterra, Suécia, Rússia, Hungria, Transilvânia, Valáquia, países da Ásia e da África, mas os que mais importam para nós são os dois últimos volumes dedicados a América. O tomo 124 é todo ele composto de imagens do Brasil da época das invasões holandesas: vistas das vilas e dos fortes do tempo do príncipe Maurício de Nassau, pintadas para a Companhia das Índias Ocidentais por Franz Post; retrato do príncipe por Matham; vista de Pernambuco por Post; vista de Pernambuco ao Norte, com Itamaracá e moinhos de açúcar; vista da Paraíba; vista de Sergipe; batalhas de holandeses e portugueses em Porto Calvo, cerco de Porto Calvo, Olinda, plano e arredores; outras imagens de “Olinda de Pernambuco”, com o forte de São George; vista de Alagoas, castelo de Maurício de Nassau e o rio São Francisco; Itamaracá com o castelo de Orange e o rio; Paraíba, o rio da Paraíba, o porto e os fortes; vista da Bahia de Todos os Santos, Ilha de São Antônio Vaz e o castelo do príncipe Guilherme..

“Olinda de Pernambuco (*Phernambuco*)” está na prancha 15 ou na página 29 deste tomo 124. De autoria de Nicolau Ennes Visscher (Nicolaus Joannis Piscator), a gravura mostra uma batalha ocorrida em 17 de fevereiro de 1630, quando Olinda e Recife foram tomadas pelos holandeses chefiados pelo almirante H.C. Loncq e pelo coronel D. van Weerdenburch. Há um texto explicativo em oito folhas, formando tudo uma só estampa. Essa estampa, muito rara, com dedicatória em latim, é múltipla. Ela

mostra uma vista de Olinda, do povo de Recife e da ilha de Antônio Vaz, sob o ataque da esquadra holandesa. No meio, uma planta topográfica da cidade e seus arredores. À esquerda, um pequeno mapa da parte setentrional do Brasil e à direita uma pequena estampa representando um engenho de açúcar (ver abaixo).

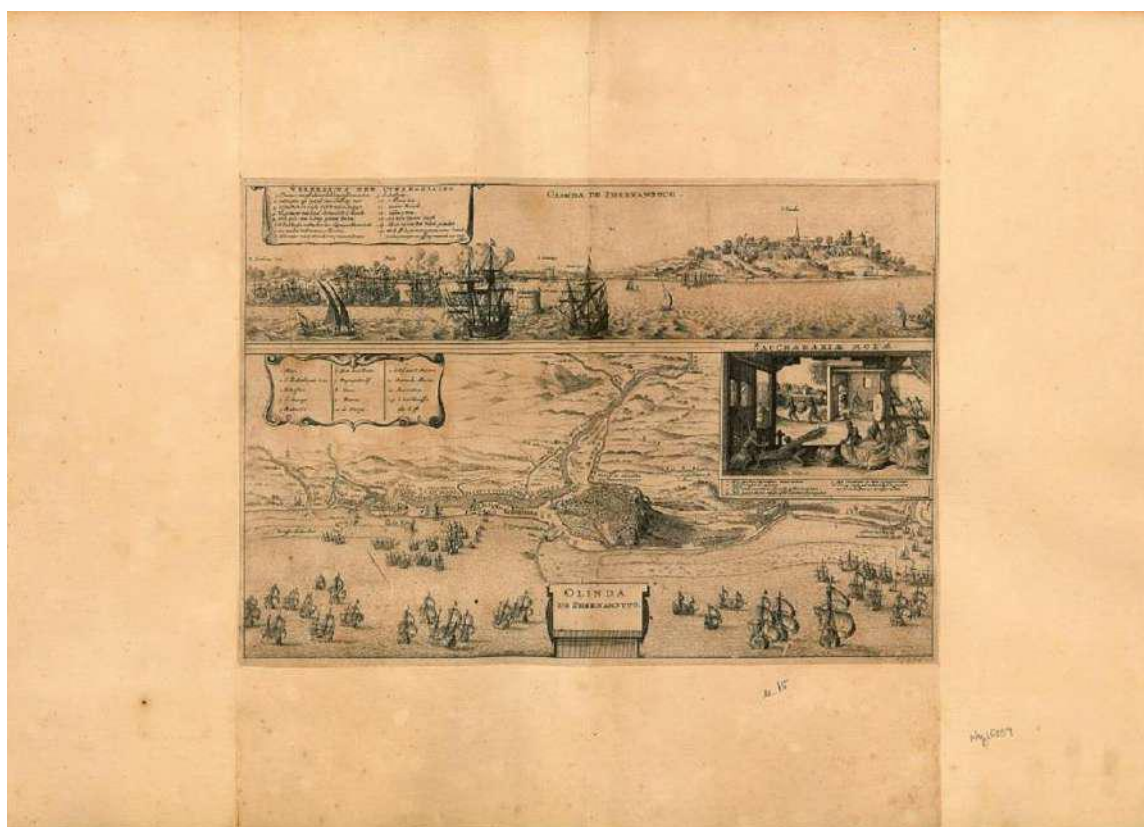


Fig.56 - Prancha “Olinda de Pernambuco”, que se encontra no tomo 124, página 29, da coleção Le Grand Théâtre de L’Univers. Gravura de Nicolau Ennes Visscher.

O tomo 125 também tem imagens do Recife, Salvador, Bahia. Triste é que as páginas dedicadas ao Rio de Janeiro tenham desaparecido.

d) Em Portugal: a correspondência

Como já foi dito, a livraria do conde da Barca foi leiloadada no Rio e arrematada por D. João. Na realidade, podemos dizer que foi praticamente confiscada, pois o Tesouro não pagou a compra até D. Pedro II ter resolvido honrar a dívida com os herdeiros. Quanto ao arquivo, foi levado por João Antônio de Araújo para Ponte de

Lima. A memória do conde da Barca foi assim reincorporada à Casa de Sá, tendo sido reunida aos papéis dos demais familiares durante 80 anos. Pois depois da morte de João de Araújo, outros fidalgos da casa, como foi o caso do herdeiro Antônio de Araújo de Azevedo Pereira Pinto e sua esposa dona Ana Maria dos Prazeres Calheiros Barreto Amorim, não permitiram a fragmentação dos bens familiares. Somente em 25 de julho de 1879 é que os herdeiros de dona Ana resolveram fazer a partilha dos bens e documentos. A filha, segunda Marquesa Margarida de Araújo de Azevedo, e seu marido José Mimoso de Barros Alpoim ficaram de posse da Casa de Sá e de vários bens, entre eles livros avaliados em 250 mil réis.

Por volta de 1908 a 1909, segundo narra Abel Rodrigues, em *O Arquivo do Conde da Barca: Menmosine de um ilustrado*,²⁶⁶ o Dr. Manuel José de Oliveira, erudito e bibliófilo republicano, compra o arquivo da Casa de Sá dos descendentes de Marquesa Margarida e José Mimoso, a quem assistia como médico em Ponte de Lima. Os papéis de maior valor eram os do conde da Barca, “de inegável interesse para o estudo do crepúsculo do Antigo Regime e, principalmente, para o estudo da Guerra Peninsular, cujo primeiro centenário se comemorava em 1908”. Dono ele mesmo de inestimável biblioteca, sobretudo médica, Manuel de Oliveira usufruiu por pouco tempo de sua livraria particular, porque morreria em 1918. Sua coleção foi adquirida nos anos 1920 pela Câmara Municipal de Braga. Por um sistema de permuta, esta coleção seria destinada ao Arquivo Distrital e à Biblioteca Pública de Braga, com a coleção tendo passado a ser designada de Fundo Barca-Oliveira.

Houve uma diferenciação entre manuscritos e impressos, com vários manuscritos ficando na Seção de Manuscritos do Arquivo Distrital e os impressos com a Biblioteca Pública, no reconstruído Paço dos Arcebispos. Entre os manuscritos, há preciosidades, que constavam dos catálogos de livros do conde da Barca, como as poesias de Bocage, de Filinto Elísio e as de Antônio Dias da Cruz e Silva ou Elpino Nonacriense, como era conhecido entre os árcades; a *História da Etiópia*, escrita pelo jesuíta espanhol Pêro Paes; a *Sentença do padre Antônio Vieira* e a *Coleção recôndita de algumas obras políticas do Illustríssimo e Excelentíssimo Marquez de Pombal Sebastião Joze de Carvalho e Mello*.

²⁶⁶ RODRIGUES, A., op.cit., p. 69.

Em 1968, o Dr. Nuno Alcochete iniciou um processo de inventariação com vistas a uma catalogação monumental, que não seria terminada. Em 1978, com a integração do Arquivo Distrital e da Biblioteca Pública na Universidade do Minho, foi feita a cisão definitiva da documentação entre manuscritos e impressos. Em 1986, a pedido de investigadores e académicos, foi realizado na Universidade do Minho um inventário simples do então chamado Fundo do Conde da Barca para consulta pública, com a seguinte divisão: Atividade diplomática (documentação produzida entre 1787 e 1803); Atividade política (que vai de 1787 a 1817, com documentação relativa à política externa e interna); Correspondência particular (vasto conjunto de cartas dirigidas ao conde da Barca por correspondentes como a marquesa de Alorna, Felix de Avelar Brotero, Jácome Ratton e o abade Correia da Serra); Livraria (cópias manuscritas de diversos textos de cariz literário, económico, político e militar) e Papéis pessoais (administração dos bens do Conde e seus familiares).²⁶⁷

Nos anos 1990, o estudo dos dois arquivos – Barca-Oliveira – ou apenas do Arquivo do Conde da Barca - passou a ter um tratamento metodológico mais amplo. Criou-se um “Sistema de informação da Família Araújo de Azevedo”, que abrange a documentação produzida pelos membros da Casa de Sá entre os anos 1479 e 1875, dando destaque, obviamente, à vida e obra de Antônio de Araújo de Azevedo. Estes documentos foram digitalizados em sua totalidade e podem ser encontrados no seguinte endereço on line: <http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1408708>. Estão divididos a partir da seguinte classificação: FAA- Documentos e cartas da Família Araújo de Azevedo (1489-1879) e AAA- Documentos e cartas de Antônio de Araújo Azevedo ou a ele enviados. Este segundo grupo, AAA, sofre a seguinte subdivisão: como Morgado e Administrador de propriedades (1810-1817); Enviado Extraordinário na Haia (1778-1803); Ministro Plenipotenciário em Paris (1789-1786); Ministro Plenipotenciário em São Petersburgo (1785-1803); Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra (1792-1817); Secretário do Estado do Reino (1816-1817); Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1808-1817); Conselheiro de Estado (1787-1816); Presidente da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (1817); e Homem de Letras (1778-1818). São poucas as cartas manuscritas do próprio punho do conde, sendo majoritária a correspondência passiva. Apesar disso, trata-se de

²⁶⁷ RODRIGUES, A., op.cit., pag 75.

um acervo de extremo interesse para quem estuda a vida do influente diplomata e ministro, devido ao impressionante volume de documentos, notas e epístolas: mais de 5.000, com os missivistas ou correspondentes os mais variados possíveis.

Seria difícil fazer aqui uma análise superficial desta correspondência maciça, que trata do homem público e privado, envolvendo contratos de arrendamento, relações, recibos, decretos, tratados comerciais e de navegação, troca de informações políticas e diplomáticas, cartas particulares. Ela mesma valeria uma tese, mas pelo menos podemos extrair do total algumas observações e itens curiosos. Na listagem referente ao Morgado e Administrador de Propriedades, por exemplo, há um documento sobre o processo de inventário e avaliação da livraria de Antônio de Araújo de Azevedo. Infelizmente está sem data. São quinze folhas com textos, valores e contas. É possível ler o manuscrito da primeira folha, que mais uma vez revela o amor do conde por seus livros. Sabia com quem estavam alguns volumes emprestados e lamentava a perda de baús com livros no mar, devido à rapina sofrida durante a viagem para o Brasil. Abaixo, o texto:

Sobre livros

Em huma carta em que o M. Conde nos escreveu do Rio de Janeiro dizia o seguinte: 'Sem dúvida tenho grande perda no meu móvel, havendo trabalhado para o formar uma grande parte de minha vida, porém nem isso nem outras coisas me abatem o espírito; Sentirei que não apareção todos os meus livros porque era Colleção em que empreguei muito cabedal e deligências, o que se não pode fazer segunda vez. Aqui julgo não terei dois mil volumes e no mar me furtarão alguns batus com livros, assim como outros efeitos, porque a rapina foi muito considerável nas naus, e tal é a desordem em que acha a nossa Marinha... Enfim, sempre perderei muito, o que não sucede aos outros, que avisão que nada perderam ou quase nada...Manuel Luís tem uma obra sobre Conchas da Terra que lhe emprestei...Soares há de ter um pequeno volume do Código Mercantil de França, que estimarei não perder. O Encadernador há ter um Salustio do Infante D. Gabriel da edição de Honra, que he livro de grande preço. Não sei se Carlos Julião terá ainda em seu poder um volume sobre madeiras que me pediu emprestado, mas parece-me que o restituiu. Se lá não ficarão alguns volumes das sobras in folio sobre Botanica de Jacquin da Flora Austríaca, e Icones Plantarum, em tal caso forão furtados mesmo do mar.'

²⁶⁸

²⁶⁸ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA Documento composto, Código PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/A/04628. Correspondência do Conde da Barca.

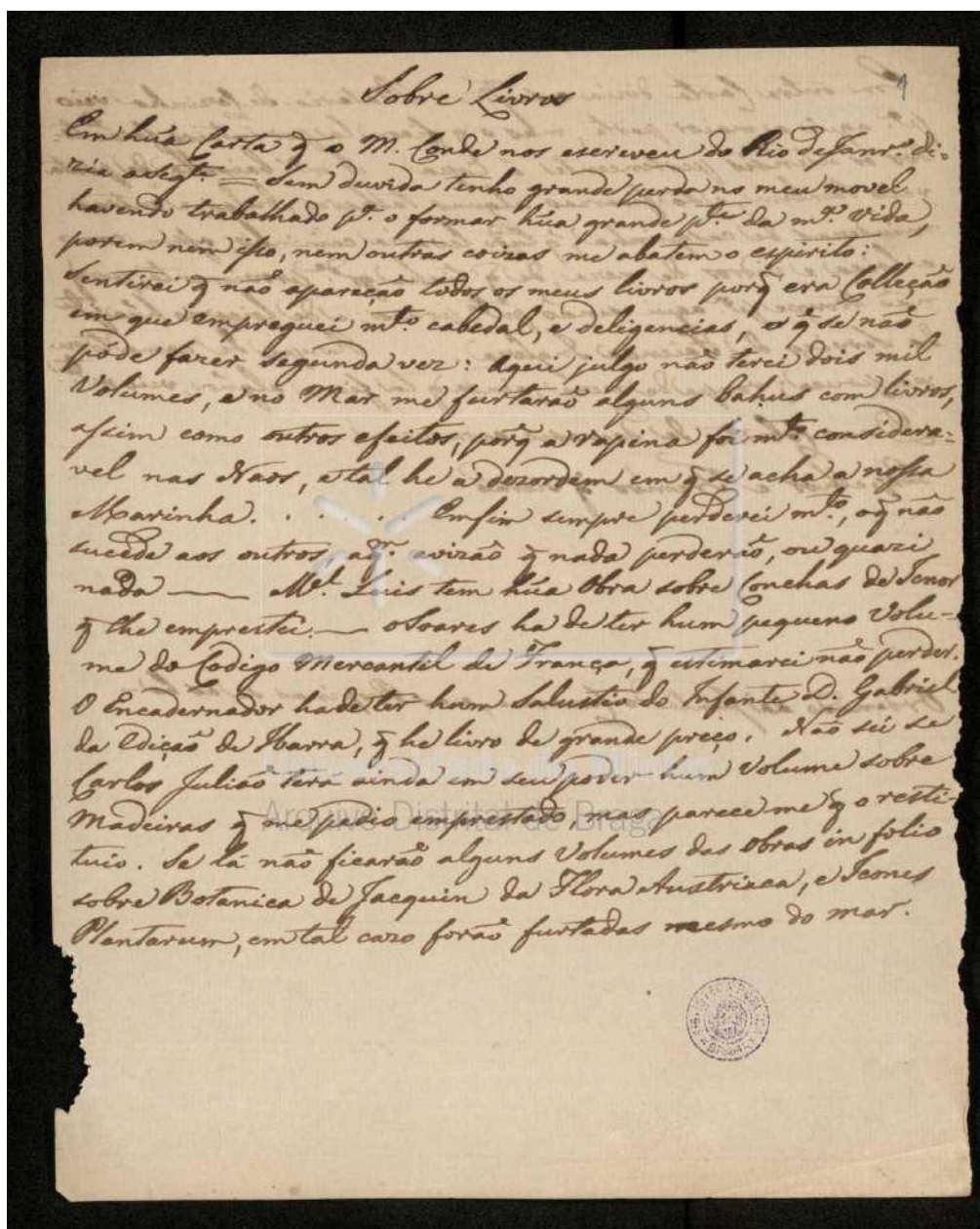


Fig.57 - Documento sobre o processo do inventário e avaliação da livreria de Antônio de Araújo de Azevedo digitalizado pelo Arquivo Distrital de Braga. Correspondência do Conde da Barca. Listagem sobre Morgado e Administrador de Propriedades.

Nas páginas abaixo temos a continuação da primeira folha, com a descrição de alguns bens do conde, e livros que fizeram parte dos catálogos. Vamos tentar transcrever o conteúdo:

Em outra carta dizia o seguinte: 'Bateria de Cozinha veio para aqui a maior parte, mas o que ficou lá por inteiro forão todos os utensílios pertencentes à Copa. A minha baixela de prata veio também e lá ficarão alguns talheres, bulas, e outras miudezas de casquinha, e que tudo levaria caminho; assim como a loiça e vidros de meza, de que tinha grande provimento, porém não

trouxe para aqui senão muito poucos; e de loiça do (...) serviço da Faiança Inglesa. Roupas de cama trouxe pouca; roupa de meza, ainda que lá ficou alguma, veio muita. Duas cobertas de damasco carmezim. Espelhos e tremós que vierão’.

Na lista de livros, os três primeiros, franceses, são uma *Encyclopédie Methodique* editada em Pádua em 1784; um novo dicionário francês e português, editado em Lisboa também em 1784, e um dicionário francês, latim e italiano, publicado em Lyon em 1770.

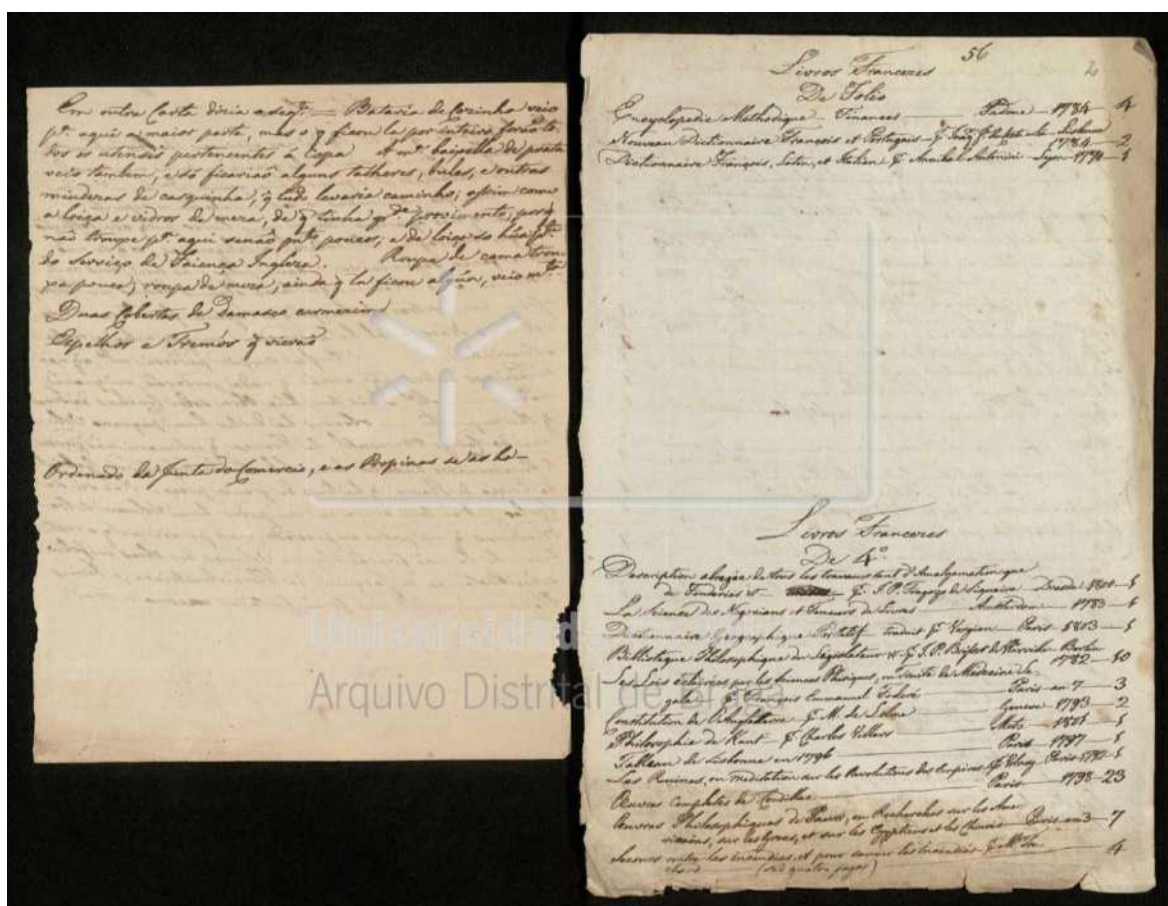


Fig.58 - Outras páginas do documento sobre o processo do inventário e avaliação da livreria de Antônio de Araújo de Azevedo.

Ainda na listagem das cartas do Morgado, há muitas enviadas ao conde por seu “humble serviteur” Jean David Nierdt, aquele que havia feito o catálogo de livros de 1802 que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa. Por estas cartas, verifica-se que Nierdt não era apenas um bibliotecário, pois suas funções iam muito além. Sempre

escrevia em francês e começava as epístolas com um incisivo “Monsieur!”. Numa das missivas menciona a compra de uma casa em Haia, que estava sendo feita com a autorização de Monsieur Le Commandeur D’Araújo, enquanto este se encontrava em São Petersburgo. Em muitas delas havia vasta referência a vinhos, pois Nierdt e Araújo tinham feito um contrato a respeito, com o holandês, provavelmente dono de um estabelecimento vendedor de vinhos, se responsabilizando pelo provimento da adega do diplomata. Como é o caso da epístola enviada em 4 de março de 1803:

Março

Monsieur!.

No momento da partida deste correio, recebi uma carta do senhor Charro, que me anuncia a chegada em Textel do barco Spéculation, capitaneado por Henri Villiers, tendo a bordo as M. Caixas de vinho de M. Quintella que ele me mostrará assim que os canais se tornarem praticáveis. Eu me apressei em avisar primeiramente à Vossa Excelência, persuadido que esta notícia lhe dará tanto prazer quanto aparentemente em minha última carta as sombrias ideias que eu havia sobre este embarque lhe causaram inquietude. Peço-lhe perdão e espero que esta carta possa chegar a tempo suficiente para prevenir a este respeito qualquer correspondência inútil. No presente, quando forem acusadas a Mr. Quintella a expedição e a chegada do pedido, eu solicitarei que me faça vir uma pipa de Vinho de Málaga, porque as 200 garrafas que espero de Cadiz não serão suficientes para o primeiro débito. Não tenho dúvida de que Vossa Excelência não deixará de ratificar este passo.

Entre os vinhos de França citados na minha carta precedente eu omiti o Hermitage, que também me era necessário. Nada me será mais agradável do que receber de V. Excelência sobre o artigo desses vinhos alguma resposta favorável.

Tenho a honra de ser com um profundo respeito,

Monsieur!

De Sua Excelência

O mais humilde e obediente servidor

J.D. Nierdt

Haia, 4 de março de 1803.

Mr. Commandeur D’Araújo, a Petersburgo. ²⁶⁹

²⁶⁹ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA. Correspondência do Conde da Barca. Documento composto, Código PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/A/005221.

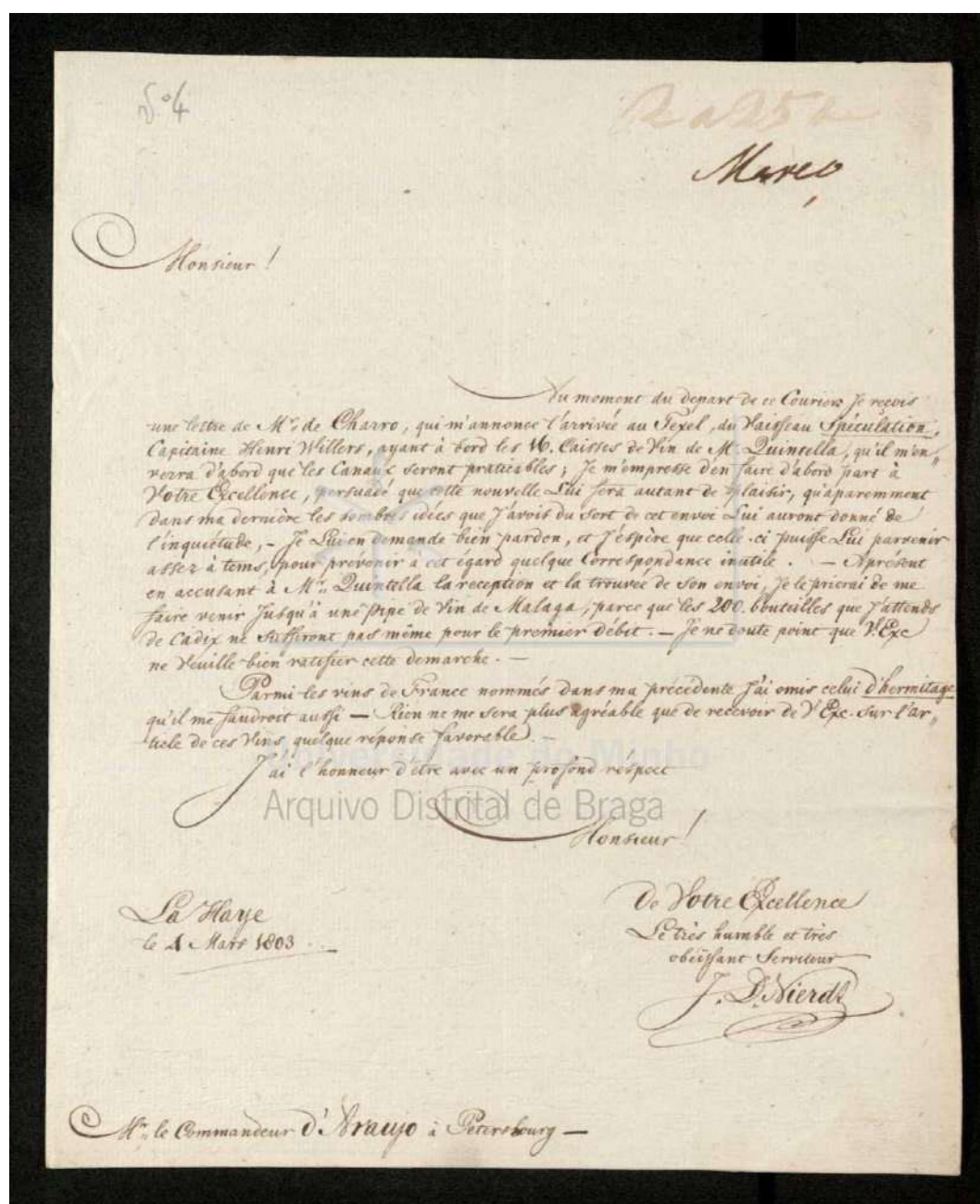


Fig.59 - Carta de Nierdt a Antônio de Araújo de Azevedo. 4 de março de 1803.
Correspondência do Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga.

Relativo ao período em que o Araújo atuava como ministro plenipotenciário em Paris, tentando fechar o Tratado de Paz de Portugal com o Diretório, existem duas cartas criptografadas. A primeira é de Luís de Sousa, visconde de Balsemão, ministro de Relações Exteriores e da Guerra, para o diplomata e está datada de 26 de agosto de 1796. A segunda é de Araújo a Luiz de Sousa, enviada em 30 de setembro de 1796. O interessante, neste caso, é que a criptografia foi decifrada em março de 1954, 200 anos após o nascimento do conde.

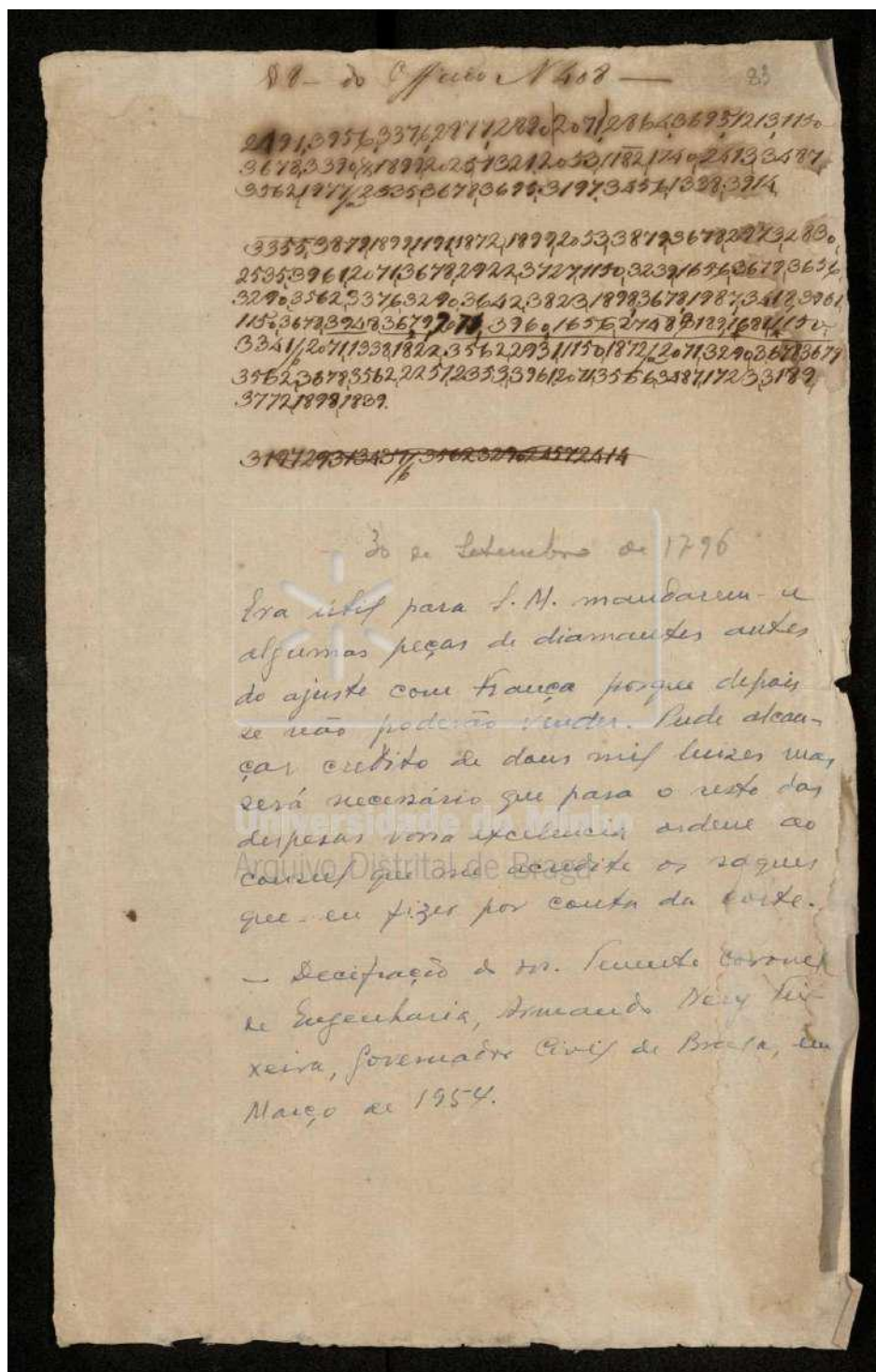


Fig.60 - Carta criptografada de Antônio de Araújo de Azevedo a Luís de Sousa, enviada em 30 de setembro de 1796. Correspondência do Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga

Eis o que estava escrito em números e foi transcrito para letras:

Era útil para S.M. mandarem-se algumas peças de diamantes antes do ajuste com França por que depois se não poderão vender. Pude alcançar crédito de dous mil luizes, mas será necessário que para o resto das despesas Vossa Excelência ordene ao consul que me acredite os saques que eu fizer por conta da Corte.²⁷⁰

O homem que decifrou o código deixou o nome no papel: - Decifração do tenente coronel de Engenharia, Armando Nery Teixeira, governador civil de Braga, em março de 1954. No Dicionário Biográfico do poder local em Portugal, que abrange os anos de 1936 a 2013 e foi tese de pós-doutoramento de Maria Antônia Pires de Almeida no Instituto Universitário de Lisboa, temos a seguinte informação: “Teixeira, Armando Nery - Major de Engenharia das Forças Armadas. Foi nomeado Governador Civil de Braga em 18-03-1947 em comissão extraordinária de serviço público (DGII nº 68, 24-03-1947). Exonerado a seu pedido em 02-07-1957 com louvores, nessa data com a patente de tenente coronel de Engenharia (DGII nº153, 03-07-1957)”.

Quanto à carta de Luis Pinto de Sousa para Araújo, seu segredo, pelo menos para nós do século XXI, se mantém indecifrado, já que Armando Teixeira não teve curiosidade suficiente para repassá-la para o português. Pelo menos ficamos sabendo ao lê-la que foi escrita no Palácio de Queluz na data já mencionada, 26 de agosto de 1796. O nome do destinatário vinha como sempre ao pé da epístola, no caso, Antônio de Araújo de Azevedo.

²⁷⁰ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA. Correspondência do Conde da Barca. Documento composto, Código PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/A/005221.

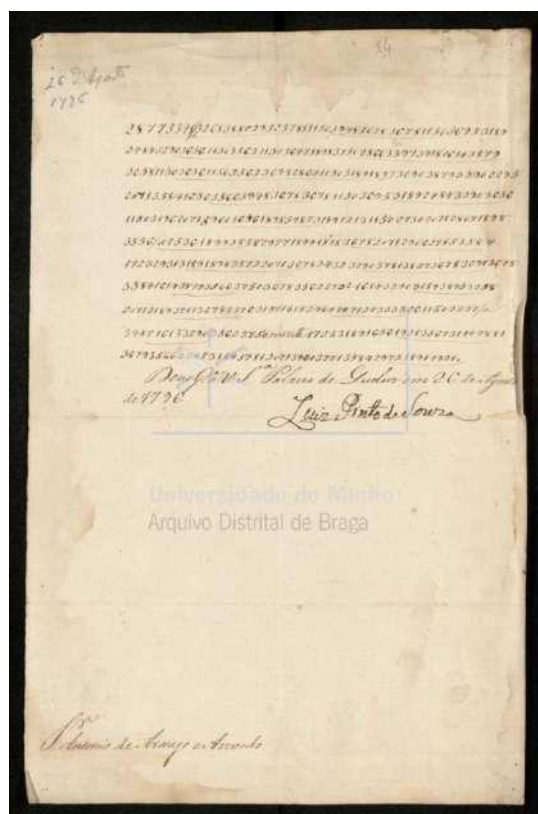


Fig.61 - Carta criptografada de Luís Pinto de Sousa a Araújo, datada de 26 de agosto de 1796. Correspondência do Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga.

Mas voltemos novamente à divisão inicial da correspondência digitalizada do conde que se encontra no Arquivo Distrital de Braga. No item intitulado de “Homem de Letras”, há um conjunto de cartas bem disparatado, já que nele encontram-se desde a negociação em Viena feita pelo marquês de Marialva para que Leopoldina casasse com D. Pedro, notícias políticas sobre revolta de escravos em 1816 e a revolução em Pernambuco em 1817, a meros requerimentos, ofícios, decretos, memorandos, relatórios, processos, contratos, missivas de caráter comercial, que mencionavam produtos, projetos ou mecanismos que poderiam acelerar o desenvolvimento da nova sede do Império português, assim como a abertura de estradas e a navegação do Rio Doce.

E havia também as de caráter mais particular, entre as quais poderíamos salientar as de Ambrósio Joaquim dos Reis; as da condessa de Oyenhausen (futura marquesa de Alorna, cujo nome arcádico, como já mencionamos, era Alcipe); as enviadas por Maria da Penha de França Pereira de Lacerda (futura baronesa de Beduido) e sua filha Maria Carlota; as de Diogo Ratton e o pai Jácome Ratton, assim como as de Frederico Varnhagem; as do barão de Eschwege; as do barão de Quintela; as

do botânico Correia da Serra; as de Felisberto Caldeira Brandt; as de João Pioggio, cônsul português em Genova, e as de Cristóvão Guener.

Na maioria dos casos, os remetentes faziam a Antônio de Araújo de Azevedo os pedidos os mais variados possíveis, como proteção, petições, recomendações de apoio, postos (diplomáticos, no exército, no clero, na burocracia administrativa), promoções, pensões, transferências do Brasil para Portugal ou vice-versa, aprovação de projetos, já que mesmo quando deixou de ser o todo-poderoso ministro de D. João e passou a exercer na Corte apenas a função de conselheiro, continuava sendo bastante influente. Como as cartas eram seguidas por outras do mesmo remetente com agradecimentos, é fácil supor que na maioria dos casos Araújo atendia aos pedidos que lhe eram feitos. Por outro lado, lhe eram enviados muitos presentes, como rapé, sementes para seu jardim e para o Jardim Botânico, vinhos, nozes e alimentos da terrinha.



Fig.62- D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho. 6º marquês de Marialva.
Gravura de Charles Simon Pradier. 1819.

No caso do 6º marquês de Marialva e 8º conde de Cantanhede, Dom Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, embaixador de Portugal em Paris, as cartas para nós são de enorme interesse histórico, já que realizou duas missões importantes: a negociação da Missão Francesa e a do casamento de Leopoldina com D. Pedro²⁷¹. No que diz respeito à Missão Francesa, ele teve que passar a responsabilidade para o encarregado de Negócios de Portugal na França, Francisco José Maria Brito (grande amigo de Araújo), já que precisou ir à Viena a fim de concluir a negociação com o pai da arquiduquesa, D. Francisco I, e com seu poderoso ministro, o príncipe Metternich.

Na carta que enviou de Paris para Araújo, ministro de D. João, em 8 de agosto de 1816, Marialva pede ao destinatário que se encarregue da apresentação e da remessa do retrato do príncipe da Beira para a noiva (Leopoldina ficaria encantada com este retrato, como confessaria em uma carta); dos presentes para o plenipotenciário austríaco que assinasse o Tratado e Acto de Entrega da Arquiduquesa com o autor, ou seja, o próprio Marialva. Lembrou ainda que apesar de Metternich ser um homem “carregado de Ordens Estrangeiras”, não deixaria de estimar uma portuguesa. E disse ainda que não se desfaria da casa em Paris, alugada por três anos, pois ainda poderia vir a necessitar dela se o destinatário concorresse para isso.

Já em 3 de dezembro de 1816, além de ter mencionado uma rápida viagem a Paris, diz que também passou por Frankfurt, onde encontrou mr. Humboldt e um conselheiro da legação prussiana (Humboldt foi quem indicara a Marialva Joaquim Lebreton para chefiar a Missão Francesa). Mesmo assim não pode se demorar na Alemanha, pois tinha que seguir para Viena, onde a arquiduquesa Leopoldina se encontrava cheia de ansiedade sobre seu regresso. Sugeriu uma Grã-Cruz para Metternich e uma troca de Ordem entre D. João e o imperador Francisco I. E recomendou o envio imediato da Ordem de Santa Isabel à arquiduquesa, à imperatriz e à princesa de Metternich. Além disso, remeteu ao marquês de Aguiar a relação dos presentes que entregaria no Acto de Entrega da noiva. Marialva acreditava que faria em Viena uma festa mais suntuosa e mais barata do que a que fizera o embaixador da Baviera, por ocasião das núpcias de Francisco I com Carolina Augusta (1816). Por outro lado, expediu o Tratado matrimonial do príncipe D. Pedro, esperando que agradasse ao

²⁷¹ De acordo com versões históricas que Marialva teria sido amante de Carlota Joaquina, sendo provavelmente o pai de D. Miguel. Não existem provas, no entanto.

conde. E novamente mencionou os presentes, pedindo ao amo que intercedesse junto ao marquês de Aguiar para que tudo corresse bem.

Em 16 de fevereiro de 1817, o marquês de Marialva afirma ao conde que ele tinha razões para estar feliz com o resultado da comissão que dera a Marialva e a Rodrigo Navarro de Andrade (1º barão de Vila Seca), já que a arquiduquesa tinha todas as qualidades para concorrer para a felicidade do príncipe e as vantagens da aliança eram sobejamente conhecidas pelo destinatário. Avisa que com o novo embaixador extraordinário da Áustria no Brasil, conde de Eltz, iriam seis ou oito naturalistas e, com a arquiduquesa, seu bibliotecário e seu mineralogista. Lamenta que a ratificação do Tratado não tenha chegado antes do dia 13 de maio, pois gostaria que a festa do casamento no Brasil se tivesse realizado no aniversário de D.João.²⁷²

²⁷² O casamento de Leopoldina foi celebrado por procuração em Viena em 13 de maio de 1817, data de aniversário de D.João, com toda pompa possível, e a benção nupcial no Brasil ocorreu no dia 6 de novembro do mesmo ano.

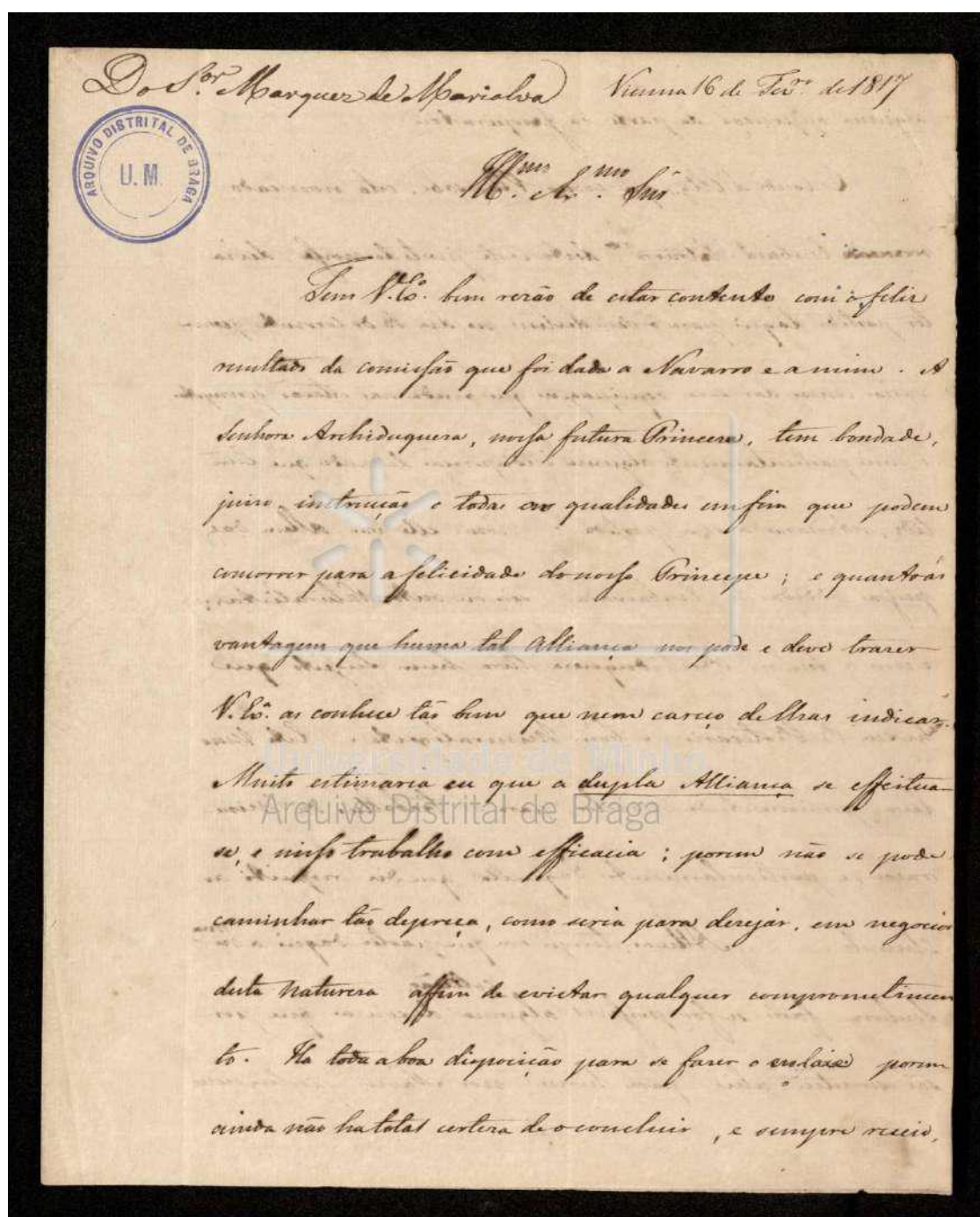


Fig.63- Primeira página da carta de 16 de fevereiro de 1817 enviada de Viena pelo marquês de Marialva ao Conde da Barca. Arquivo Distrital de Braga

Também foram correspondentes assíduos do conde da Barca o conde de Palmela, Pedro de Sousa Holstein, e Ambrósio Joaquim dos Reis. Palmela, juntamente com D. Antônio Saldanha da Gama e D. Joaquim Lobo da Silveira, defenderam os interesses de Portugal frente às grandes potências e demais países que participaram em 1814 e 1815 do Congresso de Viena, liderado pelo primeiro-ministro de Francisco I, Klemens Metternich, e pelo ministro de Relações Exteriores da França, Charles

Talleyrand. Ambrósio, que há tempos se encontrava em Londres, fora enviado à capital austríaca como conselheiro e secretário da delegação portuguesa.

Em carta enviada ao conde da Barca em 26 de janeiro de 1815, Palmela anuncia que está enviando por um portador, J. Timóteo de Araújo, os termos do Tratado, esperando obter a aprovação para a conduta dos negociadores portugueses. Reconhece que o acordo obtido em Viena “não refletiu nossos desejos”, mas explica que nas circunstâncias complicadas em que se achavam era difícil obter outro resultado. Comenta a indenização que é devida a Portugal relativamente às perdas sofridas pelo comércio; a anulação do Tratado de Aliança de 1810 e as concessões portuguesas relativamente à abolição do tráfico negreiro ao norte do Equador e da Guiana. E ressalta a necessidade de que o Tratado fosse ratificado antes de 2 de abril para evitar o pagamento de 26 mil libras à Inglaterra.

Palmela também abordava outros assuntos em suas cartas a Barca. Em 30 de setembro de 1813 pediu proteção e uma pensão para um artista português que morava em Londres (tratava-se de José Nunes de Carvalho). Nesta carta, além de renovar as expressões de amizade ao destinatário, ele comenta a conjuntura política, tendo destacado os rumores da derrota completa de Napoleão. E dizia esperar que a saúde de Araújo não tivesse piorado com o clima do Rio de Janeiro. Já em outra missiva, enviada em 1814, ele pedia ao amigo Antônio de Araújo de Azevedo proteção para Friedrich Sellow, naturalista alemão que pretendia fazer uma viagem ao Brasil. Informou que o cientista se dedicava sobretudo à botânica, sob orientação de Alexander von Humboldt em Paris e de Joseph Banks em Londres.

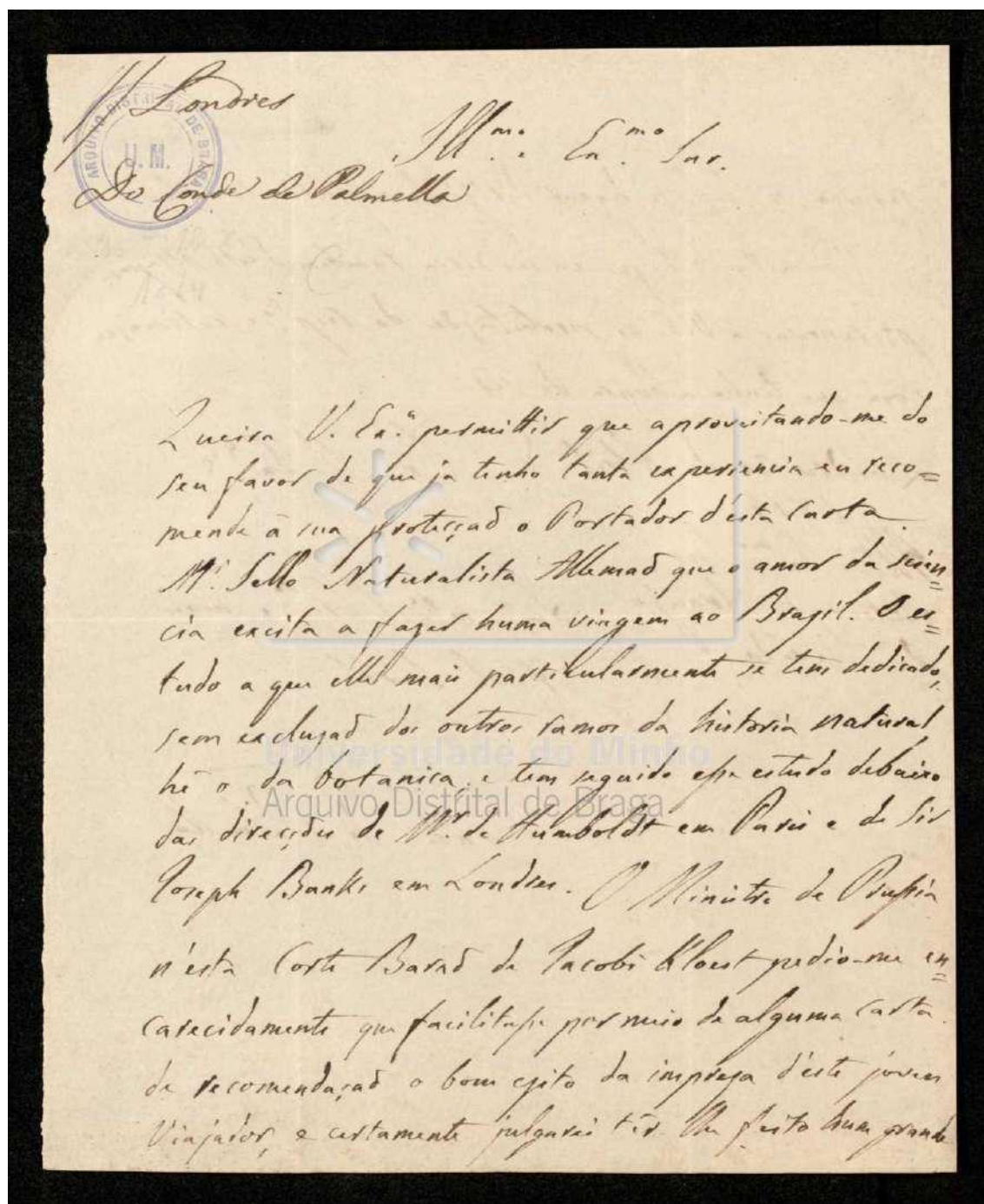


Fig.64 - Carta de Palmela pedindo a Araújo proteção para o naturalista alemão Sellow, que trabalhava sob orientação de Humboldt e Banks. Arquivo Distrital de Braga.

Lobo da Silveira escreveu muito sobre a negociação do Tratado de Viena, já que, juntamente com Palmela e Saldanha da Gama, participou da assinatura de vários documentos, entre eles a Declaração de Poderes sobre a abolição do tráfico negreiro, datado de 8 de janeiro de 1815, e o que foi assinado entre Inglaterra e Portugal em 22 de janeiro de 1815 e que também dizia respeito ao tráfico de escravos. E, assim como as demais pessoas que se dirigiam a Barca, também fez seus pedidos. Em 25 de janeiro

de 1815, por exemplo, ele solicitou que Antônio de Azevedo de Araújo, reconhecido como “protector das Ciências” no Brasil, protegesse o príncipe Max de Neuwied, oficial a serviço da Prússia e homem de grandes conhecimentos em botânica, que estava se deslocando para o nosso país a fim de estudar sua vegetação. Silveira esperava que Araújo pudesse facilitar a frequência do botânico na sociedade do Rio de Janeiro, além de abrir-lhe sua casa. Em outra carta, datada de 12 de janeiro de 1817, ele deseja um Feliz Ano Novo ao conselheiro de Estado (Araújo já era conde da Barca) e diz esperar que a forma como fora recebido em Berlim não fosse mal interpretada aqui no Brasil, onde havia muitos detratores e já sabia que o haviam alcunhado com o apelido de “O Germânico”. Insiste num secretário para a legação em Berlim. Com o título de conde de Oriola (Graf von Oriola), Lobo da Silveira (1772-1846) seria alçado a embaixador de Portugal na Prússia em 1820.

Algumas cartas enviadas por Ambrósio Joaquim dos Reis a Antônio de Araújo de Azevedo demonstram que esteve envolvido com a questão dos alambiques. Em 24 de julho de 1810 ele avisa que, “através do portador desta, o capitão tenente Antônio Bernardo de Almeida, Marques (com certeza Gaspar Marques, já citado na compra deste artefato na matéria de *O Patriota*) estava remetendo os preços dos alambiques que eram usados na Inglaterra e nas Índias Ocidentais. Apesar de não ter encontrado em Londres ou na casa de Joseph Banks o *Jornal de Artes*, disse acreditar nas vantagens da utilização de alambiques da Escócia, com base em informações que obteve junto a construtores do mesmo, de negociantes e de destiladores de bebidas espirituosas estabelecidos em Londres.

Ambrósio dos Reis comparou o fabrico da aguardente no Brasil com a produção de rum na Jamaica, aconselhando os senhores de engenho brasileiros a se deslocarem para esta ilha, para poder examinar o modo como ali se processava a destilação de bebida. Em 3 de setembro de 1810, continuou a tratar do assunto, mencionando novamente o capitão tenente Antônio Bernardo de Almeida, a carta do dia 24 de julho e os alambiques e métodos de destilação aplicados na Escócia. Transmitiu informações obtidas junto aos melhores fabricantes de alambiques de Edimburgo, tendo transcrito os preços dos mesmos com capacidade entre 80 a 2.000 galões.

Como oficial de Secretaria da Embaixada Portuguesa em Londres, o tema predileto de Ambrósio Joaquim dos Reis era a política internacional, que acompanhava atentamente, fazendo análises interessantes. Provavelmente foi devido a esta sua

característica que foi indicado para ser o conselheiro e secretário geral da delegação portuguesa no Congresso de Viena. Em carta enviada a Fernando José de Portugal e Castro, o marquês de Aguiar, em 24 de setembro de 1814, que também se encontra no Arquivo Distrital de Braga, ele agradece a nomeação, pedindo ao destinatário que beijasse a mão do príncipe regente por tão alta honra e mercê. E ao mesmo tempo pedia desculpas por quaisquer falhas que viesse a cometer na função, já que não estava preparado para assumir tal responsabilidade em razão do seu atual estado de saúde.

Falhas, porém, não devem ter ocorrido. Pois de Viena Ambrósio escreveria cartas plenas de informações e preocupações, como foi o caso da datada de 9 de abril de 1815. Nela, ele comentava a espantosa reviravolta ocorrida na França a favor de Bonaparte, ou seja, os famosos Cem Dias (13 de março a 8 de julho de 1815). E alertava para o fato de Portugal se encontrar enfraquecido militarmente, já que o contingente militar, devido ao Tratado de 8 de abril, havia se trasladado para os Países Baixos, ficando Portugal sem a fina flor de sua tropa e exposto a um possível ataque da França e da Espanha.

Ele receava sobretudo uma crise na Espanha, pois José Bonaparte fugira da Suíça e encontrava-se em Paris. Com isso, Bonaparte poderia enviar o irmão à Espanha à frente do exército francês e de um grande número de espanhóis descontentes com Fernando VII (irmão mais velho de Carlota Joaquina). Por isso, pedia que S.A.R. ordenasse um armamento geral do reino e que instasse junto às grandes potências e à Grã-Bretanha que preservasse Portugal e a Galiza, impedindo que sofressem novas invasões. Na opinião de Ambrósio, os plenipotenciários reunidos em Viena, como já se achavam com mandatos para negociar, deveriam ser nomeados para arquitetar com os representantes dos países aliados a nova paz geral. Pessoalmente, avisou que assim que acabasse o Congresso de Viena iria para Londres para pôr o Arquivo da Legação em segurança. Por último, solicitou a Araújo que tornasse as comunicações entre as missões estrangeiras mais rápidas, regulares e seguras, tendo sugerido que mandasse alguns oficiais da Secretaria da Marinha a Londres para que se encarregassem dos despachos.

O secretário da delegação portuguesa estava preocupado em demasia com a reviravolta na França, já que, como sabemos, Napoleão foi derrotado em 1815 na Batalha de Waterloo e enviado para Santa Helena. Mas, mesmo assim, ele continuava com seus prognósticos pessimistas sobre o cenário europeu, acreditando mais em dissensões do que em paz. Em sua carta de 7 de outubro de 1815, menciona novas

combinações políticas que poderiam produzir mudanças significativas nas relações das grandes potências. Acreditava, por exemplo, que o Diretório Aliado de quatro potências criado em Viena – Rússia, Áustria, França e Inglaterra – poderia ser dissolvido a qualquer momento, devido a uma aproximação entre a França e a Rússia e desinteligências entre a Rússia e Prússia. Os franceses por sua vez, segundo Ambrósio, detestavam a Prússia e estavam indispostos com a Áustria e a Inglaterra. Achavam que estavam sofrendo humilhações e perdas.

Havia um aumento de influência da Rússia na Holanda, já que o príncipe de Orange se casara com uma arquiduquesa russa, com graves consequências no comércio e na navegação. E assim ele continua sua análise, sempre prevendo o agravamento das crises políticas no futuro. No caso de Portugal, a seu ver, a situação também era bem ruim, já que a Inglaterra nada fizera por seu antigo aliado, e não quis concluir as questões relativas à Olivença e à Guiana, para manter um pomo de discórdia entre Portugal, França e a Espanha.

Podemos dizer que nesta carta de Ambrósio Joaquim dos Reis de positivo só havia o seguinte: o fato de ter ressaltado que era necessário um novo Tratado de Comércio com a Inglaterra, em substituição ao desastroso Tratado de 1810, e ter destacado também a necessidade de fazer melhoramentos internos em Portugal e no Brasil para aumentar a prosperidade, além de manter o exército em disciplina respeitável (era sempre um ponto fraco, o exército português). Além disso propunha uma boa relação com a Espanha, ajudando-a a recobrar Buenos Aires em troca de Montevideo, apesar de que observava que uma aliança com a Espanha não poderia significar a ruína de Portugal, ou seja, não deveria obrigar o país a participar de todas as guerras enfrentadas pelos espanhóis.

O barão de Eschwege, diretor de Minas no Governo de D. João, sempre informava Antônio de Araújo de Azevedo sobre questões referentes à mineração. Na correspondência, há uma nota relativa ao estabelecimento de uma Companhia ou Sociedade de Exploração de Minas; um contrato celebrado entre a Corte de Portugal e o barão “para a prestação de serviços nas minas do Brasil durante dez anos sucessivos”, assinado por Correia Henriques, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Corte de Portugal em Berlim e o próprio barão, e um pedido, datado de 11 de novembro de 1813, no qual Eschwege pede para servir mais dois anos na Capitania das Minas Gerais em trabalhos mineralógicos e metalúrgicos.

Segundo afirma, aceitaria o soldo e vencimentos vigentes, com a liberdade de requerer os adiantamentos militares em atenção aos serviços prestados na Restauração de Portugal, e gostaria que ao fim de dois anos lhe fossem pagas as despesas relativas ao seu regresso à pátria, bem como o adiantamento de uma pensão vitalícia. Numa carta um pouco anterior, de 1 de março de 1813, ele solicitava a Antônio de Araújo que falasse com o conde de Aguiar sobre o plano de administração da Mina do Abaeté, que havia enviado há 4 meses e ficara sem resposta, o que atrasaria o início das atividades com grande prejuízo para a Fazenda Real. E em outra anuncia que havia adquirido mais duas minas.

Em um mapa de diamantes, datado de 22 de maio de 1816, Araújo recebeu informações sobre a extração das pedras. No cabeçalho do documento está escrito o seguinte: “Mapa dos diamantes que remete a Junta da Real Extração dos mesmos à Diretoria Real Diamantina do Erário Régio do Rio de Janeiro, incluídos em dois cofres fechados e selados na forma de costume”.

Mapa dos Diamantes que remete a Junta da Real Extração dos mesmos à Diretoria Real Diamantina do Erário Régio do Rio de Janeiro, incluídos em dois cofres fechados e selados na forma de costume

Ordem	Quantidade	Qualidade	Valor	Observações
1ª	100	de 1.ª e 2.ª	117	3
2ª	100	de 3.ª e 4.ª	100	3
3ª	100	de 5.ª e 6.ª	100	3
4ª	100	de 7.ª e 8.ª	100	3
5ª	100	de 9.ª e 10.ª	100	3
6ª	100	de 11.ª e 12.ª	100	3
7ª	100	de 13.ª e 14.ª	100	3
8ª	100	de 15.ª e 16.ª	100	3
9ª	100	de 17.ª e 18.ª	100	3
10ª	100	de 19.ª e 20.ª	100	3
11ª	100	de 21.ª e 22.ª	100	3
12ª	100	de 23.ª e 24.ª	100	3
13ª	100	de 25.ª e 26.ª	100	3
14ª	100	de 27.ª e 28.ª	100	3
15ª	100	de 29.ª e 30.ª	100	3
16ª	100	de 31.ª e 32.ª	100	3
17ª	100	de 33.ª e 34.ª	100	3
18ª	100	de 35.ª e 36.ª	100	3
19ª	100	de 37.ª e 38.ª	100	3
20ª	100	de 39.ª e 40.ª	100	3
21ª	100	de 41.ª e 42.ª	100	3
22ª	100	de 43.ª e 44.ª	100	3
23ª	100	de 45.ª e 46.ª	100	3
24ª	100	de 47.ª e 48.ª	100	3
25ª	100	de 49.ª e 50.ª	100	3
26ª	100	de 51.ª e 52.ª	100	3
27ª	100	de 53.ª e 54.ª	100	3
28ª	100	de 55.ª e 56.ª	100	3
29ª	100	de 57.ª e 58.ª	100	3
30ª	100	de 59.ª e 60.ª	100	3
31ª	100	de 61.ª e 62.ª	100	3
32ª	100	de 63.ª e 64.ª	100	3
33ª	100	de 65.ª e 66.ª	100	3
34ª	100	de 67.ª e 68.ª	100	3
35ª	100	de 69.ª e 70.ª	100	3
36ª	100	de 71.ª e 72.ª	100	3
37ª	100	de 73.ª e 74.ª	100	3
38ª	100	de 75.ª e 76.ª	100	3
39ª	100	de 77.ª e 78.ª	100	3
40ª	100	de 79.ª e 80.ª	100	3
41ª	100	de 81.ª e 82.ª	100	3
42ª	100	de 83.ª e 84.ª	100	3
43ª	100	de 85.ª e 86.ª	100	3
44ª	100	de 87.ª e 88.ª	100	3
45ª	100	de 89.ª e 90.ª	100	3
46ª	100	de 91.ª e 92.ª	100	3
47ª	100	de 93.ª e 94.ª	100	3
48ª	100	de 95.ª e 96.ª	100	3
49ª	100	de 97.ª e 98.ª	100	3
50ª	100	de 99.ª e 100.ª	100	3

Summa 10000 100

Universidade do Minho
Arquivo Distrital de Braga

Fig.64 - Mapa dos diamantes datado de 22 de maio de 1816. Arquivo Distrital de Braga.

Frederico Luís Guilherme Varnhagem foi contratado em 1809 por D. João para construir os altos fornos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Sorocaba, na então Capitania de São Paulo. Em função disso, ele também escrevia muito a Araújo, descrevendo o trabalho que estava desenvolvendo. Em 27 de novembro de 1816, por exemplo, Varnhagem enviou uma carta a Araújo acusando a recepção da carta de 14 de setembro, onde o conde da Barca dizia que não tinha recebido o modelo do engenho de serrar madeira. Para comprovar a existência do mesmo, ele envia em anexo um carta do responsável do mesmo, o coronel Toledo de São Paulo. Aproveitou para informar da partida do conde de Palma, após onze dias em Ipanema onde estivera para se inteirar do estado das obras na Real Fábrica.

Disse ainda que estava esperando a chegada dos fundidores alemães, visto que a fábrica estaria pronta para trabalhar no início do ano. E mencionou a possibilidade de que Sua Alteza Real comprasse ações de particulares para ordenar a construção de uma fábrica de espingardas e espadas feitas por máquinas de água, tendo remetido o esboço do plano que, a seu ver, poderia ser aplicado à Real Fábrica e a outras desta natureza no Brasil.

Já na carta de 2 de março de 1817, Varnhagem acusava a recepção de uma carta do conde da Barca datada de 29 de janeiro de 1817, pelas mãos de Alexis Svertchkoff, informando em que circunstâncias ocorrera a visita deste à Fábrica juntamente com dois franceses. Fez um balanço da obra, tendo ressaltado o apoio constante do conde de Palma e de seus dois coadjuvantes, o brigadeiro Arouche de Toledo e o ouvidor de São Paulo Paulo Miguel Afonso de Azevedo Veiga. Aguardava com impaciência a chegada dos fundidores alemães, já tendo recebido notícia da vinda da Companhia de Espingardeiros da Alemanha. De acordo com ele, a Fábrica de São João de Ipanema precisava de uma reforma geral, havendo muitos conflitos com os subalternos. Recomendou Francisco Vieira Goulart para realizar uma inspeção final na Fábrica e o tenente Conrado Niemeyer para oficial engenheiro subalterno. Além disso, lembrava que havia requerido junto a S.A.R. o Hábito da Torre, tendo acrescentado ainda que dentro em breve deveria se encontrar na Corte com o barão de Eschwege.

Quem era Alexis Svertchkoff? Em carta de 20 de fevereiro de 1817, ou seja, anterior a de Varnhagem, o conde de Palma informou a Barca que havia recebido a carta de 29 de janeiro em que o ministro de D. João lhe recomendava o senhor Alexis Svertchkoff, conselheiro da Legação russa na Corte do Rio de Janeiro. Ele havia

chegado no dia 13 do corrente, hospedara-se na casa do autor e brevemente partiria para a Fábrica de Ferro. Palma (Dom Francisco de Assis Mascarenhas) estava sempre acompanhando os trabalhos de Varnhagem. Em 9 de agosto de 1816, além de ter mencionado em carta dirigida a Barca uma plantação de vinhas na Comarca de Curitiba, afirmou também que havia recebido as melhores informações sobre as Fábricas de ferro, o que dava muito crédito a Varnhagem. Esperava poder ir verificar pessoalmente o que estava acontecendo para depois poder comunicar as conclusões que viesse a tirar a respeito da Fábrica ao conde da Barca.

Alguns bilhetes são bem interessantes, como os de lord Strangford, Percy Clinton Sidney Smith, pedindo para visitar Antônio de Araújo de Azevedo. O primeiro é de 6 de fevereiro de 1810. E no segundo, de 13 de fevereiro de 1814, o ministro plenipotenciário britânico indaga ao ainda conselheiro português a que horas poderia passar em sua casa. O documento é importante, porque em 1814 lord Strangford teve uma briga horrorosa com D. João por causa da designação de Araújo para ministro e secretário dos Negócios da Marinha Marinha e Domínios Ultramarinos.

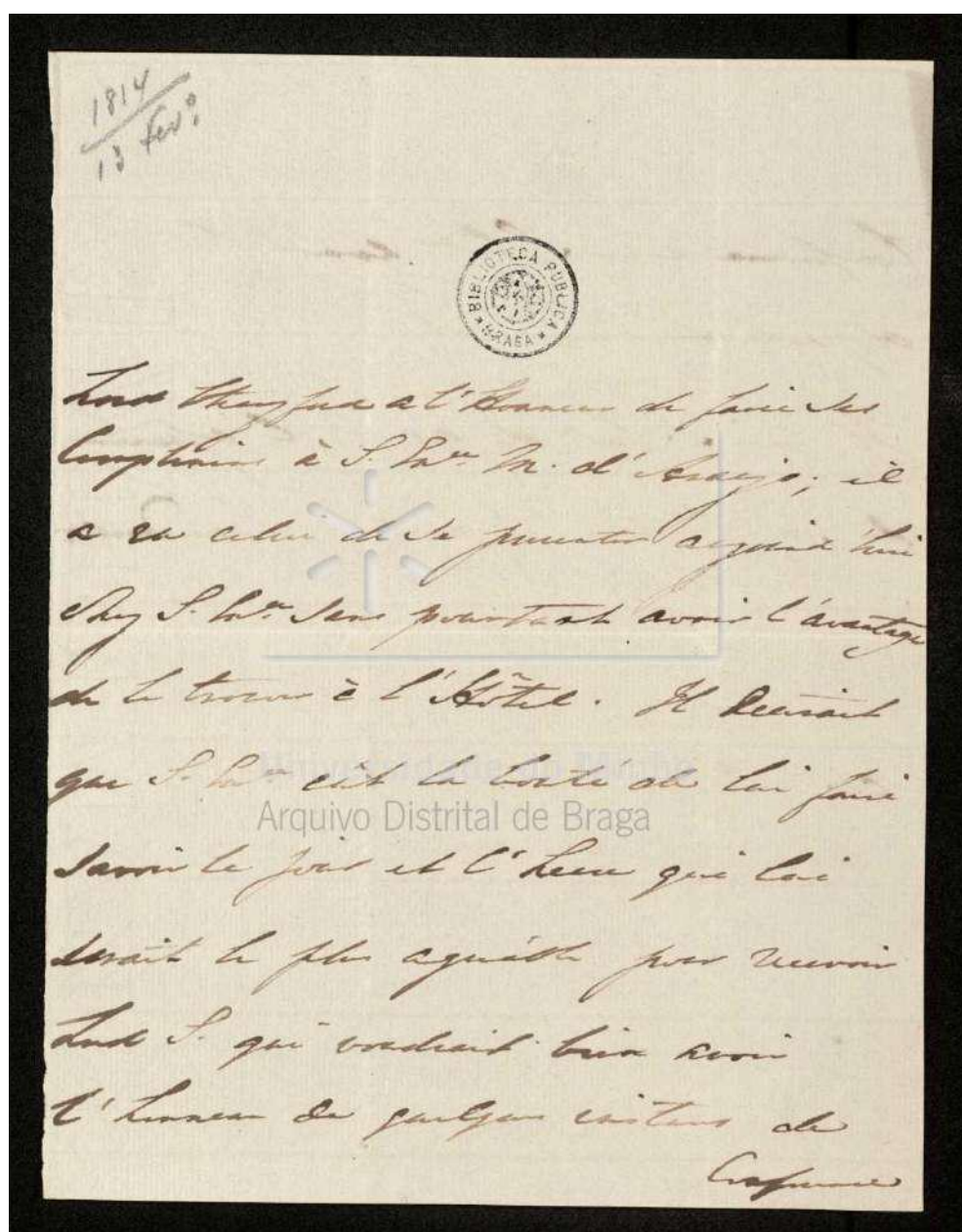


Fig.66 - Bilhete de Lord Strangford para Araújo escrito em 13 de fevereiro de 1814.
Arquivo Distrital de Braga.

Empreendedores e comerciantes, amigos de Antônio de Araújo de Azevedo desde os tempos em que trabalhavam para o fidalgo em Portugal, Diogo Ratton e seu pai Jácome Ratton também foram correspondentes assíduos do conselheiro e ministro português, enviando cartas de 1812 até 1817, ou seja, o ano da morte do Conde da Barca. Inicialmente a grande preocupação de Diogo era com o pai, que, após a invasão do general Junot, fora preso e extraditado para Paris por ter sido acusado de ser um espião francês. Tendo se mudado para Londres, Jácome voltará em 1816 para Lisboa

com o apoio do conde da Barca e do marquês de Aguiar, que intercederam por ele junto a D. João VI.

Em carta de 26 de junho de 1812, Diogo Ratton diz que estava fazendo diligências para tirar o pai de seu injusto degredo e queixa-se dos efeitos do Tratado de Comércio de 1810 fechado entre Inglaterra e Brasil. Como este acordo comercial privilegiava os ingleses e atingia duramente as fábricas do Reino, Diogo se viu obrigado a fechar sua fábrica de fiação de algodão, o que resultou numa perda de 200 mil cruzados. A fábrica de chapéus de sua companhia também teve que ser fechada, devido à admissão de chapeleiros ingleses no Brasil. Ratton lamentava na carta que ficara com 25 mil chapéus para escoar e que tivera de demitir 500 empregados.

Em carta do dia 4 de janeiro de 1813, Jácome diz a Araújo que ficara muito feliz ao ler em *O Investigador Português* que havia sido construída uma estrada que ia de Porto Seguro a Minas Novas. Ele acreditava que com isso Porto Seguro ia se transformar numa localidade importante. Aconselhava, por outro lado, que fosse instalada a fiação nas margens do Rio “Giquitinonha”. Pai e filho continuavam cheios de projetos. Em 6 de dezembro de 1814, Jácome, ex-deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, enviava uma representação a Sua Alteza Real na qual dizia que tinha a intenção de aproveitar a superabundância de carnes que era produzida pela Capitania do Rio Grande do Sul através de um método sem salmoira empregado na França e na Inglaterra. Já Diogo, em 28 de junho de 1816, pedia proteção para erigir um moinho de moer farinha e arrematar o “Contrato de Tabaco e Saboarias que, após ter estado em licitação no Tribunal da Real Junta do Tabaco nos dias 15, 18 e 22 do corrente mês e ter sido arrematado pelo barão de Sobral e seus sócios, foi ordenado, por Aviso do Governo, que deveria voltar à praça...”

Em outra carta, sem data, Jácome Ratton, mencionava a “Companhia de Carnes Conservadas no Rio Grande” e dizia que “João Gamble acreditava que este estabelecimento iria generalizar o negócio de neve artificial”. Havia informado ao marquês de Marialva, disse ainda, que uma tradicional família de lapidários holandeses de diamantes iria ao Brasil. E acrescentou que enviaria um trabalho sobre o Contrato de Tabaco e Saboarias que o filho estava tentando arrematar. Jácome Ratton queria que o conde da Barca indicasse seu filho mais jovem, José Luís Ratton, para ser cônsul português em Londres. Por isso, em 1º de abril de 1817 o conde da Barca também receberia uma carta de mais um Ratton, ou seja, do próprio José Luís, na qual o jovem

diplomata agradece a proteção que Araújo sempre dera ao pai e implora pela promoção para cônsul na capital da Inglaterra.

A família de Barca também escrevia, é claro. Irmãos, primos e primas. Em 28 de março de 1816 o primo Francisco Ferraz Sarmento remete ao conde “a certidão prometida sobre o rendimento actual dos foros ou direitos reais do Senhorio da Barca”. Dela poderá observar que o barão de Tavarede só possui as honras e nada mais. Informa que António Fernando já conta ver o destinatário como “Senhor da Barca”, o que lhe há de aumentar a vontade de regressar à Quinta da Prova para colocar em prática os seus projetos. O mesmo António Fernando remeterá para a Corte uma representação desta Câmara e habitantes da vila em que pedem um cais, esperando que Antônio de Araújo o promova. Já em outra carta, também de 28 de março de 1816, Sarmento felicita o primo pela elevação à “Classe dos Grandes, com o titulo de Conde da Barca”. Estimou que o título fosse da Barca, mais do que de outro local, e lembra-se de ouvir o destinatário dizer que antes preferia ser “Donatário da Barca do que Conde”. Pergunta por que não junta as duas mercês e refere que o barão de Tavarede, embora seja o donatário, apenas possui as honras. Sugere a concessão de outra graça ao dito barão como indenização. Refere que muito gostariam que se concluísse o grande canal, sustentando que faz pena ver um grande edifício começar a ser construído e ficar inútil.

Francisco Ferraz Sarmento escreveu um relatório sobre o que aconteceu na região do Minho e do Douro durante a invasão francesa e entre seus escritos tem uma carta jocosa de um cão de Lisboa, ou seja, “carta que hum Cão de Lisboa escreveu a mr. Junot em consequência da Lei publicada contra os caens vagabundos ...apareceu pendurada no pescoço de hum Cão, com sobrescito – d’ordens do General Junot”.

Cópia da Carta que hum cão de Lisboa escreveu a Mr. Junot; em consequencia da lei publicadã contra os cães vagabundos - Apareceu pendurada ao pescoço de hum cão, com sobscripto = D'ordens ao General Junot = em de Abril

Se ao menos da falsa gloria, que te cercas, ganhada por insultos, e violencias, contra o direito universal, e das gentes, podem surgir nos ares da justiça as vozes da innocencia iniquamente perseguida; scelerado executor dos despotismos do mais facinoroso ladrão! Tirano da Europa! ouz, e confunde te. Não estranhes, que te falte hum vivente, aquem a natureza negara o dom da linguagem; não he a primeira vez, que sempre em extraordinarios acontecimentos a mesma natureza vira injuriados. Come a maravilhosa historia de Moisés, se impio a não tens por fabula; e nella podás ter hum exemplo não pouco analogo. Hum animal, da classe dos mais deprimidos do globo; a Bessa da Balaão, estimulada com injusticia por seu senhor, alçou a voz, e exclamou com palavras, que lhe não são dadas = Que te fiz, por que me fizes? = He com as mesmas, porém com mais razão, que eu me atrevo tambem a perguntar te = Que mal te fiz eu, e meus semelhantes, por que nos fizes, balaão, e perfido fancer, responde? = Que direito tem os teus Ministros, tão tiranos como tu, e ainda mais ladrões, que o terrivel aventureiro de quem souz eu

Fig.67 - Carta de um cão escrita ao general Junot em abril de 1807 ou 1808. Arquivo Distrital de Braga.

As mulheres também eram missivistas assíduas, fazendo muitos pedidos. Leonor de Almeida, Alcipe, ou condessa de Oyenhausen (futura marquesa de Alorna, 1750-1839) foi uma das amigas que mais escreveu a Araújo. Ela estava em Londres exilada e vivendo sérias dificuldades financeiras. Em carta de 6 de julho de 1811, o embaixador português em Londres, Domingos de Sousa Coutinho, avisou à condessa que não

poderia pagar suas pensões, tendo observado que esta era uma orientação de caráter geral do governo português. Leonor vai ficando nervosa. Em carta de 17 de fevereiro de 1812, é com cólera que pergunta ao amigo Antônio de Araújo de Azevedo porque o príncipe e a princesa real, da qual era dama de honra, não a protegiam. Reclamou novamente do conde de Funchal, que a abandonara. E mencionou vários outros inimigos que tinha em Londres, entre eles o duque de Sussex e Hipólito da Costa, “este mau homem”, que também não gostava de Araújo.

Em outra carta, datada de 3 de agosto de 1812, Leonor agradece a Araújo a carta de 20 de maio, que “respira aquela honra, sensibilidade e amizade que sempre lhe conheci”. Ela lamenta saber que suas notícias tivessem agravado a saúde do amigo. Fala novamente de perseguidores e caluniadores, que poderiam ter atrapalhado sua relação com o D. João. Assegurava, porém, que nada a impediria de se defender de modo contundente. Pedia ao destinatário que intercedesse junto ao conde de Palmela para que o filho fosse nomeado cavaleiro na Embaixada de Londres, pois parecia que o conde de Funchal ia abandonar o cargo e Palmela o substituiria. Sobre o estado delicado de Araújo, comentou que estimava saber que o excelente médico Manuel Luís Álvares de Carvalho estivesse em sua companhia.

Em 15 de janeiro de 1913, a condessa de Oeynhausen agradece a carta recebida e o fato de Antônio de Araújo ver a verdade e a justiça nas ações da autora. Agradece a notícia de que seu filho João Ulrico estava em São Paulo prestes a regressar a Minas, porque desde novembro de 1811 nada sabia dele e viviam a inventar notícias sobre o filho. Depois de falar novamente mal de Domingos de Sousa Coutinho, que se recusara a receber suas filhas, queixou-se da miséria e da perseguição de que era alvo, dizendo não entender a revogação das pensões a que tinha direito. O seu intento era viver em Lisboa de onde fora expulsa, apesar de ter recebido duas cartas oficiais que ressaltavam que não havia outra razão para o fazer que não o seu próprio arbítrio. Perguntou por fim a Araújo se recebera os livros.

Finalmente, em fevereiro de 1815, quando Araújo já era ministro da Marinha, ela vai receber boas notícias. Em carta enviada ao amigo neste mês ela afirma que somente da amizade de Antônio de Araújo, conselheiro e ministro de Estado, ela poderia esperar uma redenção. Após ter agradecido a transferência do filho para o exército de Portugal, ela diz que somente agora pode saber os motivos pelos quais deixaram de pagar suas pensões, o que fora devido à “maldade subalterna”, já que todos

os decretos de S.M. estavam em vigor. Pediu ainda a Araújo uma simplificação de todo o processo bem como do negócio referente à sua Casa (deve ser a maravilhosa casa em Benfica), porque os meios atuais não chegavam para pagar os emolumentos que lhe eram exigidos. E afirmou: “De V. Ex., eu espero os alívios de que tanto necessito”. A poetisa Alcide ainda iria se desesperar muito, mas voltaria para Portugal em 1813, retomando os seus bens e adquirindo o título de marquesa de Alorna, após a morte do irmão em 1815.

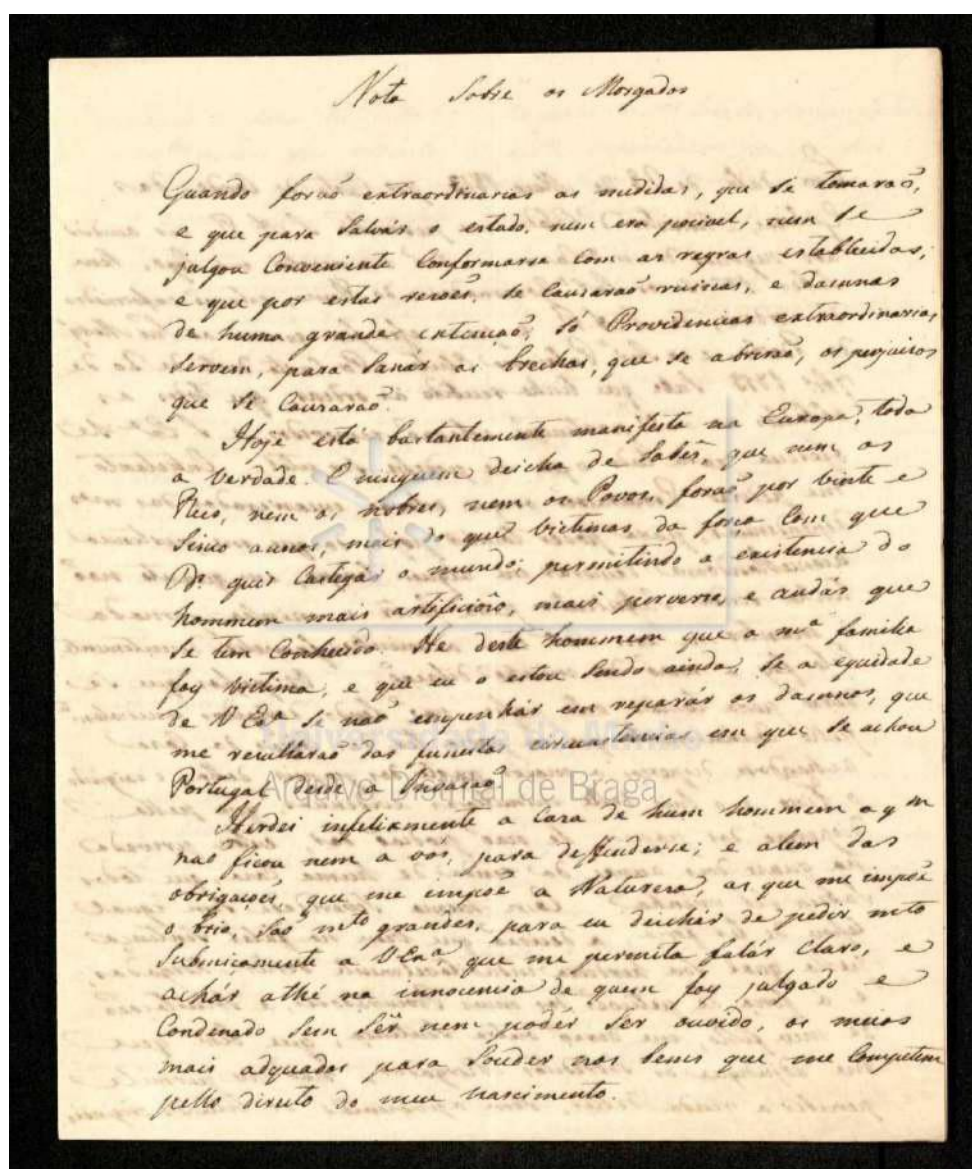


Fig.68 - Nota inacabada sobre as pensões da condessa de Oeynhausen, futura marquesa de Alorna.
Novembro de 1814. O Arquivo Distrital de Braga.

Outra mulher que se correspondia bastante com Antônio de Araújo de Azevedo era Maria da Penha de França Pereira de Lacerda, que se tornaria baronesa de Bedoído. Devia ser aparentada, porque tinha intimidade suficiente para tratar em suas epístolas de assuntos pessoais e políticos. Em 24 de julho de 1814, por exemplo, após ter agradecido a carta que Antônio de Araújo de Azevedo escrevera no dia 13 de março de sua própria mão, prestando-lhe uma prova de amizade e, ao mesmo tempo, aliviando-a em relação ao seu estado de saúde, ela lamentou que ele nada dissesse a respeito de seu regresso para Portugal. Comentou que as cartas que lhe enviara endereçadas a duas “Personagens Britânicas” ficariam guardadas até que ele lhe desse ordens para queimá-las, já que essas pessoas não se encontravam mais em Lisboa. E que estava a esperar pela anulação do Tratado de 1810, assinado por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e que tanto prejudicara Portugal, sendo resultado das “intrigas dos Sousas”.

Em carta datada de 4 de maio de 1814, Maria da Penha diz que o pacote com a correspondência demorou a sair de Lisboa, devido à manobra de alguns que quiseram que saísse antes um brigue com o conde da Ribeira que levava ofícios sobre a paz geral, para a qual este “Poltrão” em nada cooperara. Ela elogia o desempenho de Beresford à frente do exército português e a amizade que este nutre pela nação portuguesa. Diz aguardar a chegada dos portugueses que estavam em França, com exceção do 3º Marquês que Alorna, que morrera em Conisberga em 2 de janeiro de 1813. Pede a Araújo que retorne para Lisboa, deixando as Secretarias de estado para os “Pavões”.

Já em 30 de maio de 1814, ela felicita Araújo pela nomeação para ministro da Marinha e do Ultramar, ocorrida em 11 de fevereiro de 1814. Diz que soube da notícia ao ir aos festejos do aniversário de D.João no Teatro São Carlos. E faz votos que Sua Alteza saiba agora o quanto é vantajoso seguir um “Conselheiro tão digno”. Em outra carta, ela afirma que ficou muito contente ao saber que o embaixador britânico Canning, ao conversar com o Marechal Beresford, teria dito que o ministro Antônio de Araújo de Azevedo era o único que poderia segurar a dignidade da nação portuguesa.

Em 30 de maio de 1815, Maria da Penha aconselha Antônio de Araújo a cuidar de sua saúde por ele e também pelo bem do Estado. Elogia todos os trabalhos que têm convencido os incrédulos, como a expedição do Exército de S.A. R., por considerar que em primeiro lugar estava a defesa das posses nas Américas e que só depois o país deveria atender as solicitações das nações aliadas. Em P.S., além de informar que comprara uma casa em Sintra, pede que Araújo tome cuidado com “o tal Amigo e com

outros”. Em 13 de março de 1816, ao saberem que Araújo recebera o título de conde da Barca, a amiga e o marido, Nicolau Xavier de Figueiredo Castelo Branco, enviaram uma carta na qual o felicitaram, dizendo considerar que tudo que S.A.R. fizesse pelo destinatário “eram marcas de justiça e de gratidão”.

Maria da Penha de França Pereira de Lacerda tinha uma filha, Maria Carlota de Lacerda, que estimava muito o conde da Barca. Em carta de maio de 1812 ela diz que soube pelo tio que o destinatário estava “muito gordo”. E pergunta por que ele nunca vinha a Oeiras. Informa-lhe que não ia muito bem em música, porque os melhores professores estavam deixando Portugal. Também em 1812 (setembro) ela diz que aguardava ansiosa por um reencontro e que estava descansando em Sintra. Lamenta a morte de um primo, no ataque a San Sebastian, e comenta que dois de seus irmãos estavam no Exército, Antônio e João Maria. Sobre o amigo, diz que muitas pessoas estavam entusiasmadas com suas músicas e que chegavam a fazer cópias (com isso ficamos sabendo que Araújo compunha). Já em uma carta de 23 de setembro de 1816 Maria Carlota comenta que estava feliz ao ver que sua amizade pelo conde da Barca era correspondida, o que acreditava se dever ao fato de o músico e compositor Neukomm estar perto do destinatário. Através de uma carta que a mãe recebera, ficara sabendo que o amigo estava sofrendo física e moralmente, o que fazia com que sentisse muito por não poder confortá-lo.

Na última carta que temos de Maria Carlota, datada de 13 de março de 1817, ela exprime saudades do conde e afirma que já perdeu as esperanças em revê-lo. Conhecera o irmão do destinatário, Francisco, o que lhe dera certa alegria, porque era muito parecido com V.Exa. Ela afirma também que recebeu um recado através da mãe, mas que não tinha entendido porque o conde da Barca mandara dizer que “estava velho”. Reiterou os sentimentos de carinho e confessou o desejo de poder exprimi-los pessoalmente. Voltou a mencionar Neukomm, esperando que tivesse agradado ao conde e que houvesse lembrado que ela cantara em casa dos Lebzetterns (provavelmente acompanhada ao piano por Neukomm).

Se Maria Carlota gostava do conde da Barca, meio que infantilmente, houve alguém que gostou mais maduramente. Pelo menos é o que as cartas indicam²⁷³. Trata-se de Maria Urbana de Lima Barreto, baronesa de Beaumont (1778-1831). Em carta de janeiro de 1º de maio de 1814, a baronesa lamenta a distância que a separa de Antônio de Araújo e informa que o marido falecera em 13 de dezembro de 1813. Diz que ficou sem protetor e fortuna, pois ficou sem direito à pensão que o marido usufruía. Esposa de um general de divisão de Bonaparte, ela deveria receber uma pensão de seis mil francos e o pai também merecia um cargo. Nesta carta, Maria Urbana lembra o bom tempo que passou com o destinatário na capital inglesa. Em 16 de maio de 1814, novamente ela recorda os momentos agradáveis passados com Antônio de Araújo em Londres. E expressa suas felicitações pela nomeação do amigo para ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos. Menciona novamente o pai, que estava muito acabrunhado e desgostoso por ser muito maltratado pelo governo de Lisboa, e comenta que crê que apenas Araújo poderia tirá-lo desta situação. Na sala de visitas do pai, informa, estava o quadro do conde pintado por Domenico Pelegri e ela mesma tinha outros dois quadros do destinatário em casa, em Paris.

Em carta de 6 de junho de 1814, ela diz que foi a Londres visitar o pai e que estima saber que Araújo era ministro e haviam lhe feito justiça, contrariando os inimigos e invejosos. De novo reclama que Bonaparte só lhe deixara uma pensão de 3 mil cruzados. E pede para o pai um título que pudesse beneficiar toda a família. Voltará em breve a Paris para cuidar dos negócios da sucessão do marido. O retrato de Barca em Londres lhe dá saudades. Ela espera não morrer sem voltar a vê-lo. Em 30 de setembro de 1814, escreve que os sentimentos ficaram imutáveis, apesar da distância, e lamenta ter sabido através de Brito que Barca esteve 46 dias com uma moléstia grave, o que o deixou “fraquíssimo, acabado e com as pernas inchadas”.

Beaumont esperava poder ver o amigo antes de morrer e comenta que “não casou por paixão nem por amores e que por isso tinha sido bem infeliz”, como bem o sabia Araújo. Pede “àquele que só tive paixão neste mundo que não a abandone”. Em 10 de novembro de 1814, outras lamúrias sobre falta de dinheiro, já que vivia com apenas 200 francos que o pai lhe dava e os 3 mil francos concedidos pelo governo

273 Todas estas cartas fazem parte da Correspondência do conde da Barca (Homem de Letras) digitalizada pelo Arquivo Distrital de Braga. Disponível em :< <http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1408708>> . Acesso em: 10 maio 2017.

francês. Lamenta que Antônio de Araújo não tenha escrito mais, insiste em pedir que ele não a abandone e novamente afirma misteriosamente que ele deveria ser lembrar de que ela “poderia ter sido feliz se V.EX. quisesse”. Diz-se preocupada com a saúde do Conde e menciona agora um retrato que se encontra em seu salão em Paris. Na França, informa, estava tudo em sossego, mas o país estava pobre. As cartas seguem e a intimidade vai crescendo.

Em 8 de dezembro de 1814 ela se diz entristecida por causa da saúde do conde e afirma que nunca deixou de amá-lo. O marido sempre teve uma atitude muito digna com ela, mas manteve a paixão pelo destinatário. Se Araújo estivesse em Lisboa iria visita-lo, mas no Brasil não se atrevia. Afirma ainda que vivera com o marido cinco anos, mas na realidade convivera apenas por dez meses, já que o barão estivera o tempo todo na guerra. Os pedidos continuam. Que pelo menos o amigo conseguisse uma pensão de 500 francos para o pai. Para pagar as dívidas do marido vendera tudo, só ficando com o mobiliário da casa. Em 25 de dezembro de 1815, diz que se o destinatário duvidasse de seus sentimentos a ofenderia porque “morria de paixão”, tanto que seu retrato nunca a abandonara. Em 28 de junho de 1816, a baronesa se diz extremamente preocupada com Barca, pois estranhara a sua assinatura. Nada lhe tirava da cabeça que fora o clima do Brasil que lhe fizera mal. Recordou novamente o tempo que passaram juntos na Inglaterra. Pede pelo pai e oferece um anel em ouro com um camafeu que lhe fora presenteado por uma rainha.

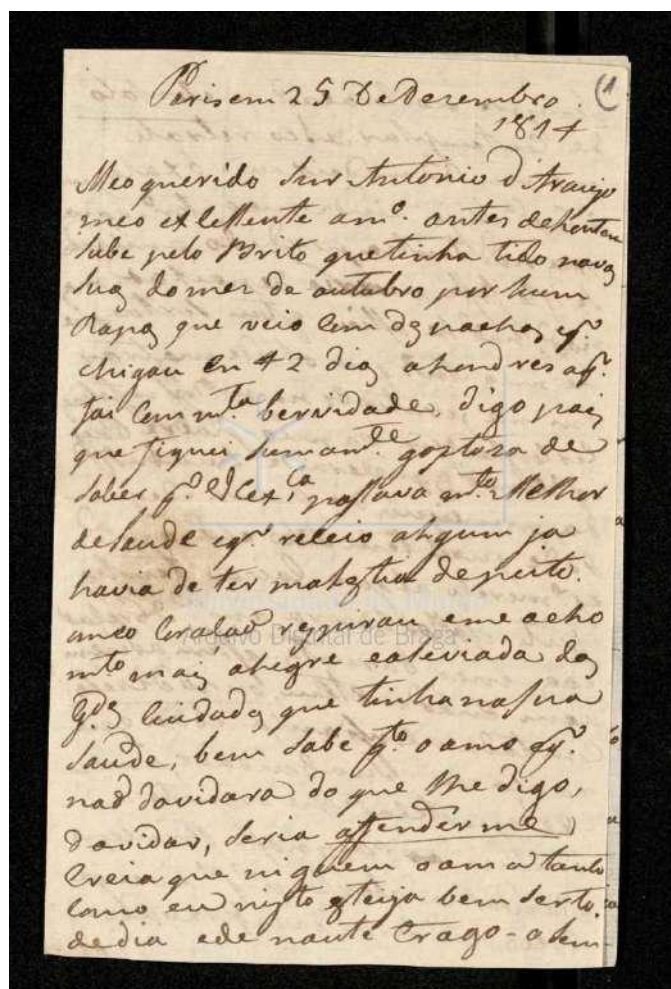


Fig.69 - Carta de 25 de dezembro de 1815, em que a baronesa de Beaumont menciona a palavra paixão. Arquivo Distrital de Braga.

Em 29 de novembro de 1816, ela deseja um rápido restabelecimento ao conde e espera que ele não ignore os sentimentos que por ele nutria há tanto tempo e que não eram por interesse nem lisonja. Novamente cita o pai e as dificuldades financeiras pelas quais passava tendo que viver com os três mil cruzados, pensão que não era paga regularmente. Pede ao destinatário que devolva a Brito (Francisco Brito) o retrato em miniatura que lhe oferecera em Londres e que na ocasião ela não tinha aceito, já que não poderia tê-lo em casa por ter casado. Solicita também que ele destruía as cartas, porque não queria que ninguém soubesse dos “particulares” dos dois. Pergunta se recebeu o anel e o sal inglês. Em carta de 2 de janeiro de 1817, na qual deseja “felizes anos” ao conde e feliz restabelecimento, a baronesa mais uma vez diz que tinha a esperança de não morrer sem vê-lo. Mas não o veria, é claro, já que Barca morreria em junho de 1817.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, foi um homem de seu tempo. Com formação iluminista ou ilustrada, era um bibliômano que gostava de estar a par de tudo o que acontecia em Portugal e no mundo. Foi leitor e estudioso “onívoro” no que diz respeito ao conhecimento disponível na virada do século XVIII para o século XIX, sendo dono, como já foi dito, de mais de 6 mil volumes, o que era muito significativo para a época. Ter livros em estantes não quer dizer, é claro, que os tenha lido todos. Longe disso. É prova, isso sim, de curiosidade. Paixão pelo saber. E nem sempre conhecer é ser. Mas o ministro e diplomata português teve uma vida intensa. Aliou a vida pública ao pensamento, vivência intelectual. Foi diplomata, ministro e também grande leitor e tradutor. Ou seja, podemos dizer que para o fidalgo de Ponte de Lima “Ler” era “Ser”. Não separava o amor por livros, o colecionismo, de sua atividade prática.

Não temos sua correspondência ativa, no entanto pela correspondência passiva podemos concluir era um homem bom, preocupado com seu rei, com os países aos quais estava vinculado, Portugal e Brasil, com seus familiares, amigos e conhecidos, já que sempre tentava atender aos pedidos que lhe faziam, auxiliá-los. Uma das últimas coisas que fez pelo amigo Correia da Serra, companheiro da Academia de Ciências de Lisboa, foi transformá-lo em ministro plenipotenciário nos Estados Unidos.

Em carta de 18 de julho de 1816, o botânico, já no exercício do cargo, pede que o conde lhe envie a legislação a respeito do Reino Unido e indique “um sujeito moço” para ser secretário da legação portuguesa. Informa ao conde, por outro lado, que sempre enviará informações sobre comércio, mão de obra, indústria e emigração europeia para os EUA. Correia da Serra foi apenas um dos amigos que Barca ajudou ao longo da vida, na qual teve tanto poder mas não acabou rico, o que é uma prova de ética. Podemos dizer que suas únicas riquezas eram sua mente e sua livraria.

Pela distância no tempo não poderemos captá-lo em inteireza. Os contemporâneos, porém – fora os inimigos, como os Sousa Coutinho – falavam bem dele, mencionando a afabilidade de sua personalidade, a facilidade em expressar-se, a ironia, a espiritualidade e os atos de coragem. Quando a Cúria tentou estender de novo os tentáculos da Companhia de Jesus e da Inquisição para Portugal, mesmo estando no Brasil ele enfrentou o papa Pio VII, não tendo deixado que interferisse em assuntos

eclesiásticos. O que aconteceu foi o seguinte: o rei nomeou o frei Joaquim Santa Clara para ser o arcebispo de Évora. A Santa Sé quis que o eleito abjurasse dos erros enunciados na oração fúnebre em honra ao marquês de Pombal, que fora contra os jesuítas. O conde da Barca não deixou. Enviou para Portugal o discurso a ser proferido pelo prelado e pediu que o rei o mantivesse no cargo.

No tocante à ironia, existe uma história famosa contada por Luís Edmundo em *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Para se divertir, Barca fez o embaixador da Rússia no Brasil, Balk Polleff, insuportavelmente arrogante, esperar horas e horas na antecâmara do rei para ser atendido. Era dia de imenso calor. Furioso, Polleff acabaria deixando o país. Será que Barca estava se vingando de algum acontecimento ocorrido durante o tempo em que ficara na Rússia ou apenas não gostara do caráter pretencioso do embaixador?

Por mais que se leiam biografias sobre sua vida, sua intimidade nos fica oculta. Sobre o fato de não ter se casado, temos a seguinte observação de Eurico Malafaia: “a debilidade física que Araújo arrastou por toda a sua vida, tendo atravessado frequentes períodos de falta de saúde, talvez o tenha desmotivado para o casamento, mas pouco ou nada se sabe com rigor sobre sua vida sentimental”. As cartas da baronesa de Beaumont, porém, abrem uma pequena janelinha, já que ela menciona uma paixão. E diz que um dia haviam comentado que o caso dos dois acabaria em tragédia ou comédia.

É bem verdade que, segundo Debret, ele morreu na chácara com Neukomm ao lado, o que gerou a anedota maliciosa de que teria morrido “nos braços de Neukomm”. Pode ter havido mais que afeto entre o músico e o ministro? Bem mais provável uma amizade, já que Barca também compunha, segundo a jovem amiga Maria Carlota de Lacerda. E Neukomm esteve muito pouco tempo no Rio de Janeiro morando na casa do ministro, enquanto Barca estava vivo, já que chegou em 1816 e o conde morreu em 1817.

O que importa muito mais é que, tendo sido educado para ter uma vida retraída, de cientista, escritor e leitor de livros, acabou, como diplomata, profissão para a qual foi escolhido devido à sua sabedoria, tendo que viver no olho de um furacão de episódios revolucionários e militares, acumulando cargos diplomáticos e pastas ministeriais. Ou seja, foi obrigado, por ser totalmente fiel a seu rei, a ser um homem de ação, práxis, chegando até mesmo a baixar medidas para reformar o exército de Portugal. Na realidade, desde o início da trajetória em Ponte de Lima, nunca ficou quieto, estando

sempre envolvido com projetos que pudessem modernizar suas terras na propriedade de Quinta da Prova, seu país e depois o Brasil. Era um homem fazedor, interessado em novas técnicas científicas, mecanismos, descobertas. Daí a amizade com os Rattons, que seria mantida através de correspondência até ele morrer no Brasil.

E também era um homem preocupado em manter a paz em seu país, o que o levaria a ser mal compreendido por seus conterrâneos durante os tempos difíceis do bloqueio continental de Napoleão. Por temer a ruína de Portugal, lutou ao máximo para evitar a invasão francesa capitaneada pelo general Junot. Por isso seria injustamente chamado de traidor ou francófilo. Em minha opinião, se é que vale uma opinião num estudo como este, não era um verdadeiro francófilo. Muito menos “afrancesado”. Anglófilos eram os Sousas, totalmente alinhados com os interesses da Inglaterra, a ponto de facilitarem a assinatura do acordo comercial de 1810, tão prejudicial ao Brasil e a Portugal.

Araújo, em suas atitudes – quando tentou fazer o Tratado de Paz com a França e depois quando tentou negociar com Junot antes da transmigração da Corte para o Brasil – estava sempre preocupado com os rumos futuros de Portugal. O que ele quis foi evitar a guerra peninsular, que acabaria ocorrendo, trazendo consequências desastrosas para a terra de Camões. Inicialmente foi contra até mesmo a vinda para a colônia, pois não queria deixar o Reino acéfalo, mas aqui, talvez sem nem ele mesmo esperar, se apaixonaria por nosso país. E sonharia com um novo Império tendo sede no Rio de Janeiro.

Outro aspecto que chama atenção é o fato de existirem dois condes da Barca, o português e o brasileiro ou talvez uma síntese dos dois, o luso-brasileiro. Os biógrafos portugueses não ressaltam muito as benfeitorias que fez para o Brasil, passando rapidamente pelos anos que vão de 1808 a 1817. Para eles o que importa é celebrar a ilustre figura do limiano que ficou por tanto tempo esquecido em Portugal, como disse Arthur da Cunha Araújo no preâmbulo de seu *Perfil do Conde da Barca* editado dezembro de 1939:

Quando folheamos na biblioteca do saudoso colega Dr. Manuel de Oliveira uma valiosa coleção de manuscritos cedidos por parentes do Conde da Barca àquele ilustre médico e bibliófilo é que pudemos apreciar a alta consideração e a estima que votavam a Antônio de Araújo nomes como Filinto Elísio, Correia da Serra, D. Leonor de Almeida e tantos outros. A intenção deste perfil é bem modesta. Lembrar a seus conterrâneos onde contamos velhos laços de amizade e de família, e porventura a algum estudioso, a figura quase

esquecida de um limiano que foi, sem favor, um dos mais ilustres homens de seu tempo.²⁷⁴

Já Eurico Malafaia começa seu livro já citado aqui com as seguintes palavras:

Prestigiando o nosso país, ele honrou Ponte de Lima, a vila mais antiga de Portugal; Arcos de Valdevez, onde tinha fortes e ancestrais raízes, e Ponte da Barca, a que ligou o seu título. Culto, lutador determinado, distinto, leal, sensato e possuidor de todas aquelas qualidades que nobilitam quem as possui, como homem público era conhecido em toda a Europa, mas também lhe coube a amargura de conhecer o sabor da inimizade e da perseguição política.²⁷⁵

Iniquidades, calúnias, mesquinhas, joguinhos de bastidores sempre existiram, sempre existirão. Por mais que a ciência se desenvolva e o homem crie novos aparatos técnicos que nos mostre Marte, as luas de Júpiter ou os anéis de Saturno. Por isso, mais do que nunca temos que rememorar o conde da Barca, um homem que lutou pela paz, pelo desenvolvimento econômico de seu país de nascimento e de seu país de eleição e que buscava o saber universal. No caso do Brasil, então, a dedicação foi muito grande, porque tudo indica que ele já chegou aqui bem frágil e doente.

Seus amigos falavam muito da letra com a qual escrevia cartas e ofícios, uma letra tremida. Mesmo assim, como sempre, inventava projetos, tinha novas ideias, procurava se manter informado sobre tudo o que poderia levar o Brasil à autonomia comercial e a novos estágios de modernidade. Ele não quis que Dom João voltasse em 1814 e lutou pelo Reino Unido. Deixou-nos uma Escola de Belas Artes, chá, seda, novas estradas, um laboratório químico, fábricas de porcelana, fundições de ferro, uma serraria em Porto Seguro, além da livraria, cujos volumes até hoje estão na Fundação Biblioteca Nacional. História não é feita de “ses” (ifs), mas é o caso de perguntar: “O que mais teria feito se tivesse vivido um pouco mais?”

Temos pontos em comum com seu pensamento. Também hoje, no Terceiro Milênio, ansiamos por paz e por um saber que nos ajude a quebrar as fronteiras entre as Ciências da Natureza e as Humanidades. Sem esquecer - como nunca Barca esqueceu - que a beleza de um poema continua a valer mais do que um mágico aparelhinho com

²⁷⁴ ARAÚJO, A., op.cit., pg. 8.

²⁷⁵ MALAFAIA, E., op.cit.

tela na mão, que gera comunicação instantânea sem evitar, perigosamente, que a falta de comunicação continue a vigorar entre os seres humanos. Ou seja, sempre haverá lugar para a Poesia nos carentes corações humanos, tão necessitados de Beleza e Harmonia..

Há muitas outras coisas que poderíamos falar aqui nesta conclusão, a partir da trajetória do Conde da Barca. As guerras não impedem o avanço do conhecimento técnico e de novas descobertas científicas, pelo contrário, como já foi dito inúmeras vezes, o mais provável é que o estimule. Mas infelizmente o conhecimento técnico adquirido em breves momentos de paz da Humanidade também não impede a eclosão de novas guerras. Em nenhum momento de sua vida Antônio de Araújo de Azevedo parou de agregar conhecimento. E viveu um dos momentos mais agitados e decisivos da História Ocidental.

Hoje em dia estamos vivendo sem dúvida outra evolução científica, técnica e cultural muito veloz. Terceira, quarta ou quinta Revolução Industrial. O nome não importa. Pois para nosso horror, com a caminhada tecnológica e científica, as guerras continuam com uma violência atroz. Com os morticínios e as atrocidades sendo diários. O cientista Stephen Hawking, antes de morrer, disse que o homem deveria se preparar para ir para outros planetas. Mas aí nos perguntamos: com a mesma dor, o mesmo horror? Será que um dia o Homo Sapiens, ao acumular saberes, conhecimento, aprenderá a não matar o seu semelhante? Ou continuará sendo este homem selvagem que conhecemos, dotado de emoções similares as de um homínido Australopithecus afarensis ou africanus?

Precisamos de mais condes da Barca com cabeça iluminada que nos salvem de tal naufrágio, terreno ou estelar. O milênio, cheio de desalentadora escuridão, precisa de Luz, mais Luz, diria Goethe.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Artur da Cunha. **Perfil do Conde da Barca**. Porto: Edição do Autor, 1939-1940.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA/ UNIVERSIDADE DO MINHO.

Correspondência do Conde da Barca. Disponível em:

<<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1408708/>>. Acesso em: 2 maio 2018.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma Colônia entre dois Impérios**. A Abertura dos Portos Brasileiros. 1800-1808. Bauru: EDUSC, 2008.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na Corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BALZAC, Honoré de. Pai Goriot. Obras Escolhidas. Volume III. Porto Alegre: Editora Globo, 3a edição, 1958.

BARATA, Frederico. **Eliseu Visconti e Seu Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1944.

BARREIROS, José Baptista, **Ensaio de Biografia do Conde da Barca**. Braga: Delegação bracarense da Sociedade histórica da Independência de Portugal, s.d.

BARRENTO, Antônio. **A guerra fantástica**. Lisboa: Tribuna da História, 2006.

BEAU, Albin Eduard. **Estudos**. Volume II. Goethe e a Cultura Portuguesa. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1964.

BERNARD, Jack F. **Talleyrand, a Biography**. Londres: William Collins Sons & Co., 1973.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Catálogo dos Livros da Biblioteca do Conde da Barca em 1818**. Manuscrito. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1298806/mss1298806.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil**. Dores do crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRIGGS, Asa. **The Age of Improvement 1783-1867**. EUA: Longman Paperback. Primeira Impressão em 1959. 11ª impressão em 1994.

BRUM, J.Z. Menezes. Do Conde da Barca, de seus escriptos e livraria. **Anais da Biblioteca Nacional, 1876-1877**. Vol. 2, N.1, Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1877. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_002_1876_1877.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CABRAL, Beatriz Rodrigues. O homem de letras perante a vida e a morte; elogios históricos da Academia Real das Ciências de Lisboa (1797-1831). V ENCONTRO INTERNACIONAL DOS JOVENS INVESTIGADORES EM HISTÓRIA MODERNA. Faculdade de Letras de Coimbra, 31 de Maio, 1 e 2 de Junho de 2017. Disponível em:
<http://www.academia.edu/12834915/O_homem_de_letras_perante_a_vida_e_a_morte_elogios_hist%C3%B3ricos_da_Academia_Real_das_Sciencias_de_Lisboa_1797-1831>. Acesso em: 29 ago. 2016.

CAMARGO, Angélica Ricci. Impressão Régia. In: MAPA- Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. Publicado: 10 de Novembro de 2016 | Última atualização 29 de Março de 2018. Disponível em:
<http://mapa.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=204&catid=57&Itemid=327/>. Acesso em: 15 maio 2018.

CASTELO BRANCO, Camilo. **O Perfil do Marquês de Pombal**. Lisboa: Folhas & Letras, 2003.

CARTA de João Guilherme Cristiano Müller para Domingos de Sousa Coutinho. Papéis particulares dos anos 1807-1809. Coleção Linhares, Fundação Biblioteca Nacional. Ms, 1,29, 20,1.

CARTA enviada por Ambrósio Joaquim dos Reis para Antônio de Azevedo de Araújo, ministro de D. João, em 24 de agosto de 1816. ADB – Arquivo Distrital de Braga. Código PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002031. Disponível em:
<<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1410560&ht=Ambrosio%20Joaquim%20dos%20Reis%20Universidade/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

CAVALCANTI, Nireu. **Histórias de Conflitos no Rio de Janeiro Colonial. Da Carta de Caminha ao Contrabando de Camisinha**. (1500- 1807). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. A reordenação da nova sede da Corte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 436, jul./set., 2007.

CORRESPONDÊNCIAS referentes à Paz entre Portugal e França. Fundação Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. (10, 2, 005).

COSTA, Cristiane; BORBA, Cibele Reschke de. **China made in Brasil**: personagens, curiosidades e histórias sobre dois séculos de aproximação entre o Brasil e seu principal parceiro comercial. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura Editorial, 2015.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da (organização, tradução e textos). **A Coleção de Estampas. Le Grand Théâtre de L'Univers**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como Negócio**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage Pittoresque au Brésil ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil. Depuis 1817 jusqu'en 1831 inclusivement**. Tomo III. Paris: Firmin

Didot Frères, Imprimeurs de Instituto de France, 1839. Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326378/icon326378.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks - Univercidade, 2000.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Edição 10 00024.1821. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios por uma sociedade de Letrados**. Discurso preliminar e outros textos. São Paulo: Editora UNESP, 1989. Edição bilíngue.

EDMUNDO, Luiz. **A Corte de D. João no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957. 3 v.

FERGUSON, Niall. **Império**. Como os britânicos fizeram o mundo moderno. São Paulo; Editora Planeta do Brasil, 2016.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. Ciência: química. Rio de Janeiro, **Revista do IHGB**, v. 163, n. 416, jul.-set. 2002, p. 275-281.

GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil 1500-1810**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/ Instituto Nacional do Livro - Ministério de Educação e Cultura, 1975.

HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções . 1789-1848**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

IRVING, Washington. Biography of Fourcroy. In: **The Analetic Magazine**, Vol. II, Pensilvânia, 1816.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu- Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. Belo Horizonte: Alameda Editorial e Editora PUC-Minas, 2009.

MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde. **Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, diplomata e estadista: 1787-1817**. Ponte de Lima: Universidade do Minho/ Arquivo Distrital/ Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO MORAES, Alexandre José. **História da transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont

Ed., 1872. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185574>>. Acesso em 28 abr. 2018.

MENDES, Gaspar. Artes. **O Patriota**. Rio de Janeiro, 1813, Ed. 0002. p. 99-115. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700177/228>>. Acesso em: 22 maio 2018.

MONTAIGNE, Michel de. Essais. Paris: Bibliotheque de La Pleiade, 1939.

NEUKOMM, Sigismund (1778 - 1858). Marcha para o Conde da Barca. Marcha-fúnebre escrita em 21 de junho de 1817 no Rio de Janeiro. Piano-forte cópia de Anton Walter (Viena, 1805), construída por Paul McNulty. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3oVmGVOzxkE/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

NORBERT, Elias. **O Processo Civilizador**. Volume I. Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**. Brasileira. Volume 124. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Instituto Nacional do Livro - Ministério de Educação e Cultura, 1979.

NUNES, José Luiz da Silva. Eliseu Visconti. Sua formação artística no Brasil e na França. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), UFRJ, 2003.

OLIVEIRA, José Carlos de. **D. João VI e a cultura científica**. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2008.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

O PATRIOTA, JORNAL LITTERÁRIO, POLITICO, MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO. 2ª Edição. 1813-1814. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/opatriota.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PEDREIRA, Jorge; DORES COSTA, Fernando. **D. João VI, um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PENALVES ROCHA, Antônio. (Org. e introdução). **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu**. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2001.

PEREIRA, Angelo. **Os filhos de el-rei D. João VI**. Edição Ilustrada. Lisboa: Editora Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

_____. **D. João VI Príncipe e Rei: a retirada da família real pra o Brasil (1807) - revelação de documentos secretos e inéditos sobre o grande acontecimento**. Edição Ilustrada. Lisboa: Editora Empresa Nacional de Publicidade, 1953.

_____. **D. JOÃO VI Príncipe e Rei: a independência do Brasil**. Edição Ilustrada. Lisboa: Editora Empresa Nacional de Publicidade, 1956.

RATTON, Jacome. **Recordações sobre ocorrências de seu tempo**. De maio de 1747 a setembro de 1810. Segunda edição revista cuidadosamente por J. M. Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/details/recordaesdejacom00ratt/>>. Acesso em: 2 maio 2018.

REIS, João José dos. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Volume 15. Número 28. Janeiro-junho 2014. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/artigo_02.php/>. Acesso em: 20 maio 2018.

RIBEIRO, Marcus Venicio. (Org.) O Bibliotecário do Rei. Trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. **Cadernos da Biblioteca Nacional 4**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

RODRIGUES, Abel Leandro Freitas. **Entre o público e o privado: a génese do arquivo do Conde da Barca (1754-1817)**. 2007. 341fls. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2007. Disponível em: <<http://up-pt.academia.edu/AbelRodrigues>>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. O gabinete do Ministro e Secretário do Estado de Negócios do Estrangeiro e Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional. **Separata da Revista da Faculdade de Letras**. Departamento de História. III série, v. 10. Porto, 2009. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8878.pdf>>. Acesso em: 30 de ago. 2016.

_____. **O arquivo do Conde da Barca: Mnemósine de um ilustrado**. Trabalho resultado da catalogação do arquivo Conde da Barca no Arquivo Districtal de Braga/Universidade do Minho. s.d. Disponível em: http://www.academia.edu/25408522/O_Arquivo_do_Conde_da_Barca_Mnem%C3%B3sine_de_um_Ilustrado. Acesso em: 29 ago. 2016.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira. Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX; espaço interior e representação social. In: **A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, Anatomia de Interiores**. Lisboa-Rio de Janeiro: IHA-Universidade Nova de Lisboa/EBA - UFRJ, 2014.

_____; REIS, Rebecca de Castro Leal Costa. Palácios imperiais do Rio de Janeiro no segundo reinado: transformações e novos padrões distributivos. In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL, 2016. **Actas**. SOUSA, Gonzalo de Vasconcelos; PESSOA, Ana (coord.). Porto: Universidade Católica Editora/CITAR, 2018. Disponível em: <http://www.casarui Barbosa.gov.br/arquivos/file/acasasenhorial_anatomiadeInteriores.pdf> Acesso em: 30 ago 2016.

SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo. A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal. **Revista de Estudios Históricos de La Masoneria Latinoamericana e Caribenã**. v. 2, n. 2. Dezembro de 2010-Abril 2011. Universidade da Costa Rica.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3695/369537359004.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SANTOS, Luís Gonçalves (Padre Perereca). **Memórias para Servir à História do Reino do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 180, 2013.

SANTOS, Nadjia Paraense. **Os Primeiros Laboratórios Químicos do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.memoriasdaquimica.ccs.ufrj.br/txt/npds.pdf./>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal - O Despotismo Iluminado (1750-1807)**. Volume VI. Lisboa: Editora Verbo, 1982.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Editora Brasileira, 1978.

SILVA, J.Manuel Pereira da. **Plutarco Brasileiro**. V.II. Rio de Janeiro: Editora H.Laemmert, 1847.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil. 1500-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 34, 2005.

SOARES, Álvaro Teixeira. **O Marquês de Pombal (A Lição do Passado e a Lição do Presente)**. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1961.

STOCKLER, Francisco de Borja Garção. Elogio histórico de João Le Rond D'Alembert. In: **Memórias da Academia**, Tomo I. Academia de Ciências de Lisboa, 1797, DXXXVI.

TAUNAY, Afonso d'Escragnoille. **A Missão Artística de 1816**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

TRIGOSO, Sebastião Francisco Mendo. Elogio Histórico do Conde da Barca recitado na Assembleia pública de 24 de junho de 1819 pelo sócio Sebastião Francisco Mendo Trigoso. **História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Typografia da mesma Academia, 1823.

UILENBROECK, Goswinus (org.). **Coleção Le Grand Théâtre de L'Univers**, 125 volumes. Coleção Arajuense. Biblioteca Nacional (Iconografia).

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a Crise do Antigo Regime Português**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

WILCKEN, Patrick. **Império à Deriva**. A corte portuguesa no Rio de Janeiro. 1808-1821. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

Sites:

Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho. Portal de fundos documentais. Disponível em: <http://www.adb.uminho.pt/>. Acesso em: 20 maio 2018.

Biblioteca Nacional. Portal da Fundação Biblioteca Nacional. Acesso a serviços e acervo. Disponível em: < <https://www.bn.gov.br/>>. Acesso em 20 maio 2018.

GoogleBooks. Portal de obras digitalizadas para consulta. Disponível em: <https://books.google.com/>. Acesso em 20 maio 2018.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Portal de arquivos digitais do acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: maio, 2018

Wikipedia. Portal de conhecimentos e fontes compartilhados gerenciados pela Fundação Wikimedia. Disponível em: < <https://www.wikipedia.org/>>. Acesso 20 maio 2018.